

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto
Trombetas - uma incômoda presença**

Adauto Neto Fonseca Duque

Fortaleza
Junho de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto
Trombetas - uma incômoda presença**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade
Federal do Ceará como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.

Fortaleza
Junho de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA

D941i

Duque, Aduino Neto Fonseca.

Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas - uma incômoda presença / Aduino Neto Fonseca Duque – Fortaleza, 2004.

n.º de p.

Orientador: Eurípedes Antônio Funes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.
Mestrado em História Social.

1. *Projeto Trombetas – Pará.* 2. *Quilombos – Pará.* 3. *Comunidades negras – Pará.* I. Funes, Eurípedes Antônio. II. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social. III. *Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas - uma incômoda presença.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto
Trombetas - uma incômoda presença**

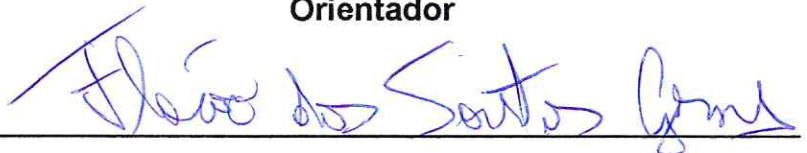
Adauto Neto Fonseca Duque

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da Banca Examinadora, constituída pelos professores:



Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes - UFC

Orientador



Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes - UFRJ



Prof. Dr. Frank Pierre Gilbert Ribard - UFC

***Aos meus pais do coração, Luiz e
Lúcia, pilares na construção da
minha História.***

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho não seria possível sem a valorosa ajuda dos entrevistados, amigos e, de pessoas que cederam documentação e orientações.

Serei sempre grato aos quilombolas da Boa Vista e Moura, por me receberem com a singela hospitalidade amazônica. Durante as conversas e entrevistas às margens do Trombetas ou nas cozinhas de suas residências, disponibilizaram elementos de valores inestimáveis a serem somados na História do Baixo Amazonas e da Amazônia brasileira.

Aos Coordenadores da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (ARQMO), pela atenção e contribuições à pesquisa, em especial ao Daniel Souza, Silvano Silva e Anarcino Cordeiro.

Aos funcionários da Mineração Rio do Norte (MRN), Arlete de Oliveira, Gláriston Mello, Evandro Soares, Silas Baptista, e especialmente, Luiz Monteiro Barbosa, Leopoldo Caldeira Cidade e Manoel Mendes, funcionários mais antigos da MRN e moradores de Porto Trombetas. Também, manifesto minha gratidão para Isarina Nascimento, Leonarda Bentes e Carmem Rute Barbosa, pelas entrevistas em Terra Santa.

Ao Professor Dr. Eurípedes Antônio Funes, não somente por aceitar orientar-me, mas por disponibilizar tempo e dedicação para o crescimento Mestrado em História da Universidade Federal do Ceará; todos os professores do Mestrado, os quais com determinação e perseverança, superaram os obstáculos para manter o curso funcionando. Nesse contexto, destaco os Professores Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira e Dr. Frank Pierre Ribard, membros da banca examinadora da qualificação deste trabalho.

Ao Prof.º Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela orientação nos passos iniciais da pesquisa historiográfica.

À CAPES, pela ajuda financeira nesses dois anos de mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, por dispensar vagas e apoio técnico para os alunos de outros estados.

Aos conspícuos amigos Sander e Nuno, companheiros de conversas agradáveis e debates acadêmicos de suma importância para organizar idéias e

desfazer armadilhas conceituais durante a pesquisa. Especialmente, agradeço a Ivoney, pelo carinho, respeito, amizade sincera e sábias palavras em todos os momentos. Também me sinto privilegiado por ter conhecido Rogleijania, Alana, Adriana, Fabiano, Iza, Régia, Vânia, Daniela, Ana Carla, Erilene, Cristina, Napoleão, Assis, Isaíde, Adriano - cada um, a seu modo, contribuiu para a concretização de uma trajetória.

Às minhas irmãs Crystianne e Keliane, pela companhia, incentivo, apoio e, porque não? - pelas "*brigas*" durante os anos de estudo, sem as quais o caminho ficaria mais longo. E a minha sobrinha Ana Luiza, que nasceu durante o mestrado e toda vez me emociona quando fala ao telefone "*aô, papai leié*".

À Marcela, exemplo de companheirismo e vontade de vencer. Tenha sempre o meu carinho por *incentivar, apoiar, sorrir e chorar* – sempre.

À Vânia Aparecida Blois, pela presença bem-vinda em momentos importantes em Porto Trombetas.

Nesses dois anos, fui ligando-me a pessoas às quais não cabem somente agradecimentos, pois elas se tornaram parte de minha vida. Dentre estas, Márcia Maria Mendes Marques, além de namorada, amiga, incentivadora, antídoto eficiente (*sem propaganda enganosa*) contra angústia e solidão. A sua alegria e bom humor ficarão na minha memória, e sua presença, seu carinho e seu amor estão gravados em meu coração.

À senhora Aurélia Bezerra, por disponibilizar vaga em suas *residências* para me abrigar. Ainda nesse quesito merecem menção especial meu padrinho Antônio Barros Contente e tia Norma Rodrigues Contente (Belém); Fátima (Oriximiná); João Carlos e Myriam (Fortaleza); Ilka Cabral (Alenquer) e Maria da Cruz (Pacoval).

Agradeço a Deus por ter proporcionado o encontro e convivência com as pessoas citadas. Todas, essenciais para a concretização deste momento.

RESUMO

As transformações sócio-econômicas, culturais e ambientais vivenciadas pelas comunidades quilombolas, em especial Boa Vista e Moura, no rio Trombetas, têm sido marcadas por tensões, conflitos e por um redesenho dos espaços, onde é nítida a redução de seus territórios, principalmente, nas últimas quatro décadas, decorrentes da implantação do Projeto Trombetas e das políticas preservacionistas implementadas pelo Governo Federal, após o golpe de 1964.

Com forte apelo à memória, a etnicidade e a identidade, esses quilombolas revigoram as tradições de luta e de resistência, constituindo estratégias de legitimidade, e garantia da posse da terra. No entanto, o seu mundo já está permeado por uma nova noção de tempo, de trabalho e de valores.

ABSTRACT

The sócio-economic, cultural and environmental transformations experienced by kilomlla communities – especially Boa Vista and Moura, alongside of Trombetas river – have been marked for tensions, conflicts and a new espacial organizations, where is clear the reduction of áreas, mainly in last four decades, resulting from introduction of the Trombetas Project and preservative measures implemented by Federal Government of Brazil, after the coup d'etat of 1964.

Resorting to memory and ethnic identity, the kilombolla persons reinvigorate the traditions of struggle and resistance, making strategies for legitimating the posseesions of lands. Nomever, a new notion of time, work and valnes has already permeated the kilombolla world view and atmosphere.

CON

CAI

1.1

1.2

1.3

1.4

1.5

C.

2

Essa descendência de nós, raízes negras, é segurança de nossa terra. Porque se nós não se reconhecer como raiz negra, não se orgulhar de sermos negros, aí nós estamos saindo de nossa força, de nossa gente. Nós somos negros. Nós somos negros das raízes negras.

Maria José dos Santos.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
CAPÍTULO I. AFRO-AMAZÔNIDAS DO TROMBETAS.....	28
1.1. Amazônia: historiografia da trajetória negra.....	33
1.2. O povoamento do rio Trombetas.....	38
1.3. Escravos no Baixo Amazonas.....	42
1.4. Os quilombos.....	46
1.5. Os remanescentes de quilombos.....	57
1.5.1. Moura.....	62
1.5.2. Boa Vista.....	64
CAPÍTULO II. GRANDES PROJETOS: A INCÔMODA PRESENÇA.....	68
2.1. Ocupar: “Integrar para não entregar”.....	70
2.1.1 Estradas e Segurança Nacional.....	74
2.2. “Abraço traiçoeiro”: Estado e transformações na Amazônia.....	78
2.3. Mineração - Grandes Projetos – Incômoda presença.....	84
2.4. Natureza dos grandes projetos.....	86
CAPÍTULO III. A ONÇA E A CASCAVEL NO NOSSO MEIO.....	95
3.1. Projeto Trombetas: “primeiro chegou a onça que foi a Mineração Rio do Norte”	96
3.1.1. Pesquisas, descobertas e transformações.....	97
3.2. Unidades de Conservação: “a cascavel é o IBAMA que chegou no nosso meio”	110
3.3. A vila de Porto Trombetas.....	119
3.4. Quem é o dono da área? Negros, governo e empresas.....	122

CAPÍTULO IV.MOCAMBEIROS DO TROMBETAS: ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	128
4.1. Comunidades Negras: relações antagônicas com a mineradora.....	129
4.2. Estratégias das comunidades: resistir.....	135
4.3. Comunidade: espaço de memória e identidade negra.....	138
4.4. Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas: palco de debates e festas de irmãos.....	144
4.5. Associações: passos rumo à titulação.....	148
4.5.1. ARQMO: Os negros do Trombetas como exemplo no processo de titulação.....	151
CAPÍTULO V: “Ribeirinhos têm novo padrão de vida”	165
5.1. Mudanças e novas estratégias.....	168
5.2. Relação MRN – Comunidades Quilombolas Boa Vista e Moura.....	170
5.3. Os Projetos Sociais.....	172
5.4. A Cooperativa da Boa Vista – COOPERBOA.....	174
5.5 Tempo e Trabalho – do extrativismo ao capitalismo.....	182
5.6. Escola - Mudanças de estilo de vida.....	191
5.7. Discriminação racial - olhares externos.....	193
5.8. Saudade da “boa” Boa Vista.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
FONTES	213
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	219

LISTA DE MAPAS, QUADROS E FIGURAS

Mapas

1. Comunidades Quilombolas.....47 A
2. Planta do Rio Trombetas.....58 A
3. Áreas Quilombolas – Trombetas e Erepecuru.....62 A
4. Terras Quilombolas e Áreas de Conservação.....111 B

Quadros

1. Expedições ao rio Trombetas e seus afluentes nos séculos XVIII e XIX.....40
2. Plantel dos cultivadores de cacau do Baixo Amazonas – século XVIII.....44
3. Plantéis de Escravos - Baixo Amazonas - Século XIX.....45
4. Comunidades Remanescentes de Quilombo do Baixo Amazonas.....61
5. Instrumentos legais e medidas administrativas da Operação Amazônia.....81
6. Composição Acionária da MRN em 1974.....105
7. Projetos da MRN na comunidade Boa Vista.....173
8. Membros fundadores da COOPERBOA.....176

Figuras

1. Comunidade Boa Vista.....62 B
2. Comunidade do Moura.....62 B
3. Boa Vista - Casa de dona Zuleide.....66 A
4. Boa Vista - Casa de dona Maria José.....66 A
5. Boa Vista – Agrovila.....66 A
6. Placa de identificação da Flona.....111 A
7. Vista aérea de Porto Trombetas.....111 A
8. IX Encontro Raízes Negras – Plenária.....145 A
9. IX Encontro Raízes Negras – Plenária.....145 A
10. IX Encontro Raízes Negras – Aiuê de São Benedito.....145 A
11. ARQMO – Reunião da diretoria.....174 A
12. COOPERBOA – Assembléia.....174 A
13. Boa Vista - Placa de identificação das terras quilombolas.....202 A
14. Moura - Placa de identificação das terras quilombolas.....202 A
15. Mineração Rio do Norte – Porto.....203 A
16. Mineração Rio do Norte – Poluição.....203 A
17. Mineração Rio do Norte – Poluição.....203 A
18. O Brega.....204 A

Eu me orgulho de ser um ribeirinho
Sou um filho da terra e da mesma raça
descendente de negro da escravidão.
Meus avós foram escravos e fugitivos
construíram família
por esse motivo tenho sangue negro
e não nego minha geração.

Canto quilombola do Trombetas: Minha Origem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Navegar pelos rios da Amazônia infunde a dimensão do potencial a ser ainda descoberto: a riqueza de suas várzeas e a beleza das florestas de terra firme. Estendida ao longo do horizonte, a exuberância do verde cria uma constante sensação da impossibilidade de localização. É sentir-se perdido num emaranhado de rios - com variadas cores e volumes - e, principalmente, envolvido em inúmeras lendas. A conjunção da densa floresta nativa e rios causa, "ao espírito do viandante solitário, indescritível impressão de grandiosidade."¹ Espaços de longas distâncias cercadas por frondosas árvores que, em seu contato com as águas negras do Trombetas, dão a impressão de ajoelhar-se, em reverência, e assim beijar o seu leito. Adentrar no Trombetas é vislumbrar belezas naturais únicas e deixar marcada a memória.

Conhecer a população ribeirinha, em particular, os mocambeiros que habitam as margens dos rios e lagos, ouvir as histórias que emergem cautelosamente de suas lembranças "é navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas, descendentes [dos] negros que constituíram no Alto Trombetas os seus espaços, onde ser livre era possível."² Tendo a cachoeira como protetora, a mata e os rios como fontes de alimentos, os ex-escravos fizeram dos "ajuntamentos de negros" locais de festas e alegria, liberdade e fartura, como narra um remanescente, a partir das histórias contadas pelos avós sobre o mocambo Maravilha, esconderijo de escravos e ponto de origem de muitas comunidades remanescentes:

"Falavam que lá eles viviam feliz, cidadão deles próprios, não tinha quase maldade nenhuma, senão era festa que eles faziam. Festas de bandeira, de caixa, aqueles santos alegórico, que chamam hoje. Faziam festas lindas e a cidade não era como essas, alumada com luz elétrica. Era fogo de candeia, fogo de fogueira. Pelos dias dos santos fazia aquela fogueira grande para iluminar os terreiros. Colocavam a candeia de barro com aquele murrão, com banha de pirarucu, banha de tambaqui, óleo de castanha, óleo de andiroba, copaíba,

¹ KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias.* Trad.: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p. 179.

² FUNES, Eurípedes Antônio. *Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas.* Relatório sobre as comunidades negras do Alto Trombetas. (Mimeo).

*com esses óleos assim. E colocava aquela candeia de barro, aquilo alumia a noite inteira a festa deles lá. E era uma maravilha.*³

O Senhor Donga fala de um passado idílico, de uma terra sem a maldade das fazendas escravistas. Naquelas "cidades" reinavam a liberdade e a fartura propiciada pela natureza. São lembranças que remetem a um espaço quilombola construído em terras indígenas, pois *"naquele tempo, nesse Trombetas, não existia senão os índios."*⁴

Esses dados apontam para a percepção de um redesenho dos espaços no Trombetas, após a entrada dos mocambeiros. As terras de índios vão se tornando territórios de negros. Assim, o denominado lago do "Mura ou dos Muras, por ter ahi, em tempos idos havido uma maloca dos mesmos gentios,"⁵ hoje é conhecido como lago do Moura. A construção desse redesenho é marcada por momentos de tensão e conflito, mas também, solidariedade e imbricação etno-culturais.

No alvorecer do século XXI, defrontamo-nos com grupos sociais numa busca incansável pelo reconhecimento de sua existência. São negros e índios que constróem uma trajetória histórica respeitável, deixando claro sua importância na formação da sociedade nacional. Nesse contexto, encontram-se:

*"(...) populações negras que vivem no meio rural e se auto-identificam como Comunidades Negras Rurais, Terras de Pretos, Quilombos, Mucambos e outras designações correlatas; são um grupo étnico com uma cultura e história da população negra. Marcada pela coragem, resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: Terra, Liberdade, Participação Política, Cidadania e Igualdade."*⁶

As lutas cotidianas afloram sentimentos de revolta e constantes observações sobre traços marcantes da escravidão ainda presentes na realidade desses afro-descendentes. Permanências visualizadas na luta pela terra, pelo reconhecimento de sua alteridade, e no combate à discriminação racial. Lutar contra as imposições sociais é uma realidade constante, pois

³ Raimundo da Silva Cardoso (Donga), 71 anos, Tapagem, entrevista - Junho de 1992 - concedida à Eurípedes Funes.

⁴ Manuel Raimundo Pereira dos Santos (Tinga), 50 anos, agricultor, entrevista, Abril de 2000.

⁵ RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: *Exploração e estudos do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875, p. 16.

⁶ As comunidade negras rurais quilombolas: a histórica resistência de um povo. In: *Relatório da II Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*. São Luís, agosto de 1996, p. 39.

“(…) ao longo de sua trajetória neste país, a população negra foi vítima de uma elite racista que buscou ser detentora de sua liberdade e tornou-se proprietária das terras daqueles que nelas efetivamente moram e trabalham: negros, índios e excluídos em geral. Através da injustiça e da manipulação, concentrou-se grandes extensões de terras em mãos de meia dúzia de privilegiados, relegando às favelas e palafitas os desertados da nação. Neste processo, centenas de povos indígenas e quilombolas foram dizimados a ferro e fogo. Contudo, apesar de negados pela história oficial, os quilombos existiram em todo país, tendo construído um marco da resistência da população negra contra a opressão.”⁷

Aliás, vivenciar a discriminação, sentir a exclusão social e sofrer pressão de agentes exteriores não são fatos que ocorrem unicamente com os grupos negros. Para tanto, basta observar a trajetória das nações indígenas, numa construção constante pela sobrevivência étnica e cultural e manutenção de seus espaços, elementos fundantes de pertença e de identidades.

A carga de preconceitos que recaem sobre negros e índios é perceptível na Amazônia, sobretudo em espaços urbanos, onde a intolerância das pessoas, mesmo “morenas”, é visível quando são comparadas com essas etnias. Essa atitude rechaça a carga conceitual negativa, associada à realidade dos antepassados e o preconceito enraizado desde o período colonial brasileiro. O negro e o índio ainda são vistos como escravos, selvagens, moradores das matas e comedores de “macacos”, enfim, cria-se uma imagem grotesca.

Em artigo sobre exclusão social, imposta pelos grupos financeiros responsáveis pela nova configuração sócio-econômica da região, José de Souza Martins enfoca os elementos da injustiça, deixando evidente sua repulsa com a supressão da diversidade cultural e da cidadania dos amazônidas:

“Sinto-me pobre por viver numa sociedade em que índios e camponeses precisam proclamar de voz viva que são humanos, que não são animais e, menos ainda, animais selvagens. Por identificar-me com eles, fico em dúvida sobre o lugar que ocupo, na escala que vai do animal ao homem, numa sociedade que não titubeia em proclamar a animalidade de seres que não são considerados pessoas unicamente porque são diferentes- falam outra língua; têm outra cor, outros costumes.”⁸

⁷ Id. *Ibidem*.

⁸ MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia*. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro; FASE; Belém: NAEA/UFGA, 1991, p. 17.

Essas observações, que podem parecer exageradas, são constantes motivos de denúncia, como a presenciada por José de Souza Martins. Diz ele:

“Causa-me forte impressão que, nas assembléias dos chefes indígenas apoiadas pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e em outros encontros similares, os presentes freqüentemente denunciam, gravemente ofendidos, e recusam, o serem confundidos (sic) com bichos por muitos daqueles que são levados a ter contato com eles.”⁹

Verifica-se a gravidade da questão ao se considerar que em várias ocasiões essas formas de agressão partem dos agentes da FUNAI e outros, em princípio, incumbidos de “proteger” os povos indígenas.

Nesse espaço problemático, denominado Amazônia, a idéia de vazio populacional, de fronteira a ser ocupada, criou diferentes conflitos entre povos tradicionais e novos ocupantes vindos em busca de espaços e oportunidades. Tal idéia nasceu de equívocos propagados pela política integracionista do governo brasileiro, não condizentes com a realidade regional. A Amazônia sempre esteve povoada.

No entanto, os projetos desenvolvimentistas tratam os moradores das margens de rios e matas como peças elimináveis, lançando ao abismo séculos de experiências que podiam ser assimiladas para o bem comum da sociedade. São práticas culturais materializadas no *modus vivendi* e nas relações com o meio ambiente, e experiências vivificadas por sociedades secularmente estabelecidas – índios e mocambeiros.

Na bacia do Baixo Amazonas,¹⁰ oeste do Pará, localiza-se o rio Trombetas, onde se encontram dezenas de comunidades mocambeiras, entre elas Boa Vista e Moura, objetos deste estudo. Grupos sociais marcados por décadas de preconceitos e exclusão social advindos do sistema econômico, que privilegia a produção em detrimento dos valores tradicionais: a forma de viver sem precisar degradar a natureza e preservação de práticas culturais. Nesse contexto, os quilombolas vivenciam não somente a exclusão promovida pelo Capitalismo, mas da própria sociedade, que, tentando alcançar os valores da

⁹ Id. *Ibidem*.

¹⁰ FUNES, Eurípedes Antônio. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 2v. São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutoramento em História), p. 3. Segundo Funes, nos séculos XVIII e XIX, a região conhecida hoje como Médio Amazonas recebia a denominação de Baixo Amazonas, compreendendo as vilas de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre. Vamos utilizar essa expressão.

modernidade, ignora a trajetória histórica daquelas comunidades, marcada por um intenso processo de "invisibilidade expropriadora", escondendo conflitos sociais e negando aos negros a iniciativa de reivindicar seus direitos de cidadania e de propriedade da terra, o que se configura num "problema político prático",¹¹ pois, declarada a ausência de comunidades negras, os Governos - Federal, Estadual e Municipal - esquivam-se de investir na demarcação de terras e de criar projetos dirigidos àqueles grupos sociais, como proposto pela Constituição de 1988. Essa situação foi denunciada pelo Movimento Negro na década de 1990, acerca da usurpação das "terras de pretos", exigindo o cumprimento do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que garante aos remanescentes de quilombos o direito da posse definitiva de sua terras:

"Atualmente, tentam apagar do mapa brasileiro os territórios das Comunidades Negras Rurais Quilombolas ou das chamadas Terras de Negros. Trata-se de uma população que sofre a opressão de latifundiários, empresas mineradoras, madeireiras, projetos agropecuários, e luta para fazer valer o direito de viver na terra conquistada pelos seus antepassados quilombolas. Não há para nós uma expressão tão viva, tão real e tão atual como os quilombos de hoje: Kalungas (GO), Frechal e Jamary dos Pretos (MA), Oriximiná (PA), Rio das Rãs e Lages dos Negros (BA), Mucambo (SE), Castainho e Conceição das Crioulas (PE), Cafundó e Ivaporanduva (SP). Mimbó (PI), Furnas do Dioniso e Furnas da Boa Sorte (MS), Campinho da Independência (RJ), Guariterê (MT), Antunes (MG), Curiaú (AP), Conceição dos Caitanos (CE), e tantos outros quilombos brasileiros."¹²

Esse ato reivindicatório leva à organização das comunidades que, com apoio de ONG'S e respaldadas no referido artigo, partem para uma luta jurídica, tencionada pelo jogo de interesses externos, pela legitimação da posse de suas terras.

Deve-se ressaltar que no Pará não há uma comunidade quilombola chamada Oriximiná. Atualmente, no Estado, existem mais de cem áreas reivindicando essa descendência. Destas, vinte e oito estão localizadas no município de Oriximiná. Entre elas a de Boa Vista, a primeira comunidade titulada no Brasil, em 1995, e da Água Fria, no rio Cuminã, que juntamente com a do Pacoval, no rio Curuá, foram ambas tituladas em 1996.

¹¹ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1998, p. 14.

¹² As comunidade negras rurais quilombolas: a histórica resistência de um povo. Op. Cit., p. 36.

Mesmo com significativa presença de comunidades afro-descendentes no Pará, esse tema ainda possibilita uma diversidade de estudos, com possibilidade de outros olhares, seja por historiadores ou estudiosos de áreas afins. O Estado do Amazonas, proclamado pioneiro na abolição da escravidão (1884), não dispõe de pesquisadores engajados em discutir a presença negra na região. O próprio período escravista no Estado ficou envolto em espessa neblina ainda não dissipada. Há, portanto, um campo de estudo significativo para novos olhares dos historiadores.

1. As vozes roucas do Trombetas.

Atualmente, a luta dos remanescentes dos mocambos encontra legitimidade na ancestralidade, na identidade - pautada nas práticas culturais - e na memória, como garantia pela permanência nas terras onde seus antepassados conquistaram a liberdade. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as mudanças - ou impactos - e formas de resistência implementadas pelas comunidades Boa Vista e Moura, em suas relações com o projeto minerador de bauxita, executado pela Mineração Rio do Norte (MRN), instalado em suas terras, no final da década de 1960.

As discussões teóricas, recentes, fazem das lembranças dos remanescentes objeto de estudo sobre a resistência e identidade quilombola. Deixando que seus descendentes relatem suas memórias, podemos nos aproximar do passado quilombola, perceber "sua luta social, o seu imaginário, a percepção de mundo dos brancos,"¹³ e, principalmente, elucidar, e compreender o mundo criado por esses fugitivos na Amazônia.

Nesse caso, as narrativas ganham status de fontes para a história, porque elas são construídas por uma *memória*, guardada e transmitida por várias gerações. Assim, "ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser."¹⁴ Para os remanescentes, os objetivos do presente são anco-

¹³ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit. p. 16.

¹⁴ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC*. São Paulo: PUC/EDUC, n.º 15, 1997, p. 57.

rados em elementos do passado, como a resistência contra as expedições punitivas. Portanto, ao falar (rememorar), eles ilustram com passagem que firmam as "identidades", entendidas aqui como elaborações que "emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica."¹⁵

Para adentrar o universo desses mocambeiros foram utilizados os aportes teóricos e metodológicos da História Oral, aplicada às entrevistas com remanescentes de mocambos das comunidades Boa Vista e Moura. Suas narrativas são fundamentais para elucidar o processo histórico e as estratégias de enfrentamento empreendidas frente à política governamental e à implantação dos Grandes Projetos na Amazônia. As transformações, as apropriações, os discursos e as formas de reação, diante da realidade imposta por empresas e Governo, tornam-se elementos dinâmicos neste trabalho.

As falas apresentadas em parte foram corrigidas, mas aparecem como um modo "*estropiado*" da língua portuguesa, característica marcante da linguagem dos remanescentes, escolha essa embasada na concepção de entrevista como texto elaborado conscientemente pelo entrevistado para um discurso que poderá ser amplamente difundido. Sendo assim, a "*limpeza*" acabaria apresentando o fruto de uma interpretação única e prejudicaria o leitor na elaboração de suas conclusões.

"Tanta limpeza de texto pode provocar involuntárias cores desbotadas e desgastes na superfície, com a perda de alguns traços definidores da fala registrada – hesitações, euforias, ritmos e tons expressivos, outras emoções. O risco maior é ver o depoimento oral destituído de sua oralidade, em nome da hegemonia da escrita e do padrão culto da língua, com o descarte de tensões internas, numa domesticação do produto final."¹⁶

Nas entrevistas realizadas na Boa Vista e no Moura as hesitações e elaborações mentais são evidentes nas pausas, gestos e mudanças de expressões, principalmente quando se fala sobre a mineradora, pois, de maneira geral, as pessoas tentam se preservar de possíveis retaliações. Para driblar os

¹⁵ HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 109.

¹⁶ SILVA, Marcos. *Filtrada a voz, ouvir os resíduos*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/EDUC, n.º 22, Junho de 2001, p. 425.

entraves, o roteiro da entrevista começava com temas sobre a trajetória das comunidades, as formas de sobrevivência, as práticas sócio-culturais e, depois, entrava-se nas relações com a MRN. Contudo, outras questões surgem nas falas e são incorporadas às narrativas.

Nessas rememorações surgem as histórias de perseguições e fugas “heróicas” como componentes essenciais da oralidade. Os críticos da história oral, atentos em desqualificar a memória por considerá-la não “confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada,”¹⁷ poderiam sentir-se alicerçados nos problemas citados acima. Porém, essas características fazem parte do universo de quem trabalha com oralidade. Pela metodologia de pesquisa e análise das entrevistas, fica evidente o fato de a memória apresentar dados aparentemente falsos em um momento, mas que tornam-se verdadeiros em outras falas, principalmente quando confrontados com outras fontes. Nesse caso, a intrincada memória coletiva “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva (...).”¹⁸

A cronologia é outro exemplo incontestável de dimensões distintas utilizadas por quem rememora fatos e acontecimentos do passado. Os marcos temporais são diferentes daqueles a que estamos acostumados, causando oposição, mas também forte interação entre passado e presente.¹⁹ Em muitos momentos, os entrevistados confundem datas e lugares que nem eles próprios sabem se realmente fizeram parte de sua vida. O pesquisador, então, deve ficar atento e crítico ao analisar as falas e verificar que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis.”²⁰ Como acontece nas histórias do Trombetas, onde existem sempre fugas, perseguições, cachoeiras e mocambos para o descanso.

¹⁷ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/EDUC, v. 15, Abril de 1997, p. 51.

¹⁸ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 02.

¹⁹ GANDON, Tânia Risério d’Almeida. *Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/EDUC, v. 22, Junho de 2001.

²⁰ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 201.

Este trabalho caminhou no sentido da construção de fontes, seguindo aportes teóricos e metodológicos apresentados por Paul Thompson, pois:

“(...) ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas.”²¹

Depois de transcritas as entrevistas, e atendendo aos requisitos de diálogo flexível, percebe-se na tradição oral dos remanescentes elementos que expressam vivências conflituosas, vida sócio-cultural ameaçada, mas, também, tentativas de preservar valores do passado e do presente e pensamentos positivos para o futuro. Vidas, valores e pensamentos como componentes do passado quilombola, expressado através da família, dos ancestrais e de todos os mecanismos informais construídos pelos saberes da tradição.

Diante do universo desvendado pela tradição oral - literatura, poesia, cantos, histórias, provérbios, etc. - que registra a memória de um povo, tornando-se fonte para a história, foi preciso fazer uma delimitação. Nesse sentido, nas comunidades Boa Vista e Moura privilegiou-se a fala. Assim, as entrevistas foram exercícios de construção de fontes a partir de delimitações teóricas, configurando-se como o resultado da interação entre o pesquisador e os entrevistados.

Os temas abordados (mineradora, casa, trabalho, família, igreja, associações) davam margem para o alargamento das discussões, fazendo surgir múltiplas respostas sobre vivência e convivência num espaço de contínuas transformações. No entanto, um assunto era persistente: os problemas enfrentados por aqueles grupos sociais, ao longo das últimas quatro décadas, ante a presença, além da MRN, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -

²¹THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 254.

IBDF, depois transformado em Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, instituições essas que provocam um redesenho dos espaços a serem ocupados e utilizados pela população local e por quem chega.

O roteiro inicial da pesquisa tinha o intuito de conhecer e entender as relações das comunidades com a mineradora. Todavia, a rigidez para alcançar o objetivo inviabilizava um diálogo proveitoso sobre outros agentes perturbadores da vivência mocambeira Trombetas. Assim, durante a pesquisa de campo, a flexibilidade dos questionamentos e a mínima interferência garantiram liberdade para os entrevistados falarem, por exemplo, das atitudes truculentas dos fiscais do IBAMA em relação às suas atividades econômicas, os conflitos entre católicos e evangélicos e as disputas pela coordenação das comunidades. O ponto de partida estava estruturado em questionamentos, mas nem sempre os narradores estavam dispostos a falar sobre o assunto abordado - nesse momento a conversa fluía com liberdade e em seu ritmo, o que possibilitou vir à tona temas e questões significativas, anteriormente fora do alcance do pesquisador.

Não sendo algo tão novo, como os críticos apregoam, a utilização consciente das fontes orais suscita empenho e capacidade para visualizar o alargamento de perspectivas:

“(...) a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança: isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.”²²

As entrevistas foram realizadas durante estadas em Boa Vista e Moura. Os narradores são pessoas que vivem no cotidiano as contradições da presença das empresas que se instalaram na região com o Projeto Trombetas. Assim, temos falas de pessoas nascidas nessas comunidades e outras vindas do Alto Trombetas para trabalhar nas dependências da mineradora. Em sua maioria,

²² *Idem.*, p. 22.

tais personagens são trabalhadores da agricultura, apicultores e empregados nas empreiteiras prestam serviços no complexo minerador e na própria MRN. Estes últimos, especificamente, por conta do ritmo e horários de trabalho, afastaram-se de suas atividades costumeiras, a ponto deles declarem não conhecer a fundo os trabalhos desenvolvidos pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), entidade que representa os quilombolas em suas reivindicações. Portanto, são pessoas de um universo amplo, mas com uma particularidade determinante para o desenvolvimento do trabalho - presenciaram e vivenciam as mudanças advindas da instalação da MRN.

Os narradores discorrem sobre o que representa ser remanescente de quilombo e os preconceitos por conta da ancestralidade negra e escrava. Ressaltam também os problemas e enfrentamentos com a mineradora e órgãos do Governo Federal, em particular o IBAMA, pelas proibições de livre acesso às Unidades de Conservação instaladas na região (Reserva Biológica do rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera).

A partir do conhecimento dos seus direitos constitucionais e diante de invasões territoriais, os quilombolas começaram a se organizar em associações, fazendo crescer a mobilização em busca da Titulação Definitiva das Terras de Remanescentes. Assim, eles tentam garantir o "espaço de liberdade" para trabalhar e dar continuidade às formas culturais de vivência nas comunidades negras. No entanto, muitas dificuldades estão colocadas para a concretização desse direito, pois diferente das terras indígenas, juridicamente instituídas como áreas de preservação e tuteladas pelo Governo Federal, as "terras de negro"²³ são espaços de trabalho e devem pertencer, de forma coletiva, à comunidade, através de associações²⁴ constituídas para tal finalidade. No entanto, a conjunção de vários interesses nessas áreas cria barreiras à Titulação, conforme apresenta-se em capítulos posteriores.

²³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In. *Nas Trilhas dos Grandes Projetos. Cadernos do NAEA*, N.º 10, Belém: NAEA/UFPA, 1989, p. 174.

²⁴ MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia*. In: *O cerco está se fechando. Op. Cit.*, pp. 15-33.

A Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO) aparece nas entrevistas como uma entidade de suma importância para concretizar os anseios das comunidades, principalmente na questão da terra e na luta pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Atualmente, em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e Mineração Rio do Norte, a ARQMO está promovendo uma série de palestras sobre doenças (principalmente DST/AIDS) e cursos na área de educação ambiental, além de coordenar a demarcação das áreas a serem tituladas.

Assim, organizados em associações, os remanescentes buscam formas de resistência contra a invasão territorial e melhoria para as comunidades. Para tanto, o Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, promovido a cada dois anos pelas entidades negras do Estado do Pará, é salientado como espaço no qual se discutem alternativas para resolver os problemas e conflitos em comum a todos. Questões como o uso e invasão de terras e as implicações decorrentes da instalação de projetos para exploração mineral ou do potencial hidrelétrico da região são temas de destaque. É um fórum privilegiado dos negros do Baixo Amazonas e demais regiões no Pará. Na sua IX edição, realizada no Pacoval de 18 a 23 de julho de 2002, havia representantes da maioria das comunidades quilombolas constituídas no Estado e, pelos relatos, compartilhando os mesmos dilemas.

Durante este Encontro, as discussões enfatizavam os *Projetos de Desenvolvimento Sustentável* a serem implementados pelos remanescentes. O objetivo dos projetos em áreas tituladas é estruturar a situação econômica das pessoas nas comunidades. A Boa Vista, por exemplo, vem ao longo dos anos perdendo sua força de trabalho para a mineradora, e na década de 1990 começou o êxodo, ainda que pequeno, para cidades como Manaus e Santarém. Essa situação é vivenciada quando o remanescente perde a sua função na mineradora e não consegue se adaptar aos trabalhos na comunidade. Assim, a solução encontrada é partir em busca de emprego nos centros urbanos da região.

Contudo, é preciso salientar que na Amazônia os grupos em contato exercem mútua pressão e resistência. Os descendentes, por exemplo, não ficaram passivos diante da mineradora: resistiram à tomada de seus espaços, cobrando melhorias e utilizando os benefícios que a empresa oferece às comuni-

dades. Nesse contexto, “a chegada do estranho”, representada pela implantação de projetos desenvolvimentista na Amazônia, provoca reações e “o estranho [também] sai arranhado, ferido na sua pretensiosidade, alterado na sua intransigência”²⁵ e se vê obrigado a recuar para garantir espaços.

Nesse sentido, no Trombetas, a tradição mocambeira e a *construção* do discurso identitário afluíram como elementos eficientes para o enfrentamento com o agente do governo (IBAMA), a mineradora (MRN) e o projeto de construção de uma usina hidrelétrica em Cachoeira Porteira, pela estatal Centrais Elétricas do Norte (ELETRONORTE).

Na Amazônia, a riqueza documental e a presença significativa das comunidades negras quilombolas e o processo de desagregação - cultural, social e econômica - pelo qual elas vêm passando, em particular no rio Trombetas, constituem os motivadores deste trabalho. São experiências históricas de convívio com a natureza, mas, também, de busca pela integração na realidade vivenciada na região nas últimas quatro décadas. As comunidades negras não estão passivas diante das transformações; ao contrário, reivindicam, no embate com os grupos invasores, a terra como espaço de moradia e trabalho e de cidadania.

Nesse sentido, o trabalho tem, dentre outras finalidades, discutir as relações de tensão, a cooptação das comunidades e as formas de enfrentamento engendradas pelos quilombolas frente ao estranho. Assim, enfatiza-se a discussão dos problemas contemporâneos vividos pelos remanescentes da Boa Vista e do Moura. Levado a discutir a presença do Projeto Trombetas, representado pela Mineração Rio do Norte, deparei com situações ambíguas quanto à aceitação da empresa na região, porque, como se verifica nos relatórios de Responsabilidade Social da MRN e nas falas dos moradores, uma série de projetos para a melhoria da qualidade de vida e sustentação econômica das comunidades foram implantadas, principalmente na Boa Vista, e além de serviços como educação e saúde garantidos pela mineradora como forma de suprir as deficiências e até a total ausência do Estado.

A dissertação “Boa Vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas - uma incômoda presença” compreende cinco capítulos. No

²⁵ HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Op. Cit., p. 8.

primeiro, intitulado “Afro-amazônidas no Trombetas”, com base na bibliografia sobre o negro na Amazônia e na literatura de época, discute-se a inserção do escravo africano no cenário produtivo do Baixo Amazonas, em especial, na segunda metade do século XVIII e no século XIX. Espaço tido como exclusivamente indígena, hoje, apresenta-se caracterizado pela riqueza cultural miscigenada.

Nesse primeiro capítulo, além de fazer considerações sobre os povos do Trombetas, discute-se, com base nos relatos de viajantes, a presença de escravos fugidos das fazendas do Baixo Amazonas, que adentraram o rio Trombetas, procurando as cachoeiras como local de refúgio, alimentando o sonho da liberdade. Como resultado desse processo formaram-se, entre outras, as comunidades Boa Vista e Moura, com origens no processo de *chegada* de fugitivos e de *descida* dos mocambeiros, vindos das cachoeiras do Alto Trombetas, para fixar moradias nas “águas mansas”, ainda no período da escravidão.

No segundo capítulo - “Grandes Projetos: a incômoda presença” - faz-se uma discussão sobre como os projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia, desrespeitam as práticas tradicionais dos povos da floresta, impondo-lhes novas atitudes diante do espaço, do trabalho e da sociedade migrante.

O terceiro capítulo - “A onça e a cascavel no nosso meio” – com base em documentação da MRN,²⁶ de órgãos do Governo e em depoimentos orais, traçou-se o percurso de chegada da Mineração Rio do Norte e do IBAMA, no rio Trombetas, e as conseqüências das imposições dessas entidades para a população local.

No quarto capítulo - “Quilombolas do Trombetas: organização e resistência” – apresenta-se as diferentes formas de resistências desenvolvidas pelos remanescentes de quilombos do rio Trombetas em seu embate com as forças do grande capital e do Governo. As conquistas da ARQMO, principalmente, nos processos de titulação de terras, são enfatizadas como resultados da mobilização dos quilombolas para proteger seus espaços de trabalho e moradia. Discute-se, também, a experiência de titulação coletiva, em que várias comunidades recebem um mesmo documento, garantindo agilidade nos processos,

²⁶ Esses documentos e relatórios podem ser consultados no site da Mineração Rio do Norte – www.mrn.com.br.

permitindo, assim, que as comunidades continuem a utilizar os espaços conjuntamente.

No quinto capítulo – “Ribeirinhos têm novo padrão de vida” – vêem-se as principais mudanças ocorridas nas comunidades, principalmente após a primeira titulação definitiva, ocorrida em 1995, na comunidade Boa Vista.

Busca-se fazer uma reflexão sobre o pós titulação e as relações e estratégias traçadas pelas comunidades e pela M̄R̄N, buscando-se configurar os limites de tolerância, de inferência e de convivência cotidiana entre dois territórios e duas realidades distintas num mesmo espaço.

Este trabalho enquadra-se na perspectiva apresentada por Mary Del Priore e Flávio Gomes como uma história das margens, pois “se volta para o estudo de grupos num território. Grupos que seriam filhos de uma história, de uma língua e de um conjunto de costumes comuns, costumes em permanente reconstrução graças aos jogos de oposição ou inclusão com os grupos vizinhos,”²⁷ como acontece com as comunidades negras do Trombetas.

²⁷ DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. X.

“Os mocambos do Trombetas tem sido perseguidos periodicamente, mas nunca destruídos, eu acredito que eles hão de prosperar e aumentar.”

Tavares Bastos, 1866.

CAPÍTULO I

AFRO-AMAZÔNIDAS DO TROMBETAS

CAPÍTULO I: AFRO-AMAZÔNIDAS DO TROMBETAS.

A historiografia, no tocante à escravidão, sempre apresenta temas polêmicos a serem analisados. No Brasil, os estudos que vão de Gilberto Freyre¹ às interpretações historiográficas nas perspectivas da História Social, passando pelos olhares mais ortodoxos como de Jacob Gorender,² destacam as diferenças no sistema escravista implantado nas Américas, caracterizando-o pela maneira como os senhores tratavam seus cativos.

Nas décadas de 1980 e 1990 há uma considerável produção referente à escravidão negra, na perspectiva da História Social,³ principalmente enfocando a resistência dos escravos ao cativo e suas estratégias de sobrevivência e luta pela liberdade no sistema. De acordo com Funes:

"(...) as temáticas escravidão e abolição têm suscitado uma produção historiográfica que busca constituir como objeto de sua preocupação o resgate dos múltiplos significados apreendidos nas falas até então silenciadas. Recuperam a história do negro cativo, a sua luta social, o seu imaginário, a percepção de mundo dos brancos, descobrindo e compreendendo o mundo que os escravos criaram, numa outra perspectiva de análise histórica."⁴

-
- ¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 5ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1946.
- ² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990;
- ³ AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra medo branco*. O negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830 1888. São Paulo: Brasiliense, 1987; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; QUIROZ, Suely Robles Reis de. *Rebeldia escrava e historiografia*. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, vol. 17, n.º especial, 1987. pp. 7-35; REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SCHWARTZ, Stuart B. *Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, vol. 17, 1987; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial - 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ⁴ FUNES, Eurípedes Antônio. *"Nasci nas matas, nunca tive senhor": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. 2v. São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutoramento), pp. 12-13. Para balanço historiográfico, ver: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A escravidão negra em debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1999; GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

As divergências e as polêmicas surgem, de acordo com Suely Robles Reis de Queiroz, porque as interpretações estão condicionadas “às influências ideológicas e, conseqüentemente, ao enfoque teórico de cada autor.”⁵ Portanto, autor e obra trazem a marca de seu tempo e os arcabouços teórico-metodológicos que refletem os pressupostos ideológicos de seu pensamento.

O período escravista foi um momento *conturbado* da história brasileira, constantemente caracterizado por imposições e uso da força dos senhores contra os escravos, mas a historiografia dá conta de ações eficientes dos cativos lutando pela liberdade cerceada. Nesses arranjos e negociações, os negros também saíam vencedores, pois “a capacidade de opor-se aos projetos do senhor foi, algumas vezes, muito forte. Nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo estrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses.”⁶

Havendo possibilidades de negociação, os escravos mostravam sua força dentro do sistema escravista brasileiro. Mesmo não sendo reivindicações sempre bem sucedidas, esses são momentos que marcam posições de agentes antagônicos em um mesmo sistema. Tal percepção é afirmada por Stuart Schwartz, pois, “os escravos não eram agentes históricos independentes capazes de construir o próprio destino, mas os senhores às vezes também se deparavam com limitações impostas pelos atos e pelas posturas dos escravos.”⁷ Assim, homens escravizados e homens que escravizavam tentaram delimitar seus domínios e impuseram os limites de ações nas relações senhores/escravos, limites que tangenciam a fronteira da tolerância, fazendo da fuga a forma mais forte de resistência, quando aquela é quebrada.

Dentre outras possibilidades de resistência, a fuga aparece como uma maneira de o cativo demarcar seus espaços de vivência dentro do sistema escravista. Nesse contexto, o quilombo surge como “fruto das contradições estruturais do sistema escravista e reflete, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos.”⁸ Idéia que não encon-

⁵ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A escravidão negra em debate*. Op. Cit., p. 103.

⁶ REIS, João J. e SILVA, Eduardo. Op. Cit., p. 16.

⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 13.

⁸ MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987, p. 13; MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1985; CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Nacional, 1988. (Col. Brasileira, vol. 302).

tra respaldo em estudos de Flávio Gomes e Eurípedes Funes, para os quais o escravo rompe com condição de cativo, mas não com a sociedade escravista, mantendo estreitos laços comerciais, apesar da luta de classe estar colocada para esses grupos que se organizam em quilombos.

Os fugitivos nem sempre se dirigiam diretamente para os quilombos, às vezes buscavam os espaços urbanos, onde conseguiam viver no anonimato. Porém, é inegável que a formação das sociedades quilombolas incomodaram e provocaram a sociedade escravista, além de mexer com o cotidiano dos cativos. Segundo Flávio Gomes;

“As comunidades de escravos fugidos que se formaram em todo o Brasil – não só na província fluminense – ao longo do período da escravidão procuraram, na medida do possível, transformar os limites da dominação escravista. Neste sentido, enquanto sujeitos históricos, os quilombolas recriaram um mundo novo dentro dos variados mundos da escravidão.”⁹

Como um conceito historicamente construído, o quilombo foi um espaço formado por negros fugidos, onde conquistavam autonomia, liberdade e podiam agir em função de suas percepções contra a sociedade escravista, havendo, portanto, um sentido político de protesto.¹⁰

A historiografia sobre as fugas para os quilombos ajuda a compor um quadro da resistência à escravidão, sendo “longa a lista de autores que estudaram os quilombos brasileiros, especialmente Palmares.”¹¹ Contudo, nesses estudos o fenômeno do aquilombamento serve de suporte para mostrar, principalmente, a política governamental no sentido de erradicar as fugas. No artigo *Do Singular ao Plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos*, Sílvia Lara discute a “resistência quilombola e as dificuldades para erradicá-la”¹² através de ações que despendiam quantidades vultosas de recursos, os quais as autoridades não estavam dispostas a pagar. Mas as expedições tor-

⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Op. Cit., p. 36.

¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial*. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará. 1996, v. 2, t.1, p. 126-127.

¹¹ REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11.

¹² LARA, Sílvia Hunold. *Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos*. In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Op. Cit., p. 92.

navam-se necessárias para coibir a ação negra e dar resposta às solicitações dos senhores prejudicados com as fugas.

A trajetória dos quilombolas no Brasil pode ser verificada em dezessete artigos de especialista no tema escravidão, que estão na coletânea *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes sobre a obra *faço minhas as palavras de José Carlos Sebe Bom Meihy*:

“Dois arranjos nortearam o livro: os espaços geográficos que percorreram o mapa brasileiro e o atravessamento temporal que flui do século XVII até o presente. Exibindo um contexto geral, de sul a norte do país a fuga de escravos é mostrada como prática incessante de busca da liberdade, dignidade. A persistência deste recurso através dos tempos deixa entrever a longa duração do tratamento separatista entre negros e brancos.”¹³

Na Amazônia, a tensão no mundo do trabalho, marcada pelos conflitos, negociações e fugas de cativos, não é diferente das regiões em que o trabalho escravo foi hegemônico. Nas fazendas de gado e plantações de cacau do Baixo Amazonas, a resistência e a busca da liberdade persistem nas memórias dos descendentes dos escravos que construíram os temidos e sempre combatidos *mocambos*, termo utilizado na Amazônia, inclusive, pelos remanescentes, como sinônimo de quilombo.

Os escravos fugidos acabavam vivendo em constante mudança de locais de moradia e trabalho, escapando das ações punitivas. Nas lembranças dos descendentes, os antepassados destes sempre saíam vencedores nos embates com os “brancos”, pois recebiam ajuda através dos “mistérios” (magias e encantados), conseguindo, assim, enganar as tropas. Contavam eles com auxílio de pessoas com poderes sobrenaturais, como o negro Manoel Peregrino que “era o espião. Ele era escravo. Agora, ele era uma pessoa experiente. Ele tinha mais experiência que eles. Então, ficava de vigia. Como eu tô dizendo: ele tinha devoção, diz que se virava em qualquer coisa.”¹⁴

Está presente na história dos remanescentes a capacidade dos ancestrais de interagir misteriosamente com os elementos da natureza. Assim, de-

¹³ BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Resenha. In: *Revista de História*, n.º 138, São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1998, p. 154.

¹⁴ Maria da Cruz, entrevista, concedida à Eurípedes Funes durante o III Encontro Raízes Negras, no Silêncio do Matá, Julho de 1990.

terminados negros tinham poderes de se transformar “em qualquer coisa”, como “animais da floresta”. Nesse contexto, dominando os caminhos de rios, matas e conhecendo os perigos das cachoeiras, vencer os soldados era questão de inteligência. Para tanto, eles esperavam o momento certo para agir e utilizavam a própria natureza contra os invasores, como as correntezas das cachoeiras, facilmente transpostas pelos mocambeiros, mas de acesso impossível para os soldados.

Na mesma perspectiva dos estudos sobre a escravidão, renovam-se as discussões acerca da resistência escrava. A historiografia desvinculou-se da procura por elementos de sobrevivência africana nos quilombos e da exaltação de suas táticas de guerrilha, como pensavam os culturalistas.¹⁵ Também, intensificam-se as preocupações em torno da pesquisa documental e ampliação de fontes manuscritas, orais, elementos da cultura material e peças arqueológicas, alargando as discussões e o conhecimento sobre quilombos por todo o Brasil. Nesse sentido, “o estudo da cultura material negra em cativeiro revelou inúmeras características simplesmente impossíveis de serem detectadas nos documentos históricos escritos,”¹⁶ tradicionalmente arrolados como fontes.

É nessa ampliação de fontes que se utilizam com propriedade as falas e lembranças que brotam da memória dos descendentes dos aquilombados, presentes na maioria das regiões do Brasil, memórias que apresentam acontecimentos “dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.”¹⁷ Daí a riqueza de informações apresentadas nas narrativas, pois trazem fatos vivos, ou, de acordo com Michael Pollak, “vividos por tabela”, rememorados por um indivíduo em sua leitura pessoal e individual, mas carregada de elementos e acontecimentos coletivos. Assim, a memória assume o estatuto de “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é a-

¹⁵ RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1994; CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

¹⁶ FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 28.

¹⁷ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CP-DOC/FGV, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 209.

quele indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.”¹⁸

Ao narrar, o remanescente relembra acontecimentos, remetendo à especificidade de uma relação íntima entre o passado e o presente dos grupos afro-amazônidas. A memória, nessas comunidades, assume seu conceito básico de “presença do passado.”¹⁹ Assim, as demandas por explicações no presente vão sendo preenchidas pelas reminiscências emergentes da memória dos descendentes dos grupos sociais constituídos como quilombolas.

1.1. Amazônia: historiografia da trajetória negra.

O estudo da escravidão negra na Amazônia é recente, apesar de a historiografia dar conta da entrada de africanos na região desde a travessia de Francisco Orellana, em 1541-42.²⁰ Todavia, não havendo como aprofundar a trajetória dos negros, precursores desse processo, a historiografia regional elegeu, como período significativo para estudos, o momento posterior à introdução da cana-de-açúcar como atividade econômica na região do baixo rio Tocantins. No Baixo Amazonas, a produção do cacau e a pecuária foram as principais atividades que forçaram a entrada dos trabalhadores cativos.

Datar a entrada dos primeiros negros escravos na Amazônia pode tornar-se uma discussão infrutífera, como as realizadas no passado. No entanto, Nunes Pereira, em artigo de 1949, intitulado *A introdução do negro na Amazônia*, apresenta a temática em forma de questionamento a respeito da condição jurídica desse elemento e posiciona no século XVII um marco da entrada de escravos africanos na região:

“(...) não será de estranhar-se, portanto, que, antes da data de 1692, que se aponta, com mais segurança, como a do início da introdução do elemento africano na Amazônia, já aqui houvesse aparecido negros escravos e negros livres ou mesmo forros, de parceria, cantan-

¹⁸ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 94.

¹⁹ Id., *Ibidem*.

²⁰ CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relação que escreveu frei Gaspar de Carvajal, em descobrimento do rio Amazonas*. Trad.: C. de Melo Leitão. vol. 302. São Paulo: Companhia Nacional. Coleção Brasileira. s/d.

do, dançando no convés, ou gemendo e agonizando no fundo do porão de um ou outro tumbeiro.”²¹

O processo foi intensificado quando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) começa a financiar a compra de escravos negros, demonstrando que a montagem da instituição “teve por meta principal a importação de escravos africanos para a Amazônia,”²² viabilizando a produção nos lugares controlados pelos religiosos.

Por se pensar a Amazônia “como uma região marcadamente de cultura indígena fez com que a escravidão e a cultura africana fossem colocadas num segundo plano,”²³ tal visão, deslocada da realidade local, fez com que surgisse uma imensa lacuna na historiografia regional. A falta de aprofundamento do tema faz surgir denominações como “pequenas ilhas negras na imensidão verde indígena.”²⁴ A persistência em colocar a experiência negra em segundo plano perpetua a idéia de que a escravidão indígena anulou a presença negra.

A ausência de pesquisa persistiu por longo tempo. Somente no final de 1940 começam a surgir trabalhos específicos sobre a presença africana na Amazônia, com os textos de Manoel Nunes Pereira: *A introdução do negro na Amazônia*,²⁵ de 1949, e *Os negros escravos na Amazônia*,²⁶ em 1952.

Os estudos da atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, apresentados na década de 1960, demonstram que com a inserção da Amazônia no mercado internacional durante o período pombalino intensificou-se o tráfico negreiro entre a região e a África Ocidental, sendo a costa africana a área que mais forneceu escravos para a Amazônia.²⁷ A produção historiográfica torna-se significativa e abrangente nas obras de Arthur Ce-

²¹ PEREIRA, Manuel Nunes. *A introdução do negro na Amazônia*. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n.º 77, 1949, p. 521.

²² KELLY-NORMAND, Arlene. *Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição*. In: *CADERNOS DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS*. Belém: UFPA, n.º 18, Out./Dez., 1988, p. 5.

²³ FUNES, Eurípedes Antônio. “Nasci nas matas nunca tive senhor”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. *Op. Cit.*, p. 16.

²⁴ COSTA, Selda Vale da. *Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas amazônicas*. São Paulo: PUC-SP, 1997, tese de doutorado em Ciências Sociais. Apud: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *De mocambeiros a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX*. In: *Terra das Águas*. Brasília. Vol. 1, n.º 1, 1999, p. 149.

²⁵ PEREIRA, Manoel Nunes. *A introdução do negro na Amazônia*. *Op. Cit.*

²⁶ PEREIRA, Manoel Nunes. *Negros escravos na Amazônia*. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, n.º 3, 1952.

²⁷ FUNES, Eurípedes Antônio. “Nasci nas matas nunca tive senhor”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. *Op. Cit.*, p. 13.

zar Ferreira Reis, *O negro na Amazônia*,²⁸ e Manuel Nunes Dias, *Fomento e mercantilismo - A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*.²⁹

O estudo de Vicente Sales, *O negro no Pará sob regime de escravidão*,³⁰ torna-se um clássico sobre a presença africana no Pará. O autor apresenta o tráfico como um comércio sem escrúpulos e centra sua análise na etnia, trabalho e lazer do escravo, e em sua luta contra a escravidão. Os mocambos do Baixo Amazonas aparecem destacados pelas constantes investidas do Poder Público para erradicá-los.

Durante a década de 1980 surgem estudos como a tese de doutoramento de Rosa Acevedo Marin, *Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'empere - XVII-XIX e siècles*,³¹ o artigo de Arthur Napoleão Figueiredo, *A diáspora africana na Amazônia e a abolição da escravatura no Pará*.³² Em 1988, Napoleão Figueiredo e Anaiza Virgulino-Henry publicam *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*³³ com base na documentação do Arquivo Público do Pará sobre o tráfico negreiro e a escravidão no século XVIII.

A discussão sobre a presença negra na Amazônia aparece, também, em estudos sobre a cabanagem, como na tese de doutoramento de Luís Bal-Kar Sá Peixoto Pinheiro, *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na cabanagem*, e também no seu artigo *De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX*, no qual o autor faz incursão pela historiografia acerca da escravura e destaca a presença negra durante o conflito armado que movimentou a Amazônia na primeira metade do século XIX. Enfatiza, também, o período pombalino, como um dos mais significativos para a entrada de negros escravos na região amazônica.

²⁸ REIS, Arthur César Ferreira. *O negro na Amazônia*. In: *Boletim Geográfico*, n.º 149, 1959.

²⁹ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2vols., Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

³⁰ SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob regime de escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.

³¹ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth, *Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'empere - XVII-XIX e siècles*. Paris. École des Hautes Études em S. Sociales, 1985. Tese de Doutorado.

³² FIGUEIREDO, Napoleão. *A diáspora africana na Amazônia e a abolição da escravatura no Pará*. Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1988. (Mimeo).

³³ FIGUEIREDO, Arthur Napoleão e VIRGOLINO-HENRY, Anaiza. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: SEDUC, 1988.

Apesar dessa ampliada produção, ainda são necessários muitos trabalhos para dar conta dos diferentes significados que a presença negra representa para a Amazônia. Durante a década de 1990, o Baixo Amazonas, incluindo os rios Trombetas, Erepecuru e Curuá, vai ser palco de pesquisas quanto à escravidão, em especial sobre práticas de resistência e formação da sociedade mocambeira.

Nesse sentido, os estudos são representativos da ênfase dada à memória dos remanescentes como fonte para a história. Nessa perspectiva está o livro *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*,³⁴ que aborda os problemas contemporâneos dos quilombolas do Trombetas, principalmente no seu embate com os projetos desenvolvimentistas instalados na região. As autoras, Rosa Acevedo e Edna Castro, pesquisadoras do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), elas discutem a ancestralidade, a identidade e a territorialidade dos negros identificados como remanescentes de quilombos que tiveram seus espaços de trabalho diminuídos pela presença de projetos mineiradores e da política preservacionista do Governo Federal. Os remanescentes passaram a viver num espaço vigiado e em constantes conflitos, rememorando a tradição de seus antepassados.

Em 1993, a professora Eliane Cantarino O'Dwyer, coordenando o Grupo de Estudo e Trabalho de Campo na Amazônia da PROEXT-UFF, realiza um estudo etnográfico nas comunidades negras do município de Oriximiná, onde funcionava o *campus* avançado da Universidade Federal Fluminense na Amazônia. Com base nas informações colhidas pelos alunos, a professora publica *Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra*,³⁵ onde discute o passado incorporado dos quilombos, as interferências do poder público e suas conseqüências, a utilização de práticas culturais para transgredir a ordem e a etnicidade como elemento de confrontação aos invasores da região.

Eurípedes Funes - em sua tese de doutoramento, "*Nasci nas matas nunca tive senhor*": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas,

³⁴ ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2ª ed. Belém: CEJUP/NAEA/UFPA, 1998.

³⁵ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra*. In: *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, 3 (23), Set./Dez., 1993, p. 26-38.

tendo como referência um *corpus* documental constituído por inventários, documentos cartoriais, relatos de viajantes e entrevistas com remanescentes de mocambos – ele estuda o fenômeno do aquilombamento no Baixo Amazonas. Assim, o autor faz uma análise do processo histórico das “comunidades quilombolas que, formadas sob a escravidão, se projetaram para o futuro, alcançando nossos dias,”³⁶ vivenciando práticas culturais que revitalizam laços históricos com o passado mocambeiro.

No presente trabalho, Funes aponta o questionamento recorrente no estudo da escravidão na Amazônia - “*E ali houve escravidão?!*” – e explica que tal equívoco advém da ênfase dada às regiões produtoras do nordeste brasileiro, às áreas de mineração e às cafeicultoras nos estudos sobre escravatura e a formação de quilombos, espaços onde a presença da mão-de-obra escrava africana constituiu-se hegemonicamente. No entanto, no contexto administrativo, desde o período colonial a Amazônia estava inserida no processo de colonização e produção. Portanto, a região não se configurou apenas como um espaço de extrativismo das drogas do sertão, que era mais lucrativa quando era executada por nativos e caboclos, mas também vivia de atividades agropastoris agricultura e, por conseguinte, precisava de mão-de-obra escrava negra. É nesse contexto que chegam ao Baixo Amazonas os negros vindos da África, que dividiram o espaço de trabalho e os espaços quilombolas com os *negros da terra*. Assim, índios e afro-descendentes configuram-se como elementos fundamentais para o processo produtivo e a formação da sociedade afro-amazônida, visível no Baixo Amazonas e, em particular, nas terras do Trombetas.

São trabalhos de cunho histórico e antropológico, mas que obtiveram alcances de denúncia e cobranças de cunho social junto às autoridades, por melhorias na realidade dos negros da Amazônia. O laudo que deu origem ao livro *Negros do Trombetas* contribuiu para a paralisação do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia que seria instalado em Cruz Alta pela empresa Alcoa, enquanto a tese de Funes foi utilizada na titulação da comunidade Pacoval.

³⁶ REIS, João e GOMES, Flávio. Op. Cit., p. 22.

1. 2. O povoamento do rio Trombetas.

Caminhando pelas margens dos lagos do Trombetas, encontram-se peças de cerâmica em plena superfície, como descrito por Barbosa Rodrigues, em 1874, ao visitar a roça de mocambeiros, onde encontrou “signaes de extinta maloca, nos numerosos fragmentos de louça que haviam espalhado. Entre esses fragmentos encontrei alguns com formas de animaes, entre elles um representando bem a cabeça de um jacaré.”³⁷ O fato aconteceu na “foz do Yukiry-uaçu”, hoje Juquiri-Grande, próximo ao lago Erepecu.

Os primeiros estudos arqueológicos no Trombetas foram feitos por Peter Paul Hilbert e publicados em 1955, no livro *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná*³⁸. O autor analisou amostras de cerâmica coletadas entre Óbidos, Terra Santa e Nhamundá, atribuídas aos índios Conduri. A importância dessa cultura pré-colombiana é evidenciada, entre outros aspectos, pela durabilidade e adornos da cerâmica, muito bem elaborada, com detalhes surpreendentemente finos e elegantes, revelando a existência de artesãos qualificados que viviam às margens daquele rio.³⁹

Em 1980, o museu paraense Emílio Goeldi iniciou uma série de pesquisas arqueológicas na mesma área, com apoio financeiro da Mineração Rio do Norte. Os trabalhos de campo foram realizados em quatro etapas: uma em 1981, duas em 1985, e uma em 1988. O relatório preliminar, redigido em 1990, por Klaus Hilbert, descreveu quarenta e sete sítios existentes nas imediações de Porto Trombetas (sede da MRN) e Serra do Saracá, entre os quais destacam-se o de Boa Vista, aproximadamente um quilômetro acima de Trombetas e o da Chácara Akebono, na margem direita do Lago Batata. Segundo Klaus:

“O número de sítios arqueológicos da região poderia indicar um denso povoamento pré-histórico indígena durante um período aproximado de 2500 anos de ocupação. A alta densidade demográfica sugerida pela quantidade de sítios localizados poderia ser uma prova da in-

³⁷ RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: *Exploração e estudos do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875, p. 19.

³⁸ HILBERT, Peter Paul. *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná*. Belém: Instituto de arqueologia e etnologia do Estado do Pará, 1955.

³⁹ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Ecologia e mineração na Amazônia: história econômica e ambiental do vale do rio Trombetas*. Projeto de tese para seleção ao Programa Transdisciplinar de Doutorado em Economia Ecológica, da Universidade de Brasília. Brasília, 1994. (Mimeo).

tensa capacidade de manipulação, localização, produção e exploração dos recursos oferecidos pelos diferentes nichos ecológicos.”⁴⁰

No início de 2001, um convênio firmado entre o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Mineração Rio do Norte (MRN) e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) promove o projeto Salvamento Arqueológico em Porto Trombetas, cujo objetivo “é resgatar, classificar e proteger peças, materiais e locais que retratam a história, o modo de viver e fazer dos antigos habitantes do lugar, na maioria índios e quilombolas.”⁴¹ Os primeiros resultados desse projeto nas comunidades do Moura, Boa Vista, Batata e Porto Trombetas, indicam que a produção oleira “já foi uma atividade muito importante na região. Porém, ao longo do processo de ocupação e com a extinção dos grupos indígenas que habitavam as margens do rio, o costume de fazer objetos de cerâmica foi praticamente esquecido.”⁴²

No entanto, são poucas as conclusões a respeito da vida dos primeiros habitantes do vale do rio Trombetas. Não se pode, inclusive, relacioná-los de forma direta com os indígenas contactados pelos cronistas coloniais entre os rios Nhamundá e Trombetas, nos séculos XVI e XVII. Haja vista, durante dois milênios, muitos outros povos terem passado pela região, conforme indica a acentuada presença de sítios arqueológicos, verifica-se que a história do povoamento desse rio é muito anterior ao começo do colonialismo europeu na Amazônia.

Nos séculos XVIII e XIX, o ainda *desconhecido* Trombetas, temido pelas doenças incuráveis e abrigo de negros fugidos, foi visitado por cientistas, religiosos e autoridades do Governo, cujos relatos possibilitam visualizar as sociedades quilombolas que se constituíram naquele espaço, antes percebido como território indígena. As expedições tiveram objetivos diversos como catequizar e promover o *descimento* de indígenas, destruir quilombos, aprisionar fugitivos, e fazer o reconhecimento das condições físicas e geográficas da região, atendendo aos interesses do Governo Provincial (vide quadro 1).

⁴⁰ HILBERT, klaus. *Salvamento arqueológico na região de Porto Trombetas*. Relatório 1990. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990.

⁴¹ *Jornal Uruá-Tapera – Gazeta do Oeste*. Oriximiná, Janeiro de 2004. Ano XII, n.º 104, p. 3.

⁴² *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, Nov./Dez. de 2003, n.º 151. Seção Viver, p. 01.

Quadro 1: Expedições ao rio Trombetas e seus afluentes nos séculos XVI-II e XIX.

Ano	Expedicionário	Objetivos e/ou resultados
1725 - 1727	Os capuchos da Piedade penetram no rio Trombetas, Frei Francisco de São Marcos (primeiro a subir o Trombetas)	Os religiosos descem 15 tribos do Trombetas. Relatório da viagem ao rio.
1787	Martinho de Souza e Albuquerque ordena uma expedição de reconhecimento ao rio Trombetas.	Expedição resulta em fracasso por causa de febres que atacaram a equipe.
1799	Francisco José Rodrigues Barata	Diário de viagem até a colônia de Suriname.
1838	Robert Schomburgk	Estudo geográfico e etnográfico das cabeceiras do rio Trombetas.
1854	F. Parahybuna dos Reis (por solicitação da Companhia do Amazonas).	Observações cuidadosas sobre a navegação do Trombetas.
1855	Expedição comandada por João Maximiano de Sousa.	Expedição dirigida à captura de quilombos (<i>quilombolas</i>).
1865	Aureliano Cândido Tavares Bastos	Estudo Econômico e Geopolítico do Vale do Amazonas. Visitou Óbidos e fez anotações sobre o rio Trombetas. Escreveu "O Vale do Amazonas".
1868	Manoel Valente do Couto, talvez acompanhado de frei Carmelo Mazzarino instruído pela Câmara Municipal de Óbidos	No seu relatório final deteve-se sobre as lavouras dos quilombos.
1871	Oliver A. Derby.	Estudo Geofísico, Geográfico e Etnográfico do rio Trombetas, publicado no boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1898.
1870 - 1872	Charles F. Hart	Estudos de Geografia Física. "Contos sobre as tartarugas", publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1896.
1874	João Barbosa Rodrigues	Realizou uma expedição e escreveu "Exploração e Estudo do Vale do Rio Amazonas", publicado pela Tipografia Nacional.
1875	João Maximiano de Sousa	Escreve no Jornal Amazonas, um artigo intitulado "Uma viagem ao rio Trombetas".
1877 1878 1882	Padre Nicolino Pereira Souza	Realizou três expedições no Cuminá. Diário publicado na Revista de Estudos Paraenses em 1894.
1899	Octavie e Henri Coudreau	Realizaram expedições no Trombetas e Cuminá – estudos geográficos e etnográficos do Médio e Alto Trombetas, no Cuminá, Mapuera, Cachorro e Curuá, publicados em Paris.

Fonte: ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: Guardiães de matas e rios*. Op. Cit., p. 91-92.

As primeiras informações sobre as sociedade indígenas do Trombetas nos chegaram pela documentação gerada por religiosos. Em 1727, os Capuchos da Piedade percorreram o rio Trombetas numa expedição organizada pelo comandante do Forte de Pauxis (atual Óbidos), em que foram contactados quinze grupos indígenas; em seguida, estes foram conduzidos aos aldeamentos.

Esse processo de aldeamento e a intensificação da presença colonial, e dos contatos interétnicos favoreceram a redução dos espaços indígenas e a

extinção de algumas sociedades nativas,⁴³ fato agravado por epidemias e violência dos colonizadores.

Aqueles que sobreviveram a estes momentos iniciaram o processo de deslocamento, impulsionado, posteriormente, também pelos conflitos com os mocambeiros, que adentraram os espaços indígenas no século XIX. Exemplar é a migração dos Kaxuyana, povo do Trombetas, que hoje habita os rios Nhamundá, Paru de Oeste e a Serra do Tumucumaque:

“Embora seja conhecida como área ‘dos Tyriyó’, essa porção ocidental das terras indígenas do Parque do Tumucumaque entre os rios Marapi, Cuxaré e Paru de Oeste (afluente do Trombetas), é também habitada por índios Kaxuyana e Ewarkuyana.”⁴⁴

O rio Trombetas era chamado pelos Kaxuyana de Karu, e seus habitantes de Karu-yana. Kaxuyana, portanto, significa *gente do Trombetas*. Segundo Protásio Frikel, a mitologia Kaxuyana refere-se a dois grandes cataclismos que teriam extinto esse povo em épocas remotas, nas áreas dos rios Trombetas e Cachorro. O primeiro povo mencionado pela tradição oral teria sido destruído pela “*grande enchente*”. Os poucos sobreviventes repovoaram a mesma área, mesclando-se a outros indígenas vindos do rio Amazonas. Completado esse processo, os índios teriam sido, por sua vez, destruídos pelo “*grande fogo*”. Novos imigrantes indígenas, os Warikyana, vindos do Baixo Amazonas via Paru de Oeste, integraram-se aos antigos habitantes do Trombetas. É este povo, que já conhecera sucessiva mestiçagem e aculturações, o primeiro contatado pelos colonizadores portugueses.⁴⁵

A última onda migratória deu-se por volta do século XVIII, originando uma série de subgrupos Kaxuyana: os Kaxuyana propriamente ditos, os Warikyana, os Karyana e os Ingarunę. Para Protásio Frikel, as relações entre esses povos do Trombetas e afluentes tanto foi pacífica como guerreira ao longo do tempo:⁴⁶ “E foi nesse estágio que frei Francisco de São Marcos conheceu os

⁴³ GOMES, Flávio dos Santos. “Amostras humanas”: índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. In: MAGGIE, Yvonne & REZENDE, Claudia Barcellos. *Raça como retórica e construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 29-81.

⁴⁴ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000, p. 51.

⁴⁵ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Ecologia e mineração na Amazônia: história econômica e ambiental do vale do rio Trombetas*. Brasília, 1994. (Mimeo).

⁴⁶ FRIKEL, Protásio. *Os Kaxúiana: notas etno-históricas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 16, 1996.

indígenas, no início do século XVIII. O relato desse missionário, considerado o descobridor do Trombetas, descreve os caxorenas entre 1725 e 1728.⁴⁷

No século XIX, os relatos sobre povos indígenas e demais ocupantes do Trombetas tornaram-se mais minuciosos, como o dos naturalistas Henry e Octavie Coudreau, em "sua primeira viagem a um afluente da margem esquerda do rio Amazonas."⁴⁸ Estiveram no Trombetas em 1899 e avaliaram a população Waiwai em três mil pessoas, habitando as cabeceiras do Mapuera.⁴⁹ Ao sul, em direção à Cachoeira Porteira, moravam outros povos indígenas, Turtumo, Mawayena, Xereu, Katuena, cada vez mais pressionados pelas frentes extrativistas vindas do Baixo Amazonas.

A partir desses contatos, nem sempre pacíficos, entre povos indígenas, negros aquilombados, regatões, em geral portugueses, exploradores e coletores de drogas-do-sertão, foi se formando a população ribeirinha da bacia do rio Trombetas. Uma mistura vivificada em outros momentos, quando índios e negros dividiram o mundo do trabalho. Nesse contexto, através do cruzamento interétnico, indígenas e negros trouxeram à luz o elemento cafuzo, marcando de maneira significativa sua presença nos plantéis do Baixo Amazonas, principalmente na segunda metade do século XIX, e também nas comunidades afro-amazônidas.

1.3. Escravos no Baixo Amazonas.

Objetivando dinamizar a economia local, a administração provincial adotou uma política de distribuição de sesmarias nas vilas do Baixo Amazonas, visando ao mesmo tempo atrair colonos e estimular o cultivo do cacau, quebrando a hegemonia da coleta do cacau nativo.

Na esteira dessa política de ocupação e desenvolvimento, propugnada para aquela região, evidencia-se o problema da mão-de-obra. Num primeiro momento, a força de trabalho do nativo atenuou a escassez. Contudo, em meados do século XVIII, a situação agravou-se em razão de epidemias, em parti-

⁴⁷ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Ecologia e mineração na Amazônia: história econômica e ambiental do vale do rio Trombetas*. Op. Cit., p. 10.

⁴⁸ FUNES, Eurípedes. *Os Coudreau e os mocambeiros do Baixo Amazonas*, 2003. (Mimeo)

⁴⁹ COUDREAU, Octavie. *Voyage au Trombetas*. Paris: A. Lahure, 1900.

cular da varíola, e das determinações governamentais com relação ao uso da mão-de-obra indígena, através da Lei de 6/9/1755, que decretava a liberdade dos índios e o estabelecimento do Diretório. É nesse contexto que os negros africanos chegam às terras do Baixo Amazonas.

Assim, a introdução de mão-de-obra escrava africana na região teve o intuito de suprir a demanda de mão-de-obra nas atividades econômicas ali desenvolvidas, no final do século XVIII: a produção de cacau e criação de gado. Os incentivos para a importação de escravos apontavam para o desenvolvimento das potencialidades produtivas das freguesias da região. Atendendo as solicitações e aproveitando os estímulos do governo da Província do Grão-Pará, "as freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Faro, seguindo Santarém, alteraram seu movimento lento de ocupação sob pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Alguns sesmeiros iniciaram por volta 1780 a plantação do cacau e a criação de algumas cabeças de gado, bem menos sucedida."⁵⁰

Diante da crescente produção cacauzeira, verificava-se que "o braço escravo importado combinava-se com a forma de propriedade sesmarial"⁵¹ e, apesar de poucas "peças" representarem um grande investimento, tornavam-se, no entanto, necessárias para dar conta da lavoura.

Nesse sentido, a atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi eficiente, quanto à introdução da mão-de-obra africana na Amazônia. Durante os vinte e dois anos de sua existência, a Companhia foi responsável pela entrada de 14.749 escravos no Pará,⁵² e muitos deles foram parar no Baixo Amazonas. Enfim, "o Baixo Amazonas conheceu os primeiros sinais de prosperidade, tendo na lavoura cacauzeira a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo,"⁵³ tradicionalmente praticado na região. A partir de 1834, na Província do Pará, não entrava mais escravo vindo diretamente da África. A reposição dessa força-de-trabalho era feita, ali mesmo, com o crescimento vegetativo da população cativa, em particular do cafuzo.

⁵⁰ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Op. Cit., p. 43.

⁵¹ Id. Ibidem.

⁵² SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Op. Cit., p. 33.

⁵³ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor" - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 12.

Ressalta-se, no entanto, que no Baixo Amazonas, contrariando as leis vigentes, a mão-de-obra indígena não deixou de existir e ocupar seu espaço na produção. “Negros da terra” dividiam com “negros da África” o mundo do trabalho, principalmente nos serviços domésticos. A ausência de senzalas fortificadas, plantéis com poucos escravos, senhores, cativos (negros e índios), dividindo o mesmo espaço de trabalho e convivência, sem quebra das hierarquias, tais aspectos demonstravam as peculiaridades do escravismo na Amazônia.⁵⁴

Essas características diferenciam as relações estabelecidas entre senhores e escravos no nordeste açucareiro e nas áreas de mineração daquelas vivenciadas na Amazônia. Enquanto no nordeste os plantéis de escravos eram em número elevado, tornando o contato entre escravos e senhores menos estreito, na Amazônia, especialmente no Baixo Amazonas, as fazendas apresentavam, no século XVIII, em média nove escravos por propriedade, onde se destacam os Picanços, com 52 escravos, sendo 43 em Santarém e 9 em Alenquer (Vide quadro 2).

Quadro 2: Plantel dos cultivadores de cacau do Baixo Amazonas – século XVIII.

Freguesia	Nome do plantador	N.º de escravos
N. S. da Conceição da Vila de Santarém	Antônio João da Silva	5
	Rita de Souza	5
	José Caetano de Souza	7
	Ignácio Francisco de Souza	7
	João da Gama Lobo	8
	Carlos Pereira	9
	José Duarte Maduro	9
	Manoel João Batista	11
	Lourenço Xavier de Souza	13
	Domingos Baptista	13
	Manoel Correa Picanço	43
Santa Anna da Vila de Óbidos	Maurício José de Souza	6
	Manoel Alves da Cammara	8
	José Gonzales Marques	8
	Constantino Manoel Marinho	18
Santo Antônio da Vila de Alenquer	João Ribeiro	9
	Domingos Corre Picanço	9
	Manoel Baptista	11
	Manoel Roiz Pinto	13
	João Paes Pedroso	21

Fonte: Negros do Trombetas: Guardiães de matas e rios. 2ª. ed., 1998, p. 44.

De acordo com Funes, “ao considerar, para a região, que número acima de 40 escravos representava um grande plantel, tem-se um percentual, pa-

⁵⁴ Idem. p. 142.

ra todo o século XIX, de 5,3%, sendo que o maior inventário encontrado possuía 67 escravos, enquanto os pequenos plantéis, os possuidores entre 1 e 15 escravos, somavam 80,3%. Tomando ainda por base tais dados, percebe-se que havia, na primeira metade do século, uma média de 12 escravos por plantel, posteriormente caindo para 9.⁵⁵ Uma relação que pouco se alterou àquela colocada para o século anterior.

Quadro 3: Plantéis de Escravos - Baixo Amazonas - Século XIX.⁵⁶

Número de escravos	1ª Metade do XIX		2ª Metade do XIX	
	Plantéis	% sobre plantéis	Plantéis	% sobre plantéis
01 a 05	48	40,0	84	45,9
06 a 10	31	25,5	50	27,3
11 a 15	10	8,3	18	9,8
16 a 20	06	5,0	12	6,5
21 a 25	09	7,5	05	2,7
26 a 30	05	4,1	06	3,2
31 a 35	04	3,3	01	0,5
36 a 40	03	2,5	03	1,6
41 a 45	02	1,6	01	0,5
46 a 50	01	0,8	03	1,6
Mais de 50	01	0,8	--	--
TOTAL	120	99,7	182	99,5

FONTE: Inventários post mortem de Santarém, Alenquer, Óbidos, 1800-1886. In: FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 17.

No Baixo Amazonas, na segunda metade do século XIX, "o negro foi empregado na lavoura cacauieira, na agricultura de subsistência e, sobretudo, na pecuária. Verifica-se, também, ao longo desse período a presença da escravidão nas atividades domésticas."⁵⁷ No entanto, as transformações e os rendimentos advindos das atividades voltadas para a exportação não representaram "prosperidade ilimitada", denotada num baixo padrão aquisitivo dos proprietários, marcados "pela simplicidade, beirando a rusticidade, o que acabava refletindo no dia-a-dia do escravo."⁵⁸

Esses cativos tinham consciência de sua condição de vida e do sistema a que estavam sujeitos, portanto, eram "passíveis de paixão, ódio, desejos e capazes de entender o momento de agir contra a condição de escravo, nego-

⁵⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor" - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 16.

⁵⁶ Acevedo e Castro utilizam como fonte o Recenseamento de 1788 para a concessão de sesmarias no Baixo Amazonas.

⁵⁷ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor" - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 13.

⁵⁸ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Op. Cit., p. 48.

ciar, ter reação explícita (ou não) contra a ordem escravista.”⁵⁹ Assim, os negros utilizaram diferentes formas de resistência que passam pela negociação, quebra de instrumentos de trabalho, momentos de “preguiça” e agressão física aos senhores e capatazes, havendo, “no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos.”⁶⁰ Nesse sentido, a fuga se configurava como uma das reações extremas contra a condição social e as práticas de violência exacerbada dos seus senhores.

Portanto, o pressuposto de que onde existiu escravidão houve resistência também pode ser verificado no Baixo Amazonas, onde a relação de produção escravista não foi hegemônica.

1.4. Os Quilombos.

A fuga de escravos - desfalcando as fazendas e aumentando o contingente de negros nos quilombos - às vezes é percebida como uma forma de aliciamento por terceiros. A presença de aliciadores, de acordo com Funes, foi apresentada pela imprensa paraense, em 1876, como um dos fatores que levavam os cativos a se embrenharem nas matas. Assim, retirava-se dos senhores as suas cotas de responsabilidade por tal atitude:

“Ao invocarem a sedução como forma de justificar a fuga, os senhores a desqualificavam enquanto atitude de resistência escrava contra os seus atos, suas truculências e, sobretudo, à quebra de acordos de sua parte, desrespeitando o espaço conquistado pelo escravo em seu cotidiano. Ao alegar ditos argumentos, esvaziavam-se as possibilidades de iniciativas dos escravos em reagirem, de eles mesmos tramarem suas fugas, de reconhecerem o momento e as razões para tal.”⁶¹

No Baixo Amazonas, deve-se considerar também que durante a Cabanagem (1834-1840) o processo de fuga intensificou-se, em razão do envolvimento efetivo de cativos na revolta. Foi esse um momento conturbado, pois as

⁵⁹ FUNES, Eurípedes Antônio. *“Nasci nas matas nunca tive senhor”* - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 102.

⁶⁰ REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Op. Cit., p. 09.

⁶¹ FUNES, Eurípedes Antônio. *“Nasci nas matas nunca tive senhor”* - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., 32.

forças da legalidade pareceram enfraquecidas diante dos grupos sociais da província paraense, os quais desejavam mudanças econômicas, sociais e políticas. A Cabanagem “por incentivar a mobilização e a emergência de aspirações de liberdade entre os segmentos oprimidos canalizou, no seu interior, a rebelião dos índios, escravos e libertos, mostrando traços indiscutíveis de suas raízes populares contestatórias.”⁶²

Assim, se na fuga os escravos assumiam a postura de liberto, o mocambo era a representação de um espaço onde ser livre era possível. Na região do Baixo Amazonas, durante o século XIX, formaram-se dezenas de mocambos, seja nas proximidades das vilas, como o de Ituqui, em Santarém, seja nos lagos, como na vila de Óbidos, ou nas margens dos rios Curuá, Erepecuru e Trombetas.

Uma organização social que incomodava os poderes constituídos e perturbava a ordem estabelecida. Segundo Barbosa Rodrigues:

“Convem historiar aqui o que é o mocambo do Trombetas, esse fóco de criminosos, e desertores, que traz em contínuo sobressalto os senhores dos escravos, atemoriza a população que podia estabelecer-se no rio, e faz com que tão grande seja a liberdade dada na província aos escravos que passa à licença.”⁶³

É nessa perspectiva que o Trombetas, a partir da foz do Cuminã até o alto de suas cachoeiras, passa a ser percebido como território de mocambeiros (vide mapa 1).

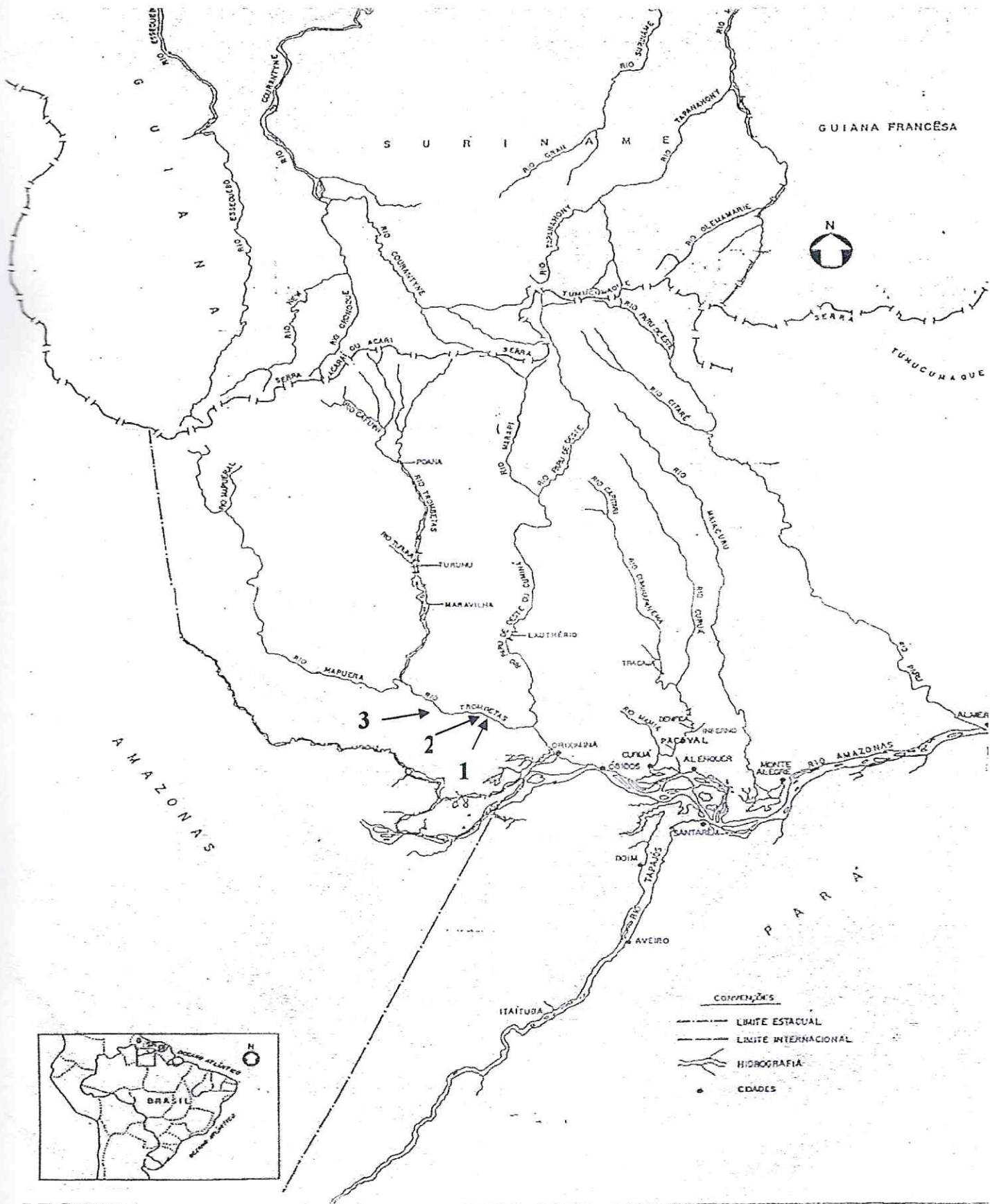
João Barbosa Rodrigues - descrevendo o Trombetas, em 1875 - afirma ser esse um rio de poucas belezas em sua foz, mas agradável na maioria de seu percurso e notável “pelo facto de ser também o refúgio dos escravos fugidos, constituindo-se o primeiro e maior mocambo do Brazil, respeitado e temido por uns e especulado por outros,”⁶⁴ Entre estes últimos estavam os regatões que, na tentativa de proteger a fonte de seus lucros, exageravam os perigos e ressaltavam a ação violenta como característica principal dos mocambeiros do Trombetas, aspecto negado por O. Derby, que, durante a expedição de 1871, recebeu auxílio de um rapaz *chamado Rufino* e outros negros que “não pare-

⁶² ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Op. Cit. p. 69.

⁶³ RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit., p. 24.

⁶⁴ Idem., p. 25.

Mapa 1: Comunidades Quilombolas.



LEGENDA

- 1- Porto Trombetas/
MRN
- 2- Boa Vista
- 3- Moura

Fonte – FUNES, Eurípedes. “Nasci nas matas nunca tive senhor” – História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit.

cem dispostos a cometer violências, muito pelo contrario, anciosos por conservar a bôa reputação a este respeito.”⁶⁵

O processo de formação de mocambos no rio Trombetas remete sempre a fugas das fazendas e núcleos urbanos do Baixo Amazonas. Segundo o senhor José dos Santos, morador da comunidade Boa Vista, seu avô,

“(...) veio das fazendas de Santarém diretamente pra Alenquer e de Alenquer ele veio pra cá pra Boa Vista, pro alto Trombetas. Então ele falava isso pros filhos deles e a minha mãe me contava essa história. Vieram várias pessoas. Não foi só ele. E uns se dirigiram pro rio Trombetas, outros se dirigiram para o Erepecurú e ele ficou por aqui pela Boa Vista e teve gente que subiu para a Cachoeira Porteira.”⁶⁶

Ao rememorar os processos de fugas, os descendentes dos mocambeiros remetem aos momentos de “sofrimento” na escravidão, vivenciada por seus ancestrais. Na violência dos senhores está centrada a reação do cativo – a fuga e a busca dos mocambos.

Segundo o senhor José dos Santos,

“Eles se obrigavam a fugir porque não estavam agüentando aquele massacre que eles passavam, então eles sentiram uma vida muito aperrada antes deles virem aqui pro Trombetas. Quando eles vieram aqui pro Trombetas eles se aliviaram, viveram numa tranqüilidade. Foi o melhor lugar que eles acharam na vida deles pra viver tranqüilo porque lá [nas fazendas] eles não viveram tranqüilo.”⁶⁷

As dificuldades para vencer os obstáculos do Trombetas não se limitam somente aos acidentes geográficos. Os locais freqüentados pelos mocambeiros figuram na bibliografia como insalubres, provocando uma série de doenças consideradas mortais na região. desse modo “o rio Trombetas é desde tempos immemoriaes, notado como um dos mais assolados pelas febres palustres; que muitas vidas tem ceifado e que raro é aquelle que impune o viaja.”⁶⁸

Para João Barbosa Rodrigues, a causa do “desenvolvimento das sezões ou febres” é o envenenamento das águas e do ar pela putrefação de animais e plantas durante certas épocas do ano, pois “cessam as febres durante as cheias para reaparecerem pela vazante.”⁶⁹ E acrescenta:

⁶⁵ DERBY, Oliver A. O rio Trombetas. In: HARTT, C. H.; SMITH, H. e DERBY, O. Trabalhos restantes inéditos da Comissão Geográfica do Brasil – 1875-1878. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)*. Tomo II, fase 1-4, 1897-1898, pp. 369-370.

⁶⁶ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit., p. 34.

⁶⁹ Idem, p. 36.

"(...) os indígenas, que são os maiores observadores das cousas da natureza que tenho visto, sem indagarem as causas, por isso mesmo supersticiosos e cheios de fábulas, que tem sempre um ponto de verdade, temem o efeito de certos ventos."⁷⁰

Fábulas ou não os índios mantinham respeito aos costumes e evitavam a inalação de ventos infectos que vinham dos locais assolados pelas febres e o consumo de águas das margens dos rios onde a correnteza é mais lenta, principalmente nas vazantes. Esse hábito foi herdado dos indígenas pelas comunidades ribeirinhas ou adquiridos pela observação - águas paradas são possíveis causadoras de doenças como diarréias e verminoses.

Não sabendo dessas particularidades do Trombetas, as expedições punitivas e de reconhecimento foram amplamente afetadas pelos males, fato ocorrido com a expedição de reconhecimento ordenada por Martinho de Souza e Albuquerque, presidente da Província do Pará, em 1787, a qual fracassou por causa das "*febres palustres*". O mesmo ocorreu com a equipe de João Maximiano de Sousa, em 1875. Deve-se ressaltar que Henry Coudreau foi vitimado pelas febres, vindo a falecer na Tapagem (Alto Trombetas), em 1899.

Como se vê, "dominar a floresta era primeira lição para conquistar a liberdade."⁷¹ Assim, superando os perigos da região, e ao mesmo tempo valendo-se desses saberes, os quilombolas conseguiram estabelecer um local seguro acima das cachoeiras, ainda que não isolado, para viver e trabalhar, e ali eles se fizeram vitoriosos.

Os mocambos do Trombetas, assim como os do Curuá, chamavam atenção pelo número de fugitivos que abrigavam. Diversas medidas, muitas delas frustradas, foram implementadas pelo governo provincial no sentido de combater as ações dos fugitivos que ali se aquilombavam, desfalcando de mão-de-obra as fazendas. Dessa forma, esses lugares ganharam destaque, sendo:

"(...) os que aparecem mais freqüentemente citados pelos historiadores e cronistas do passado, figurando inclusive na obra de ficcionistas (Inglês de Sousa e Peregrino Júnior). Deles temos idéia mais perfeita, conhecimento mais exato, partindo, inclusive das informações e dos atos oficiais. Os negros ali estabelecidos, com seu governo próprio e sua própria organização social, não chegaram a constituir séria

⁷⁰ Idem, p. 37.

⁷¹ GOMES, Flávio dos Santos. "Amstras humanas": índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. Op. Cit., p. 30.

ameaça para a população de Óbidos ou de sua periferia. [...]. Mas a fuga ao cativeiro era crime abominável.”⁷²

Alcançando as “*águas bravas*”, os negros conquistavam o espaço em que podiam realizar o sonho da liberdade. O rio apresentava-se farto em peixes e quelônios, essenciais à alimentação, enquanto os acidentes geográficos, quais cachoeiras, corredeiras e serras, tudo isso dificultava a entrada de pessoas estranhas na região. A mata sempre foi generosa, fornecendo madeira e palha para construção de moradias (em geral palafitas), plantas medicinais e a castanha-do-pará.

Em 1866, os mocambos do Trombetas foram visitados pelo Frei Carmello Mazzarino, que esteve ali por 10 dias:

“Considerando a data e a descrição feita por ele, o mocambo visitado foi o de Campiche para onde aqueles se transferiram após o ataque da expedição comandada por Maximiano de Souza, em 1855. Ali, esse franciscano encontrou ‘cerca de 130 pessoas, além de índios que estão no meio dos pretos, os quais estão divididos por muitos lugares e em cada um achei uma linda capelinha onde praticão atos religiosos’.”⁷³

A presença de índios entre os mocambeiros evidencia a relação entre essas duas etnias dentro da escravidão. Essa convivência interétnica, de acordo com Flávio Gomes, pode ser pensada de formas diferentes:

“(...) ou seja, a existência de tribos indígenas hostis podem ter ao mesmo tempo ajudado e dificultado o estabelecimento de alguns grupos quilombolas. Por um lado, é fato que nas áreas ocupadas por tribos hostis, os quilombolas poderiam buscar proteção logística, uma vez que ali a penetração de capitães-do-mato e de expedições punitivas tornavam-se mais difíceis. De outro modo, muitas tribos indígenas podem ter percebido o quanto a existência de mocambos próximos aos locais onde estavam estabelecidos acabavam por atrair a ira das autoridades coloniais.”⁷⁴

Por conta disso, esse novo contexto foi permeado mais por conflitos do que por solidariedade, havendo, inclusive, rapto de mulheres nativas por quilombolas e o emprego do índio como mão-de-obra na coleta de castanha. Trata-se de um processo de ocupação, em que, no redesenho territorial, as terras

⁷² SALLES, Vicente. Op. Cit., p. 231.

⁷³ FUNES, Eurípedes Antônio. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 50.

⁷⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Universidade Estadual de Campinas, 1997. Tese de Doutorado.

indígenas vão se tornando gradativamente terra de negro. Foi assim que o Mura virou Moura.

O gentio da terra revida essa situação provocando momentos tensos e de conflito armado. Porém, a ação mocambeira ao mesmo tempo em que assimila práticas culturais dos nativos transmite-lhes outros valores, acabando por contribuir para o deslocamento das sociedade indígenas em direção a outros espaços, particularmente, para a região da Serra do Tumucumaque.

Marcas dessa convivência configuraram-se como elemento identitário das comunidades descendentes dos mocambos. Um *modu vivendis* que era aos olhos da Comissão Demarcadora de Limites que passou no Trombetas, em 1934, de atraso e barbárie:

“Os moradores existentes em sua parte inferior, a única habitada, são poucos e se encontram disseminados ao longo das margens. Na quase totalidade são remanescentes dos antigos escravos fugidos das fazendas, que se internaram na região setentrional do Brasil. Desses, muitos se encontram hoje em estado semi-bárbaro, por haverem assimilado totalmente os usos e costumes dos índios com os quais estiveram em contato. Cuidam da agricultura em pequena escala, a produção correspondendo unicamente às necessidades do consumo.”⁷⁵

Em sua viagem de exploração do rio Trombetas, Barbosa Rodrigues fez um relato da presença de quilombolas nos trechos encachoeirados. E como “*senhores do rio*” esses fugitivos faziam uma espécie de policiamento das ações que perturbavam o sossego do local:

“(...) a tarde quando sahi da mata acima da cachoeira, por ella descia uma canôa tripulada por mocambistas, que ouvindo alguns tiros, que davam meus companheiros na cachoeira, vinham saber o que significavam elle, visto como não estavam habituados a ouvir ahi tiros.”⁷⁶

Não era raro encontrar canoas tripuladas por negros, descendo ou subindo o rio, a demonstrar a certeza da impunidade diante das autoridades paraenses.

⁷⁵ AGUIAR, Braz Dias de. *Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de limites – Primeira Divisão – nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa, de 1930 a 1940.* In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1942.

⁷⁶ RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, p. 22.

Esses aspectos apontam para outra forma de circularidade do grupo mocambeiro que tece o vínculo com a sociedade escravocrata, colocando em xeque a idéia de isolamento.

Como afirma Flávio Gomes: "(...) o quilombo não era necessariamente um mundo isolado completamente da sociedade escravagista, onde habitavam invariavelmente guerreiros mistificados, quase-heróis 'em consciência'."⁷⁷ Derubado o mito, surgem homens lutando por sua liberdade, trabalhando e produzindo mercadorias negociadas com os aventureiros que penetravam seu território. No caso da Amazônia, os regatões circulam sem grandes constrangimentos em espaços restritos aos mocambeiros.

O trabalho como coletores de castanha exigia dos quilombolas a movimentação numa área bastante extensa. Nesse sentido, as recomendações de Barbosa Rodrigues eram para que se esperasse o período da coleta, pois os negros desciam para se empregar nessa atividade, fazendo deste o momento propício às ações de correção aos fugitivos. Dessa forma, os quilombos seriam aniquilados e os prisioneiros, devolvidos aos seus senhores.

Abundante em castanhais, o lago Erepecu:

"É o ponto de reunião dos regatões, que ahi vão annualmente nos mezes de Fevereiro a Abril, comprarem o produto do trabalho dos mocambistas, que nesse tempo descem das cachoeiras e vem vender, não só o tabaco que fabricam e castanhas que apanham nas terras abaixo das cachoeiras, como trabalharem no apanho das mesmas castanhas para elles, que pagam com ninharias ou generos por preços fabulosos."⁷⁸

No Baixo Amazonas, a coleta e comercialização da castanha pelos mocambeiros fortalece esse vínculo com a sociedade urbana, geralmente mediada pela figura do regatão, um mascate fluvial que ganha a confiança do quilombola, adentra suas terras e constitui laços de dependência.

O contato com os comerciantes e outros seguimentos sociais estava ligado à sobrevivência e reprodução da sociedade mocambeira. Além disso, os fugitivos mantinham estreita rede de solidariedade com os cativos, pois o "auxílio prestado por negros das senzalas era fundamental ao apoio de novas fugas e ao abastecimento de gêneros aos quilombos, bem como informações vitais

⁷⁷ GOMES, Flávio dos Santos. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial. Op. Cit., p. 126.

⁷⁸ RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit. p. 16.

de reunião e mobilização das forças de repressão.”⁷⁹ Todavia, a cautela era um fator importante.

Pelos relatos de Rodrigues, fica evidente a atuação dos regatões no desenvolvimento de vínculos de patronagem com os mocambeiros. Estes recolhiam as castanhas e outros produtos, passavam-nos aos comerciantes por preços insignificantes ou os entregavam em forma de escambo, recebendo mercadorias produzidas fora dos mocambos a preços “fabulosos”, garantindo, nesse processo, lucros apenas aos mascates. De acordo com o autor, os mocambeiros:

“Vendo que impunes apontavam as povoações começaram a vir, até de dia, em face das autoridades, onde não só compram e vendem, como trazem seus filhos ao baptismo na freguezia, ousadamente declarando que são mocambistas. Diversas canoas delles vi de dia estacionadas no porto da cidade de Óbidos; vi alguns levarem os filhos ao baptismo, assim como em minha casa alguns estiveram de dia. Já não admira vê-los desembarcar de dia. O que mais admira é ver elles encontrarem-se com os senhores, pedir-lhes a benção e retirarem-se tranqüilos, cientes os senhores do dia e hora da partida.”⁸⁰

No relato, percebe-se a postura das autoridades, e dos próprios senhores, em conivência com as ações dos mocambeiros. Como estes últimos não eram importunados, apresentavam-se com mais freqüência, inclusive *diante de seus senhores*, atitude que reforça a idéia dos fugitivos como abastecedores de comércios das “povoações” com os produtos trazidos dos mocambos. No entanto, havia cautela constante, pois nem sempre os aquilombados contavam com a cumplicidade das autoridades, terminando por recorrer aos patrões, conforme a fala do senhor Donga, morador da Tapagem, registrada por Funes:

“Os mocambeiros tinham muito cuidado ao chegar às cidades, procurando fazê-lo à noite, negociando sempre às escondidas. Segundo o Sr. Donga, seu avô lhe contava que ‘os pretos traziam farinha, tabaco, mel, muito legume, chegavam aí encostavam iam com os patrões, mandavam agasalhar as canoas deles, alagavam elas, desembarcavam tudo, agasalhavam eles dentro e quando era de dia ia fazê as compra deles todos, tudo o que era preciso, ensacavam tudo. Quando eram as horas da noite eles mandavam embarcar tudinho, quando era as horas eles soltavam e embarcavam na canoa deles e iam embora. Porque no meio dos ruins tinha muitos brancos bom. Os patrão deles já ficavam certo de naquelas quinzenas, que eles

⁷⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial*. Op. Cit., p. 126.

⁸⁰ RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit. p. 27.

chegavam de noite e iam, batiam na porta'.⁸¹

O "patrão", ou seja, o comerciante local assumia com o mocambeiro uma relação comercial, mas também de amizade, convivência e proteção. Com toda a cumplicidade evidenciada nessa passagem, fica esclarecida que a vinda aos centros urbanos era sinal de abertura nas relações entre senhores, escravos de senzala e, de forma mais ampla, a sociedade escravocrata.

O encontro de João Barbosa Rodrigues, em 1874, com famílias mocambeiras residentes nos lagos Tapagem, Juquiri-açu e no Erepecú - que ele chamou de Aripecu - demonstra o ousado processo de descida das cachoeiras, iniciado antes da Abolição da Escravatura, em maio de 1888, e denuncia o grau de mobilidade conquistado pelos mocambeiros no Trombetas. No entanto, a confiança para a descida veio com a notícia da abolição, momento propício para os quilombolas fixarem moradia nas "águas mansas", com a certeza de não serem importunados.

Os negros descritos por Barbosa Rodrigues estavam vivendo no limite de suas forças, mas empenhados em manter a idéia de construir a sua liberdade. Assim, ao conversar com negros aquilombados, que, para Barbosa Rodrigues, apresentavam-se magros e vivendo como animais, aqueles preferiam as privações da vida na floresta a regressar para as fazendas:

"Personificado vi ahi o amor da liberdade, dous pretos, dous irmãos, Antônio e Miguel, esqueletos ambulantes, com a neve de mais de setenta annos de existência, sobre a cabeça; nus, trabalhando sem poder, arrostando os perigos de travessia de cachoeiras, sempre sobressaltados, preferindo a vida infeliz que passam, ao socego e descanço de que são merecedores, debaixo do poder de seu senhor."⁸²

Como fugitivos, viver sob a "cisma" da perseguição foi uma constante entre os negros, pois o governo provincial investia periodicamente contra os mocambos. No entanto, para uma expedição lograr êxito, era preciso primeiro vencer os problemas que começavam a surgir desde a sua organização. O alto custo de uma entrada nos rios da Amazônia enfraquecia as tentativas de punição e captura. Contudo, várias expedições foram organizadas para destruir os quilombos. Nesse sentido,

⁸¹ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas nunca tive senhor – história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit. p. 101.

⁸² RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit., p. 20.

"(...) em 1812, informou-se sobre a captura de cerca de 90 quilombolas, entre os quais, homens, mulheres, crianças e idosos. E necessário destacar que esta expedição teve um contingente militar considerável: 225 homens divididos em milicianos e ligeiros das vilas de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre. Acabar com os mocambos não conseguiram, pois os quilombolas capturados, devolvidos aos seus senhores, não tardavam a fugir novamente, embrenhando-se nas matas e formando novos mocambos. Para evitar isso, determinou-se que os quilombolas desta região que fossem capturados deveriam ser vendidos para fora da capitania."⁸³

Dentre outras, destaca-se a expedição comandada por João Maximiano de Sousa, em 1855, contra o mocambo Maravilha, no rio Trombetas, também sem êxito.

No movimento de descenso, em que os mocambeiros se deslocam para o trecho do rio abaixo das cachoeiras, novas comunidades foram se constituindo, juntando-se aos agrupamentos populacionais negros ali existentes. Esse processo intensificou-se após a abolição da escravidão. Foi abaixo das cachoeiras que os naturalista Henry e Octavie Coudreau, em expedição ao Trombetas, em 1899, encontraram várias comunidades negras próximas da Cachoeira Porteira, formadas antes mesmo da abolição:

"O pequeno centro que os mocambeiros ou escravos fugitivos fundaram por volta de 1866, quando eles desceram de seus mocambos do Alto Trombetas sob a promessa de sua liberdade que lhes foi feita, então pelo Padre Carmel [*Carmelo Mazzarino*] sob a ordem do governo imperial que queria, ao que tudo indica, recrutar alguns destes negros para a guerra do Paraguai. Uns cinqüenta destes mocambeiros e seus descendentes vivem hoje na parte do Trombetas situada imediatamente abaixo das primeiras cachoeiras."⁸⁴

Por conta dessa estada do casal Coudreau nos rios da bacia do Baixo Amazonas, os mocambeiros batizaram determinados locais com nomes que "marcam a passagem destes franceses. Assim, no alto do rio Erépecuru há o igarapé Ottilia Coudreau, no rio Mapuera, a ilha da madame, e no alto Trombetas, acima da ilha do Boto, na travessia da cachoeira, há uma passagem 'trabalhosa' chamada rego da madama."⁸⁵

⁸³ GOMES, Flávio dos Santos. *Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira*. In: *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999, pp. 265-266.

⁸⁴ COUDREAU, Octavie. *Voyage au Trombetas*. Op. Cit., p. 17.

⁸⁵ FUNES, Eurípedes. *Os Coudreau e os mocambeiros*. Op. Cit., p. 5.

Mesmo após o fim da escravatura, a preocupação com a vinda de pessoas “*para fazer o mal*” perseguia os negros. O “pega-pega” (captura de negros fugidos) era mencionado pelas mães ribeirinhas, não necessariamente negras, quando desejavam fazer medo às crianças, para estas não brincarem nas margens dos rios; medo que rompeu a barreira do tempo, atingindo inclusive os remanescentes dos fugitivos da escravidão, como relata o Sr. José dos Santos:

“Então naquele tempo [durante a escravidão] eles tinham sempre medo de vim algumas pessoas atrás deles. É aquela história do pega-pega que quando ouviam a zuada de uma coisa diferente que eles não conhecia eles tinham medo de ser o pega-pega que justamente eram as pessoas que vinham pegá eles que tinham fugido. Eles estavam sempre com aquela cisma de vim alguém atrás deles era que eles chamavam de pega-pega. E naquele tempo ainda quando eu me criei a gente ainda tinha sempre esse medo.”⁸⁶

A temporalidade - “*naquele tempo*” - descrita pelo narrador remete ao período das fugas e da constituição dos mocambos no Trombetas. Continuando sobre o *pega-pega*, ele fala “*quando eu me criei*”, significando o tempo de criança, fora do espaço temporal da escravidão, mas vivenciado em constante sobressalto.

Foi dessa forma que os negros no Trombetas conseguiram afastar-se do trabalho escravo e das regras da senzala, afirmando-se como sujeitos do processo histórico e deixando no passado o julgo da dominação senhorial. Ao se firmarem como livres, negavam a dominação social e as formas de trabalho às quais estavam sujeitos, tornando-se senhores do rio e do novo espaço configurado e percebido como terra de mocambeiro.

Contudo, a dinâmica da história se constrói ao longo dos embates e “o quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo, e na atualidade é objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos.”⁸⁷

Na perspectiva de legitimação da ocupação das “terras de pretos” e na busca pelo título definitivo de propriedade da terra, os descendentes dos quilombos reafirmam sua identidade, fazendo da luta de seus antepassados uma bandeira de combate e resistência no presente. Tomam eles a memória como

⁸⁶ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

⁸⁷ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Op. Cit., p. 29.

elo forte desse vínculo passado/presente, incorporando novas experiências e gerando outras formas de compreensão e de resistência. Como enfatiza Alistair Thomson:

“A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou *identidades*, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identidade no processo de contar histórias, para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasiosas – ou para outras pessoas, no convívio social.”⁸⁸

Assim, é que se dá a apreensão desse processo histórico de resistência dos mocambos, percebido como “um período difícil, mas muitos mocambeiros foram vitoriosos. Mantendo a sua liberdade e sua terra. É esta a herança preservada pelos seus netos e bisnetos,”⁸⁹ fazendo das lutas do tempo presente uma continuidade da história vivenciada por seus ancestrais.

1. 5. Os remanescentes de quilombos.

O Trombetas é um rio identificado pela negritude de suas águas e de sua gente. Nos lagos e margens, das denominadas “águas mansas”, encontram-se dezenas de comunidades negras, auto-identificadas como remanescentes de quilombos, grupos sociais que têm nas lutas de seus antepassados as marcas de suas histórias e o sentido de continuidade das empreitadas pelo direito à cidadania e à propriedade coletiva da terra. Se, como afirma Price, “a história dos quilombos nas Américas sempre foi ligada a terra,”⁹⁰ aqueles do Trombetas não fugiram a essa regra.

A história dessas comunidades se confunde com a história das fugas dos escravos e a constituição dos mocambos no Trombetas. Já nos relatos das

⁸⁸ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, v. 15, abril de 1997, p. 57.

⁸⁹ Cartilha *Minha terra, meus direitos, meu passado, meu futuro*. ARQMO/CPI-SP. s.d..

⁹⁰ PRICE, Richard. *Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações*. In: *Afro-Ásia—Dossiê Remanescentes de Quilombos (23)*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, 1999, p. 241.

expedições punitivas, como a de João Maximiano, em 1854, há referência sobre o Moura, posteriormente registrado por João Barbosa Rodrigues, em 1874 - uma prova incontestável de que, ao longo do rio, formaram-se pequenos mocambos, servindo de suporte para aqueles estabelecidos nas "águas bravas" (vide mapa 2).

Segundo Octavie Coudreau, que acompanhou o seu marido Henry na expedição ao Trombetas em 1899, depois de conquistarem a liberdade - com a Abolição Escravatura - os mocambeiros, intensificaram um processo que já vinha ocorrendo e:

"(...) baixaram até os baixos das cachoeiras onde eles moram atualmente. A mais ou menos trinta anos eles abandonaram os seus mocambos. Cada mocambeiro tem uma pequena plantação de cacau. Oh! certamente bem pequena, e um roçado onde eles fazem uma plantação suficiente para ter um pouco de farinha para eles e sua família. Eles vivem da caça e da pesca. Antigamente eles recolhiam o tabaco, que era bem apreciado, mas depois, que eles começaram a fazer a colheita da castanha, abandonaram o plantio do fumo. A castanheira lhes permite comprar uma calça, uma camisa e de fazer alguma festa."⁹¹

São comunidades que têm como base de sua produção a pequena agricultura, o fabrico da farinha, a pesca, o extrativismo e, em particular, a coleta da castanha. Atividades que, por maior que possa ser a agressão, exigem uma relação de equilíbrio e de preservação do meio ambiente. Este continua a ser o grande *maná*. Prática que distingue as populações tradicionais ribeirinhas, da população urbana e extra-amazônica;⁹² uma relação pouco diferente da configurada nas sociedades quilombolas, às vezes associadas à forma de ser remanescente.

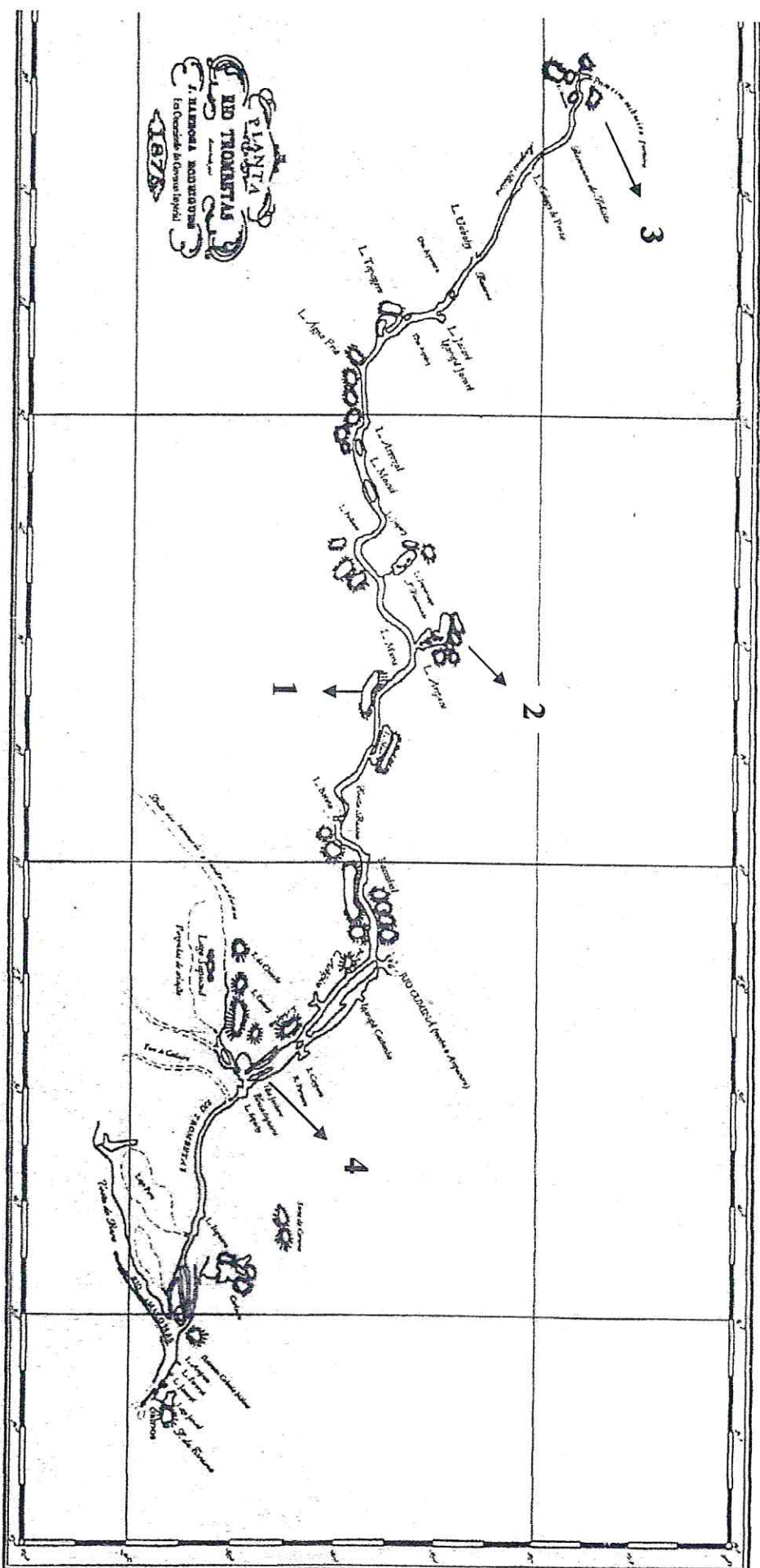
*"O remanescente de quilombo pra mim é aquele que ainda guarda a sua tradição, que reza uma ladainha, que busca a cura através das plantas medicinais que não explora, não degrada a natureza [...] a cultura, a filosofia de vida é outra. Viver só do extrativismo. Também não é pensamento de nenhum remanescente de quilombo ser rico, o remanescente de quilombo que disser que pensa em ser rico não é mais um remanescente de quilombo, não pensa mais como no quilombo."*⁹³

⁹¹ COUDREAU, Octavie. *Voyage au Trombetas*. Op. Cit., 131.

⁹² MAKOWSKI, Jerzy. Impacto medioambiental de la agricultura de los ribeirinhos em la amazônia. In: ARAGÓN VACA, Luis Eduardo. *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991, p. 114.

⁹³ Marivaldo de Jesús Rocha, entrevista, abril 2000.

Mapa 2: Planta do Rio Trombetas.



LEGENDA

- 1- Lago do Moura
- 2- Lago Erepecu
- 3- Cachoeira Porteira
- 4- Oriximiná

RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: Exploração e estudos do Valle do Amazonas. Op. Cit.

Os negros dessa região, chamados, de forma depreciativa, de “pretos do beiradão”, recebiam também as denominações de acordo com o local de moradia. Não raro em cidades, como Oriximiná, ainda onde hoje se espera o peixe que vem do Erepecu, do Cuminã, a farinha do Trombetas, produtos trazidos pelos negros para abastecer as feiras. Assim, esses rios estão simbolicamente associados a “terras de pretos”. Nesse sentido, percebe-se a construção de diferenças entre as comunidades mocambeiras e as “outras” comunidades ribeirinhas. Um território que não comporta apenas áreas de trabalho e moradia, mas, também, os lugares onde estão vivas as lembranças de seus ancestrais – fortalecendo laços identitários.

Uma identidade que tem como referenciais de pertença - além da posse e uso coletivo da terra - a descendência, ancorada na consangüinidade, e fundamentalmente, na memória, na história de resistência quilombola e no compartilhar de práticas culturais, como festas de santos, danças, cantos e outras “coisas de pretos”.

“Nós, negros, temos esperanças. Nossa história é toda feita e marcada por uma quase congênita esperança de que é possível acreditar que a luta pela afirmação da nossa humanidade é mais que uma utopia, é mais que um sonho irrealizável. As Comunidades Negras Quilombolas que resistiram até hoje são a certeza, o exemplo visível de que, mais que um sonho, elas são a própria representação daquilo que de fato queremos, que é, no limite, ser livre, humanamente livre.”⁹⁴

É dessa forma que se configuram a percepção e o sentido de territorialidade. De acordo com Maria de Lourdes Bandeira,

“(...) no plano da prática social cotidiana e da ideologia em que se conforma, as terras negras mediatizam um processo relativizador do movimento hegemônico do modelo pluriracial brasileiro, quer seja no campo, quer seja na cidade, desde que coletivamente ocupadas configuram no plano político uma territorialidade, base física da etnicidade negra, que sobre ela exerce força imperativa das suas práticas e dos seus interesses, o exercício dessa soberania é fator fundamental de construção de identidades étnicas de negros.”⁹⁵

Nessas comunidades o trabalho coletivo não é sistemático e nem há obrigação de dividir o que foi produzido. Porém, de maneira geral, pelo fato de

⁹⁴ As comunidade negras rurais quilombolas: a histórica resistência de um povo. In: *Relatório da II Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*. São Luís, 1996.

⁹⁵ BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Terra e territorialidade negra: ideologia e política*. Cuiabá, 1990. (Mimeo).

os moradores apresentarem graus de parentesco muito próximos, as famílias estão ligadas por casamentos, compadrio, associatividade no trabalho, enfim, laços estreitos de amizade que garantem o compartilhamento, principalmente, de alimentos. Um modo de vida permeado por práticas de cooperação no trabalho, de sociabilidade e solidariedade e, sobretudo, pelo uso coletivo da terra, em particular, dos bens naturais, o que fortalece o sentido de pertença e de uma unidade social.

Laços de solidariedade e,

"(...) de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas tensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção de terra comum."⁹⁶

No Trombetas, pode ser observado "um complexo sistema de organização social, mantido através de gerações por uma não menos complexo processo de aprendizagem e de reprodução de regras, normas, estatutos e conhecimentos armazenados pelo grupo, acerca da sua territorialidade e de suas raízes culturais,"⁹⁷ o que remete seus habitantes aos quilombos.

Cabem aqui algumas considerações sobre o significado de *remanescente de quilombo*, uma terminologia conceitual recorrente após a promulgação da constituição de 1988, em especial o seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Um termo empregado de forma infeliz, pois não corresponde ao que são essas comunidades e nem à autodenominação desses grupos sociais, antes denominados como "comunidades negras rurais":

"Trata-se de uma definição do grupo pelo que ele já não é mais. Observe que este não é qualificado nem mesmo como 'descendente', mas 'remanescente' de quilombo. Um termo que remete à noção de resíduo, de algo que já foi e do qual sobraram apenas reminiscências – seriam, portanto, grupos que não existem mais em sua plenitude."⁹⁸

Diante dessa circunstância colocada pela lei, a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, constituiu um Grupo de Trabalho – GT - para fazer estudos sobre comunidades negras rurais, com vistas à aplicação do artigo 68.

⁹⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In. CASTRO & HÉBETTE (org). *Nas Trilhas dos Grandes Projetos*. Cadernos do NAEA, N.º 10, Belém: NAEA/UFGPA, 1989, p.163.

⁹⁷ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Op., Cit., p. 155.

⁹⁸ ANDRADE, Lúcia e TRECCANI, Girolamo. *Terras de Quilombo*. 1999, p. 2. (Mimeo).

Em outubro de 1994, o GT divulgou um documento sobre a definição do conceito de remanescentes de quilombos, os quais:

“(...) constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão. Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também, não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.”⁹⁹

A auto-identificação, portanto, é elemento definidor essencial da condição de grupo étnico.¹⁰⁰ É assim que os negros mocambeiros do Trombetas se autopercebem: como descendentes dos mocambeiros; afirmam ser remanescentes de quilombos - são os negros do Trombetas. Por eles se definirem “remanescentes” utilizamos este termo como referência.

Na região do Baixo Amazonas, nos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, temos hoje 43 comunidades remanescentes de quilombos.

Quadro 4: Comunidades Remanescentes de Quilombo do Baixo Amazonas.

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES
Alenquer	Pacoval e São José
Óbidos	Matá, Silêncio, São José, Muratubinha, Nossa Senhora das Graças, Arapucú, Patuá do Umirizal, Cuecé, Mondongo, Peruana, Igarapé dos Lopes, Castanhanduba.
Oriximiná	Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cué, Jquirí Grande, Jamari, Erepecurú, Moura, Boa Vista, Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Água Fria, Jarauacá, Acapu, Jauari, espírito Santo, Pancada, Boa Vista do Cuminã.
Santarém	Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Saracura, Tiningu.

Fonte: Cartilha, “Meus direitos, meu passado, meu futuro”, ARQMO/CPI-SP.

De acordo com os levantamentos feitos pela ARQMO, as 29 comunidades localizadas no município de Oriximiná somam, aproximadamente, 6.000 pessoas, um contingente populacional significativo, ocupando e produzindo

⁹⁹ Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. In: *Boletim Informativo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER)*, v. 1, n.º 1. Florianópolis: UFSC, 1996, pp. 81-82.

¹⁰⁰ ANDRADE, Lúcia e TRECCANI, Girolamo. Op. Cit., p. 04.

numa vasta área do Trombetas e seus afluentes Cuminã, Erepecuru e Acapu (vide mapa 3).

É nesse espaço que se encontram as comunidades do Moura e da Boa Vista, respectivamente, com 500 e 950 pessoas com moradia fixa. Espaço privilegiado no presente estudo (vide fig. 1 e 2).

1.5.1. MOURA.

A comunidade do Moura está localizada no lago homônimo, na margem direita do Trombetas, numa área dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera, controlada pelo IBAMA e explorada pela MRN. Fica a vinte minutos de distância, em barco regional, de Porto Trombetas, e também sofre influências da mineradora, principalmente na questão ambiental, sendo visível, nos telhados das casas e nas árvores, fuligem de bauxita. Na comunidade não há qualquer sinal de urbanização e as casas estão distribuídas ao longo das margens do lago. A única construção em alvenaria é a o prédio da igreja Assembléia de Deus. Diferente da Boa Vista, Moura ainda não possui o título definitivo de propriedade de suas terras.

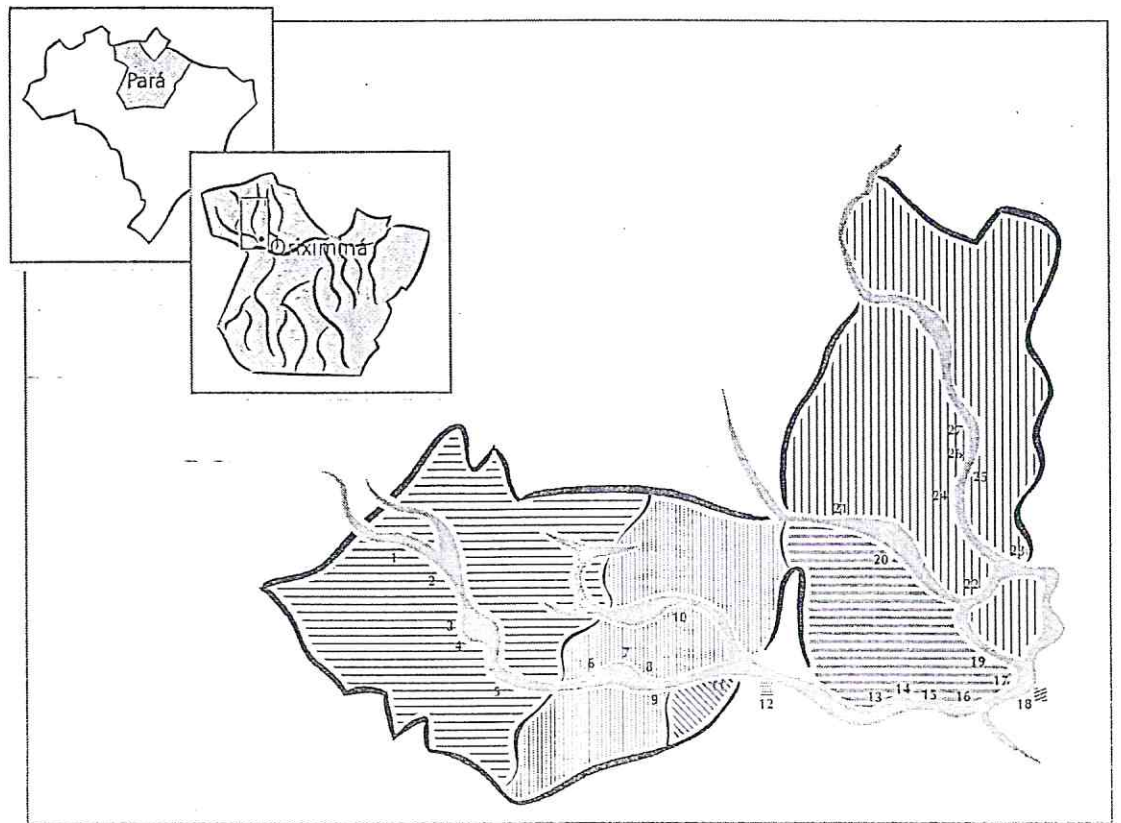
Conversando com o “Sr. Mário Santos de Jesus, 48 anos, natural do Moura, assim como os seus pais - Josino Pereira de Jesus e Inês Valéria dos Santos, outras famílias antigas vão surgindo, como as de: Lúcio Macaxeira, Didio Macaxeira, Persivaldo Santana. Somos parentes do Antônio Macaxeira lá do Jamari. E ainda, velha Nilda, Esperança, Roxinha, Lídia Siqueira, Duruca Régis, Armerindo Pereira de Jesus. O mais velho que eu conheci aqui foi o velho Conceição, que morreu com 80 anos, há uns dois anos.”¹⁰¹

A população do Moura, hoje, compreende 83 famílias, destas “40 famílias são remanescentes mesmo e 43 famílias são migrantes que chegaram, mas há bastante tempo.”¹⁰² Conforme o senhor Manoel Lucivaldo, coordenador da comunidade em 2002, ainda que não sejam todos remanescentes de quilombos, a maioria está há pelos menos três gerações vivendo “da mesma ma-

¹⁰¹ FUNES, Eurípedes. *Mocambos do Trombetas: memória e etnicidade (séc. XIX e XX)*. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 238.

¹⁰² Manoel Lucivaldo Siqueira, 26 anos, Professor (Coord. Moura), entrevista, agosto de 2002.

Mapa 3: Áreas Quilombolas – Trombetas e Erepecuru.



Legenda

- | | |
|--|--|
| <p>==== Terra Quilombola Alto Trombetas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunidade Abuí 2. Comunidade Paraná do Abuí 3. Comunidade Tapagem 4. Comunidade Sagrado Coração 5. Comunidade Mãe Cué | <p>==== Terra Quilombola Trombetas</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. Comunidade Bacabal 14. Comunidade Aracuan de Cima 15. Comunidade Aracuan do Meio 16. Comunidade Aracuan de Baixo 17. Comunidade Serrinha 19. Comunidade Terra Preta II 20. Comunidade Jarauacá |
| <p> Terra Quilombola Jamari, Último Quilombo</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Comunidade Jquirizinho 7. Comunidade Jamari 8. Comunidade Juquiri 9. Comunidade Palhal 10. Comunidade Último Quilombo Erepecú | <p>==== Terra Quilombola Água Fria</p> <ol style="list-style-type: none"> 18. Comunidade Água Fria |
| <p>==== Terra Quilombola Moura</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Comunidade Moura | <p> Terra Quilombola Erepecuru</p> <ol style="list-style-type: none"> 21. Comunidade Acapu 20. Comunidade Jarauacá 22. Comunidade Varre Vento 23. Comunidade Boa Vista do Cuminã 24. Comunidade Jauri 25. Comunidade Espírito Santo 26. Comunidade Araçá 27. Comunidade Pancada |
| <p>==== Terra Quilombola Boa Vista</p> <ol style="list-style-type: none"> 12. Comunidade Boa Vista | |

Fonte: Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas.



Fig. 1 - Comunidade Boa Vista

Foto: Adatao



Fig. 2 - Comunidade Boa Vista

Foto: Funes

neira” nesse espaço: “São pessoas que trabalham lá a muito tempo, nasceram lá, se criaram lá e a gente reconhece como remanescente.”¹⁰³

Atualmente, 90% dos moradores desta comunidade vivem da pesca artesanal - uma atividade permitida pelo IBAMA, praticada em pequena escala, sendo vetado o uso de redes e malhadeiras - e da pequena agricultura, onde a fabricação de farinha apresenta limitação, pois a derrubada da mata para fazer roças é controlada pelos agentes do IBAMA, embora, como enfatizou dona Maria do Carmo, “trabalhar com a floresta e preservar, nós - como comunidade - já sabemos.”¹⁰⁴

A percepção desta comunidade como “terra de negros” já está posta desde os meados do século XIX, pois segundo João Barbosa Rodrigues, o local que fica a “16 milhas do lago Batata,[...] é dominado lago Mura, ou dos Muras, por ter ahi, em tempos idos, havido uma maloca dos mesmos gentios,”¹⁰⁵ que após a *entrada dos negros* no Trombetas e, na seqüência suas descidas – *das cachoeiras* – passam a ocupar outros territórios, num claro redesenho dos espaços.

Conforme a narrativa do “Sr. Alberto Rogério Constantino, de agrado Lúcio Macaxeira, 81 anos, nascido ali mesmo, filho de Nicolina Pereira de Jesus e Maciel Constantino Pereira de Jesus. Neto de Margarida Pereira de Jesus e João Paulo Pereira de Jesus. Eles eram daí de fora. Vinheram prá cá corridos no tempo da cabanagem. Tudo isso por aqui era índio que vivia e a prova é que em toda essa terra preta por aí você encontrava figura de índio, daí eles pegaram de veras e vieram entrando, aí os índios também foram se afastando, foram carregando aí prá cima e eles vieram entrando e ficando. Além de Margarida tinha a velha Emília, velha Brígida, velha Liôncia, velha Tomázia, isso tudo era dos tempos antigos, a velha Cirila também era desse tempo da Cabanagem.”¹⁰⁶ Assim, o que era uma terra de índio foi se constituindo, aos poucos, em território de negros.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Maria do Carmo Oliveira de Jesus, 48 anos, agricultora, entrevista, janeiro de 2004.

¹⁰⁵ RODRIGUES, João Barbosa. Op. Cit., p. 16.

¹⁰⁶ FUNES, Eurípedes Antônio. *Mocambos do Trombetas: memória e etnicidade (séculos XIX e XX)*. Op. Cit., pp. 237-238.

1.5.2. BOA VISTA

A comunidade da Boa Vista está localizada em área de várzea, na margem direita do rio Trombetas, distante oitenta quilômetros da sede do município, Oriximiná, e a dez minutos, em barco regional, de Porto Trombetas. Diferente do Moura, a comunidade não está inserida na floresta nacional Saracá-Taquera, mas nem por isso isentou-se da fiscalização do IBAMA, sendo bastante atingida pela implantação do projeto minerador da MRN. Boa Vista foi a primeira comunidade quilombola a ter suas terras tituladas pela União.

Ainda que aparente uma desorganização espacial, as moradias são construídas na parte alta, numa espécie de barranco, paralelas ao curso do rio, sendo este a fonte de água e principal caminho utilizado pelos ribeirinhos. A arborização dos quintais é feita com árvores frutíferas, sem a necessidade de cercas, pois "a delimitação das áreas está presente na percepção dos moradores, que conhecem e respeitam os limites de sua propriedade."¹⁰⁷ Tal aspecto demonstra a ausência de preocupação em privatizar lotes individuais, pois todos vivem e utiliza coletivamente os espaços, e sabem o que pertence a cada pessoa, ao contrário do que é percebido na mineradora, onde as instalações industriais são cercadas e protegidas por guaritas com vigias durante 24 horas.

Em entrevista ao jornal *Folha de Trombetas*, o Sr. José dos Santos, conhecido como Vô Marcelo, declarou ter sido um dos primeiros moradores da Boa Vista:

"Vô nasceu há 79 anos no Lago Erepecu. Em 1935, casou-se com a filha de Hinório dos Santos [...] e veio morar com ela nas terras que o sogro chamou de Boa Vista. O nome foi dado pelo fato de, do alto do morro, avistar-se de um lado e de outro, as duas curvas do rio Trombetas. *Era tudo mato, só havia roça.*"¹⁰⁸

De acordo com o Sr. Santos, filho do Vô, o que atraiu o seu avô Hinório para aquela localidade foi o fato dele ter "*se agradado do terreno aqui. Inclusive ele falava que esse nome de Boa Vista foi inventado por ele porque achou que ficou no meio do quarteirão do rio nem só avistava pra cima como avistava pra baixo. Então ele colocou esse nome de Boa Vista porque olhava pra cima e pra*

¹⁰⁷ CENÁQUA/IBAMA. *Relatório Técnico na área de educação ambiental para o Plano de Ação Emergencial da Reserva Biológica do rio Trombetas*, Porto Trombetas, setembro de 1993.

¹⁰⁸ *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, setembro de 1990, n.º 16, p. 6-7.

baixo.¹⁰⁹ Olhar para cima e para baixo denota o controle daquele espaço, e sobre quem sobe e quem desce o rio.

A data 1935, apresentada pelo senhor José dos Santos (Vô Marcelo), é significativa para os negros da Boa Vista, pois marca a chegada da família "Santos", e não a chegada dos primeiros moradores do povoado. A terra, nesse sentido, ganha *status* de lugar de memória, porque nesses espaços estão marcadas as escolhas feitas pelos antepassados, o que demonstra a preocupação desses descendentes de quilombolas com a segurança, ao escolherem o local para fixar moradia durante o processo de deslocamento das cachoeiras para as "águas mortas" do rio Trombetas.

Todavia, a ocupação do local é mais antiga, pois "Coudreau, na viagem de 1899, comenta a presença de alguns moradores que se beneficiavam dos ricos castanhais existentes nas cercanias, praticavam agricultura e eram conhecidos inclusive pelo cacau que plantavam em abundância."¹¹⁰

É interessante ressaltar que a pesquisadora francesa chegou, na margem direita do Trombetas, nas proximidades da Cachoeira Porteira, "imediatamente abaixo da Colônia, no mesmo lado sul, na casa de Raimundo Santos, negro de mais de quarenta anos, suficientemente civilizado, considerado pelas autoridades do Baixo Trombetas como o mais digno de estima (tudo é relativo), entre os antigos fugitivos e seus descendentes."¹¹¹ A presença dessa família nesse espaço demonstra o processo natural de deslocamento dos quilombolas ao longo das margens do Trombetas.

A Boa Vista é uma comunidade típica do interior da Amazônia. As casas são construídas de modo rústico e com matéria-prima local, mas atualmente há construções em alvenaria. A estrutura é feita de madeira bruta e as paredes com madeira beneficiada, as coberturas podem ser de zinco, brasilite ou, em alguns casos, de folha de uma palmeira denominada ubim. Em geral, os materiais de construção são coletados nos rejeitos da Mineração Rio do Norte. Comumente, as casas estão sobre palafitas, que protegem os moradores das enchentes; possuem uma divisão interna em dois cômodos, com janelas late-

¹⁰⁹ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

¹¹⁰ ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: Guardiões de matas e rios*. Op. Cit., p. 216.

¹¹¹ COUDREAU, Octavie. *Voyage au Trombetas*. Op. Cit., 17.

rais para o rio e a residência do vizinho (vide fig. 3, 4 e 5). A cozinha, quase sempre, fica fora, num barracão anexo, sem paredes e coberto com palha de ubim. Esse local serve para preparar e servir as refeições, mas também tem sua função ampliada quando é utilizado como espaço de socialização. Os donos da casa, nesse espaço, recebem as visitas no final da tarde para um bom bate-papo, quando organizam pescarias e discutem os problemas da comunidade.

Invariavelmente, o sanitário também fica fora da casa, utilizando-se o sistema de fossa séptica, periodicamente aterrada, enquanto uma nova é escavada. A distância entre esse local e as casas fica em torno de cinco metros e a quarenta metros do rio, principal fonte de água. Apesar das tentativas para implantar sistema de encanamento, nada foi concluído para garantir água tratada aos moradores.

A Boa Vista ainda não está servida de energia elétrica, apesar de possuir *rede* instalada. O gerador da comunidade não tem capacidade para abastecer todas as casas. Como a comunidade não estava plenamente beneficiada, o serviço foi cortado e "*só vai funciona quando for pra todo mundo.*"¹¹² A falta de recursos para manutenção e abastecimento do gerador também são motivadores dessa decisão. As fontes de energia nas cozinhas são o gás e a madeira. A lamparina, alimentada por querosene, é bastante utilizada, mas alguns moradores possuem motor elétrico ou baterias recarregáveis.

Com a falta de saneamento básico, a água para beber é retirada diretamente do rio, e durante muito tempo seu consumo não foi submetido a nenhum tipo de cuidado especial. Mas com as orientações de uma agente de saúde, as pessoas começaram a preocupar-se com a qualidade da água consumida e passaram a fazer um tratamento doméstico à base de hipoclorito, e também coagem e fervura. Os moradores utilizam o rio também como espaço para higiene pessoal e lavagem das roupas e utensílios domésticos. Em frente às casas, nas margens do Trombetas, encontram-se as "*pontes*" de madeira que permitem a realização das atividades diárias, e ainda servem de ancoradouro dos barcos e canoas.

¹¹² Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Conselheiro Fiscal da Boa Vista, entrevista, Abril de 2000.



Fig. 3
Boa Vista:
Casa - D.Zuleide

Foto: Adatao



Fig. 4
B. Vista: casa
D. Ma. José

Foto: Funes



Fig. 5
Boa Vista:
Agroviola

Foto: Adatao

Nessa espaço moram, hoje, 160 famílias, compreendendo 950 habitantes, em sua maioria pertencente à família Santos, que é percebida ao mesmo tempo como tronco comum e fator determinante de uma forte rede de parentela. Com o passar dos tempos, em especial com a instalação da MRN, outras famílias, provenientes de Oriximiná, Terra Santa, Óbidos e de outras localidades foram se incorporando à comunidade, como aconteceu com a família do Manduca: *"a minha mãe é daqui, só que o meu pai é lá da comunidade Jamari. Quando abriu o Projeto Trombetas, veio várias pessoas de lá pra cá pra botar [o filho] pra estudar."*¹¹³ Assim, em busca de trabalho e melhores condições de vida, aumentou de forma significativa a população da Boa Vista.

Na Boa Vista há um certo constrangimento quando o tema é escravidão. No entanto, as pessoas acabam lembrando de histórias contadas por seus antepassados, e repassada ao longo dos anos, fazendo comparação com o presente nas comunidades:

*"Eu tenho pouca lembrança sobre escravidão. Lembro que meu avó dizia que eles chegaram aqui corrido, dum pessoal que andava atrás pra agarrar eles. Eles vieram se esconder pra cá, mas não tenho a mínima idéia sobre escravidão não, mas o que eu sei é que não era bom, isso com certeza não era bom. Eu ouvia eles contarem que os escravos botavam até uma candeia nas mão pra ficar alumando [os brancos]. Vejo que não era bom e até hoje a pessoa diz assim: olha aquele tempo tinha escravidão. Eu já ouvi pessoas dizendo: não. Escravidão ainda não acabou, porque o que os brancos fazem as vez com preto é tipo de uma escravidão, quer escravizar a gente"*¹¹⁴.

Essa comparação tem um forte sentido por ser um tempo vivenciado por muitos desses descendentes dos mocambos do Trombetas, estigmatizado pela violência, exclusão social, usurpação de seus espaços e quebra de uma lógica de vida e de relação com o meio ambiente, as quais secularmente marcaram o tempo de seus avós e o seu tempo vivido.

¹¹³ Manoel de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente COOPERBOA, entrevista, Abril de 2000.

¹¹⁴ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, Abril de 2000.

Ninguém é contra o progresso. Mas que ele não nos degrade todo o amor que está impresso no coração da cidade.

Que ele não nos elimine o fervor que nos irmana.

Mais do que aço e alumínio vale a natureza humana.

José Chagas - Maré de Aço. São Luís, 1983.

CAPÍTULO II

GRANDES PROJETOS: A INCÔMODA PRESENÇA

CAPÍTULO II - GRANDES PROJETOS: A INCÔMODA PRESENÇA.

As políticas desenvolvimentistas adotadas para a Amazônia, em particular durante o regime militar, suscitam uma série de críticas quanto à validade diante dos problemas sociais e ambientais causados nos locais de implantação. A região destaca-se como espaço de diversidade ambiental e de variados nichos ecológicos, onde muitos dos diferentes ecossistemas ainda carecem de estudos, como é o caso da castanheira da Amazônia, que tem sua produção ameaçada pelos desmatamentos.

Como se trata de uma região com ecossistemas interligados e interdependentes, é preciso conhecer a Amazônia em pormenores para se pensar formas de utilizar sua diversidade sem degradação e prejuízos para os grupos sociais que dependem da diversidade da fauna e flora. Portanto, não será com estratégias traçadas em gabinetes da administração federal ou "em escritórios novaiorquinos, sobre planilhas teóricas, por tecnocratas,"¹ distantes da realidade regional, que a Amazônia desenvolverá sua vocação econômica, atendendo aos interesses nacionais e dos amazônidas.

A Amazônia não pode ser encarada como um santuário intocável. Todavia, sua exploração deve levar em conta os elementos humanos e naturais de uma forma integrada. No entanto, nas últimas quatro décadas, as atividades econômicas implantadas na região - exploração mineral e vegetal, agropecuária extensiva e aproveitamento do potencial hidrelétrico - atingem o espaço natural em grandes amplitudes motivando as preocupações com o desequilíbrio ambiental, ecológico e humano.

Durante os governos militares, a Amazônia passou a ser vista como fonte real de riquezas, ultrapassando as antigas inspirações de "lirismo ou epopéia", conforme declaração do General Afonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior: "Efetivamente, aqui se confirma a descoberta do novo ângulo de visão da problemática amazônica, e se celebra a conquista do amadurecimento das preocupações nacionais a respeito do grande vale, em

¹ PINTO, Lúcio Flávio. Projeto Jari: crime com grandioso happy end. In: *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 12, ano II, maio/junho 1986, p. 82.

termos de maioria política e atualização econômica.”² Essa atualização demonstrava a naturalidade com que os militares incentivavam as pesquisas do potencial mineral, para transformar o espaço amazônico em área produtiva para o mercado internacional.

Havendo a idéia corrente de que a Amazônia era a última fronteira a ser ocupada, e pronta a ser explorada, passou a ser o palco das políticas de incentivo para o aumento da produção econômica. Por conta disso,

“(…) a legislação brasileira de estímulo ao investimento privado na região amazônica traduz-se numa sucessão de incentivos que poderão ser amplamente aproveitados pelo investidor estrangeiro, inclusive no que se refere às facilidades para reinvestimento na região, da ordem de 50% do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas, atuantes em qualquer ponto do território nacional.”³

A partir dessa configuração, esse espaço, ao longo dos tempos, enfrentou pressões políticas e econômicas, marcadas pelo dualismo e as contradições. Segundo Ronaldo Sá Bonfim - da SUDAM:

“A Amazônia apresenta, hoje, um dos exemplo mais frisantes de dualismo econômico, isto é, a existência de duas economias distintas, defasadas no tempo, coexistindo lado a lado. De um lado, há um setor capitalista desenvolvido, apresentando alta eficiência técnica e econômica, utilizando moderna tecnologia em seu processo produtivo. O outro é o setor tradicional, pré-capitalista, de baixo rendimento técnico e econômico, apresentando elevado índice de desemprego disfarçado. No primeiro caso, poderemos enquadrar os grandes empreendimentos mineradores, fábricas de fiação e tecelagem de juta, refinaria de petróleo etc. no segundo, está a maior parte da atividade econômica praticada na região; o extrativismo vegetal, a agricultura itinerante e as atividades artesanais.”⁴

Para o Governo, a Amazônia era caracterizada como subdesenvolvida devido às disparidades em relação aos demais regiões do país, sendo que “é nas áreas dedicadas ao extrativismo e sujeitas ao regime de coleta comercial que se configura o subdesenvolvimento em sua expressão mais primitiva.”⁵

² LIMA, Afonso de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante, 1971, p. 13.

³ ANDRADE, João Walter de. Planos de desenvolvimento: SUDAM. In: *Problemática da Amazônia*. Op. Cit., p. 152.

⁴ SÁ BONFIM, Ronaldo Franco. A infra-estrutura da Amazônia e seu desenvolvimento. In: *Problemática da Amazônia*. Op. Cit., p. 108.

⁵ SUDAM. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)*. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1967, p. 35.

No entanto, são as forças do mercado e do capitalismo em expansão que acabam ditando as regras de planejamento da política econômica a ser aplicada na região, onde “combinam-se e confundem-se os interesses do capital, da burguesia, com as razões da ditadura militar,”⁶ privilegiando a iniciativa privada, nacional e estrangeira.

2.1. Ocupar: “Integrar para não entregar”.

O discurso nacionalista, integracionista, que norteia as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, relegou a segundo plano o elemento humano, como fica evidente na fala de Clara Pandolfo, em 1972, segundo a qual:

“(...) o desafio da ocupação e desenvolvimento desta área, lançados pelo Governo federal, não se fará apenas em nome de princípios de humanidade, para atender às necessidades de populações brasileiras mais pobres e mais atrasadas, mas no sentido de desenvolver a própria economia do país, pela necessidade de expandir o mercado nacional, empurrando as suas fronteiras econômicas ao encontro das fronteiras políticas e, acima de tudo, visando a preservar a unidade e a soberania da nação brasileira.”⁷

Esse discurso reflete uma preocupação que estava posta pelo Governo Federal em 1966:

“Com uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e uma densidade populacional inferior a um habitante por quilômetros quadrado, a primeira preocupação do país em relação a Amazônia Brasileira [...] tem de ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior permanente da nação conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, num sentido que assegure, a um só tempo, a ocupação humana da região, conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da região com o resto do país.”⁸

O slogan “*Integrar para não entregar*”, adotado para a Amazônia, traz embutida a idéia do “*Espaço Vazio*”, uma imagem equivocada da região,

⁶ IANNI, Octavio. *A Amazônia em face do desenvolvimento econômico*. Belém, 1979, p. 06. (Mimeo).

⁷ PANDOLFO, Clara Martins. *A Amazônia e seus problemas*. Belém: SUDAM, 1972, pp. 24-25.

⁸ Presidente Humberto Castelo Branco. *Discurso do Amazonas (1966)*. In: *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968, p. 39.

porque, embora de maneira esparsa, a Amazônia brasileira estava totalmente ocupada por proprietários, posseiros, seringueiros, índios, negros e demais trabalhadores rurais, muitos desses chamados de "povos da floresta". Portanto,

"(...) a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. De certo modo, o que se pretende é o impossível: consertar os supostos erros da História. Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios."⁹

Ao lado dessa "idéia de vazio", é indiscutível que a política de ocupação da Amazônia, estava embasada na ideologia da segurança nacional, mais do que pela ameaça de suas fronteiras, pelo fato de se considerar a extensão e densidade florestal, um espaço propício à formação e esconderijo de grupos guerrilheiros. É nessa perspectiva que surge a chamada "Operação Amazônia", bem sintetizada na fala do então presidente Castelo Branco:

"Daí estar colocado no primeiro plano das preocupações do governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão "Operação Amazônia."¹⁰

A partir da década de 1970, o Governo Federal favoreceu o êxodo para a Amazônia, com os programas de assentamento dirigido e construção de agrovilas, principalmente à margem da Transamazônica. Essa justificada como projeto de colonização, onde seriam assentadas "500 mil famílias de lavradores de áreas rurais sob tensão social, sobretudo do Nordeste, dando ao homem sem terra uma região de muitas terras e poucos homens."¹¹ Levas de

⁹ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: HUCITEC, 1991, p. 63.

¹⁰ Presidente Humberto Castelo Branco. Discurso do Amapá (Setembro de 1966). In: *Operação Amazônia (Discursos)*. Op. Cit., p. 16.

¹¹ PINTO, Lúcio Flávio. Na Amazônia, rodovias começam a substituir os rios. In: *Amazônia: o anteatro da destruição*. 2.ª ed., Belém: Grafisa, 1977, p. 368.

migrantes do nordeste e, em especial, do sudeste e sul do país foram ocupando os “espaços vazios”, numa espécie de invasão organizada, capitaneada pelos projetos agropastoris, agromadeireiro, industrial e, posteriormente, pelos grandes projetos mineradores.

Portanto, o governo apresentava-se, pela lógica desenvolvimentista,

“(...) profundamente empenhado em ajudar as áreas mais subdesenvolvidas, e por isso mesmo mais carentes do apoio e até da iniciativa governamental, considera a atual administração brasileira como desafio que vale a pena aceitar aquele que nos faz a Amazônia, que, não fossem as águas que a afogam, bem poderíamos ter, pela pobreza, como uma réplica do Nordeste.”¹²

Não somente na Amazônia, mas no Brasil pós-1964, foi adotada uma política que visava a desenvolver uma economia de mercado capaz de atender às demandas da camada privilegiada da sociedade.¹³ Assim, estimulava-se a agricultura de exportação e a importação de insumos (fertilizantes e defensivos), considerados modernos para a época, aumentando a dependência tecnológica e o crescente endividamento nacional. Nesse contexto, incentivava-se a expansão das áreas de produção agropecuária rumo às fronteiras.

Segundo Octavio Ianni:

“O que ocorreu na Amazônia, nos anos 1964-78, foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. [...] A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região.”¹⁴

Na década de 1970, os projetos ligados a pecuária extensiva ganham destaque e aprovação no Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL). De acordo com o Coronel João Walter de Andrade, em cinco anos de atuação do órgão:

“(...) dos projetos aprovados, 73 destinam-se a indústrias de beneficiamento de madeiras, óleos vegetais, têxteis e fibras, produtos alimentícios, mineração, siderurgia e metalurgia, indústria de artefatos de borracha, fósforos, castanha-do-prá, cerveja, celulose

¹² Presidente Humberto Castelo Branco. *Discurso do Amapá (Set. de 1966)*. Op. Cit., p. 16.

¹³ BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.19.

¹⁴ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 55.

e papel, móveis, navegação, açúcar, perfumes, frigoríficos, sal, tintas e vernizes etc., e 54 para indústria agropecuária.”¹⁵

Para o Coronel, então Governador do Amazonas, “se um dos problemas principais do Governo era a ocupação da Amazônia, o mesmo foi estimulado pela SUDAM, através dos projetos agropecuários, com objetividade e resultados jamais alcançados por qualquer outro organismo de desenvolvimento regional.”¹⁶

Conforme matéria do jornal *O Liberal*, de 15 de janeiro de 1972, em sua primeira sessão nesse ano, o CONDEL “aprovou sete projetos econômicos, sendo cinco agropecuários e dois industriais num investimento total de 72 milhões, 546 mil, 232 cruzeiros beneficiando os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso.”¹⁷ Nesse momento, os projetos de mineração ainda não recebiam os maiores investimentos.

Nessa conturbada rede de interesses, o governo militar brasileiro figurou como guardião, agente financiador e criador da política de proteção aos investidores estrangeiros, numa clara intenção de cumprir os objetivos impostos pelo capital internacional à Amazônia.

Podemos apresentar, como exemplo, o Projeto Jari, idealizado e colocado em prática pelo norte-americano Daniel Ludwig, para o qual “o governo federal comprometeu-se a fazer todas as obras de infra-estrutura necessárias para viabilizar o projeto, ou seja, caberá ao Estado construir gratuitamente para a empresa que se beneficiará dos empreendimentos, estradas, escolas, postos policiais, postos de saúde, etc.”¹⁸

As políticas governamentais para a Amazônia pós-1964 culminam com a consolidação dos Grandes Projetos, que se configuram como:

- a) instrumento moderno das necessidades da acumulação. Explora e obtém recursos naturais de modo a reduzir os custos de formação de capital;

¹⁵ ANDRADE, João Walter de. Planos de desenvolvimento: SUDAM. In: *Problemática da Amazônica*. Op. Cit., p. 156.

¹⁶ *Id. Ibidem.*, p. 156.

¹⁷ Jornal - *O Liberal* – Sábado, 15 de janeiro de 1972.

¹⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 32.

- b) feitoria e enclave neocolonial, e recebe dos Estados locais todas as vantagens que caracterizam a ação do Estado no capitalismo tardio e;
- c) Retira os recursos que explora de forma intensiva e predadora, tendendo a reforçar o papel neocolonial do meio em que se assenta; nada ou pouco deixa à sociedade local. Induz, após sua passagem, a permanência das condições de exploração que marcaram a sua existência.¹⁹

Assim, o que se percebe é uma “modernização” sem desenvolvimento social, além de comprometer o meio ambiente do qual fazem parte as populações que secularmente vivem e vivenciam este ambiente.

Em suma, o mito da *terra sem homens*, sempre presente na propaganda militar, não foi confirmado pelos migrantes e grupos econômicos que atenderam ao apelo, “a Amazônia não pode esperar”, feito pelo Superintendente da SUDAM, General Ernesto Bandeira Coelho, em janeiro de 1972, a empresários norte-americanos²⁰ em visita ao Brasil.

2.1.1. Estradas e Segurança Nacional.

Para analisar a inserção da Amazônia no cenário econômico nacional e internacional, é preciso ter ciência dos projetos de ocupação e exploração econômica implantados pelos governos militares. Desse modo, as ações governamentais, para criar infra-estrutura e assegurar o investimento de recursos no desenvolvimento regional, foram intensificadas com o Programa de Integração Nacional (PIN). Diante da nova realidade pretendida, o PIN procurou estender a rede rodoviária, dando margens a críticas, pois “na verdade, as estradas estão mudando inteiramente a face da Amazônia, embora seja legítimo duvidar de que estejam realmente desenvolvendo a região.”²¹

¹⁹ LEAL, Aluizio Lins. *Grandes Projetos Amazônicos: dois casos precursores*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996, p. 17. Tese de Doutorado em História.

²⁰ Jornal - *O Liberal*. O turismo e mineração na rota dos empresários. Sexta-feira, 07 de janeiro de 1972.

²¹ PINTO, Lúcio Flávio. Na Amazônia, rodovias começam a substituir os rios. In: *Amazônia: o anteatro da destruição*. 2.ª ed., Belém: Grafisa, 1977, p. 367.

Nesse sentido, o Governo, utilizando-se de discursos ideológicos da *Doutrina da Segurança Nacional*, aplicou medidas, principalmente visando ao povoamento, as quais deveriam atender a segurança "interna e externa", pois de acordo com o General Afonso Lima, "o esvaziamento da Amazônia Ocidental, de fato, implica no comprometimento da segurança nacional, pois os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área."²² Esse militar acaba por reforçar a idéia da Amazônia como espaço despovoado, ao afirmar que "a ocupação dos espaços vazios não será realizada jamais em curto tempo"²³ e deverá ser realizada com pessoas do Nordeste e outras regiões do Brasil.

Como preocupação externa, havia a necessidade de ocupar as fronteiras para se evitar a usurpação das riquezas, ou seja, as reservas minerais precisavam ser protegidas contra os interesses dos países fronteiriços. Justificava-se, dessa maneira, "a necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana."²⁴

Na segurança interna, as preocupações foram múltiplas: a ausência de fiscalização intensa gerava o temor do surgimento de grupos guerrilheiros contra o regime militar. A Amazônia também seria o espaço ideal para absorver o contingente populacional indesejado nas áreas urbanas. Assim, "a utilização da fronteira agrícola para absorver essa pressão social parecia muito lógica"²⁵, cabendo ao Estado seu incentivo e organização.

Nesse contexto, foi lançada em 1.º de setembro de 1966, pelo Presidente Humberto Castelo Branco, a "Operação Amazônia", tendo como objetivos: o desenvolvimento econômico, a sua ocupação racional, o fortalecimento das áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional.²⁶

²² LIMA, Afonso de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: *Problemática da Amazônica*. Op. Cit., p. 39.

²³ *Idem*, pp. 27-28.

²⁴ BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1990, p. 13.

²⁵ MARTINE, George. *Os Impactos Sociais e Ambientais dos Grandes Projetos na Amazônia*. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991, p. 272.

²⁶ Presidente Humberto Castelo Branco. Discurso do Amapá (Setembro de 1966). In: *Operação Amazônia (discursos)*. Belém: SUDAM, 1968, p. 16.

Visto que essa reformulação tinha objetivos claros de viabilizar os planos desenvolvimentistas, seus idealizadores apresentavam-se como predestinados:

“(...) a mudar profundamente a face da região. Cumpre, porém, que a ela se associem com entusiasmo e confiança quantos estejam por qualquer modo vinculado à região, que devem e precisam ajudar a vencer a chaga terrível da miséria do subdesenvolvimento.”²⁷

A Operação Amazônia foi instaurada com a finalidade maior de estabelecer a posse definitiva da região pelos brasileiros através da exploração de seus recursos minerais, seu desenvolvimento agropecuário e industrial, enfim, o efetivo enquadramento desse território na vida econômica do país.

Para tanto, faziam-se necessários a participação dos brasileiros e convencer investidores, como estava explícito nas propagandas do BASA e da SUDAM:

“A Amazônia tem dono. Você é um deles. A Amazônia é sua. E de todos os brasileiros. Mas você é um dos homens que está ajudando a mudar a paisagem da outra metade do Brasil. A SUDAM e o BASA estão trazendo para a Amazônia o remédio que ela sempre precisou. Dinheiro e tecnologia. Já fizemos muito [...] e precisamos fazer muito mais, temos que trazer outros milhares de investimentos para a Amazônia, para isso precisamos convencê-los de que a Amazônia já é uma realidade dizer que as estradas já estão prontas e que os problemas de comunicação, saneamento, energia e educação estão sendo resolvidos a toque de caixa, se o Brasil é hoje o segundo país de crescimento mais rápido no mundo imagina o que vai acontecer quando a Amazônia estiver definitivamente integrada. Nós já sabemos: Brasil vai mais depressa ainda e o que é bom para o Brasil é bom para os brasileiros.”²⁸

Dessa forma, irrompia-se o lema *"integrar para não entregar"*, caro aos militares, o qual numa releitura, transformou-se em legitimação do processo de expansão do Capitalismo na Amazônia:

“Tratava-se de preencher o vazio demográfico, ou o vazio econômico. Era preciso colonizar, desenvolver, articular, vertebrar. Como se fora uma ilha solta no espaço geopolítico, ou econômico, os governantes se preocuparam em despertar a Amazônia e desenvolver ali laços com o Centro-Sul. [...] Tudo deveria ser feito para que a região fosse, ao mesmo tempo, produtora e consumidora de mercadorias; preferivelmente produzir mercadorias para o mercado externo. A fronteira amazônica incorporava-se as

²⁷ Idem., p. 17.

²⁸ Jornal - *O Liberal*, Belém, terça-feira, 08 de Fevereiro de 1972. Segundo Caderno, p. 03.

necessidades e aos interesses do capital financeiro que monopolizava o poder estatal.”²⁹

Pelos discursos, o Governo Militar assumia a árdua tarefa da “integração”, e através de seus funcionários, como Armando Dias Mendes, Presidente do Banco da Amazônia (BASA), o regime conclamava a sociedade para aderir a essa nobre causa:

“A ‘Operação Amazônia’ cumprir-se-á na medida em que a consciência nacional se mobilizar para a consecução de seus objetivos finais e vier a participar efetivamente de um esforço comum de preservação da soberania nacional nesta área, através de programas e projetos que serão, não apenas politicamente indispensáveis e socialmente urgentes, mas também economicamente rentáveis.”³⁰

Para atender aos interesses dos investidores foram criados uma série de atos legislativos e decretos, sem contar a insistente propaganda das ações do Governo, como sendo a vontade da sociedade em busca da integração nacional. Palestras e cursos em universidades brasileiras mobilizavam funcionários do alto escalão da ditadura, como o governador do Pará, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, para discutir os problemas amazônicos e mostrar à sociedade nacional os objetivos, por exemplo, da abertura de vias como a Transamazônica:

“Em verdade, porém, não a vejo apenas como uma estrada, conquanto majestosa. Encaro-a como instrumento, a um só tempo, de afirmação da política integracionista do Presidente Médici e de transferência dos excedentes populacionais do Nordeste para o vazio amazônico. Esta, natural decorrência daquela, mas uma transferência ordenada, regular, cientificamente organizada. O que percebo, na histórica decisão, é a concretização de uma política demográfica brasileira, situada no contexto de nosso plano nacional de desenvolvimento.”³¹

Para os militares, a Amazônia precisava não somente ser povoada como também tutelada pelo Governo, e à sociedade cabia o dever *moral* e *cívico* de apoiar as políticas de desenvolvimento e proteção, conforme estava

²⁹ IANNI, Octavio. *A Amazônia em face do desenvolvimento econômico*. Op. Cit., pp. 17-18.

³⁰ MENDES, Armando Dias. Op. Cit., p. 16.

³¹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *A decisão governamental e a unidade brasileira*. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira (coord.). *Transamazônica: a integração brasileira*. Coleção Terra dos Papagaios, v. 6, Conquista, s/d, p. 149.

previsto nos objetivos do Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (GTINAM):

1. A ocupação dos espaços vazios não será realizada jamais em curto tempo. pelo contrário, para consecução de tal objetivo, o fator tempo deverá ser considerado ao longo de muitos anos. Por isso mesmo, desde já, o Governo considera de caráter altamente prioritário a necessidade de realizar, a curto e médio prazos, alguns projetos que sejam elaborados dentro da realidade nacional.
2. A ocupação da Amazônia deverá caber, inicialmente, aos nacionais da própria área, do Nordeste ou de outras regiões do Brasil. Após, então, deverão ser estabelecidas as correntes migratórias que mais convenham aos nossos interesses.
3. Recomenda-se que a ocupação da Amazônia deva se dar através da implantação de uma infra-estrutura capaz de dar adequado apoio educacional, sanitário e social aos que para lá se dirigirem ou que lá estejam.³²

É nessa óptica que se configura um "abraço traiçoeiro" para Amazônia.

2.2. "Abraço traiçoeiro": Estado, estradas e transformações na Amazônia.

A fim de implementar políticas desenvolvimentistas na Amazônia, seguindo uma orientação econômica voltada para exportação, era necessário aplicar medidas administrativas, mas, sobretudo, criar a infra-estrutura portuária e rodoviária, para escoar a produção e incentivar a vinda de mão-de-obra para os empreendimentos em construção. Contudo, era necessário desestruturar as tradicionais formas de utilização do espaço, limitar o acesso a posse das terras e relegar a segundo plano o extrativismo e a agricultura para subsistência.

De acordo com Octavio Ianni, a história econômica da Amazônia sempre foi marcada pelas atividades extrativistas, verificando-se desde o período colonial uma produção atrelada aos produtos fornecidos pela natureza com aceitação no mercado exportador. Agricultura e pecuária também desempenhavam papel preponderante na região, porém, mantinham-se associadas ao consumo dos produtores e ao atendimento do mercado local,³³ razão pela qual ambas atividades sempre receberam pouco investimento

³² LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: *Problemática da Amazônica*. Op. Cit., p. 30.

³³ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Op. Cit., p. 56;

estatal e privado. Na década de 1960, em especial na de 1970, as ações governamentais objetivaram inverter essa realidade através da execução de obras de infra-estrutura, "cujo resultado final é reduzir os custos e aumentar a eficiência dos empreendimentos privados."³⁴

Ao governo brasileiro estava posta a missão de garantir a rede de operações para o escoamento da produção mineral e agropecuária, anunciada pelo aumento no volume de investimentos. Fazia-se necessário ampliar e construir portos e abrir estradas. Uma malha viária rasga a floresta Amazônica. Rodovias novas foram implantadas na região, como a Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Manaus-Boa Vista, entre outras, "propostas e realizadas por razões de *Segurança Nacional* e para favorecer o *desenvolvimento econômico*."³⁵

Como diz Hébette:

"No decorrer dos anos 60, abriram-se, pois, a partir da nova capital do Brasil, dois imensos braços como a abraçar a Amazônia: as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Cuibá-Porto Velho-Rio Branco. Na aparência de um aceno amigo, um abraço traiçoeiro. Atrás da promessa de dias melhores e de juramento de prosperidade futura (Integrar para não entregar), a ameaça da destruição ambiental, da desintegração social e cultural."³⁶

Símbolo desse período é a rodovia Transamazônica, um caminho para conduzir "homens sem terra para terra sem homens", na qual deveriam ser assentados mais de 60 mil pessoas até 1974, de acordo com previsão de técnicos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.³⁷

A abertura de estradas, ao longo das quais foram implantados os assentamentos dirigidos, agrovilas, acabou conduzindo nordestinos e sulistas para a região, um processo migratório coordenado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), posteriormente transformado, em 1970, no Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Todavia, esses migrantes e o caboclo nativo não concretizaram o sonho da "terra prometida", sendo muitas vezes empurrados do seu pedaço de chão pelas boiadas dos

³⁴ LIMA, Afonso de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: *Problemática da Amazônica*. Op. Cit., p. 31.

³⁵ IANNI, Octavio. *A Amazônia em face do desenvolvimento econômico*. Op. Cit., p. 06.

³⁶ HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFGA, 1991, p. 7.

³⁷ Jornal - *O Liberal*, Belém, domingo, 13 de Fevereiro de 1972.

grandes latifundiários que ali também chagavam, agraciados pelos benefícios dos bancos públicos e do poder estatal. Os bois engordam nos pastos, onde deveriam estar produzindo os agricultores, e ocupam terras secularmente pertencentes às sociedades indígenas³⁸ e demais povos da floresta.

Uma série de medidas para melhoramentos no fluxo comercial, entre a Amazônia e demais regiões brasileiras, foi colocada em prática, garantindo a infra-estrutura necessária à presença na região do capital internacional, ocasionando o conseqüente "povoamento". Assim, pode ser citada como medida de atração o desenvolvimento da rede de telecomunicação por satélite: a televisão mostrava as novidades e o telefone diminuía distâncias entre as regiões.

Finalmente, iniciou-se a construção de usinas hidrelétricas, com a finalidade de fornecer energia a baixo custo às indústrias que se instalariam na região, como aconteceu posteriormente com as beneficiadoras de alumínio que receberam energia com "15% de desconto em relação às tarifas vigentes no resto do país e nunca poderá superar ao equivalente a 20% do preço do alumínio no mercado internacional. Assim, se houver uma queda de preços, as tarifas especiais para fábrica de alumínio se tornarão ainda menores."³⁹

Dessa forma, a política econômica aplicada na Amazônia, de acordo com os militares, tentava acabar com os obstáculos mais graves ao desenvolvimento regional, os quais seriam, dentre outros:

- a) A extensão física e a rarefação demográfica que concentra em 59,2% da área do Brasil, apenas 3,7% de sua população;
- b) O desconhecimento do potencial efetivo de recursos naturais;
- c) A escassez de recursos humanos para ocupação das fronteiras econômicas e geográficas;
- d) A debilidade do abastecimento de produtos agropecuários e insuficiência de alimentos, tanto quantitativa como qualitativamente;
- e) A predominância da indústria do semi-artesanato, com raros enclaves de grande porte, havendo subemprego;
- f) A insuficiência de espírito empresarial, na área privada, e industrialização nenhuma;

³⁸ BAUDUÍNO, Tomás. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a terra dos índios. Apud: IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 186.

³⁹ PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás, ataque ao coração da Amazônia*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Marco e Studio Alfa Foletra Editora, 1982, p. 84.

g) A falta de coordenação na atuação dos órgãos públicos locais.⁴⁰

Assim, os anos posteriores a 1964 são extremamente significativos nas mudanças econômicas, políticas e sociais por que passou a Amazônia. Nesse período foram criadas agências de planejamento e bancos, ampliando e reformulando metas - para garantir investimentos em infra-estrutura - e financiamentos - para incrementar a produção e, o mais importante, atrair capitais internacionais.

Quadro 5 : Instrumentos legais e medidas administrativas da Operação Amazônia.

Leis e Decretos	Data	Objetivo
Lei n.º 5.122	22-08-66	Transforma o Banco de Crédito da Amazônia, em Banco da Amazônia S.A (BASA).
Lei n.º 5.173	27-10-66	Extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e cria a SUDAM.
Lei n.º 5.174	27-10-66	Reformula e amplia a política de incentivos fiscais para a Amazônia.
Decreto-lei n.º 288	28-03-67	Altera disposições da lei que criou a Zona Franca de Manaus e regula seu funcionamento

Fonte: SUDAM. *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém, 1968.

Nesse contexto, "o Estado passou a ser, na fase do desenvolvimento dependente-associado, o elemento estratégico que funciona como uma dobradiça, para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializam."⁴¹

Para garantir o sucesso da ocupação, o governo também ampliou suas ações no campo político e geográfico, dinamizou a superposição de territórios federais sobre os estados, objetivando a aplicação de incentivos fiscais. Nesse sentido, foi criada a Amazônia Legal, que incluía em sua abrangência estados do nordeste e centro-oeste, áreas que apresentavam, de acordo com a SUDAM, uma problemática comum no desenvolvimento e ocupação:

"Amazônia Legal apresenta um quadro de distribuição fundiária limitativo do desenvolvimento. Os minifúndios são improdutivos e indicadores da presença de uma camada de população rural pobre, dependente, sem possibilidades de criar melhores condições na exploração agrícola, de suas terras, pouco integrada à economia do mercado. Os latifúndios, parcial ou totalmente improdutivos, retêm o

⁴⁰ LIMA, Afonso de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: *Problemática da Amazônica*. Op. Cit., p. 19.

⁴¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento capitalista e Estado: bases e alternativas. In: MARTINS, Carlos Estevam (Coord.). *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977, p. 206.

domínio das terras em uma pequena camada da população, dificultam a participação dos produtores agrícolas na propriedade das terras em que trabalham e mantêm economicamente estagnadas grandes extensões da área. No conjunto total das diversas categorias de unidade dominiais privadas, as empresas rurais—a forma mais progressista, dinâmica e racional de exploração agrícola—figuram de forma inexpressiva (0,91%).⁴²

Contudo, as medidas “cabíveis” implementadas no período de 1964-78 transformaram “essa região em um vasto enclave de exportação e importação,”⁴³ não resolvendo os problemas listados, e as conseqüências ainda não foram devidamente equacionadas.

Reforçando os interesses internacionais na Amazônia, os propósitos assinalados pelos militares foram concretizados. Nesse sentido, temos a exploração das potencialidades energéticas através de hidrelétricas (Tucuruí, Balbina) e a extração mineral em larga escala. A região torna-se um pólo de importação de tecnologia, com a Zona Franca de Manaus, e os órgãos públicos, como a SUDAM, começam a definir e dirigir as políticas desenvolvimentistas com incentivos fiscais às empresas de setores agropecuários, extrativos e industriais. Não obstante, as atividades da pecuária e da indústria madeireira provocaram, e continuam provocando, desmatamento, suprimindo atividades tradicionais, como o extrativismo vegetal.

Mesmo com a adoção de medidas protecionistas para o meio ambiente, os projetos postos em prática na Amazônia sofreram, e ainda sofrem, críticas quanto aos benefícios para a região, porque, em grande parte, visam abastecer os mercados externos com matéria-prima barata. Assim, os grandes projetos envolveram elementos físicos (as reservas minerais) e humanos (como mão-de-obra barata) em atividades exploratórias de proporções ainda hoje imensuráveis.

“Esse quadro leva inevitavelmente a pensar o impacto dos grandes projetos econômicos um pouco como se pensava, no passado, o impacto da tecnologia nas sociedades tribais e camponesas – em termos das mudanças adaptativas que promove, isto é, em termos das lesões que causa às populações atingidas ou, então, em termos

⁴² SUDAM. *Estrutura fundiária na Amazônia*. Belém: SUDAM, 1976, p. 31.

⁴³ IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Op. Cit., p. 71.

das dificuldades que tais populações oferecem à disseminação de técnicas e relações econômicas capitalistas.”⁴⁴

A implantação desses empreendimentos constituiu-se como uma forma de colonização orientada pelos princípios da Doutrina da Segurança Nacional, que destacava a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia. Outro fator enfatizado seria a valorização econômica local.

Assim, de 1966 até o começo da década de 1970, os projetos aprovados pela SUDAM estavam direcionados à montagem de equipamentos (Zona Franca de Manaus), ao “aproveitamento de recursos naturais voltados ao mercado nacional ou internacional, destacando-se as atividades agropecuárias e de extração madeireira.”⁴⁵ Nesse contexto, estava o “Projeto Jari, que iniciou a implantação de um complexo de atividades, englobando reflorestamento, produção de celulose, extração mineral, cultivo e beneficiamento de arroz e criação de gado de corte.”⁴⁶

Paralelamente, realizam-se pesquisas sobre o potencial energético da região e a prospecção mineral, promovida por empresas de capital estrangeiro, como a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel, que encontrou as jazidas de ferro em Carajás.

A principal consequência dessas descobertas será a implantação dos grandes projetos minerais, que atendiam à política econômica do Governo Federal, empenhado em “reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo.”⁴⁷ Portanto, por sua natureza e escala, esses empreendimentos

“(…) estão inseridos, desde sua origem, na lógica da globalização. É importante compreender essa lógica para propor políticas que permitam o aproveitamento das vantagens competitivas da Amazônia. As propostas de políticas de desenvolvimento regional, por sua vez, precisam equacionar interesses globais, muitas vezes colidentes, dois merecem destaque: um que privilegia uma abordagem de ocupação econômica do espaço para acumulação de capital, pois vê Amazônia como a ‘última fronteira de exploração de recursos para a expansão da economia mundial’ e outro que

⁴⁴ MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: *O cerco está de fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Op. Cit., p. 17.

⁴⁵ IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Belém: Instituto do desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, 1991, p. 01.

⁴⁶ Id. *Ibidem*.

⁴⁷ IANNI, Octavio. *A Amazônia em face do desenvolvimento econômico*. Op. Cit., p. 04.

privilegia uma postura preservacionista, pois percebe a região como uma das últimas reservas de biodiversidade.”⁴⁸

Com os grandes projetos o governo tentou viabilizar sua política sócio-econômica. No entanto, a pretendida valorização necessariamente estava atrelada à integração da Amazônia no mercado mundial, com a função de fornecedora de matéria-prima. Condição que reforça as inúmeras críticas sobre os grandes projetos, pois estes, além de ignorar as características sócio-culturais da população local, não investem os lucros de suas atividades nas potencialidades dos locais onde são implantados.

2.3. Mineração - Grandes Projetos – Incômoda presença.

A experiência de projetos de exploração nos moldes de “enclave” estava sendo colocada em prática na Amazônia antes mesmo dos militares assumirem o governo no Brasil, sendo exemplo, o projeto Indústria e Comércio de Minério (ICOMI), no Amapá, inaugurado em 1957 e fechado em 1999.

Esse empreendimento é representativo da atuação do grande capital Internacional na Amazônia, pois dá visibilidade ao ciclo de fases estabelecidas no desenvolvimento dos grandes projetos: pesquisa, instalação, produção e fechamento.

Para a ICOMI, o governo brasileiro disponibilizou geólogos, cartógrafos e outros pesquisadores, para localizar as jazidas de melhor qualidade e aproveitamento, sem despesas para a empresa. Além disso, autorizou empréstimos para compras de equipamentos e preparou a infra-estrutura, inclusive com o balizamento do rio Amazonas, para receber navios de grande calado no porto de Santana, onde o manganês era embarcado para ser exportado.⁴⁹

Deve-se ressaltar que os Grandes Projetos trazem em suas trajetórias a certeza do seu término. O fechamento torna-se realidade quando as atividades não atingem os lucros esperados ou as jazidas do minério explorado chegam à fase de esgotamento. Com a ICOMI não foi diferente: a empresa explorou as jazidas de manganês até a exaustão. E o que restou? As “crateras

⁴⁸ SUDAM. *Mineração na Amazônia Legal: importância sócio-econômica*. Belém, 1999, p. 11.

⁴⁹ LEAL, Aluizio Lins. *Op. Cit.*, p. 204.

lunares” e o rejeito altamente poluente que a empresa produziu na Serra do Navio, resultado trágico que preocupa a opinião pública mundial:

“O resultado dessa voracidade capitalista sobre a Amazônia, que parece inelutável, produz o espanto da gente civilizada em todo o mundo, e a inconformidade dos setores conscientes da própria sociedade regional que convive com a irracionalidade e a destruição. A exploração mineral, tal como vem se processando, constitui mera transferência de matéria-prima sem nenhuma contribuição ao desenvolvimento regional e à melhoria das condições de vida da população.”⁵⁰

Foi dessa maneira que a ICOMI atingiu o seu intuito: explorou as jazidas de manganês até o esgotamento e acumulou capital pela via monopolista:

“(...) essa é a lógica básica da etapa monopolista do capitalismo internacional, ou seja, o país, para pagar a dívida, deve exportar seus recursos naturais, e, para que possa explorar estes recursos para exportar tem que fazer novas dívidas, que por sua vez servirão para pressionarem os preços dos recursos naturais para baixo, garantindo assim para os países industrializados capitalistas o suprimento estratégico de matérias-primas para o futuro.”⁵¹

Todavia, de acordo com Pere Petit,

“(...) embora tenham sido elaborados planos de desenvolvimento econômico a serem implantados na região e, alguns deles, postos em prática antes da implementação do Regime Militar em 1964, foi a partir de 1966, após a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), que se intensificaram as ações da Administração Federal na região.”⁵²

De forma geral, as ações do capital estrangeiro cumprem os objetivos de seus idealizadores e reforçam a ausência de preocupações com a destruição dos espaços e com os impactos sociais advindos dos anos em que permaneceram, ou permanecerão, na Amazônia.

⁵⁰ ROCHA, Gerônimo Albuquerque. Ai de ti, Amazônia. In: *Estudos Avançados*. Maio/Junho, 1992. Vol. 6, n.º. 15, p. 69.

⁵¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 59.

⁵² PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 25.

2.4. Natureza dos Grandes Projetos.

A partir da década 1960, mas antes do Golpe de 1964, já estavam sendo incentivadas pesquisas para se conhecer as potencialidades do subsolo Amazônico. No entanto, não havia diretrizes legais para racionalizar a utilização das reservas naturais descobertas e, posteriormente, exploradas.

Após o golpe, foram sendo regulamentados decretos e leis, estabelecendo os aportes jurídicos que, dentre outras funções, regularizavam, por exemplo, as porcentagens de investimentos de empresas transnacionais na exploração de jazidas minerais. Assim, "em 1967, três anos após a ascensão dos militares ao poder, a Ditadura já tinha elaborado todas as letras legais necessárias à sua função política - a de criar facilidades à expansão do capital na realidade brasileira."⁵³

Destaca-se, nesse momento, a elaboração do Código Brasileiro de Mineração, criado pelo Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, que regulamentou o uso do subsolo e derrubou as restrições à ação das corporações de capital majoritariamente estrangeiro na atividade mineradora, como se vê no artigo 79:

"Entende-se por Empresa de Mineração, para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída e domiciliada no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, e entre cujos objetivos esteja o de realizar aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º Os componentes da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo, podem ser pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, mas nominalmente representadas no instrumento de constituição da Empresa."⁵⁴

Em 30 de janeiro de 1969, foi criado o Ato Complementar n.º 45, regulamentado pelo Decreto-lei n.º 494, de 10 de março de 1969, dispondo sobre a aquisição de terras em áreas rurais, assinado pelo Presidente Costa e Silva. Pelo decreto supracitado, em seu art. 1º, "a aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiros ou por

⁵³ LEAL, Aluizio Lins. *Op. Cit.*, p. 10.

⁵⁴ Código Brasileiro de Mineração, Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967.

estrangeiro residente no país”⁵⁵, cabendo aos estrangeiros apenas provar sua residência fixa no Brasil. Todavia, a liberação de propriedade rural aos estrangeiros dependeria de “autorização do Ministério da Agricultura, requerida por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).”⁵⁶ O Decreto também amplia a área que poderia ser adquirida por estrangeiros, podendo atingir o limite de 6.000 km² nos municípios de mais de 100.000 km².

Este dispositivo legal beneficiou diretamente os projetos de exploração das potencialidades florestais da Amazônia, como o Projeto Jari Florestal e Agropecuária, do norte-americano Daniel Ludwig, aprovado pela SUDAM em 12 de agosto de 1969. O empreendimento foi classificado como indústria madeireira e obteve a “isenção de impostos e taxas sobre a importação de máquinas e equipamentos, peças e sobressalentes e acessórios”⁵⁷, tidos como essenciais para implantação das atividades. O governo brasileiro comprometeu-se a avalizar compras e empréstimos no exterior.

Nesse contexto, as pesquisas na área de mineração foram intensificadas e, em pouco mais de seis meses, foram descobertas as reservas de bauxita no rio Trombetas e a província mineral da Serra dos Carajás, ambas no Estado do Pará.

O caso moderno de Grande Projeto é o Programa Grande Carajás (PGC). O empreendimento foi apresentado por seus planejadores como “*novo descobrimento do Brasil*” e tinha entre seus objetivos não somente a industrialização da Amazônia Oriental através da mineração, mas seria também destinado ao incentivo de atividades agropecuárias, agroindustriais, reflorestamento e beneficiamento de madeira.

O termo “Grande Projeto” surgiu na Amazônia, na década de 1970, designando os empreendimentos de tipo enclave que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, para exportação, e que produzem energia para beneficiamento de minérios, como a bauxita:

“Os grandes projetos visam o aproveitamento econômico não apenas das jazidas minerais, como também da ampla potencialidade energética do Estado, presente na biomassa florestal e nos recursos hidráulicos de alguns rios. A construção da UHE Tucurí foi o primeiro

⁵⁵ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Atos do Poder Executivo. Brasília, terça-feira, 11 de março de 1969, n.º 47. (Biblioteca Pública do Pará).

⁵⁶ Id. Ibidem..

⁵⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit., p. 24.

grande passo no sentido do aproveitamento deste potencial para servir aos empreendimentos econômicos em implantação no Estado e também para atender a demanda energética de outras áreas do país, no caso, parte da região Nordeste. Disto resultou um novo papel do Pará no âmbito da economia brasileira: o de província energética.”⁵⁸

Com essa perspectiva de empreendimento, estão em operação na denominada Amazônia Legal:

- a) O projeto Jary – Pará e Amapá;
- b) A Mineração Rio do Norte (MRN) - Pará;
- c) As hidrelétricas de Tucuruí - Pará e Balbina - Amazonas;
- d) Os complexos beneficiadores de bauxita, para produção de alumina e alumínio, Alumínio Brasileiro (ALBRAS) e Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE) – ambos no Pará;
- e) O consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR), liderado pela Alcoa Mineração S/A - Maranhão;
- f) A Mineração Pitinga – Amazonas;
- g) Projeto Carajás - Pará.

Embora geograficamente separados, existem características comuns entre os projetos, por exemplo, o fato deles terem sido pensados e implantados após o golpe militar de 1964 e a interligação de atividades. A bauxita produzida no Trombetas abastece ALUMAR, ALBRAS e ALUNORTE, as duas últimas utilizam a energia produzida por Tucuruí. São esses em sua maioria complexos exportadores de matéria-prima e foram impulsionados pelos incentivos governamentais, criados para desenvolvimentos da Amazônia, como enfatizou o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima:

“(...) com o advento das leis de incentivos fiscais (Leis 4.216/63 e 5.174/66) e a reformulação do aparato institucional montado, visando à valorização econômica e social da região – Operação Amazônica – a economia regional recebeu estímulos à superação da estagnação secular em que esteve praticamente mergulhada, desde a catastrófica perda da supremacia no mercado de borracha vegetal.”⁵⁹

O governo militar, ao mesmo tempo em que garantia a infra-estrutura necessária, criava as bases “legais” e os pressupostos ideológicos

⁵⁸ IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Coordenação de Sérgio Roberto Bacury de Lira. Belém: Instituto do desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, 1991.

⁵⁹ LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. In: *Problemática da Amazônia*. Op. Cit., p. 31.

legitimadores de suas práticas políticas, econômicas e administrativas, visando a acelerar o desenvolvimento da Amazônia. A Operação Amazônica abriu as portas para o capital estrangeiro que “rasga” as florestas e, inversamente do que até então ocorria, busca as riquezas que estão no subsolo.

O Estado do Pará recebeu o maior número de investimentos para exploração do potencial mineral do subsolo amazônico. Por conta disso, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP:

“A economia paraense tem experimentado, desde a década de setenta, uma profunda transformação na sua estrutura produtiva, possibilitada pela inserção do seu espaço geo-econômico de empreendimentos industriais de alta tecnologia e elevado aporte de capital, vinculados basicamente à exploração dos seus recursos naturais.”⁶⁰

Essas atividades ganharam sentido de necessidade para o Estado, enquanto o discurso dos tecnocratas apresenta os grandes projetos como a redenção dos municípios paraenses em direção ao desenvolvimento, rompendo com o extrativismo, apresentado como o responsável pela dispersão da populacional na região:

“Mais grave que a rarefação demográfica é a forma como a população se distribui na Amazônia. O seu modelo é o linear disperso, acompanhando o traçado dos rios. O estilo em que essa população se apresenta distribuída é uma decorrência natural da atividade econômica predominante – o extrativismo em todas as suas formas. Este fato é grave e torna-se um elementos ainda mais negativo em função da imensidão das distância amazônicas.”⁶¹

No entanto, admitia-se a não-incorporação da população local como mão-de-obra, devido à baixa qualificação dos trabalhadores que sempre estiveram ligados ao extrativismo. Assim, se justificava o incentivo à migração:

“Os grandes projetos, demandantes de muita mão-de-obra, terão na população desses municípios um estoque relativamente insuficiente em termos quantitativos e principalmente qualitativos, caso o desempenho do trabalho exija níveis de especialização médios e altos. Meios econômicos e infra-estruturais (estradas, escolas, serviços de saúde, etc.) deverão ser proporcionados a fim de que esta área possa competir visando atração populacional.”⁶²

⁶⁰ IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Belém: Instituto do desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, 1991, p. 49.

⁶¹ LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. In: *Problemática da Amazônia*. Op. Cit., p. 103.

⁶² SUDAM. *POLAMAZÔNIA*. Trombetas. 2ª ed., Belém, 1976, p. 31.

O governo freqüentemente utilizava a propaganda para exaltar o ufanismo de projetos como o PGC, onde os investimentos chegaram à ordem de 62 bilhões de dólares e, de acordo com os tecnocratas, possibilitariam "ao Brasil uma receita de 10 bilhões de dólares anuais em exportação, o suficiente, segundo suas palavras, 'para pagar a dívida externa brasileira em alguns poucos anos'."⁶³ Tendo em vista que o débito era de 120 bilhões de dólares, seis anos seriam suficientes. Contudo,

"(...) esse monumentalismo, ao invés de encher os olhos, como esperariam os tecnocratas, está mesmo é assustando: setores cada vez mais expressivos da opinião pública nacional e acentuadamente na própria região, temem que o endividamento feito para Carajás aumente mais a dependência do país em relação aos seus financiadores externos, não realizando o objetivo primordial do Grande Carajás: liquidar a dívida internacional do Brasil."⁶⁴

Nesse caso, a riqueza mineral configurava-se como fonte geradora de divisas para o país. Fato não confirmado, pois as empresas compradoras do minério produzido mantêm cotas expressivas do capital acionista dos conglomerados exploradores. Essas transnacionais são produtoras e compradoras do minério produzido e pagam o preço conveniente para manter seus lucros. A geração de divisas é mínima para Brasil, haja vista o capital investido retornar ao seu país de origem.

O PGC, na forma como foi pensado, envolvendo agricultura, pecuária, extração e beneficiamento de madeira, teve suas pretensões formalmente paralisadas em 1991, restando apenas a extração do minério de ferro e exploração do potencial energético do rio Tocantins, através da Hidrelétrica de Tucuruí. Os objetivos apregoados, como o pagamento da dívida externa brasileira, não se concretizaram. No entanto, no sudeste do Pará e no Maranhão, onde estão instaladas as áreas de extração, transporte e exportação do minério, a realidade visível é a desestruturação das populações nativas, índios e camponeses, e sobretudo, a devastação da floresta na área explorada.

⁶³ ALVES, Francisco. Carajás, erros e acertos de 4 bilhões de dólares. In: *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 07, ano II, Julho/Agosto, 1985, p. 17.

⁶⁴ PINTO, Lúcio Flavio. Carajás, ataque ao coração da Amazônia. Op. Cit., p. 79-80.

Tudo isso nos leva a refletir sobre a implantação de tais projetos, pois não basta o discurso do progresso, é preciso levar em consideração, principalmente, os benefícios e conseqüências a curto e longo prazos para o meio ambiente e os povos amazônicos. Deve-se ouvir os grupos tradicionais que serão afetados: indígenas, camponeses e populações ribeirinhas. Não podemos exorcizar ou aceitar tacitamente as imposições do grande capital. Devemos, antes, verificar de forma crítica quais os benefícios, os prejuízos e tentar fazer com que os recursos gerados tragam melhorias às populações atingidas no processo de implantação dos empreendimentos, o que ainda não aconteceu, apesar de mais de mais de três décadas de implantação dos primeiros projetos de mineração na Amazônia brasileira.

Nesse sentido, o Regime Militar funcionou como parceiro indispensável do capital nacional e internacional em diferentes estágios de implantação: criou projetos de incentivos à ocupação populacional; deu garantias aos investimentos e avalizou empréstimos no exterior; além disso, proporcionou, a partir de práticas repressivas, um clima de estabilidade política e social ao país.

Ligada aos projetos para dinamizar a economia e a sociedade local, vem a necessidade de se preservar o meio ambiente amazônico e a "sua extraordinária biodiversidade, manifestada através de inumeráveis formas, vegetais e animais, constituí matéria-prima valiosa para o prosseguimento dessas pesquisas que estão na base do novo paradigma científico-tecnológico dos dias atuais."⁶⁵

A partir de 1985, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) – órgão responsável pela coordenação e fomento do Setor Mineral Brasileiro - começa a ser inserido, na crescente luta pela conscientização ambiental, passando a acompanhar mais de perto o impacto nas áreas de mineração na Amazônia, seguindo a Política Ambiental traçada pelo governo. Atendendo às pressões de órgãos de proteção ambiental que começavam a ganhar destaque no país, o DNPM enfocou a possibilidade de harmonizar a mineração com as questões ambientais.

Portanto, as preocupações com o meio ambiente ganharam maior difusão em meados da década de 1980, quando foram criados órgãos como o

⁶⁵ PANDOLFO, Clara. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas futuras*. Belém: CEJUP, 1994, p. 20.

Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Em 1986, foram estabelecidas as definições e as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implantação dos Estudos de Avaliação de Impactos Ambientais (EIA) e dos respectivos Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA), que deveriam ser submetidos aos órgãos estaduais competentes ou ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).⁶⁶

“O impacto ambiental, nas áreas dos projetos de mineração, realizado através de empresas organizadas, é melhor contornável, uma vez que a legislação as obriga a reportar-se ao DNPM, fazendo com que haja um acompanhamento adequado das áreas degradadas pela atividade mineral. Dentro dessa ótica, em conjunto com a Secretária de Saúde do Estado do Pará – SESP, órgão ambiental oficial do Estado, o DNPM tem atuado com muita eficiência, sendo um dos frutos consideráveis a análise conjunta dos Relatórios de Impacto no Meio Ambiente – RIMA dos projetos de mineração.”⁶⁷

Mesmo com essas exigências, muitas questões ficam em aberto, principalmente as que se referem aos impactos para o elemento humano inserido nesse meio ambiente. Por exemplo, a empresa Alcoa Mineração S/A, quando apresentou seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para abertura de uma mina de bauxita em Cruz Alta, município de Oriximiná – Pará, enfatizou que seu maior impacto seria “permitir a produção de recurso mineral de alto valor agregado, contribuindo para a criação de riqueza para o país,”⁶⁸ melhorando a condição econômica e social da população “numa região da Amazônia desolada e desassistida.”⁶⁹ Os relatórios - RIMA e EIA – fazem um levantamento das potencialidades minerais e animais, inclusive, dando visibilidade aos *tabuleiros de desovas de tartarugas*, que seriam protegidos pela empresa. Porém, as comunidades existentes nesse local não são citadas, demonstrando que, na prática, as empresas recorrem à noção de *vazio demográfico*, até porque suas atividades incidem sobre áreas de extrativismo praticado pelas populações locais, que sofrem os maiores impactos também com estas políticas preservacionistas.

⁶⁶ MAIMON, Dália. Política Ambiental no Brasil. In: *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

⁶⁷ Id., *Ibidem*.

⁶⁸ PROMON ENGENHARIA S/A. *Mina de Bauxita da Amazônia: estudos de impacto ambiental – EIA*. Manaus: Alcoa Mineração S/A, 1989, v. 1, p. i.

⁶⁹ *Idem.*, p. vi.

No caso do Trombetas, em 1979 e 1989, a efetivação de medidas protecionistas são implementadas pelo Governo Federal através da criação das Florestas Nacionais. Todavia, a população das áreas a serem protegidas não foi informada sobre as modificações, por força de lei, quanto ao seu direito e uso "da sua terra" e acabaram passando pelo processo de desagregação e ruptura com as formas tradicionais de convivência equilibrada com o meio ambiente. Sem dúvida, um equívoco do governo, pois "a questão ambiental na Amazônia, para ser enfrentada em toda a sua complexidade, terá de passar obrigatoriamente por um entendimento amplo das relações entre a natureza e a sociedade humana que habita a região."⁷⁰

Está visível a ameaça à territorialidade negra no Trombetas, pois a empresa diminuiu consideravelmente a área utilizada para o trabalho e vivência nesse espaço. É a partir desse contexto que podemos resgatar a analogia feita pelo senhor Pedro Viana da Cruz, durante o IV Encontro de Raízes Negras, a respeito da presença do IBAMA, da MRN e da possível construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira.⁷¹

"No tempo em que nasci e me criei, ninguém tinha perseguição e vivia muito bem sem companhia, sem hidrelétrica, sem essas conseqüências que está acontecendo agora no meio de nós. Primeiro chegou a onça que foi a Mineração Rio do Norte. Depois chegou o tigre, que foi aí a Cruz Alta, e ultimamente, tá querendo chegar o leão que é o mais brabo que é a ELETRONORTE querendo formar essa grande barragem e ainda tem outro mais forte, a cascavel que é o IBAMA, que chegou no nosso meio."⁷²

Por esse relato, percebe-se o caráter danoso com que governo e empresas são encarados pelos remanescentes, vistos como animais perigosos e, de certa forma, alheios à realidade local. O tigre e leão são animais ferozes, perigosos e representam as empresas ainda não-instaladas, criando dúvidas quanto às conseqüências de suas atividades. A Mineração Rio do Norte é retratada como uma onça, também feroz, mas com suas ações já conhecidas no desmatamento, nas pressões contra as comunidades e na poluição de rios

⁷⁰ PANDOLFO, Clara. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas futuras*. Op. Cit., p. 21.

⁷¹ A ELETRONORTE detém concessão para explorar o potencial energético das cachoeiras do Trombetas e seus afluentes, mas no momento não há nenhuma atividade de implantação.

⁷² Pedro Viana da Cruz (Pedro Barulho). Depoimento - durante o IV Encontro de Raízes Negras do Baixo Amazonas, Comunidade Tapagem,, Alto Trombetas, julho de 1991.

e lagos. De forma abrangente, o medo despertado por esses “animais” se dá pelo fato deles interferirem no espaço físico e social, geralmente deslocando os ribeirinhos de suas atividades tradicionais.

Nesse sentido, a Mineração Rio do Norte tornou-se marco nas transformações ocorridas nas comunidades negras no Trombetas. A partir desse momento, as preocupações circunscritas ao espaço local extrapolaram os limites das comunidades e atingiram a sede do município e do estado. Fato representativo aconteceu na campanha promovida pelas comunidades contra a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Outro acontecimento, nesse contexto, foi a Audiência Pública para aprovação do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia (Alcoa S/A – Cruz Alta), realizada em Oriximiná, em 12 de agosto de 1991. Tal projeto não foi concretizado. Contudo, em ambos os casos houve a presença maciça dos “negros do Trombetas”, protestando contra a Eletronorte e a Alcoa S/A, e contrapondo-se aos representantes das empresas e do governo, os quais defendiam os empreendimentos.

“Nós, negros, temos esperanças. Nossa história é toda feita e marcada por uma quase congênita esperança de que é possível acreditar que a luta pela afirmação da nossa humanidade é mais que uma utopia, é mais que um sonho irrealizável. As Comunidades Negras Quilombolas que resistiram até hoje são a certeza, o exemplo visível de que, mais que um sonho, elas são a própria representação daquilo que de fato queremos, que é, no limite, ser livre, humanamente livre.

IIª Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

CAPÍTULO III

A ONÇA E A CASCAVEL NO NOSSO MEIO.

CAPÍTULO III: A ONÇA E A CASCAVEL NO NOSSO MEIO.

A trajetória econômica do Trombetas foi profundamente marcada pelas ações dos governos militares, que assumiram uma postura favorável à expansão do “capitalismo dependente” na região. Delimitado geograficamente no Pólo Trombetas, o Baixo Amazonas entrou no ciclo econômico de exploração mineral, por conter, no município de Oriximiná, reservas de bauxita localizadas no vale do rio Trombetas.

Nesse contexto, desde os anos de 1960, a idéia motriz que animava as ações sobre a Amazônia direcionava-se para seu enquadramento na dinâmica do mundo capitalista em expansão, devendo produtiva para alimentar o mercado internacional:

“Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro. [...] Entretanto, era grande o peso da produção destinada ao autoconsumo dos produtores; ou a um comércio limitado, local.”¹

Diante das transformações na produção, no meio natural e nas relações de poder, introduzidas nesse espaço pelos grupos econômicos, o elemento humano foi cada vez mais marginalizado no cenário amazônico. O agricultor, o pescador, o posseiro transformaram-se ou em mão-de-obra assalariada, ou simplesmente foram despossuídos dos seus meios de produção, obrigados, assim, a empregar sua força de trabalho em atividades alheias ao seu domínio.

As mudanças apresentadas pelos projetos, de certa forma, atingiram todos os seguimentos sociais amazônidas. No entanto, para os grupos acostumados a ter a natureza como fonte de trabalho e renda, a ação devastadora das mineradoras ou da empresa agropecuária terminou por deixar marcas profundas na sua própria sobrevivência.

Como a descoberta de jazidas minerais rompeu a trajetória de tranqüilidade, num espaço construído ao longo do tempo como local de trabalho, moradia, de práticas de sociabilidade e culturais dos ribeirinhos

¹ IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia* (1964-1978). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, pp. 55-56.

amazônicos? As respostas envolvem não somente “*variáveis exógenas*”² – interesses dos grupos econômicos instalados na região - mas também estão no pacote de situações criadas pelo próprio governo local para atender as exigências dos investidores. O poder público concedeu licenças para exploração do potencial madeireiro, doou terras para empresas agropecuárias e incentivou a produção mineral na Amazônia, isso sem o levantamento ocupacional e sem consultar os interesses da população das áreas onde foram implantados esses empreendimentos.

3.1. PROJETO TROMBETAS: “primeiro chegou a onça que foi a Mineração Rio do Norte”.

A Mineração Rio do Norte integrou o conjunto de empreendimentos determinados pelo II Plano de Integração Nacional (PIN), para a área do Pólo Trombetas. Esse último está localizado numa “extensão de aproximadamente 85.176 Km², abrangendo parte dos municípios paraenses de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná,”³ apresentando como principais recursos minerais a bauxita em Oriximiná e o calcário de Monte Alegre.

Na segunda metade da década de 1960, quando foi realizado o levantamento dos aspectos econômicos do pólo Trombetas, as atividades econômicas da região estavam alicerçada no setor primário e concentrava cerca de 76,8% da população economicamente ativa (PEA). Ainda assim, não foram estudados procedimentos para estimular tanto a pecuária como o extrativismo, que estavam em decadência. No entanto, as recomendações das agências de fomento direcionaram os incentivos para a extração mineral:

“De um modo geral o extrativismo que outrora representava uma significativa participação no emprego, apresenta-se atualmente decadente e sem nenhuma possibilidade de recuperação, salvo as atividades madeireiras, e de mineração, desde que conduzidas por espírito empresarial, como se prevê para as explorações de bauxita e o calcário que correm na área.”⁴

² IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, 1991.p. 01.

³ SUDAM. *Síntese do Polamazônia*. Belém: Departamento de documentação, 1975, p. 11.

⁴ Idem. p. 27.

Seguindo o diagnóstico sócio-econômico e a identificação das potencialidades de recursos naturais, foram definidos os programas a serem incentivados, inclusive os projetos de extração mineral tidos como essenciais para atrair grandes contingentes aos municípios inseridos no Pólo Trombetas. No entanto, tornava-se evidente a preocupação com o nível de qualificação profissional dessa sociedade local e migrante:

“Os grandes projetos, demandantes de muita mão-de-obra, terão na população desses municípios um estoque relativamente insuficiente em termos quantitativos e principalmente qualitativos, caso o desempenho do trabalho exija níveis de especialização médios e altos. Meios econômicos e infra-estruturais (estradas, escolas, serviços de saúde, etc.) deverão ser proporcionados a fim de que esta área possa competir visando atração populacional.”⁵

Assim, o empreendimento de exploração de bauxita, denominado Projeto Trombetas, foi estruturado com base no Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), criado pelo Decreto n.º 74.607, de 25 de setembro de 1974. Sem dúvida, esse projeto atraiu um número significativo de migrantes, que incharam as pequenas cidades da região, criando, desse modo, sérias dificuldades para a população que tradicionalmente habitava as áreas onde os projetos foram implantados, em especial, para as comunidades afro-amazônidas do rio Trombetas.

3.1.1. Pesquisas, descobertas e transformações.

Como matéria-prima do alumínio, considerado um dos metais mais importantes para a indústria moderna, as jazidas de bauxita sempre foram alvo de intenso estudos. Na Amazônia, ainda na década de 1950, a empresa norte americana Kaiser Aluminium começou sistemáticas pesquisas geológicas entre a foz do Amazonas e do Trombetas, em busca do minério. No entanto, a falta de sucesso no empreendimento determinou a desistência e paralisação das atividades da empresa.⁶

Todavia, as pesquisas aerofotogramétricas feitas pela United States Air Force – USAF, encomendadas pela Petrobrás, em 1957, indicaram presença

⁵ SUDAM. *POLAMAZÔNIA: Trombetas*. 2ª ed., Belém, 1976, p. 31.

⁶ SIQUEIRA, Ozair Pereira de. *Mineração Rio do Norte: uma empresa que faz e conta*. Rio de Janeiro: Laborprint, 2002, p. 19.

de bauxita em terras altas, no trecho entre o rio Trombetas e Nhamundá, no extremo noroeste do Pará, fronteira com o Estado do Amazonas.⁷ As pesquisas anteriores a 1962, quando a empresa canadense Alcan Aluminium Limited começou suas atividades, eram realizadas apenas nas margens dos rios. Seguia-se o pressuposto de que as jazidas economicamente viáveis deveriam estar distantes não mais de 100 quilômetros de um rio navegável, o que depois foi concretizado nas descobertas feitas no rio Trombetas.

“Boa parte dessas descobertas foi resultado do projeto Radam-Brasil, a chave mestra que abriu as portas da Amazônia à exploração racional de minério e madeira, com um sistema de mapeamento, através de radar que a partir daí passou a ser empregado em todo país. O sistema permitiu que fossem colhidas imagens aéreas a 11 mil metros de altitude, mesmo com nuvens, obtendo-se o perfil de toda a superfície sem vegetação.”⁸

As pesquisas da Alcan Aluminium Limited para localizar reservas de bauxita na Amazônia começaram no início da década de 1960, na região compreendida entre Manaus e Santarém. Em cerca de cinco anos (1962-1967), equipes de reconhecimento, mateiros e geólogos revezavam-se para encontrar quantidades de bauxita economicamente viáveis. Clareiras, acampamentos, cozinhas e refeitórios eram improvisados em meio à selva fechada, para garantir o mínimo de apoio aos trabalhadores. Durante essa fase, foram identificadas ocorrências de bauxita em áreas próximas de Juruti, Parintins e na Serra do Mathias, em Faro, mas não atingiam o esperado, entre 100 e 200 milhões de toneladas. Assim, “os primeiros resultados não foram animadores.”⁹

Inicialmente, a procura por bauxita, realizada nas margens de rios e lagos, não foi satisfatória. Diante dos resultados negativos, os geólogos da Alcan começaram um trabalho sistemático de incursões nas serras da região compreendida entre os rios Trombetas e Nhamundá.

Após a conclusão dos trabalhos aerofotográficos do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) - que forneceu dados sobre solo, subsolo e cobertura vegetal - a Alcan, através de sua subsidiária Bauxita Santa Rita (BAUXISA),

⁷ Idem., p. 21.

⁸ Idem., p. 26.

⁹ PROJETO TROMBETAS – ESTUDO DE VIABILIDADE. Valenorte Serviços de Engenharia LTDA. Rio de Janeiro, abril de 1974, p. II-1.

coordenada pelo geólogo Igor Mousastichvily, começou em outubro de 1965 as expedições em direção à Serra do Saracá:

“Quarenta homens, 36 deles mateiros, poceiros (cavadores de poços), cozinheiros e quatro técnicos (geólogos e engenheiros) pisam, pela primeira vez, no Saracá, a entrada da terra da bauxita em Porto Trombetas. A caminhada em busca da bauxita havia sido iniciada e interrompida anos atrás. Desde o início da década de 60, os canadenses vêm atrás da rocha vermelha. Naqueles tempos, a ‘caçada’ ao minério era feita somente na beira do rio. Depois, na segunda metade de 1966, estes homens, vindos de Terra Santa mata adentro, chegaram ao Saracá.”¹⁰

A BAUXISA instalou sua base de operação na *Cabeceira do Forno*, no município de Terra Santa, compreendendo as instalações para seus funcionários e um laboratório de preparo das amostras a serem enviadas para Saramenha – MG, onde a Alcan possui uma fábrica de alumínio e laboratórios equipados para análises dos materiais enviados da Amazônia. Entre os pioneiros na pesquisa de bauxita no Trombetas estavam Luiz Monteiro Barbosa, mecânico, e o técnico de controle de qualidade Leopoldo Caldeira Cidade; ambos ainda trabalham na MRN.

Pelos relatos das pessoas que participavam das pesquisa de campo, o grande problema na selva não era o clima inóspito, quente e úmido, nem os insetos e animais selvagens, mas, principalmente, a solidão e o isolamento. Sem rádio, telefone ou qualquer meio de comunicação, era fundamental manter os homens, que ficavam até 90 dias na mata, sempre ocupados com trabalho ou com atividades esportivas, como os jogos de futebol e dominó. “Era preciso evitar que a mente ficasse vaga, sendo tomada por pensamentos negativos e nostálgicos, o que poderia comprometer o bom trabalho em equipe, essencial às atividades dos desbravadores.”¹¹

Os moradores da comunidade Boa Vista lembram das primeiras excursões que chegaram, onde hoje está a sede da MRN. O local era conhecido pelos castanhais explorados pelos ribeirinhos e ali ficava a *“roça do Leonir, a mulher dele era Solica. Conceição era o nome desse lugar,”*¹² lembram os remanescentes:

¹⁰ *Jornal Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, Agosto de 1993, n.º 59.

¹¹ SIQUEIRA, Ozair Pereira de. Op. Cit., p. 24.

¹² *Admilsom dos Santos, 38 anos*, Op. de Equipamento Industrial, entrevista, Abril de 2000.

*"A primeira viagem que eles vieram, vieram quatro gringos e um brasileiro, um engenheiro Dr. Márcio num barco de Terra Santa chamado Gaivota. A segunda viagem eles vieram seis gringos e dois brasileiros num barco Pérola do lamundá também de Terra Santa."*¹³

A ajuda dos moradores das comunidades foi indispensável para o sucesso no levantamento preliminares da pesquisa mineral. Bons conhecedores das características da região e dos perigos da mata, os remanescentes, de acordo com relatos dos moradores da Boa Vista, foram incorporados aos grupos de pesquisadores que chegaram à Serra do Saracá, onde foi detectada a presença do material a ser explorado. Para aliciar os moradores, os geólogos distribuíam presentes, remédios e faziam promessas de melhorias para a comunidade quando iniciassem os trabalhos. Assim, *"eles vieram na primeira viagem pra bate foto, bateram foto de tudo, examinaram. Tinha um que era médico. Deram um bucado de remédio."*¹⁴

A participação dos remanescentes, nesse período da pesquisa, não foi confirmada nos relatórios da empresa ou por pessoas que participaram desse atividades. Segundo o senhor Leopoldo Caldeira Cidade, que trabalha em Trombetas desde a Bauxita Santa Rita, questionado sobre o ingresso daqueles nos trabalhos de pesquisa, deu a seguinte resposta: "não, não participavam, o pessoal que ia era o pessoal nosso, que já levava daqui [de Terra Santa], o pessoal de lá era apenas para algumas coisinhas como travessia do rio."¹⁵ A resposta não contraria os relatos dos moradores da comunidade, pois os trabalhos, para os quais eles eram recrutados, seriam exatamente os de transporte de equipamentos, identificação de serras e localização na mata fechada.

Finalmente, em 1967, foi confirmada a existência de bauxita de boa qualidade no vale do Trombetas e os incentivos a sua exploração vinham de um conjunto de bons fatores, dentre os quais, a Serra do Saracá, estar situada a uma distância de apenas trinta quilômetros da margem do rio; e o fato de apresentar uma reserva estimada em 1,5 bilhão de tonelada de bauxita bruta e os custos reduzidos para a sua localização. Até esse momento, a Alcan havia

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Leopoldo Caldeira Cidade, 52 anos, Técnico em Controle de Qualidade da Mineração Rio do Norte, Terra Santa, entrevista, 25 de janeiro de 2004.

disponibilizado cerca de US\$ 66 mil.¹⁶ Inicialmente, acreditava-se numa "reserva de 800 milhões de toneladas."¹⁷

Passado o período de pesquisa e atestada a viabilidade e potencialidades das jazidas descobertas no Trombetas, foi constituída pelo Grupo Alcan do Brasil, em 5 de junho de 1967, a Mineração Rio do Norte S.A. – MRN, sendo que "a dimensão inicialmente considerada para o projeto foi de 2 milhões de toneladas anuais de bauxita, das quais a Alcan absorveria a quase totalidade. O saldo seria colocado no mercado internacional."¹⁸

Um empreendimento dessa natureza precisava de muito planejamento e investimentos. Devido às incertezas quanto aos resultados, o Grupo Alcan, conforme veremos, não se mostrava seguro para aplicar somente seus capitais, recorrendo ao Governo e à iniciativa privada nacional e internacional. Assim, passaram-se três anos da constituição da MRN até o início dos trabalhos de engenharia, em 1970.

No início de 1971, a MRN apresentou à SUDAM um projeto inicial que previa a produção de 2 milhões de toneladas, obtendo aprovação em março de 1972 através da resolução n.º 1.185. O documento concedia isenção de imposto de renda durante dez anos e autorizava a empresa a captar recursos dos incentivos fiscais, como já vinha acontecendo, pois em outubro de 1971 a MRN recebeu um financiamento de US\$ 70.000,00, conforme o certificado número 241/8969 emitido pelo Banco Central do Brasil, através do Serviço Regional de São Paulo e publicado no Diário Oficial da União, em 22 de fevereiro de 1972.¹⁹ O certificado de empréstimo e financiamento não define onde o valor seria aplicado, mas a data coincide com o início da construção do porto de carregamento e da infra-estrutura necessária para assegurar a exportação do minério produzido pela MRN.

A aprovação do Projeto Trombetas, em 1972, não aconteceu por unanimidade: o voto contrário partiu do Coronel Darino Castro Rebelo,

¹⁶ SIQUEIRA, Ozair Pereira de. Op. Cit., p. 25.

¹⁷ FOUCHER, Michel. *La mise valeur de l'amazonie bresilienne - les routes trasamazoniennes*. In: *Notes et Etudes Socumentaires: problemes d'Amerique Latine*. Paris: La documentataion française, n.º 4110-4111, 15 septembre 1974, p. 85.

¹⁸ PROJETO TROMBETAS - ESTUDO DE VIABILIDADE. Op. Cit., p. II-1.

¹⁹ *Diário Oficial da União*. *Certificados e Financiamentos*. Brasília, 22 de fevereiro de 1972.

representante do Ministério dos Transportes no Conselho Deliberativo da SUDAM, que:

“(...) não concordou com o fato de a Mineração Rio do Norte ser constituída apenas por capital estrangeiro, solicitando que, como em outros projetos semelhantes, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, tivesse participação majoritária ou pelo menos houvesse participação nacional no grupo MRN. E condenou também a concessão de um financiamento de 255 milhões de cruzeiros de recursos dos incentivos fiscais para uma empresa com capital ordinário de 51 milhões.”²⁰

De acordo com Ozair Pereira de Siqueira, ex-diretor da Bauxita Santa Rita e da Mineração Rio do Norte, dois acontecimentos ocorridos em meados de 1971 provocaram mudanças na estrutura funcional do Projeto Trombetas: “O comunicado do governo brasileiro a Alcan, em agosto exigindo a participação nacional no empreendimento e o aumento da escala prevista para a produção.”²¹

Outro momento crítico na fase de implantação do projeto foi a paralisação, decidida pela Alcan, em maio de 1972, “em virtude de mudanças das condições de mercado da indústria mundial de alumínio.”²² Segundo a empresa, mesmo com a queda na produção de bauxita, o que afetava a oferta no mercado internacional “o suprimento para sua refinaria de Quebec não mais corria risco após a nacionalização, em 1971, das minas da Guiana.”²³

Os reais motivos dessa paralisação apontam para as condições de mercado, pois a Alcan não poderia consumir toda a produção. Todavia, em relatório de novembro de 1970, a empresa desencorajava o investimento, pois o orçamento era de US\$ 42,6 milhões para o nível de um milhão de toneladas anuais, que deveria atingir o preço de venda de US\$ 8,75/t FOB.²⁴ O investimento era elevado para o nível de divisas que seria gerado. Contudo, os procedimentos, pós-1972, demonstram que o aparente desinteresse da Alcan funcionou como estratégia para apressar a entrada da estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e permitir a entrada de outros capitais externos no empreendimento, que vai acontecer em 1973-1974.

²⁰ PINTO, Lúcio Flávio. Trombetas: o primeiro dos grandes projetos. In: *Amazônia: o anteatro da destruição*. Belém: Grafisa, 1977, p. 117.

²¹ SIQUEIRA, Ozair Pereira de. Op. Cit., p. 37.

²² PROJETO TROMBETAS: ESTUDO DE VIABILIDADE. Op. Cit., p. II-3.

²³ SIQUEIRA, Ozair Pereira de. Op. Cit., p. 38.

²⁴ *Idem.*, p. 36.

Nesse contexto, em 1.º de junho de 1972, “um militar ‘sem mais lugar no peito para colocar medalhas’ desceu no aeroporto de terra determinando que tudo fosse paralisado.”²⁵

“Os estudos legais e institucionais que fazem parte dos [relatórios] de viabilidade recomendaram a manutenção da empresa anteriormente constituída pela Alcan – a Mineração Rio do Norte – como veículo para a retomada do empreendimento. A entrada dos novos acionistas se fará, então, pela compra de ações de propriedade da Alcan, detentora da totalidade do capital acionário da Rio do Norte.”²⁶

Em dezembro de 1972, a CVRD e Alcan assinam um Protocolo de Entendimentos para exame de viabilidade e retomada do projeto. Começaram também estudos para a implantação de uma fábrica de alumina a partir da bauxita do Trombetas, atendendo a uma exigência da SUDAM.

O Protocolo fixava a participação mínima dos capitais nacionais com pleno direito de voto em 51%: “A CVRD ficaria inicialmente com 51% e a Alcan com 49%, podendo ambas reduzir suas participações até 21% e 19% respectivamente.”²⁷ Nesse período, as estimativas para custo total do empreendimento, incluindo, capital de giro, as despesas pré-operacionais, os encargos financeiros e provisão inflacionária chegavam a US\$ 156 milhões:

“Deste total, 40% será fornecido pelos próprios acionistas na forma de capital ordinário enquanto que o saldo (60%) deverá provir de fundos dos incentivos fiscais (SUDAM – capital preferencial), de empréstimos do Eximbank para equipamentos importados. De empréstimos a longo prazo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, eventualmente, de financiamentos de bancos comerciais.”²⁸

As negociações para ampliação de acionistas, que ocorrem de 1970-1974, coincidem com a visita de empresários norte-americanos, interessados em investir em projetos de mineração na área de incentivos fiscais promovidos pela SUDAM, conforme reportagem veiculada pelo jornal *O Liberal*, em Belém:

“O grupo de empresários norte-americanos liderados pelo criador e primeiro diretor da USAID e um dos principais assessores do ex-presidente John Kennedy, mister Fowler Hamilton, deixa hoje a nossa capital profundamente entusiasmado com as perspectivas de investimentos na região amazônica, notadamente no estado do Pará,

²⁵ *Jornal Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, julho/agosto de 1992, n.º 47. Texto a partir da entrevista com o senhor Raimundo Plácido dos Santos (Gasolina).

²⁶ PROJETO TROMBETAS - ESTUDO DE VIABILIDADE. Op. Cit., p. IV-1.

²⁷ *Idem.*, p. II-4.

²⁸ *Idem.*, p. I-1.

nas áreas de turismo, pesquisa mineral e indústria madeireira. Aproveitando as vantagens dos incentivos fiscais do governo brasileiro 'que ao invés de investir nas viagens ao cosmo o faz na Amazônia para converter em realidade o plano de integração nacional' como enfatizou o general Ernesto Bandeira Coelho presidente da SUDAM ao explicar aos visitantes a filosofia do órgão que dirige em reunião realizada ontem a tarde no auditório dessa empresa."²⁹

Aconteceram também visitas de representantes da Alcan a empresários no exterior - Japão, Estados Unidos e Europa - apregoando as vantagens de investir no Brasil e na Amazônia:

"Os resultados dessas sondagens se revelaram positivos, já como reflexo da recuperação havida na indústria mundial do alumínio. Algumas empresas mostraram-se interessas apenas em comprar bauxita, sem participar acionariamente no empreendimento, enquanto outras se interessaram em comprar e participar. Outras ainda, especialmente as japonesas, mostraram interesse em alumina."³⁰

As visitas a compradores e investidores internacionais mostraram resultados satisfatórios. Algumas empresas convidadas a conhecer o projeto, como a Reynolds Metals Co. (USA), The Rio Tinto Zinc Corp LTD. (Reino Unido), Instituto Nacional de Indústria (Espanha), Aluminium Pechiney (França) Billiton International Metal BV (Holanda) e Norsk-Hydro a.s.(Noruega), demonstraram grande interesse na compra e também na composição acionária do consórcio Mineração Rio do Norte, fato que motivou a assinatura do Memorando de Dezembro de 1973, no qual ficou acertado o "acordo de acionistas, os estatutos da empresa e os contratos de venda de bauxita. Foi decidido, ainda, que a constituição efetiva do consórcio se daria em meados de 1974 após a atualização das estimativas de custo e revisão da economicidade do projeto."³¹

"O Projeto Trombetas, que já foi o maior projeto de mineração da Amazônia quando aprovado pela SUDAM, em 1972, poderá ser agora o primeiro a ser implantado entre dois outros grandes empreendimentos - o ferro de Carajás e o de alumínio Albrás - anunciados nesta década pelo Governo Federal para a exploração dos grandes recursos minerais da Região Amazônica."³²

²⁹ Jornal *O Liberal*, Belém, Sexta-feira, 07 de janeiro de 1972.

³⁰ PROJETO TROMBETAS - ESTUDO DE VIABILIDADE. Op. Cit., p. II-4.

³¹ Idem., p. II-5.

³² PINTO, Lúcio Flávio. *Trombetas: o primeiro dos grandes projetos*. Op. Cit., p. 117.

Em 11 de junho de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, foram assinados os documentos básicos da Mineração Rio do Norte, adequando-se às exigências do Governo Federal: participavam, agora, duas companhias nacionais e sete estrangeiras. Com nova composição acionária, estava reestruturada a MRN (Vide quadro 6).

Quadro 6: Composição Acionária da MRN em 1974.

Empresa	Origem	Participação Acionária
Companhia Vale do Rio Doce	Brasil	41%
Alcan Aluminium Limited	Canadá	19%
Companhia Brasileira de Alumínio	Brasil	10%
Mineração Rio Xingu Ltda.	Holanda	5%
Reynolds Alumínio do Brasil Ltda.	USA	5%
Norsk Hydro a.s.	Noruega	5%
A/S Aardal og Sunndal Verk	Noruega	5%
Instituto Nacional de Indústria	Espanha	5%
Rio Tinto Zinc do Brasil Ltda	Reino Unido	5%

Fonte: Relatório - Mineração Rio do Norte – Projeto Trombetas.

A empresa, agora constituída de nove sócios, apresentava como objetivo social as atividades de mineração, incluindo as de empresa industrial, comercial e de serviços. Mantinha, portanto, a finalidade de promover pesquisa, lavra, beneficiamento, industrialização e comércio de bauxita. Em 17 de outubro de 1974, a SUDAM aprovou o projeto apresentado pela MRN, concedendo a isenção de Imposto de Renda pelo prazo de dez anos e outros incentivos concedidos pelo governo brasileiro.³³ Dessa forma, ganhava materialidade o denominado Projeto Trombetas, que para seus idealizadores é,

“(...) na realidade, uma obra de integração nacional. A região transforma-se de inóspita e lendária Amazônia em um dos pólos de desenvolvimento econômico no norte do país, possibilitando a diversificação de atividades econômicas, criando empregos e gerando recursos.”³⁴

Vale ressaltar, no entanto, que em seu *manual de gestão*, a MRN enfatiza que seus “acionistas são os principais consumidores e promotores de venda do minério produzido.”³⁵ Portanto, o maior interesse está na satisfação

³³ Relatório, MINERAÇÃO RIO DO NORTE - PROJETO TROMBETAS, s/d.

³⁴ Encarte de publicidade do Projeto Trombetas.

³⁵ Manual de Gestão da Mineração Rio do Norte.

dos acionistas, na maximização de lucros e diminuição de gastos, sendo estas as finalidades das empresas para a satisfação dos investidores do setor, mesmo quando geram alguns desentendimentos entre os acionistas.

No início da década de 1980, a mineradora foi alvo de denúncias de formação de cartel, pois a CVRD, que nesse momento era a principal acionista do empreendimento, estava associada à Alcan e Alcoa, que faziam parte do grupo das seis maiores empresas estrangeiras produtoras de alumínio. As transnacionais, portanto, estavam produzindo bauxita para atender suas necessidades de matéria-prima para produção de alumina e alumínio. As imposições da empresa Alumínio Canadense (Alcan), como patrocinadora do Projeto Trombetas, despertaram críticas até dos seus sócios no empreendimento:

“(...) a Alcan, empresa canadense (uma das seis irmãs) que era proprietária única do projeto e hoje tem apenas 19% do capital da MRN, reservou-se o direito, mesmo se sair da sociedade e durante 10 anos após o início das operações, de opção de adquirir, sob um novo contrato a longo prazo, acima de 1,2 milhão de toneladas de bauxita por ano da empresa, durante um período de 20 anos, além da bauxita obtida no contrato inicial.

Mesmo um dos sócios do empreendimento, CBA (do Grupo Ermirio de Moraes), que tem 10% das ações, criticou o projeto, ‘tanto em função de seu esquema de financiamento, quanto por seu caráter meramente exportador de matéria-prima, uma vez afastada definitivamente a possibilidade de industrialização da bauxita.’³⁶

Diante de todos esses problemas, críticas e mesmo dando prejuízo durante dois anos, o Projeto Trombetas acabou se consolidando como um dos maiores investimentos do Governo Federal no setor de mineração, na Amazônia.

O Projeto Trombetas, através da Mineração Rio do Norte, recebeu os incentivos e investimentos do governo militar, que participava ativamente na execução do empreendimento. Fato ilustrativo aconteceu em 12 de janeiro de 1976, durante a sessão solene de assinatura do contrato entre a MRN e a Construtora Andrade Gutierrez para a execução das obras civis do projeto. A cerimônia, realizada no Palácio do Governo do Pará, contou com a presença do Presidente da República, General Ernesto Geisel, que, em seguida, visitou a

³⁶ PINTO, Lúcio Flavio. *Carajás, ataque ao coração da Amazônia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Marco Zero e Studio Alfa Fotoletra, 1982, p. 84.

mina da serra do Saracá e a área onde estava sendo construída a sede da MRN - a vila de Porto Trombetas.

O empreendimento, depois da reestruturação da MRN, ainda passou por momentos delicados, com mudanças significativas no volume de produção e atraso do início das operações na área a ser lavrada. No entanto, o dia 13 de agosto de 1979 "foi um dia de festas em Porto Trombetas."³⁷ A data marca o primeiro embarque de bauxita. O navio canadense Cape Race deixou o porto de carregamento com 21.054 mil/t de minério, para as fábricas da Alcan, em Quebec. As comemorações aconteceram tanto na vila quanto na mina, pois "naquele dia, a Mineração Rio do Norte ganhava existência efetiva ao iniciar a comercialização do minério para outras regiões brasileiras e do mundo."³⁸ Para a região, tal acontecimento marcou o início de um processo irreversível de entrada no círculo econômico internacional. O Capitalismo começava a dirigir as regras da produção econômica e a vida social no Trombetas.

Enfim, a bauxita descoberta no Trombetas movimentava a equação básica, mas primordial, para o Capitalismo: abastecer os mercados internacionais com matéria-prima barata. Assim, o interesse regional é apenas pálida justificativa contra as críticas aos danos causados à natureza. Portanto, a mineração na Amazônia atende aos mercados internacionais, e o incentivo à produção de bauxita descarta o interesse regional, pois, no início da exploração das jazidas, o Estado do Pará não dispunha de indústrias para beneficiamento do minério e a construção de fábricas de alumínio era objetivo impensável. Na década de 1980, praticamente toda a produção de bauxita do Pará ficava com as transnacionais como a Alcan, detentora de 80% da produção inicial da MRN. Ainda assim, a empresa foi apresentada como sinônimo de desenvolvimento da economia paraense:

"Em 1975 a mineração contribuía com apenas meio por cento para o Produto Interno Bruto do Estado do Pará. Em 1979, quando entrou em operação comercial o primeiro dos grandes projetos mineradores, o de bauxita da mineração Rio do Norte, o percentual dobrou para 1%. Em 1987 ficou próximo de 7%, nivelando-se ao item Governo, e provavelmente superando-o a partir daí. Em 1988, quase metade do valor das exportações paraenses era de produtos minerais. O Pará já havia se tornado o segundo mais importante Estado minerador do

³⁷ *Jornal Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, julho/agosto de 1992, n.º 47, pp. 6-7.

³⁸ *Idem*. p. 7.

País, abaixo de Minas Gerais somente, mas prometendo assumir o primeiro lugar ao longo da década de noventa.”³⁹

Com o início da produção de bauxita no Trombetas, em 1979, visualiza-se a instalação de uma fábrica de alumina no local de exploração. No entanto, a idéia da industrialização acabou sendo transferida, na década de 1980, para a Vila do Conde, município de Barcarena, onde foi instalado o Complexo Albrás-Alunorte, e também para São Luís, com o Projeto ALUMAR; ambos beneficiam a bauxita produzida no Trombetas.⁴⁰

Nesse momento, para o Trombetas permaneceram as metas estabelecidas pela Alcan, apenas ampliadas: “ao invés de exportar um milhão de toneladas de bauxita lavada e seca numa etapa inicial, o projeto produziria 3,35 milhões, atingindo posteriormente sete milhões de toneladas anuais.”⁴¹ Atualmente, a MRN tem uma produção cinco vezes superior ao anunciado como meta inicial (16,4 milhões/t/ano) e teve um “lucro líquido de R\$ 270.635 milhões,”⁴² em 2002 .

Durante as décadas de 1980 e 1990, a empresa expandiu sua produção e incorporou novos acionistas. Atualmente, a Mineração Rio do Norte (MRN) é um conglomerado de empresas, dentre as quais figuram a Companhia Vale do Rio Doce (40,00%), BHP Billiton Metais S.A. (14,80%), Alcan Alumínio do Brasil Ltda. (12,00%), Companhia Brasileira de Alumínio (10,00%), Alcoa Alumínio S.A. (8,58%), Norsk Hydro do Brasil Ltda. (5,00%), Alcoa World Alumina LLC. (5,00%) e Abalco S.A. (4,62%).

Atualmente, “as vendas de bauxita produzida na MRN atendem aos seguintes mercados: 65% da produção é destinada ao mercado interno – 37% para Alunorte e 28% para Alumar; 9% para a Europa, 13% para os Estados Unidos e 13% para o Canadá.”⁴³ Em 2003 a empresa ampliou sua capacidade de produção, com investimentos de US\$ 200 milhões, devendo atingir 11.470 hectares de área lavrada nos próximos vinte anos.

³⁹ IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Op. Cit., p. 01.

⁴⁰ DNPM. *Panorama do setor mineral do Pará*. Belém: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1988.

⁴¹ PINTO, Lúcio Flávio. *Trombetas: o primeiro dos grandes projetos*. Op. Cit., p. 118-119.

⁴² MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Relatório anual 2002*. Porto Trombetas: MRN, 2002, p. 8.

⁴³ MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Relatório de Responsabilidade Social*. Porto Trombetas: MRN, 2003, p. 9.

A MRN consolidou-se, em 2003, como a maior produtora mundial de bauxita, com uma produção anual de 16,3 milhões de toneladas. A empresa atingiu seu limite de exportação, pois o rio Trombetas não suporta movimentação superior a 330 navios por ano.⁴⁴ Estamos, portanto, diante de um *megaprojeto* responsável pelas principais transformações ocorridas na região.

Porém, não se discute o processo que levou ao incentivo de uma atividade econômica em detrimento de outras desenvolvidas na região. As críticas são pelo fato dessa “*nova ordem econômica*,”⁴⁵ que desloca o trabalhador de suas atividades tradicionais, não reverter-se em benefícios para a população. A mão-de-obra - deslocada da pecuária, do extrativismo e da pesca - foi absorvida somente no período de implantação dos empreendimentos, fazendo da população local e de migrantes um exército de reserva em constante expectativa de ver-se agraciado com emprego.

Por conta disso, a estrutura da atividade mineradora se configura como algo “alienígena” na região, pois praticamente não há retorno visível, e muito menos distribuição de renda; portanto, essa empresa não se reverte em desenvolvimento econômico. Os lucros de tais empreendimentos acabam retornando à origem do capital investido, em geral, pertencente a empresas transnacionais.

Sem dúvida, o Projeto Trombetas influenciou definitivamente na vida da população local. As pessoas começaram a buscar empregos, aperfeiçoamento profissional, melhorias na saúde e educação em Porto Trombetas, onde a empresa mantém escola, hospital, supermercado, clube social, cinema, SENAI, e outras instalações de uma cidade planejada para atender seus funcionários. Essa infra-estrutura serviu como estratégia para atrair mão-de-obra para a empresa, que conta sempre com um exército de reserva nas cidades vizinhas.

Enfim, a consequência mais visível desse processo foi o inchamento de cidades como Oriximiná e Terra Santa. Assim, a MRN atingiu uma das funções dos grandes projetos: atrair “um grande contingente populacional para o

⁴⁴ GAZETA MERCANTIL. Companhia Vale do Rio Doce: a líder redescobre sua vocação. 14 de junho de 2002.

⁴⁵ BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1990.

Estado, particularmente na fase de obras civis, devido à geração de uma expressiva frente de trabalho.”⁴⁶

Sobre Terra Santa, cidade que fica a 100 km de Porto Trombetas, escreveu, em 1966, o deputado paraense Gabriel Hermes Filho:

“O sistema de vida do povo é o mesmo em toda a região. Dedicam-se à produção extrativa da essência de pau-rosa, juta, castanha, peles de animais silvestres e registra-se apreciável desenvolvimento da pecuária. Na localidade de apenas três ou quatro travessas se destaca somente a atividades dos religiosos.”⁴⁷

Hoje, relatos dos moradores de Oriximiná, Faro e Terra Santa deixam clara a dimensão das mudanças, pois até a década de 1960 essas pequenas cidades dormitavam num lento e isolado estilo ribeirinho de vida. O que se confirma na fala de Dona Izarina Ferreira, moradora de Terra Santa:

“Quando eu vim pra cá, em 1961, Terra Santa tinha três ruas: a Rui Barbosa, Nossa Senhora das Graças e Prudente de Moraes. A metade da Prudente de Moraes era só um caminho por meio da mata. Tinha as casas, era uma coisa muito bonita. Não tinha progresso, o pessoal aqui, a comunidade vivia da pesca, da caça, tinha uma olaria, uma serraria e outros trabalinhos como da Prefeitura.”⁴⁸

Há, portanto, um antes e um depois da presença da MRN, demarcando a história sócio-econômica da região e, principalmente, das comunidades em seu redor.

3.2. Unidades de Conservação: “a cascavel é o IBAMA que chegou no nosso meio.”

No bojo das políticas desenvolvimentistas e preservacionista, instalam-se no Trombetas, além da MRN, o IBDF, hoje IBAMA, a Capitania dos Portos e a Polícia Federal, órgãos identificados pelos quilombolas como inimigos, pois os privam da liberdade de transitar nos espaços de onde retiram os produtos para manutenção e sobrevivência: a floresta e o rio.

Assim, a criação das unidades de conservação:

“Em primeiro lugar aconteceu muito desorganizado. Foi se criando uma reserva, não foi discutido. Uma reserva ilegal, até desrespeitosa, com os negros. É negro tem que ser na porrada. A reserva biológica e nacional foi muito a nível de poder que fez isso.

⁴⁶ IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95)*. Op. Cit., p. 2.

⁴⁷ HERMES FILHO, Gabriel. *O Baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora leitura, 1966, p. 39.

⁴⁸ Izarina Nascimento Ferreira, 63 anos, aposentada, entrevista, Terra Santa, Janeiro de 2004.

*Então, pra todos nós, foi um desrespeito muito grande a nível de Governo Federal.*⁴⁹

Há um redesenho do espaço onde as áreas da floresta nacional e reserva biológica, sobrepõem ao território quilombola e seus moradores, agora identificados como danosos ao espaço, são proibidos de adentrar nas áreas sob controle do Governo Federal e da mineradora, inviabilizando qualquer prática econômica tradicional dessas comunidades (vide fig. 6 e 7).

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, começa a fiscalizar floresta, rio e lagos contra a presença dos remanescentes. A partir desse momento, eles passam a ser identificados pelo órgão fiscalizador não somente como consumidores, mas traficantes de animais, principalmente de quelônios (tartarugas, tracajás), fato gerador de tensões, conflitos e homicídio, no Trombetas, nas décadas de 1980 e 1990.

Nesse contexto, as duas margens do rio são policiadas e as áreas protegidas foram configurando-se num mecanismo de exclusão social, dificultando a formação de um “beiradão” de desempregados, a exemplo do ocorrido no Projeto Jari, onde se formou a vila de Monte Dourado.

O artigo 225 da Constituição Federal institui dois grupos de unidades de conservação - as Unidades de Proteção Integral, caso das Reservas Biológicas (REBIO), e as Unidades de Uso Sustentável, como as Florestas Nacionais (FLONA). Sob essa orientação, foi criada, na margem esquerda do Trombetas, através do Decreto n.º 84.018, de 21 de setembro de 1979, a Reserva Biológica do rio Trombetas, com 385.000 hectares. Na margem direita, foi instituída pelo Decreto n.º 98.704, de 27 de dezembro de 1989, a Floresta Nacional Saracá-Taquera, com 429.600 hectares (vide mapa 4). Os dois casos provocaram revoltas e trouxeram incertezas às famílias mocambeiras, que nada puderam fazer, pois elas jamais foram consultadas sobre a criação dessas unidades, e somente sentiram as conseqüências vindas posteriormente:

“(...) hoje não podemos caçar aqui na nossa mata. Tudo é proibido. Não podemos pescar, porque o lago que tem aqui próximo é da Reserva Biológica e o IBAMA toma conta. Tudo isso foi surgido depois de instalar esse Projeto aqui, porque antes não tinha IBAMA, não tinha nada dessas proibição. Hoje não se pode serrar uma

⁴⁹ Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.



Fig. 6 – Placa de Identificação da FLONA

Foto: Adauto

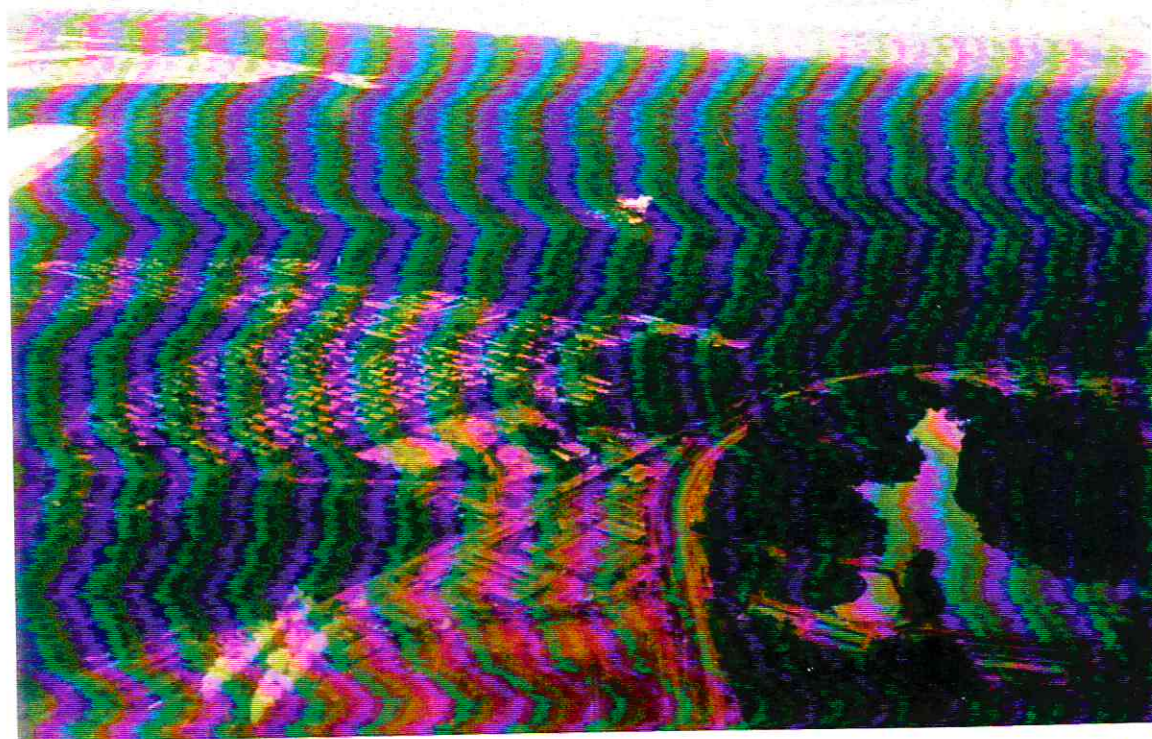
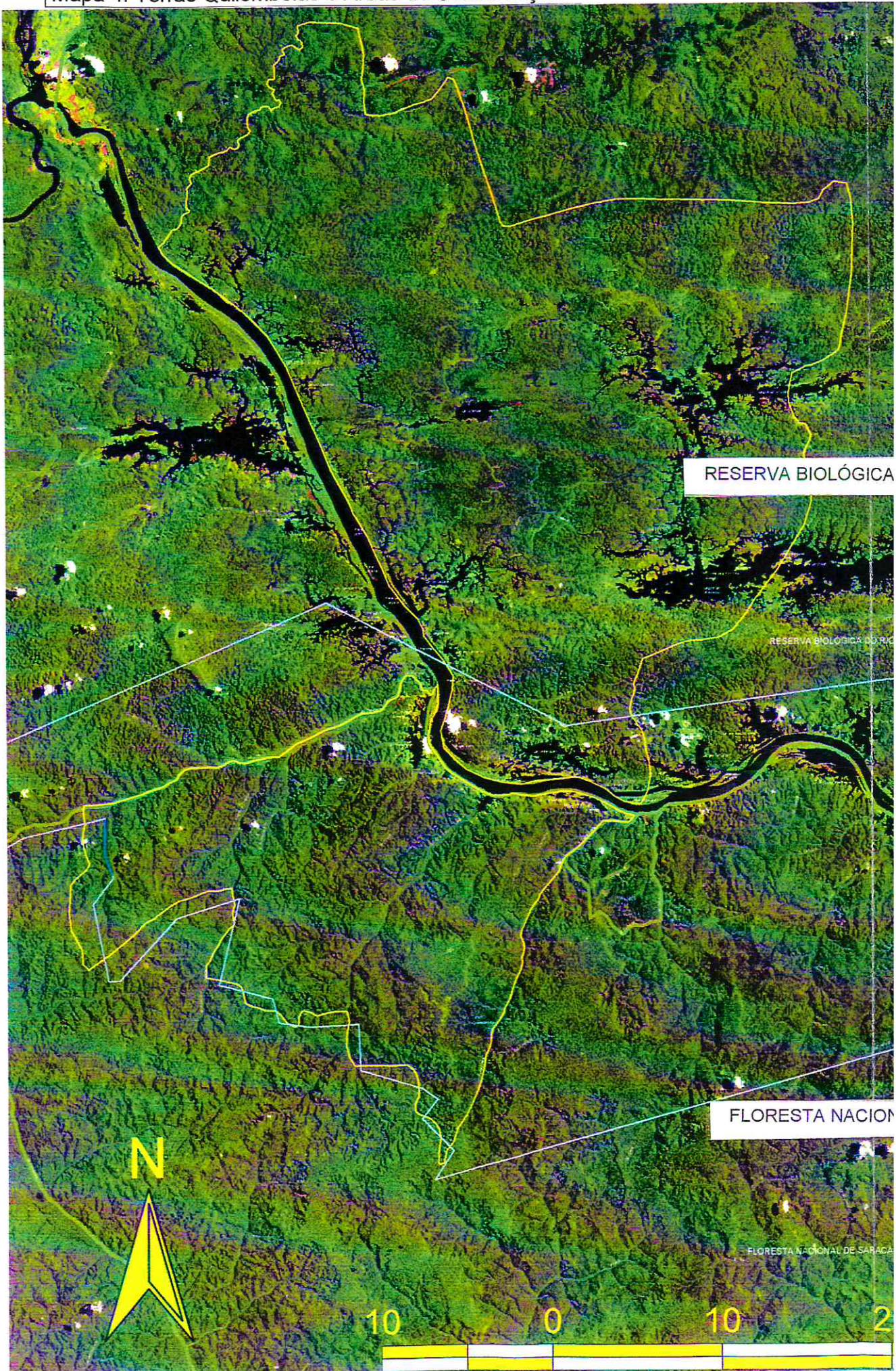


Fig. 7 – Vista Aérea de Porto Trombetas

Foto: Funes

Mapa 4: Terras Quilombolas e Áreas de Conservação



Fonte: Setor de Meio Ambiente da Mineração Rio do Norte.

- Localidades.shp
- Area_quilombolas.shp
- Perim_reivindicado.shp
- Localidades.shp
- Postos_ibama.shp
- Unidades_conservacao.shp
- ∩ Rios_linhas.shp

LOGICA DO RIO TROMBETAS

ERACIONAL SARACÁ-TAQUERA

MOURA

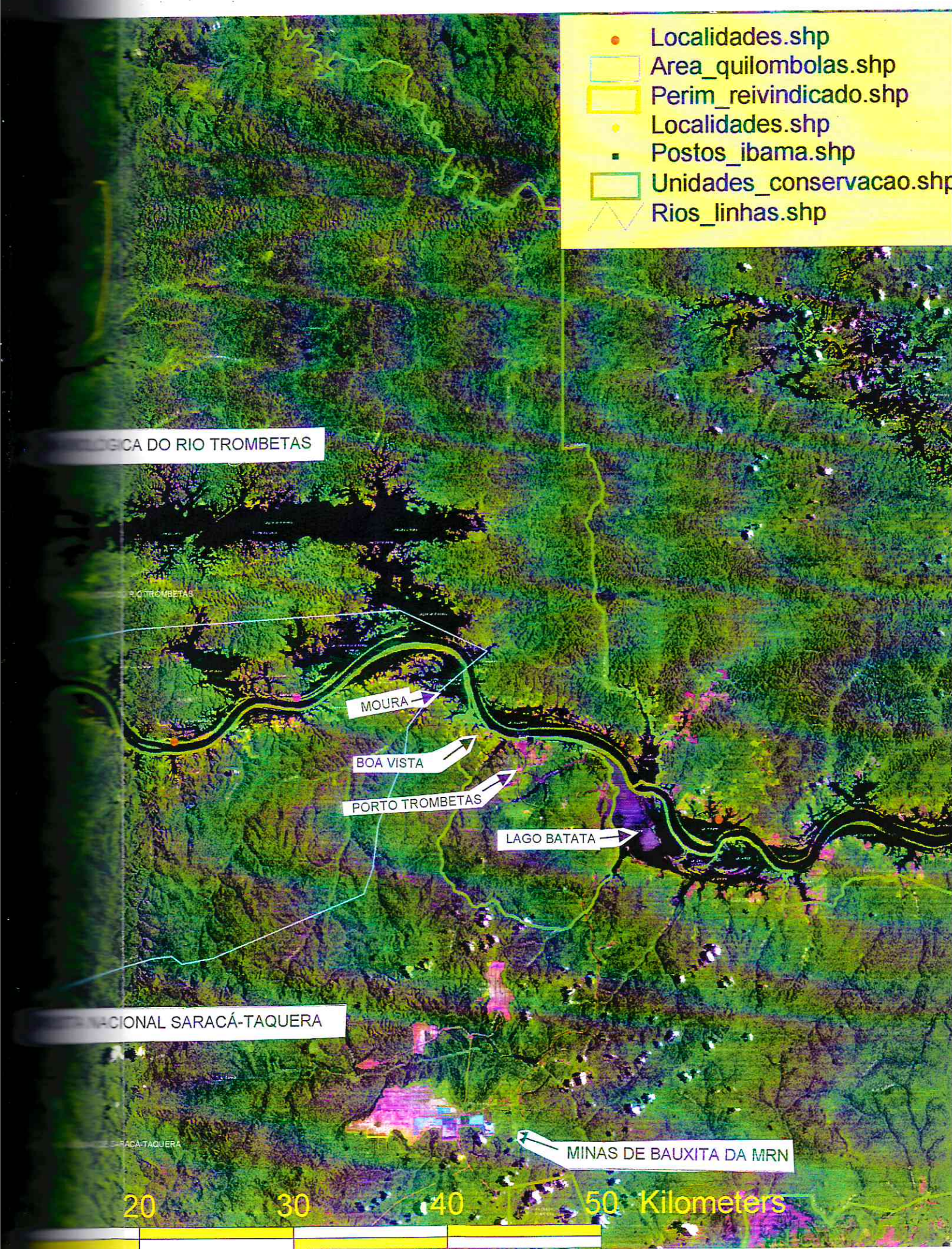
BOA VISTA

PORTO TROMBETAS

LAGO BATATA

MINAS DE BAUXITA DA MRN

20 30 40 50 Kilometers



*madeira se não tiver licença do IBAMA, mesmo que seja pro seu serviço. Tudo tem que ser liberado por eles se não for eles tomam o motor serra. Então todas essas conseqüências veio através desse projeto. Quando apareceu esse Projeto apareceu Capitania dos Portos, apareceu IBAMA, apareceu várias autoridades que naquele tempo pra nós não tinha nada disso, nós vivia aqui a vontade e hoje nós não vivemos a vontade pra fazer tudo aquilo que nós fazia. Nós entrava em qualquer mata dessa. Nós, ia tirar uma palha, nós ia tirar um cipó e hoje tudo é proibido.*⁵⁰

Com profundo sentimento de revolta e repúdio ressalta-se o uso da violência nas ações dos órgãos governamentais, principalmente, IBAMA e Polícia Federal. A ocupação, ou a proteção, conforme nomenclatura oficial, passou a ser "um movimento de privação de direitos costumeiros daqueles que imaginavam tê-los,"⁵¹ assim, a lei foi aplicada no sentido de privar os ribeirinhos dos espaços utilizados, seguindo uma realidade que se perpetua no país:

*"Nossa justiça, tradicionalmente omissa e indiferente em relação aos costumes e ao direito costumeiro, só reconhece no posseiro, no ocupante, no lavrador em terra devoluta a condição de sujeito de contrato, juridicamente igual, portanto cidadão, no momento em que o priva dos direitos que ele supõe ter com base no consuetudinário, no momento em que reveste de legalidade o ato de sua expulsão da terra em que mora e trabalha, no momento em que desfaz o suposto contrato entre o pretense proprietário e o pretense invasor."*⁵²

Dessa forma, as Unidades de Conservação são vistas pelas comunidades como espaços protegidos apenas contra os moradores do rio, pois a mineradora detém livre acesso na Flona e mantém o controle da exploração das riquezas nesse espaço.

As principais minas de bauxita exploradas pela MRN estão localizada na Floresta Nacional Saracá-Taquera, espaço que guarda uma grande contradição, pois de acordo com as diretrizes de criação das FLONAS, as potencialidades econômicas podem ser exploradas - de forma racional e sustentável - mas, no local, não podem haver resíduos das atividades realizadas. Contudo, o rejeito da exploração de bauxita, uma lama espessa e altamente poluente, permanece dentro da área lavrada, depositados em tanques para a decantação.

⁵⁰ José dos Santos, 57 anos, coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

⁵¹ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: *História da vida privada no Brasil: contraste de intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998, p. 670.

⁵² *Idem*. p. 675.

Assim, no Trombetas, a iniciativa privada (mineradora) e os órgãos estatais (IBAMA, capitania dos portos e Polícia Federal) estabeleceram novas regras de utilização do espaço interno, e em volta, do Projeto Trombetas. De uma forma geral, tais instituições passam a impedir as comunidades de realizar atividades costumeiras, como a coleta da castanha-do-pará. Nesse sentido, o rio e a floresta tornaram-se áreas de preservação ambiental, portanto, privados para ribeirinhos, lançados a uma "vida de privações" econômicas e, até, alimentares. Para um povo acostumado a não ter a presença do Estado, "a lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito do direito, a justiça o faz para desconhecer e suprir os direitos que a tradição lhe disse que tinha."⁵³

Dessa forma, pela avaliação do IBAMA, as ações dos remanescentes na floresta e no rio foram consideradas prejudiciais ao meio ambiente. Fazer roçado, prática de longos anos nas comunidades, transformou-se em dano à flora. Caçar e pescar, dano à fauna.

Por conta das ações preservacionistas, policiaiscas, do IBAMA, as comunidades começaram a abandonar as práticas ancestralmente difundidas entre os remanescentes, como a coleta de ovos e captura de quelônios. Todavia, apesar das proibições, correndo riscos e burlando a repressão, as pessoas continuaram com as práticas da pesca, da coleta - castanha, óleos vegetais - e da caça. Elas também mantiveram pequena agricultura, em particular da macaxeira e da mandioca - a farinha é elemento indispensável na dieta dos ribeirinhos.

As mudanças, inclusive, nas formas de convivência do homem com o espaço, originaram novas mentalidades de ação sobre a natureza, com profundas mudanças nas formas ancestrais de vida das populações locais. Não por conta delas abandonarem quase por completo as roças, o extrativismo e a pesca nos rios, mas a mudança mais significativa acontece pelo fato dos quilombolas observarem que se continuassem trabalhando como seus antepassados, estariam sujeitos à punição do Estado, e até da mineradora, que utilizavam métodos idênticos aos do período da escravidão. Como acontecia nas áreas protegidas, onde os agentes do IBDF e da Polícia Federal:

⁵³ Idem., p. 676.

"(...) todo verão pegavam um pra peia. Eu tenho um colega da Polícia Federal, ele ainda bagunçava, mas rapaz eu dou porrada naqueles teus negros. Dizia assim mesmo pra mim: eu fui agora lá no Erepecu, peguei um remo que tinha quase cinco palmos - ai eu mandava ele tufá a costa, tufa filho duma égua. Tá, tá, tá. Dava-lhe porrada."⁵⁴

Nas entrevistas, os remanescentes relembram histórias de espancamentos e açoites praticados por agentes controladores da área. O caso extremo ocorreu no dia 1.º de outubro de 1994, quando o funcionário do IBAMA João Soares matou o remanescente de quilombo da Boa Vista, Clube de Almeida de Jesus:

"O Assassino é funcionário do Projeto Pró-Tartaruga/IBAMA, programa que conta com o apoio financeiro da Mineração Rio do Norte. A morte ocorreu no interior da Reserva Biológica do Trombetas, quando os quilombolas Clube e Nivaldo buscavam alimento. Sob a alegação de defender a Reserva Biológica e as tartarugas, o funcionário do IBAMA assassinou covardemente Clube. O que não se previa é que seu companheiro Nivaldo conseguiria sobreviver para contar a história."⁵⁵

O julgamento do acusado aconteceu no dia 8 de maio de 1996, na 15ª Vara Penal da Justiça Estadual, em Belém, Pará, sendo o réu absolvido, o que remete os remanescentes à outras situações arbitrárias vivenciadas no Trombetas:

"Nossa indignação é ainda maior devido ao fato desta morte não constituir um ato isolado ou apenas o excesso cometido por um funcionário. Desde 1980, quando da implantação da reserva biológica em terras ocupadas pelos quilombolas há mais de um século, os negros têm sido vítimas da ação arbitrária do IBAMA."⁵⁶

Numa clara leitura da realidade vivenciada no Trombetas, os quilombolas enfatizam que ao longo dos anos, morando na região e sempre praticando as mesmas atividades, não foram causadores de desaparecimento de espécies ou "morte de lagos", como aconteceu na mineradora. Pois, nos primeiros dez anos de atividades, de 1979 a 1989, a MRN soterrou 107 hectares do lago Batata com rejeito proveniente da lavagem da bauxita:

"Com a entrada em funcionamento da MRN, no final da década de 70, surgiu um grave problema ambiental causado pelo assoreamento

⁵⁴ Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

⁵⁵ ARQMO. ARQMO protesta contra impunidade. Documento apresentado durante a IIª Reunião Nacional das Comunidades negras Rurais Quilombolas. São Luís, agosto de 1996.

⁵⁶ Idem.

de um lago (lago Batata), situado às proximidades do rio Trombetas, onde estava sendo depositado diretamente o material residual proveniente da lavagem do minério (lama vermelha), além dos prejuízos causados ao meio, sobretudo à vegetação, pela poeira desprendida nos britadores. O problema foi posteriormente sanado com a transferência dos equipamentos de beneficiamento do minério (lavagem e secagem), antes instalados no porto de embarque, para o platô onde está localizada a mina, a 30 quilômetros de distância, ali se acumulando os rejeitos nas áreas escavadas para a extração da bauxita.⁵⁷

O soterramento do lago foi considerado um desastre ecológico grave pela imprensa, pois a empresa não seguiu o plano anunciado que "previa inicialmente despejá-los em uma bacia artificial especialmente construída para esse fim, mas, como a obra foi considerada cara, acabou jogando os rejeitos no lago Batata, que hoje está sedimentado em 20% de sua extensão por um material altamente poluente."⁵⁸ De acordo com relatórios da MRN, o material não tem elementos químicos causadores de contaminação. Contudo, por ser sólido e denso, o mesmo material provoca o assoreamento de rios e lagos, com graves danos ambientais, como aconteceu no lago Batata. De 1979 a 1989, o lago recebeu 24 milhões de toneladas de rejeito de bauxita, atingindo 630 mil hectares de uma área de 2.100 hectares, utilizada como local de pesca para as comunidades locais. Durante o período de vazante do rio, as marcas da destruição podem ser visualizadas.

Com a repercussão internacional negativa, a mineradora, em meados da década de 1980, passou a investir na despoluição do lago Batata, atendendo às pressões dos órgãos ambientais, mas também visando a melhorar sua imagem diante dos compradores internacionais:

"Com investimentos iniciais de U\$\$ 53 milhões, atualmente corrigido para U\$\$ 67 milhões, o projeto prevê, em 30 meses a transferência da Planta de Beneficiamento de Porto Trombetas para o platô de Saracá e, com isso, deixarão de ser lançados os efluentes sólidos (lama vermelha) no lago Batata. O cronograma de trabalho está sendo cumprido e o projeto deverá estar concluído até a metade do ano de 1989. Apesar de todo enfoque ecológico, existe, também, o interesse econômico da empresa, uma vez que há expectativa de ser aproveitada a bauxita nodular, que implicará em um aumento de 20% das reservas atuais de minério. Em contrapartida, a pesar da transferência da planta, o lago Batata carece de uma recuperação que a MRN já está procurando executar em contrato com a

⁵⁷ PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

⁵⁸ PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás, ataque ao coração da Amazônia*. Op. Cit., p. 94.

Universidade de São Carlos. [...]. As primeiras experiências deram bons resultados para as partes emersas do lago. A fração submersa ainda carece de uma adaptação mais longa que, necessariamente, abrangerá um período de nível máximo de água e outro de nível mínimo.”⁵⁹

Depois de mais de dez anos de trabalhos de instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), as ações para a recuperação do lago, de acordo com a MRN, apresentam resultados animadores, pois cerca de 47% da área atingida já foi revegetada, e as projeções apontam para a gradual recuperação de seu equilíbrio ecológico, fato que ainda não é observado quando se visita a área afetada:

“(...) a camada de bauxita compactada no fundo tem espessura média de 4,5 metros. Há locais que chega a quase sete metros.(...) Não há quem não sinta um aperto n’alma – ainda mais sabendo que a Mineração Rio do Norte nunca sofreu sequer um processo cível ou criminal pela bauxita que lá lançou, por dez anos, continuamente.”⁶⁰

Esse tipo de situação causa a revolta dos remanescentes em relação ao IBAMA. A mineradora pode todo tipo de agressão necessária a manter a produção, enquanto as comunidades sofrem com as restrições para derrubar alguns poucos equitares para fazer roça. Contudo, mudanças estão acontecendo, principalmente, na administração das Unidades de Conservação.

De acordo com a analista ambiental Ana Carolina Bonifácio da Silva, está ocorrendo a unificação da administração da FLONA e da REBIO, havendo também a orientação para se trabalhar em conjunto com as populações locais, no sentido de promover o maior aproveitamento das áreas já trabalhadas pelos ribeirinhos, garantindo renda fixa durante o ano inteiro, abolindo-se o tráfico de animais, causa de grandes desentendimentos entre o IBAMA e os ribeirinhos, na década de 1980.⁶¹

A realidade desse período foi denunciada pela ARQMO, pois “a violência tem sido a prática do IBAMA de Porto Trombetas que nunca procurou dialogar com os quilombolas, os legítimos donos das terras transformadas em

⁵⁹ DNPM. *Panorama do setor mineral do Pará*. Op. Cit., pp. 35-36.

⁶⁰ *Jornal - O Estado de São Paulo - Domingo*, 15 de Junho de 2003.

⁶¹ Ana Carolina Bonifácio da Silva, Analista Ambiental do IBAMA em Porto Trombetas, entrevista, janeiro de 2004.

área de proteção ambiental e os verdadeiros defensores das matas e dos rios da região.”⁶²

Nesse contexto, durante a década de 1980 e 1990, a MRN não apresentava-se como a maior causadora dos infortúnios. Porém, o IBAMA aparece nas entrevistas como danoso aos ocupantes do Trombetas, pois privava-os dos espaços onde eram livres, locais conquistados pelos seus antepassados, portanto, herança dos mocambeiros aos negros.

A contradição fica por conta do uso do espaço pela mineradora, em comparação com as atividades praticadas pelos ribeirinhos. A estes, em mais de um século, habitando e consumindo produtos da flora e fauna, não foi creditado o desaparecimento de espécies ou poluição de matas e rios. Ao contrário da MRN, como é ilustrativo o caso do lago Batata.

Nesse contexto, após o sistema de policiamento implantado pela mineradora - em parceria com o IBAMA - até as tartarugas, praticamente, desapareceram do Trombetas. No entanto, a legislação protege a mineradora, enquanto pune os ribeirinhos. Estes reclamam que a Lei não pode se sobrepor à ancestralidade e à tradição, como estava acontecendo, pois *“a lei só existe até o ponto que o homem não sofra, vamos ter lei, vamos manter a lei, mas ao ponto que o homem não sofra e não passe fome.”*⁶³ Aos quilombolas a Lei estava sendo usada como sinônimo de repressão.

A Lei 9.985, de julho de 2000, regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O texto da Lei, em seu art. 2º, estabelece o conceito de Unidade de Conservação:

*“(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”*⁶⁴

Tendo em vista a idéia de proteção do meio ambiente para as pessoas usufruírem, novamente, encontramos contradições entre teoria e prática

⁶² ARQMO. ARQMO protesta contra impunidade. Op. Cit..

⁶³ Manoel Viana (Mimi Viana), durante o IV Encontro de Raízes Negras do Baixo Amazonas, setembro de 1992.

⁶⁴ ROCCO, Rogério. *Legislação Brasileira do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

aplicadas no Trombetas. A questão agora é a expulsão das pessoas de dentro das áreas à serem protegidas. Na procura por espaços para trabalhar e morar, os ribeirinhos encontram as forças da legalidade agindo no sentido de expulsá-los para longe das áreas pretendidas pelas mineradoras, como aconteceu com várias famílias do Abuí, no Alto Trombetas:

"(...) um dia foi lá [no Abuí] o gerente que tomava conta de lá [da Cruz Alta] disse: Olha dona Francisca a ALCOA vai precisar desse pedaço de terra onde a senhora mora porque é do governo a senhora vai desocupar. A mamãe falou e pra onde eu vou?"⁶⁵

Partir para onde? A pergunta pode levar o leitor a pensar o espaço continental definido como Amazônia. O problema é que toda a região possui proprietários. Esses tornam-se invisíveis para pagar impostos e ocupar as terras. No entanto, quando alguém tenta instalar-se, o dono aparece com a força do "documento legal" - conseguido, em muitos casos, por meios de fraudes em cartórios da região - para expulsar a pessoa qualificada como invasora. Enfim, os meios ilícitos como a grilagem são constantes, pois:

"(...) nessas regiões, o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direitos. O documento ganha vida nos cartórios e tribunais, a vida postiça que pode lhe dar a burocracia pública. Na origem desses papéis, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando cupinchas e protegidos, cabos eleitorais do partido político no poder."⁶⁶

No Trombetas, tal situação foi vivenciada, no início do século XX, quando os castanhais incidentes nas áreas quilombolas foram arrendados e, posteriormente, privatizados por comerciantes e políticos locais. Assim, o antigo comprador da castanha, com o arrendamento, transformou-se em dono dos castanhais e passou a proibir a livre coleta. Dessa forma, o "procedimento de privatização (...) avançou com apoio na legislação agrária que, através de compra e venda, favoreceu um grupo particularizado da elite,"⁶⁷ nos municípios do Baixo Amazonas.

As transformações foram contínuas ao longo dos tempos e, no presente, os castanhais são motivo de disputa entre os herdeiros dos

⁶⁵ Ida Carmem, 54 anos, Agricultora, moradora da comunidade Abuí, entrevista, Abril de 2000.

⁶⁶ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. Op. Cit., p. 670.

⁶⁷ ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios. 2ª ed. Belém: Cejup, 1998, p. 140.

arrendatários, o IBAMA e os remanescentes - tradicionais coletores e proprietários desses espaços.

Em 2002, ressaltando a tradição como castanheiros, os moradores do rio Erepecuru foram homenageados no Festival Folclórico de Parintins, município do Estado do Amazonas, onde acontece uma disputa entre duas agremiações folclóricas, representadas pelos bois Garantido e Caprichoso. A toada, música cantada durante as apresentações, teve como autores Eder Lima, Claudir Teixeira e Gil Reis, recebendo o título de "O rio e o castanheiro":

Rio Erepecuru berço de belas cachoeiras
 A terra santa dos negros escravos
 Parque das grandes castanheiras
 Tuas águas cristalinas refletem o passado sofrido
 Riachos buscam o teu leite divino
 Em tuas margens o verde tem mais vida
 Um dia o branco chegou o negro escravizou
 Explorou tua maior riqueza e a mata inteira lamentou
 Canta tua libertação
 És patrimônio de uma nação
 Os humildes castanheiros
 Que colhem teu sagrado pão
 São felizes teus ribeirinhos
 De mãos calejadas e a alma em paz
 Eles vivem em comunidade
 Preservando sempre os castanhais
 Entra na mata o bom castanheiro
 Com o paneiro nas costas
 Santo Antônio o proteja no mês da colheita
 Da castanha da Amazônia
 Enfrenta a correnteza
 O sol e chuva de janeiro
 Reza uma prece o caboclo mateiro
 Agradecendo ao santo padroeiro.⁶⁸

Todavia, os castanheiros do Erepecuru, assim como os do Trombetas, continuam lutando para conquistar o espaço que historicamente lhes pertence – os castanhais – e o direito de continuar a fazer roçados.

3.3. A vila de Porto Trombetas.

Um impacto vivenciado pelos quilombolas foram os limites que demarcam a área de Porto Trombetas, controlada por vigias da mineradora. Os remanescentes só podiam entrar no espaço da vila mediante apresentação do

⁶⁸ Toada – O rio e o castanheiro. CD, Garantido – O boi da Amazônia. Parintins, 2002.

crachá de identificação, fornecido durante o cadastro - o documento tornou-se uma espécie de passaporte. E não era fácil conseguir o crachá:

"(...) no meu caso a minha esposa não era cadastrada, pra cadastrar ela eu tinha que casar. Cansamos de passar ela escondido. Tinha um cara que conhecia ela, o Ausemar, pegava ela lá em cima trazia aí no porto, cansou de fazer. Olha, as vezes ela tava trabalhando, tinha precisão do dinheiro, nós ia lá pelo late, encostava, tinha uma estrada que a gente subia escondido, ela trabalhava, descia por lá. Uma dificuldade do caramba."⁶⁹

Há uma distinção clara entre dois territórios num mesmo espaço, o da vila de Porto Trombetas e o das comunidades afro-amazônidas.

Porto Trombetas apresenta a infra-estrutura de uma cidade planejada, possuindo hospital, escola, supermercado, alojamentos para solteiros, casa de hóspedes e restaurantes. Os serviços são oferecidos de "graça" pela empresa. As casas contam com rede de água, luz e esgoto. O custo, estabelecido em contrato assinado entre MRN e funcionários, tem um valor simbólico de dez centavos. A manutenção do imóvel também é responsabilidade da empresa. A Mineração Rio do Norte, portanto, montou uma estrutura para manter os funcionários sempre perto do trabalho.

Aos remanescentes, em especial do Moura e Boa Vista, também foram impostas essas regras da empresa. Assim, vivendo a realidade diferenciada dos trabalhadores do Projeto Trombetas, acabaram incorporando modos de vida diferenciados e alheios às tradições do grupo. O tempo e a disciplina do trabalho assalariado, com seu ritmo e rotina constantes, freqüentemente impõem limites às práticas culturais importantes, como a participação nas festas religiosas e nos puxiruns (trabalhos em grupo praticados pelos negros). Esse afastamento das atividades coletivas é constantemente combatido pela sabedoria dos mais velhos - verdadeiros bastiões das tradições culturais - que vêem nele um elemento de desagregação do grupo.

Os remanescentes, funcionários da empresa, também moram na vila de Porto Trombetas e, via de regra, assumem a defesa da mineradora. Nesse contexto, de forma tímida, os moradores das comunidades ribeirinhas, que não trabalham regularmente em Trombetas, formulam críticas com relação às ações da empresa, passando a enfatizar a "dívida social" que a mineradora tem

⁶⁹ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, Abril de 2000.

para com eles. De acordo com seus relatos, os antigos moradores foram responsáveis pela chegada dos “gringos” até as serras onde estava o minério procurado pelas expedições:

“Pegaram o vovô [referência ao Sr. José dos Santos ou Vô como era conhecido] deram uma volta lá pelo mato, mas só aí por perto. Agora da segunda viagem eles meteram a cara no mato, ficaram quatro dias andando no mato, com rádio, com um bucado de coisa aí na mata. Aí depois eles vararam, deram um bucado de bagulho lá pro vovô, roupa, dinheiro, mercadoria e aí foram embora. A última vez que eu me lembro que eles vieram passaram trinta dias com o vovô aí no mato, mas todo dia eles se comunicavam, eles vararam até em Terra Santa.”⁷⁰

Entretanto, ressalta-se que o pagamento não tem valor econômico. Cobra-se o reconhecimento da importância dos ribeirinhos para a efetivação das descobertas de bauxita no Trombetas, porque, mesmo depois de a mineradora se consolidar como uma das maiores empresas do setor mineral, poucas foram as melhorias para as pessoas que a ajudaram nesse processo. Tal situação deixa os remanescentes indignados, como nesta entrevista emocionada do senhor Manoel de Jesus:

“Esse meu avô que hoje [está doente], a gente fica até um pouco chateado. Ele não tinha conhecimento. Hoje, eu fico revoltado, porque ele foi a única pessoa que entrou nessa mata dezoito dias e levou as pessoas em cima da riqueza, informou tudinho e hoje ele se joga no fundo de uma rede. Filha que tá lá e não tem um recurso. Até mesmo quando ele piora, levam lá pro hospital. Eles fazem só mesmo aquilo pouco. Se a Mineração tivesse uma outra visão, dava um atendimento melhor, um conforto melhor, hoje se ele não tivesse filho [tava pior]. Pra você vê que o Projeto não ofereceu nada, não garantiu nada. Você vê o que existe hoje?”⁷¹

Talvez essa seja uma situação irreversível, mas todos enfatizam que uma forma de compensar as perdas seria não interferir mais nos modos ancestrais de vida no Trombetas, rompidos pelas ações da mineradora junto às comunidades.

Nesse sentido, no Trombetas a penetração do grande capital internacional iniciou o processo de desagregação do extrativismo vegetal, da caça e da pesca, para ceder lugar à extração mineral. As roças foram substituídas por imensas crateras, de onde o minério de bauxita é retirado. O

⁷⁰ Admilson dos Santos, 38 anos, Op. de Equipamento Industrial, entrevista, abril de 2000.

⁷¹ Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

longo espaço vazio, apresentado pela Ditadura Militar, foi rompido pelo tráfego de navios cargueiros com capacidade superior a 50.000 toneladas, muitos de bandeiras estrangeiras, que seguem constantemente para Porto Trombetas.

Enfim, viver no Trombetas resumiu-se em estar por todos os lados controlado, - a mineradora, protegendo suas minas e instalações, e o Governo Federal, instalando sua política preservacionista.

3.4. Quem é o dono da área? Negros, governo e empresas.

O desrespeito com a população local no rio Trombetas ficou ainda mais evidente nas ações da empresa Alcoa, na região da Cruz Alta. A transnacional tentou tirar todos os moradores das comunidades negras que estavam em seu redor, a fim de começar suas atividades, no final da década de 1980. A comunidade do Abuí seria uma das mais atingidas, pois o porto de embarque de minério ficaria exatamente naquele espaço.

A área pretendida ficava em terra da União e a empresa usava o argumento da legalidade como forma de amedrontar as pessoas. Sem o documento de posse, ninguém é dono de terras na Amazônia e a força, na maioria das vezes, é a garantia de permanência. Nesse contexto, as empresas sabem utilizar a legalidade e a força, enquanto os ribeirinhos, sábios no uso do espaço, mas pouco conhecedores de seus direitos, acabaram cedendo às pressões.

O discurso da legalidade, utilizado pelas empresas, pode ser verificado no questionamento: *"(...) a senhora tem o documento aqui dessa terra?"*⁷² Pergunta feita pelo gerente da Alcoa à dona Francisca dos Santos, moradora do Abuí, mãe de Ida Carmem - que narra o episódio na comunidade Boa Vista. A dona Francisca não sabia que a terra utilizada para tirar o sustento da família precisava, necessariamente, de um pedaço de papel para comprovar o direito de propriedade:

"(...) a lógica desses grupos (ou indivíduos) não estava pautada pelo título de propriedade privada, o símbolo da terra, mas sim pelo trabalho. Dessa forma, ignoravam o direito burguês e as cláusulas do ponto de vista fundiário. Dificilmente suas pretensões de terra

⁷² *Ida Carmem dos Santos, 54 anos, Agricultora, entrevista, abril de 2000.*

comunal poderiam encaixar-se na ordem jurídica privativa da propriedade⁷³.

O livre acesso ao espaço natural das comunidades - ricos em castanhais, lagos piscosos e áreas de caça - sempre foi mais importante do que a posse legal das terras. Posse documental não era preocupação para os negros, pois tinham o uso e a ocupação secular acima de qualquer outro direito.

No entanto, a condição de remanescentes de mocambos não foi garantia contra as investidas da Alcoa e do IBAMA na região:

"(...) nós já fomos muito enganado, nós mesmo aqui já saímos dos nossos locais, onde a gente morava, nascemos e se criamos, através de firma jogando sem direito a nada. Através da [Reserva] Biológica que foi o IBAMA. A firma tirou a gente, a Alcoa tirou, não tinha onde morar, jogou lá pra Reserva Biológica, o IBAMA pegou jogou pra outro local. Depois, já era pra gente sair de novo."⁷⁴

Nessa narrativa, percebe-se a ação do Governo Federal e da Alcoa, desrespeitando a ocupação dos espaços, a ponto de deixar as pessoas sem local de moradia e trabalho. De acordo com dona Ida, a família não possuía bens materiais, mas tinha o que plantava e colhia, sendo a pequena produção da roça suficiente para se viver no Abuí, sem precisar enfrentar as dificuldades dos centros urbanos:

"(...) todas nossas plantas, planta que meus avós plantaram, nós vivia numa boa. Lá se tinha de tudo, nossas roças, nossos bananaís, mangueira um monte de coisa, até café nós tinha. Não de grande quantidade, mas pra gente pegar aquele pouco passar uns dias tomando, as vezes passava dois, quatro meses comendo só das nossas plantas. Quando não podia comprar açúcar chegava no canaviar cortava, moía a cana, fazia aquela garapa. Tudo isso nós tinha. Não porção, mas pras crianças e nós tinha, pra sobreviver."⁷⁵

A fartura vivenciada nesses locais não está associada à quantidade que se pode vender, mas à capacidade de alimentar todos os membros da família.

Dona Ida Carmem também apresenta os elementos que dão força à família para lutar por seu espaço. Esse não é somente o local de moradia e

⁷³ CASTRO, Edna e ACEVEDO, Rosa. Op. Cit., pp. 134-135.

⁷⁴ Ida Carmem, 54 anos, Agricultora, entrevista, Abril de 2000.

⁷⁵ Idem..

trabalho, mas é também onde seus antepassados plantaram a semente da liberdade. Sair desse local equivale a abandonar o seu passado: motivo de orgulho *para os anciões* das comunidades remanescentes.

Nesses espaços estão *enterrados seus antepassados* e também são os locais onde brotam, das lembranças guardadas na memória, as histórias de liberdade e resistência escrava no Trombetas.

As modificações apresentadas pelo IBAMA, que restringiu as áreas de mobilização dos remanescentes, proibiram a plantação na Reserva Biológica e mudaram as comunidades de lugar, causando tensões e grandes dificuldades de sobrevivência no Trombetas.

“O IBAMA já fez muita (coisa errada) aí. Já prejudicou quase todo mundo. Inventaram muita coisa - que eram Federal. O pessoal não podia fazer nada. Porque daqui do Boa Vista pra cima o povo sobrevive de tudo que é alimento da terra. Eles não tem criação de nada, não tem criação de gado, não tem galinha, não tem nada. Para eles é a caça e a pesca, vive do que a natureza dá. A Mineração, junto com o IBAMA, também fazem um bucado de coisa que prejudica todo mundo. Porque quer comparar o povo que mora em Trombetas com o povo que mora aí no Beiradão. É muito difícil.”⁷⁶

A Mineração Rio do Norte, o IBAMA e as demais instituições que se instalaram no rio Trombetas, com suas danosas imposições, fizeram das comunidades ribeirinhas espaços de tensões e de conflitos.

Práticas violentas não se resumem apenas na agressão física. Talvez mais grave seja a tentativa de ocultar e, por vezes, de expulsar as populações residentes nas áreas de conservação, conforme denunciado pelos ribeirinhos.

Essa questão foi abordada por Ronaldo Barata, Presidente do Instituto de Terras do Pará - INTERPA, em 1997, na mesa redonda sob o tema “Reconhecimento das terras ocupadas por comunidades remanescentes de Quilombos incidentes em áreas de proteção ambiental.”⁷⁷ Para Ronaldo Barata, a criação da Reserva Biológica do Trombetas aconteceu de forma arbitrária, contrariando os interesses das comunidades negras e sem o aval do Governo Estadual do Pará. Seguindo uma postura autoritária, o Governo Federal não fez o mapeamento e nem as pesquisas de ocupação populacional, que seriam capazes de identificar as comunidades remanescentes de quilombos:

⁷⁶ Admilson dos Santos, 38 anos, Op. de Equipamento Industrial, entrevista, abril de 2000.

⁷⁷ ANDRADE, Lúcia (Org.). *Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1997.

“Aqui eu quero aproveitar a presença do ilustre representante do IBAMA e não vai como crítica apaixonada de um paraense, mas vai uma crítica à situação dos órgãos federais no que diz respeito as decisões que são tomadas nos gabinetes brasileiros, em cima de mapas, sem que o estado, onde vai acontecer a ação, tenha pelo menos conhecimento ou participação”.⁷⁸

A questão de terras poderia ter sido resolvida e as comunidades negras não estariam passando pelos problemas atuais, caso houvesse o diálogo com o Governo do Pará, pois “se o estado tivesse sido ouvido à época da criação da Reserva Biológica do Trombetas, evidentemente que o alertaria o IBAMA de que naquela região secularmente existiam populações oriundas de quilombos e que lá exerciam a sua atividade econômica há muitos anos.”⁷⁹ Entretanto, não vamos aqui isentar o estado, pela ausência de uma posição mais enérgica em prol das comunidades, pois, à época, os administradores também não tinham o conhecimento detalhado das áreas ocupadas e estavam totalmente em sintonia com a política desenvolvimentista adotada pelo Governo Militar, que mantinha no Poder Executivo do Pará fortes aliados. No entanto, de acordo com o Presidente do ITERPA, havia antecedentes quanto ao reconhecimento do direito dos quilombolas na questão da terra:

“E a prova disso é que, em 1939, o Estado do Pará numa área onde tem remanescentes de quilombos, no Município de Alenquer, ao vender terras públicas, ressaltava nesse título de venda de terras um limite respeitando a presença do patrimônio do povoado Pacoval. Apesar deste povoado não ter sido titulado pelo estado.”⁸⁰

Dessa forma, quem mais sofreu com as arbitrariedades do IBAMA foram os remanescentes. No Trombetas, as ações dos fiscais, dado o grau de violência, passaram a ser identificadas como os maus tratos sofridos e contados por seus bisavós, de quando estes viviam nas fazendas escravistas da região. Durante a entrevista, as pessoas ficam constrangidas em falar, inclusive, de mortes que ocorreram no Trombetas pela ação dos agentes federais. Ainda é muito forte a lembrança dos anos em que a força foi o mecanismo utilizado pelo governo no trato com os remanescentes de quilombos, tachados de ladrões e exterminadores de tartarugas:

⁷⁸ BARATA, Ronaldo. *Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental*. In: ANDRADE, Lúcia. *Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas*. Op. Cit., p. 39.

⁷⁹ Id. *Ibidem*.

⁸⁰ Idem., 40.

“Quando foi em 70 apareceu o IBAMA pra cá. Eles não tinham um pingo de consideração com o negro. Pegavam o negro, tomavam tudo que o negro tinha, se ele ia pescar eles tomavam tudo chamavam de invasor de tartaruga. Com isso eles algemaram negro com as mãos pra trás e davam paulada só na cara do negro -. quando não - eles davam aquelas rimpadas. Voltou de novo aquela escravidão todinha, deixava aquela marca na costa do negro de pau. Amarrava o negro e dava trancada. Depois que a gente começou ver o que o IBAMA tava fazendo nós começamos a acreditar naquilo que nosso antepassados tinham passado, aí a gente começou acreditar.”⁸¹

A narrativa mostra todo o ressentimento da moradora da Boa Vista com o IBAMA, principalmente, quando os fiscais não respeitaram o direito do pescador de transitar pelo rio e deste tirar o alimento diário. Sendo o rio o caminho e fonte de alimento, para onde o pescador vai apelar? A pergunta pode ser respondida com uma constatação nas ruas de Porto Trombetas, onde a maioria dos ribeirinhos trabalha como diaristas em faxina, jardinagem, etc.

Outra situação apontada por dona Zuleide é o fato de as pessoas nem sempre acreditarem no que ouviam sobre os antepassados. A crueldade da escravidão não fazia parte do universo desses quilombolas, mas eles guardavam na memória as histórias contadas pelos anciões das comunidades. Assim, ao presenciarem as ações do IBAMA contra os ribeirinhos, passaram a rememorar o que foi passado pelos bisavós.

O próprio extrativismo da castanha-do-pará, nas palavras de uma remanescente, *“que quando eu me entendi nós tinha liberdade de tirar a castanha e vender,”*⁸² por pouco não foi extinto no Trombetas, em razão de os agentes do IBAMA não permitirem a entrada nos castanhais. Uma forma de trabalho secular estava ameaçada. A sobrevivência, a alegria do encontro com outros remanescentes, e o uso do espaço conquistado pelos antepassados - no embate com os arrendatários - tudo agora estava vetado aos quilombolas. É um momento delicado e tenso, pois todos lamentam o fato de utilizarem táticas de *“ladrões”* para conseguirem castanhas para o próprio consumo. Durante esse período de extrema repressão, a atividade tinha que ser realizada à noite

⁸¹ Zuleide Santos, 45 anos, coordenadora de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, Setembro de 1999.

⁸² Flora Francisca de Neves, durante o IV Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, Tapagem – Alto Trombetas, setembro de 1991.

e cercada de cuidados para os remanescentes não serem surpreendidos e maltratados pelos fiscais.

Porém, o aumento das tensões, derivadas desse novo enquadramento proposto para a região, levou os remanescentes a buscarem, como seus antecessores, uma maior organização interna para fortalecer a luta por direitos constitucionais e pela manutenção dos modos de vida tradicionais, então ameaçados.

Por todas essas situações pode-se visualizar um redesenho dos espaços territoriais no Trombetas, no qual estão envolvidos os remanescentes, as reservas protegidas e a MRN. De maneira autoritária, governo e mineradora vão se instalar nas áreas mocambeiras – encolhendo suas terras - criando um espaço de conflitos, os quais começaram a ser amenizados com as primeiras titulações.

“O problema mais grave com relação a terra é que o Governo não quer desapropriar área pra quilombo. Numa Medida Provisória tá dito que ele não vai desapropriar. Porque? Alegamos que quando os fazendeiros entraram nas terras dos quilombos - os quilombolas já viviam - simplesmente, os fazendeiros tem que ser expulsos, mas a lei não explica como os fazendeiros tem que ser expulsos.”

Silvano Silva Santos – ARQMO.

CAPÍTULO IV

MOCAMBEIROS DO TROMBETAS: ORGANIZAÇÃO E

RESISTÊNCIA

Capítulo IV. Mocambeiros do Trombetas: organização e resistência.

A implantação da Mineração Rio do Norte funcionou para as comunidades quilombolas, em especial Boa Vista e Moura, como elemento de desarticulação econômico-social e, principalmente, cultural. Contudo, foi a partir do enfrentamento com a mineradora, os fazendeiros, o IBAMA e na luta contra a instalação de uma hidrelétrica na Cachoeira Porteira, que os “negros do Trombetas” despertaram para a organização, no intuito de salvaguardar seus espaços de trabalho e sobrevivência, e, sobretudo seus lugares de memória.

A presença do grande capital internacional na Amazônia, iniciada com a instalação dos Grandes Projetos, chegou quebrando formas ancestrais de vivência das comunidades negras. Tal fato vem gerando uma constante busca por formas de enquadramento na nova ordem produtiva instalada na região. A mineradora tornou-se o local onde a população ribeirinha das comunidades Boa Vista e Moura encontra ocupação como “mão-de-obra menos qualificada”, em atividades que não exigem grau de escolaridade “elevado”. O trabalho como diarista, por sua vez, não oferece garantias trabalhistas.

Visivelmente, no final da década de 1970, havia uma “nova ordem econômica” imposta para a Amazônia:

“(...) população atingida aparece no planejamento de ocupação desse espaço, apenas como um entrave, um obstáculo a ser removido para a instalação da modernização da produção. O modelo desenvolvimentista é apresentado como um fenômeno irreversível e ela só é objeto de preocupação pelo Estado porque está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento. Esta população, em grande parte constituída de famílias de pequenos produtores rurais é alijada desse planejamento, tornando-se sujeita a um processo de proletarização pela forma violenta como é executada a desapropriação de suas terras.”¹

Com o complexo minerador instalado no rio Trombetas não foi diferente, quebrando com a forma “pacata” de viver das comunidades ribeirinhas, virando de ponta-cabeça o seu mundo, roubando a “sua cultura”.

¹ MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 225.

“Porque a Mineração chegou aqui viu um povo [...] que tinha a sua cultura. Tinha a sua forma de vida, por mais que não tinha escola, mas tinha a sua maneira de viver, vivia tranquilo, vivia sossegado. De repente, eles montam esse projeto aqui no lado, mudam completamente a vida das pessoas, tiram a sua cultura, a maneira como as pessoas viviam e não oferecem um benefício para que as pessoas possam ter a mesma tranquilidade que eles tinham quando tinham a sua cultura.”²

4.1. Comunidades Negras: relações antagônicas com a mineradora.

Se, no rio Trombetas, o grupo minerador considerava-se instalado num território vazio, onde não haveria a preocupação com processos de desapropriação e nem enfrentamentos de outra ordem, com os moradores locais a história não foi assim. Nesse sentido, podemos pensar em momentos distintos na relação entre a MRN e as comunidades remanescentes de quilombos.

Conforme os moradores da Boa Vista, foram eles que indicaram para os geólogos as áreas onde estão as principais jazidas de bauxita, hoje, exploradas. No entanto, para implantação do complexo minerador, além de definir a área de mineração, a mesma necessita do espaço para a construção de toda infraestrutura necessária – oficinas, estradas, energia, galpões, depósitos, porto e a vila para os operários e administradores, entre outros. uma área que se sobrepõe aquela utilizada, de forma “tradicional” e “arcaica”, pelas comunidades negras.

Assim, a MRN, como outros grandes projetos instalados na região, adota táticas para a expulsão dos ribeirinhos dos seus, agora dela, espaços. Entretanto, ela não contava com a reação dos quilombolas, que enfrentaram as diversas investidas para desocupar a vila, situação essa que gerou posturas fervorosas dos moradores:

“Até porque a Mineração já encontrou o pessoal aqui. Então a primeira opinião: vamos morrer, mas vamos morrer aqui, se eles matarem. Eu tenho um tio que mora ali na Água Fria, ele diz que ele foi um cabra que o pessoal ameaçava ele. Vocês vão me matar, mas aqui, mas eu vou manter minha liderança aqui na Boa Vista.”³

² Marivaldo de Jesus Rocha, 34 anos, Vice-coordenador da Boa Vista, entrevista, abril de 2000.

³ Manoel de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

Se a presença das comunidades começou a incomodar os administradores do projeto, já em fase de sua implantação, a postura truculenta do *Coronel Ferreira* é lembrada pelos remanescentes como um elemento paradigmático dessas tensões e conflitos:

*"Quando eles chegaram aqui tinha um cara, Coronel Ferreira chamavam pra ele, houve muita pressão aí com o pessoal. Houve promessa de indenizações, que eles iam tirar todo mundo daí. Houve muitas intimidações, chantagens para que o povo abandonasse a área que eles queriam. Trouxeram logo um militar, aquela pose toda de brabeza pra intimidar o pessoal, pra que o pessoal saísse, fosse embora. Porque o povo pode falar muito da nossa gente que é violento, mas nosso povo é pacífico já demais da conta, demais, demais. Porque se nós tivéssemos o sangue quente como o nordestino, por exemplo, nós tínhamos metido chumbo em muita gente quando os caras chegaram aqui."*⁴

Segundo o Sr. José dos Santos:

*"Quando eles tavam instalando esse Projeto aqui eles lutaram muito foi pra jogar nós daqui. Veio várias pessoas para despejar nós daqui, se nós não fosse umas pessoas fortes, resistentes nós tinha largado essa áreas pra eles. Porque veio várias pessoas de lá do Projeto dizendo que essa área pertencia à Mineração, que ela ia fazer uma fábrica de alumínio e que nós tinha que sair daqui, que eles ia arrumar outra área pra nós morar. E nós entesava com eles dizendo que nós não saía porque não tinha pra onde ir que nós não queria sair daqui porque aqui nós nascemos e se críamos e nós não tinha intenção de sair daqui. Mas eles lutaram muito pra tirá nós daqui."*⁵

Depois de instalada, a MRN precisou construir um porto para embarque e exportação da bauxita. O local escolhido, de acordo com depoimentos de moradores da Boa Vista, foi exatamente onde fica a comunidade.

Observando a geografia física da área, confirma-se tal fato, pois a frente da Boa Vista é um trecho largo do rio Trombetas, utilizado, hoje, para manobrar os navios carregados de minério. De acordo com os ribeirinhos, por conta dessas características e dos interesses da mineradora, começaram as pressões com o objetivo de expulsar as comunidades do seu redor, como pode ser sentido na fala uma liderança da comunidade Boa Vista: *"eles queriam tirar nós daqui pra não ter nenhuma comunidade próxima, pra eles não terem compromisso com a comunidade."*⁶

⁴ Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, Apicultor, entrevista, abril de 2000.

⁵ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

⁶ Idem.

Os relatos apontam para a tentativa da empresa de indenizar os ribeirinhos, para que estes deixassem suas casas e ocupassem uma área distante do local de instalação dos equipamentos industriais, a vila Caranã, próximo ao lago Batata, espaço que estaria sob o controle da MRN – na disciplina e no uso do território. Para essa vila, de acordo com relatos dos remanescentes, a empresa pretendia deslocar todos os moradores em sua volta.

Essa vila foi idealizada pela MRN para alojar a população atraída pelo empreendimento, mas que não trabalharia diretamente na obra. Sua população era composta principalmente de pequenos comerciantes, que atuavam na área portuária da vila de Porto Trombetas - PTR. Consta nos relatórios da MRN que a vila Caranã era formada, em sua maioria, por pessoas “do chamado beiradão do Trombetas”, ou seja, quem saía das comunidades negras acabava se instalando nessa área.

Nesse local os moradores recebiam o terreno, que deveria ser cercado, e material de construção, exigia-se, ainda, a construção de fossas sépticas em cada moradia. Seus habitantes também contavam com a infra-estrutura montada em PTR, como hospital e escola, gerando custos para a empresa.

No final da década de 1980, sem uma explicação clara, a MRN começou um processo de indenização dos moradores e a demolição da vila Caranã. Os funcionários da mineradora e de suas empreiteiras, com cargos que davam direito à residência, ficaram em PTR; os demais voltaram para seus lugares de origem. Quanto às pessoas do “beiradão”, não foram encontrados registros sobre os caminhos que elas tomaram.

As ações em Caranã foram rápidas. Depois de indenizado, o morador retirava-se da casa, que era imediatamente demolida. Completada essa primeira fase, a estrada de acesso a Porto Trombetas foi destruída e, ao longo dos anos, retomada pela mata. Assim, em 1988, foi concluído o processo de indenizações e toda a vila foi destruída. Hoje, o Caranã é apenas uma lembrança para os moradores mais antigos de Trombetas. Se considerarmos que o material empregado na construção das casas tinha sido doado pela empresa e que o terreno era de sua propriedade, pergunta-se: qual o valor da indenização paga a esses moradores?

Chama atenção o fato de o desmonte de Caranã coincidir com a construção, em 1984, da vila D1D, um dos conjuntos habitacionais que constituem a área urbanizada de Porto Trombetas. Para D1D foram transferidos os funcionários da mineradora que moravam na vila Madezzati, aonde foram alocados os ex-moradores de Caranã, que constituíram vínculos empregatícios no complexo minerador. O término dessas “transferências” coincide com o desmonte daquela vila, em 1988.

Essa ação demonstra os escopos da MRN, não somente para conter despesas, mas para manter-se sob controle a sua área, um processo que atingiu frontalmente as comunidades negras, em especial a de Boa Vista. A violência, em várias dimensões, foi utilizada, inclusive com incêndio de moradias.

É nesse contexto que se indaga: como as comunidades resistiram? Quem teve a coragem de reagir contra a força do Capitalismo materializado no Projeto Trombetas? As respostas podem ser encontradas em relatos como do senhor Manoel Raimundo Pereira dos Santos, rememorando as objeções de seu tio em relação à saída da Boa Vista:

“A Mineração queria jogar a Boa Vista daqui, ela queria ficar com essa área. Ela trocava, passava pra um ponto que tem chamado Caranã, ela mudava a Boa Vista pra lá, mas muitos deles não aceitou. Tinha negro ruim da gente conversar, quando ele dizia aqui não, não, não. Um desses, meu tio, não aceitaram sair daqui ir pra lá, mas a engenharia da Mineração dizia: você vai ter carro pra vim pra beira, você vai ter televisão, mas ele não queria nada de televisão, ele tinha medo de carro, ele dizia que ele não era onça pra morar no centro. Ele era da beira do rio, mas ele não aceitou.”⁷

Importante notar a comparação feita com a onça. A vila Caranã, para onde a empresa pensava em deslocar os moradores da Boa Vista, não se localizava nas margens do rio; ficava, ao contrário, *no centro*, no interior da mata, onde mora a onça e não as pessoas, as quais, segundo o bom senso dos ribeirinhos, jamais deveriam invadir tal espaço para instalar moradia. Esse é mais um sinal de respeito dos negros com os espaços dos animais e demonstra que as margens dos rios são seus domínios.

⁷ Manoel Raimundo Pereira dos Santos (Tinga), 50 anos, Agricultor, entrevista, abril de 2000.

A fala do senhor Admilson Santos, Operador Industrial da MRN e morador há treze anos de PTR, é significativa para se entender esses momentos de pressão sobre a Boa Vista:

“Tivemos, muita pressão. Primeiro que quando eles vieram pra cá que a Mineração começou mesmo, colocaram um cão aí que era o Coronel Ferreira, com um bocado de segurança, que era segurança que eles chamavam. Até regatão que passavam no rio eles mandavam lancha em cima, quebravam garrafa de cachaça, prendia a mercadoria. Ele era cruel.”⁸

Em meados da década de 1980, diante do aumento das tensões, a empresa adotou novas estratégias de controle, passando as comunidades do Moura e da Boa Vista por um processo de “apadrinhamento” – ambas começaram a viver uma espécie de tutela por parte da MRN. Assim, os quilombolas podiam fazer compras no supermercado, o qual, por ser exclusivo para os funcionários, tinha suas mercadorias subsidiadas; as crianças que freqüentavam a escola em Porto Trombetas recebiam material didático e fardamento padrão. Tudo isso, mediante o cadastramento de seus moradores. Assim,

“(...) oitocentos e setenta e cinco moradores das comunidades ribeirinhas, localizadas nas proximidades de Trombetas, são cadastrados pela Mineração Rio do Norte e podem trabalhar e transitar pelo Complexo. Eles têm a entrada permitida em Porto Trombetas, assistência médica gratuita, acesso a mercado, padaria, bancos, correios e ao comércio em geral.”⁹

O *cadastro* é outro procedimento padrão nas áreas onde foram instalados os grandes projetos na Amazônia - as pessoas tornaram-se apenas números ou receptores de parcas ações assistencialistas das empresas.

“Quando ela (MRN) chegou viu que a gente já morava aqui, nossos pais, avós já moravam aqui. Então ela achou que devia cadastrar esse povo, porque ela sempre teve o pensamento de só entrar aí funcionário ou então pessoas autorizada. Foi no tempo que eles vieram fazer um cadastro aqui, vieram pegar o nome do pessoal. Nós pensamos pra que eles tão pegando isso? Foi que eles falaram: pra vocês poderem entrar dentro da Mineração, vocês vão ter que ter uma carteirinha que a gente vai fazer, se não tiver essa carteirinha vocês não vão entrar.”¹⁰

⁸ Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador Industrial da MRN, entrevista, abril de 2000.

⁹ Jornal - *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, outubro de 1992, n.º 49, p. 12.

¹⁰ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, abril de 2000.

A fala do senhor Admilson Santos, Operador Industrial da MRN e morador há treze anos de PTR, é significativa para se entender esses momentos de pressão sobre a Boa Vista:

*"Tivemos, muita pressão. Primeiro que quando eles vieram pra cá que a Mineração começou mesmo, colocaram um cão aí que era o Coronel Ferreira, com um bocado de segurança, que era segurança que eles chamavam. Até regatão que passavam no rio eles mandavam lancha em cima, quebravam garrafa de cachaça, prendia a mercadoria. Ele era cruel."*⁸

Em meados da década de 1980, diante do aumento das tensões, a empresa adotou novas estratégias de controle, passando as comunidades do Moura e da Boa Vista por um processo de "apadrinhamento" – ambas começaram a viver uma espécie de tutela por parte da MRN. Assim, os quilombolas podiam fazer compras no supermercado, o qual, por ser exclusivo para os funcionários, tinha suas mercadorias subsidiadas; as crianças que freqüentavam a escola em Porto Trombetas recebiam material didático e fardamento padrão. Tudo isso, mediante o cadastramento de seus moradores. Assim,

*"(...) oitocentos e setenta e cinco moradores das comunidades ribeirinhas, localizadas nas proximidades de Trombetas, são cadastrados pela Mineração Rio do Norte e podem trabalhar e transitar pelo Complexo. Eles têm a entrada permitida em Porto Trombetas, assistência médica gratuita, acesso a mercado, padaria, bancos, correios e ao comércio em geral."*⁹

O *cadastro* é outro procedimento padrão nas áreas onde foram instalados os grandes projetos na Amazônia - as pessoas tornaram-se apenas números ou receptores de parcas ações assistencialistas das empresas.

*"Quando ela (MRN) chegou viu que a gente já morava aqui, nossos pais, avós já moravam aqui. Então ela achou que devia cadastrar esse povo, porque ela sempre teve o pensamento de só entrar aí funcionário ou então pessoas autorizada. Foi no tempo que eles vieram fazer um cadastro aqui, vieram pegar o nome do pessoal. Nós pensamos pra que eles tão pegando isso? Foi que eles falaram: pra vocês poderem entrar dentro da Mineração, vocês vão ter que ter uma carteirinha que a gente vai fazer, se não tiver essa carteirinha vocês não vão entrar."*¹⁰

⁸ Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador Industrial da MRN, entrevista, abril de 2000.

⁹ Jornal - Folha de Trombetas. Porto Trombetas, outubro de 1992, n.º 49, p. 12.

¹⁰ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, abril de 2000.

Para a maioria dos narradores, o cadastramento é uma forma de a mineradora manter o controle das pessoas que entram em Porto Trombetas. Todos eles reclamam, ainda, da truculência dos vigias, que cobram diariamente o crachá fornecido pela empresa, sem o documento é complicado entrar em Vila. O senhor Manoel dos Santos faz as seguintes observações:

"(...) esse cadastro é passageiro, teve um dia que a Assistente Social me disse - esse cadastro é até o dia que a empresa quiser, ela não é obrigada a fazer esse cadastro. Olha, isso é solidariedade ou pode ser parte social dela. O dia que acabar o cadastro meu filho, acabou tudo. Então esse cadastro é uma garantia pra pequenas coisas, atendimento muito pouco no hospital, pra subir pra lá, procurar um trabalho."¹¹

Entre os demais moradores da Boa Vistas é possível identificar opiniões diferentes sobre os reais objetivos desse cadastramento - uns tem clareza de que ele é provisório, dependendo dos interesses da mineradora, enquanto para outros, como o Sr. Manoel Viana (Mimi Viana), natural daquela comunidade e funcionário da MRN há vinte e quatro anos, viver sem o cadastro é muito pior, pois:

"(...) essas pessoas que tem cadastro com carteirinha, eles tem acesso a subida na empresa. A pessoa que não tem esse cadastro eles barram completamente. Não deixam subir de jeito nenhum. A parte de auxílio hospitalar só quem tem cadastro pode se consultar. Pode ser ribeirinho. Pode ser quem for, se não tiver aquele cadastro não será atendido nesse posto. É um sofrimento."¹²

Esse mecanismo acabou selecionando as pessoas que podem e as que não podem entrar para trabalhar em Porto Trombetas. Um exemplo claro desse procedimento diz respeito aos moradores da Reserva Biológica, os quais, oficialmente, não podem trabalhar como empregados em Porto Trombetas. Há histórias de pessoas que, durante a entrevista para emprego, foram dispensadas ao se declararem moradoras do Lago do Ajudante (dentro da Rebio).

Frente a essas situações, no Trombetas, surgem as histórias contadas pelos avós, remetendo ao momento de descida das cachoeiras com a notícia do fim da escravidão – pondo fim às perseguições – e marcam a ancestralida-

¹¹ Manoel Edilson (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

¹² Manoel Viana (Mimi Viana), 60 anos, Maquinista da MRN, entrevista, setembro de 1999.

de da ocupação daquelas terras. Assim, acreditavam os ribeirinhos não haver força capaz de retirá-los do local onde estavam jazem seus antepassados, pensamento esse não efetivado, quando o Trombetas passou a receber incentivos para a implantação de projetos de mineração, durante a década de 1960.

Sem dúvida, a “nova frente expropriadora”, identificada na presença do grande capital internacional, configura-se como um inimigo que precisa ser contornado, pois quem *chega* tenta expulsar as comunidades fixadas na região. Essa *incômoda presença* acaba por mobilizar os grupos remanescentes que, a partir da década de 1980, juntaram-se ao Movimento Negro Nacional. A fim de lutar por direitos, como a titulação das terras dos antigos quilombos. Assim, a memória e a identidade começam a ser sistematizadas como instrumentos de legalidade na luta pela terra e continuidade histórica no local dos antigos quilombos: “O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida.”¹³

4.2. Estratégia das comunidades: resistir.

Durante a década de 1980, a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, juntamente com as comunidades remanescentes, começaram a promover discussões sobre os direitos de propriedade, com ênfase na ancestralidade e na longa ocupação mocambeira das terras, no Município de Oriximiná.

Naquele momento, os grupos remanescentes tinham apenas o direito de fato, pois estavam ocupando a área há mais de um século. Todavia, eles não possuíam garantias diante do Poder Público. As terras pertenciam legalmente à União e sobre elas não se aplicava a lei de “usucapião”. Era, portanto, impossível requerer documentos de posse.

Ao longo da década de 1990, diante da Constituição de 1988 e os trabalhos da Igreja Católica, no sentido de esclarecer a população sobre seus direitos, foi sendo formada uma consciência política reivindicatória pela posse da terra. Assim, o ingresso consciente dos remanescentes em movimentos negros

¹³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 11.

e a vontade de lutar contra os desmandos de instituições como o IBAMA, criou condições propícias para enfrentar batalhas posteriores, mantendo viva a resistência quilombola em busca de cidadania.

O engajamento político ficou evidente na busca de objetivos traçados pelas comunidades e seu órgão representativo, qual seja, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), entidade nascida do desejo de efetivar direitos conquistados na Constituição de 1988. A instituição tornou-se de suma importância na organização das comunidades e começou a trabalhar no reforço da identidade quilombola, principalmente nas comunidades em torno à mineradora, pois estas tinham sofrido os maiores impactos negativos.

Na Boa Vista, por exemplo, durante a década de 1980, as histórias sobre negação do passado mocambeiro eram constantes, como declarou um remanescente: "(...)naquela época talvez eu não quisesse aceitar que fosse negro, eu achava que negro era uma discriminação pesada."¹⁴ Ainda em meados da década 1990, por conta do processo de titulação e os trabalhos da ARQMO, essa afirmação já tinha ficado no passado. Uma nova realidade configurou-se no Trombetas, a começar pela ênfase ao orgulho negro, o que durante duas décadas ficara em segundo plano. Nesse momento, a identidade, baseada na descendência quilombola, foi ressaltada como bandeira de luta para a construção de um espaço digno e protegido.

A sistematização de uma análise dessas transformações não pode acontecer de forma simples, principalmente, no caso da Boa Vista, onde o processo é contínuo. Assim, a *realidade negativa* apontada acima passou por mudanças, principalmente durante a década de 1990, quando a comunidade se organizou política e culturalmente na luta pela terra. Nesse momento, foram revividas as danças de promessas aos protetores dos negros - Santo Antônio, São Benedito e Santa Luzia; realizaram-se as esmolações, como ainda acontecem no lago do Moura, inclusive, foram feitos "*puxiruns*" para fazer a autodemarcação de comunidades. Parte do trabalho dos remanescentes, nesse caso, foi utilizado pelo INCRA, apressando o processo de titulação.

¹⁴ Manuel Edilson de Jesus, 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2004.

Assim, a ameaça representada pela presença do *Grande Capital* despertou as comunidades da apatia em que se encontravam. Especificamente, passaram a vivenciar um processo discutido por José de Souza Martins na questão indígena e camponesa, denominado de “*aceleração*” da consciência política:

“(...) aceleração é resultado direto dos grandes projetos econômicos e da grande aventura amazônica da Ditadura Militar. Sem eles, certamente as populações indígenas não teriam a atividade política que têm hoje. Certamente, também as populações camponesas do país não estariam mobilizadas no grau em que se encontram hoje.”¹⁵

No entanto, as comunidades negras, identificadas como populações camponesas, apresentam uma singularidade na questão da identidade, fazendo com que sua organização siga caminhos diferentes das demais populações tradicionais da Amazônia. Nesse contexto, a busca pelo direito à terra e à cidadania é intensificada, de acordo com José de Souza Martins, a partir da “*chegada do estranho*” - mineradoras, grandes latifundiários, grileiros, empreendimentos agro-pastoris, garimpos, etc. - causador de males irreparáveis, mas também responsável pelo despertar das esperanças dos povos amazônidas, acostumados à passividade diante das pressões externas de grupos econômicos e até do governo brasileiro.

Ainda na perspectiva de Martins:

“Os grandes projetos contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que esses projetos – põe em questão o direito de propriedade (tal como está formulado, em função dos interesses do grande capital rentista e especulativo) e as relações de poder, de que os grandes projetos são o produto corrosivo.”¹⁶

As comunidades negras despertaram, utilizando a memória, a identidade, a ancestralidade e a tradição cultural para reforçar as associações – forma mais visível de organização política - que lutam pela melhoria da vida dos remanescentes de quilombos.

¹⁵ MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia*. In: *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE; Belém: NAEA-UFGA, 1991, p. 23.

¹⁶ Idem, p. 31.

4.3. Comunidades: espaço de memória e identidade negra.

Os negros do Trombetas constataram, violentamente, que a ancestralidade e, principalmente, o tempo de vivência junto à natureza, com quem mantinham relação de sobrevivência e proteção, tudo isso havia sido suplantado pelos interesses de grupos externos. Nesse sentido, “a contemporaneidade desse grupo requer retomar o caminho dessa cumplicidade com a natureza das águas e da floresta no enfrentamento à nova frente branca que sobe o rio: empresas mineradoras, hidrelétrica e órgãos públicos de preservação ambiental.”¹⁷ Diante dessa nova realidade, os quilombolas começaram a busca por documentos legais para barrar a invasão das áreas dos remanescentes.

Constatada a ausência de documentação cartorial as atenções se voltaram para a ascendência histórica da comunidade. As histórias dos anciões passaram ser remoradas, no sentido de reforçar a identidade quilombola e retomar a trajetória dos escravos fugitivos que deram origem aos mocambos e, depois, às comunidades remanescentes do rio Trombetas:

“Porque nós não tinha papel, título da terra, mas nós tinha aquele direito de posse, porque nós tinha muito tempo aqui. Naquele tempo que eles [a mineradora] chegaram esse lugar aqui já era ocupado por mais de cem anos. Porque a minha mãe que nasceu aqui, ela já está com cinco anos de morta, ela morreu com 79 anos, já foi nascida aqui nesse lugar e tinha irmão dela ainda mais velho que ela que tinha nascido aqui, então por isso nós temos a prova que esse lugar já foi ocupado por essa família a mais de cem anos e o pessoal sempre incentivava nós, não vão abrir mão pra Mineração.”¹⁸

Nesse momento, a identificação do lugar de moradia e trabalho como lugar de memória - que guarda a trajetória dos seus antepassados - foi essencial para assegurar a coesão em torno do interesse comum: a terra. Assim, em espaços como a Boa Vista, as pessoas foram orientadas de que ninguém deveria abandonar a comunidade, cedendo à pressões daqueles que estavam chegando. Assim, quando a força foi usada para garantir a expulsão, a resistência foi ainda mais forte:

“A Mineração já encontrou o pessoal aqui, então a primeira opinião: vamos morrer? Mas vamos morrer aqui se eles matarem. Vocês vão

¹⁷ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1998, p. 205.

¹⁸ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

*me matar, mas aqui. Eu vou manter minha liderança aqui na Boa Vista.*¹⁹

Esse é um relato importante, porque marca o espaço no qual a força da resistência se mostrou com maior intensidade. A liderança citada, identificada como tio do narrador, foi maior na Boa Vista, onde nasceram seus pais e todos os seus ascendentes.

Os moradores dessa localidade poderiam muito bem ter aceitado a indenização oferecida pela empresa no início de sua implantação e procurado outro lugar para morar. Mas, onde? Nenhum lugar tem as histórias vividas pelos antepassados mocambeiros qual o espaço da Boa Vista. Nesse momento, o sentimento de pertença ao espaço conquistado por seus ancestrais, em pelo menos duas gerações, garantiu a permanência dos negros, diante das pressões e tentativas de expulsão promovidas pelos grupos econômicos que se instalavam na região.

No entanto, a interpretação sobre o sentimento de pertença e proteção da territorialidade, aqui entendida no seu objetivo de "solidariedade humana autoconsciente contra a destruição da diferença, a morte cultural e a dispersão da energia política contestatória da identidade étnica,"²⁰ isso não é regra geral e inflexível em todas as comunidades. No entanto, os acontecimentos que ligam esses negros ao seu passado são visivelmente mais fortes nos espaços ocupados anteriormente pelos pais e avós.

A escolha do lugar para moradia, por exemplo, não é um fato ocasional; e os filhos - apesar de o espaço ser coletivo e de eles poderem usar todos os territórios não ocupados - na maioria das vezes ficam próximo da cada dos pais. No tempo dos mocambeiros, essa questão envolvia critérios práticos. Assim, ao buscar segurança num momento em que ainda existia receio de expedições punitivas, alojar-se em local estratégico era garantia de sobrevivência. Segundo José dos Santos, a escolha do seu avô pelo local onde é a Boa Vista, aconteceu pelo fato do local ficar "no meio do quarteirão do rio nem só ele avis-

¹⁹ Manoel de Jesus (Manduca), 37 anos, Presidente da COOPRBOA, entrevista, abril de 2000.

²⁰ BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terra e Territorialidade negra: ideologia e política. (mimeo).

tava pra cima como avistava pra baixo [...]. Naquele tempo eles tinham sempre medo de vim algumas pessoas atrás deles é aquela história do pega-pega.²¹

Histórias sobre perseguição e captura de negros permanecem na memória dos remanescentes e são acontecimentos que não foram vivenciados nem pelos seus pais. Contudo, tais fatos continuam povoando a imaginação de todos e, em muitos casos, confundindo o presente com o passado distante. Como exemplo dessa “memória herdada”, há uma história contada pelos remanescentes do rio Trombetas. Trata-se de um episódio ocorrido num momento de fuga para a formação de quilombos no alto das cachoeiras. Durante o descanso de certo grupo, um dos ocupantes da canoa sentiu cheiro de fósforo. Tal apetrecho, de uso comum dos “brancos”, denunciou a presença destes. Era portanto o momento de apressar as remadas e escapar o mais rápido possível, porque a expedição de captura estava próxima. Assim, por conta da esperteza e da força dos braços, a liberdade pôde se concretizar: os negros conseguiram chegar às cachoeiras e atravessá-las, deixando para trás seus perseguidores.

A partir desses relatos pode-se inferir que, na busca da afirmação de seus espaços e de sua trajetória identitária, os remanescentes rememoram os elementos enraizados naquele grupo étnico, criando mecanismos para ancorar sua trajetória político-social. Assim, eles constroem coerentemente as bases de suas reivindicações.

Segundo os remanescentes, não existe mais a possibilidade de derrubarem as casas e fugirem para as cachoeiras. O momento é de ficar, fortalecer a luta pelos direitos e fazer valer a sua cidadania. Para tanto, os mocambeiros deixaram como legado, a persistência para conquistar um espaço de liberdade; portanto, seguir essa tradição e a história de seus antepassados é a inspiração para os negros continuarem firmes nas terras do Trombetas.

Dessa forma, através de palestras e conversas dentro das associações comunitárias, reforça-se o sentido e o sentimento de grupo detentor de um passado comum:

“A fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do fato social sobre o fato individual, que se dotem de

²¹ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

uma 'consciência coletiva', isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade."²²

Em Porto Trombetas, os remanescentes, "*na convivência com estranhos*"²³ e com ameaça de perda dos territórios, começaram a aprender o valor da sua identidade.

A identidade, como elemento dinâmico e presente no cotidiano dos remanescentes, passou por constantes afirmações, e reconstruções, configurando-se como símbolo da diferenciação entre os grupos sociais envolvidos na demarcação de espaços no rio Trombetas. Nesse contexto, é reforçada a identidade étnica dos negros como *guardiães* das tradições, da história e da experiência mocambeira da região. E, por conta das perspectivas abertas pelo conceito de remanescente, os negros do Trombetas passaram a ser não somente ribeirinhos, caboclos ou camponeses amazônidas, mas procuraram reforçar a auto-identificação como descendentes de mocambeiros.

Nesse contexto, pode-se inferir que as identidades:

"(...) são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro, por se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aquelas que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento da diferença."²⁴

Nesse sentido, compreende-se "que as *identidades* dos atores sociais são construídas em situações, na conjunção de relações sociais, entre agentes, grupos ou classes sociais, como resultado de um trabalho interativo, de um saber e de um poder, quando as pessoas procuram dar formas e significados às suas representações."²⁵

No entanto, as comunidades em torno da MRN vivenciaram momentos distintos na trajetória de construção de uma identidade, com reais significados para a coletividade. Primeiro, de meados da década de 1970 até meados de

²² BACZKO, Barth. *Imaginação Social*. In: *Anthropos-homem*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v. 5, 1985, p. 306.

²³ Manoel Viana, (Mimi Viana), 60 anos, Maquinista da MRN, entrevista, setembro de 1999.

²⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A identidade e etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 42. Apud BRANDÃO DA SILVA, Dedival. *Religião e etnicidade na cultura popular*. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: UFPA, n.º 18, 1988, p. 30.

²⁵ BRANDÃO DA SILVA, Dedival. *Religião e etnicidade na cultura popular*. Op. Cit., p. 30.

1990, o passado que remetia ao mocambo não tinha um sentido prático. Em seguida, a ancestralidade, a identidade e as práticas culturais despontaram como garantias para a permanência dos quilombolas num território ameaçado.

Naquele primeiro momento, as histórias sobre mocambos, fugas, perseguições eram como uma lembrança distante, sem necessidade de ser lembrada e de aceitação difícil. Assumindo essa postura de afastamento do passado, as comunidades, praticamente, negavam sua origem no encontro com pessoas e os grupos econômicos que chegavam ao Trombetas. A ancestralidade não estava colocada como orgulho para os negros. Assim, no início da década de 1990, a Boa Vista, "representava a negação da comunidade de remanescentes de quilombos, sem espaço, sem roça, sem vida própria, isso por força do choque e das pressões do projeto da Mineração Rio do Norte (...)." ²⁶

Todavia, é também nesse momento, que as comunidades em volta da mineradora revivem as histórias de seus antepassados e vão estruturando novas formas de combater o invasor. porque:

"Quando uma coletividade se sente agredida pelo exterior – por exemplo, uma comunidade de tipo tradicional agredida por um poder centralizado moderno de tipo burocrático – ela põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando suas ações." ²⁷

No caso das comunidades negras do Baixo Amazonas, a construção de um imaginário que una seus membros - seja por laços de parentesco, por compartilharem de uma história comum ou por interesses pela terras - realiza-se já há algum tempo e se reforça através da experiência de enfrentamentos cotidianos com fazendeiros, grileiros e demais invasores de seus espaços.

Diante da "Nova Frente Expropriadora" ²⁸ instalada no Trombetas, foram sendo recontadas, e recriadas, as histórias vividas pelos mocambeiros e pro-

²⁶ ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2ª ed. Revista e Ampliada. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998, p. 34-35.

²⁷ BACZKO, Barth. *Imaginação Social*. In: *Anthropos-homem*. Op. Cit., p. 310.

²⁸ O conceito de "frente expropriadora", conforme Acevedo e Castro, refere-se à exploração do trabalhador: trabalhar sob péssimas condições como peão de fazenda, receber pouco pela extração da castanha, dentre outras, apresentando-se como forma de expropriação. Agora, a "Nova Frente Expropriadora" é representada nos projetos de mineração, nas empresas agropécuarías e nas ações do Governo Federal para a Amazônia. Nessa "nova frente", a terra também passa a ser alvo de expropriação.

pagadas pelos remanescentes. Narrativas de exaltação dos quilombolas, que recorriam a poderes sobrenaturais para se livrarem do perigo, tornando-se vencedores diante das expedições punitivas e do próprio sistema escravista. Assim, “o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como condição do sucesso nas fugas do cativeiro e de permanência nos quilombos.”²⁹ Agora, resta aos descendentes reviver os momentos de resistência dos seus antepassados e torná-los referência comum na trajetória do grupo.

Na Boa Vista, por exemplo, a comunidade apresenta um passado comum, mas a memória como elemento individual causou muitos problemas na construção do discurso identitário necessário à coletividade, pois “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.”³⁰ A ausência de elementos para a “negociação” poderia ter sido um entrave, quando a comunidade se organizava para a titulação, pois,

“(...) quando o processo já estava bem adiantado a Fundação Palmares entrou com um protesto. Uma ação contra a nossa titulação. Eles diziam que a gente não podia titular porque não havia laudo antropológico, comprovando que a comunidade era realmente remanescente de quilombo.”³¹

O processo não foi negativo por conta da capacidade dos anciões, excelentes memorialistas, que conseguiram apresentar os elementos necessários para compor o documento exigido. Atualmente, o laudo antropológico não é mais solicitado, bastando que “*comunidade se auto identifique através de uma declaração.*”³²

No momento anterior à titulação, criar ou reforçar uma identidade quilombola era algo problemático na comunidade: aceitar a condição de descendente de escravos parecia algo fora da realidade dos negros. As mudanças que vinham ocorrendo, desde a década de 1960, eram consideradas vantajosas para muitos remanescentes. Estes sentiam-se agraciados com empregos

²⁹ ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Op. Cit., p. 29.

³⁰ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Op. Cit., p. 204.

³¹ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

³² *Idem.*

com carteira assinada, em vez de continuarem trabalhando na roça ou no extrativismo. E ainda havia a possibilidade de abrir contas e contrair empréstimos para comprar barcos e lanchas, a fim de eles trabalharem como autônomos, dentre outras atividades fora da comunidade.

Reverter essa situação, diante do que vinha ocorrendo com a chegada do grande capital. Exigia que as comunidades percebessem que a sua origem mocambeira é a base que reforça a identidade étnica, "juntamente com fatores como critério racial, descendência comum e uma cultura comum (que abarca tanto o aspecto da consangüinidade, quanto o da história de resistência dos ancestrais) e uma cultura comum (que destaca uma maneira específica de explorar as terras conquistadas)."³³ Portanto, o passado não é apenas um conceito, mas um elemento de luta política, a cada dia resignificado pelos remanescentes dos mocambos.

Nota-se, porém, que a organização em Associações, a luta pela terra e a constatação da riqueza cultural de sua história, principalmente enfocada durante os Encontros de Raízes Negras, têm promovido uma mudança nessa realidade. Desde o final da década de 1980, esses encontros configuram-se em arena para discussão dos problemas vivenciados pelas comunidades, mas também, é o momento de rever os parentes e juntos praticar a "cultura negra", como acontece nas danças, na música, nos rituais que sustentam a identidade.

4.4. Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas: palco de debates e festas de irmãos.

Os Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas, que teve sua IX edição em 2002,³⁴ têm consolidado uma trajetória de lutas, envolvendo pessoas e instituições dentro e fora das comunidades, além de ONG'S e instituições governamentais. De acordo com Funes, a idéia do encontro surgiu da iniciativa de não-remanescentes, atendendo ao desejo do Sr. Santa Rita, do Pacoval, em conhecer os *pretos do Trombetas*:

"O 1º Encontro foi realizado no Pacoval em julho de 1988, organizado

³³ ANDRADE, Lúcia. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 38, n.º 1, 1995, p. 81.

³⁴ O IX Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, aconteceu de 18 a 21 de julho de 2002, na Comunidade Remanescente de Quilombo Pacoval, no município de Alenquer - PA.

pela ACOB (Associação Cultural Óbidense), tendo à frente a professora Idaliana Marinho, com quem Santa Rita havia conversado. A comunidade cedeu apenas os espaços, ou seja, toda a organização do encontro foi pensada e executada pela referida Associação. Estava aí lançada a semente de eventos futuros que possibilitariam novos encontros, constituindo oportunidades para trocas de experiências, discussão de problemas comuns, e denúncias sobre os desmandos a que estão sujeitas aquelas comunidades frente aos poderes públicos e interesses privados. Espaços para rememorem seus antepassados, os antigos dos 'mucambos', momentos de festas.³⁵

Os Encontros funcionam como fórum para as discussões em torno dos problemas enfrentados pelas populações remanescentes. Como espaço de confraternização de "irmãos", revigoram em danças, cantos e rituais, práticas culturais que remontam ao passado. Dessa forma, o encontro funciona como espaço de preservação da memória, enquanto suporte de identidade destes grupos negros (vide fig. 8, 9 e 10).

Durante o IV Encontro Raízes Negras, realizado de 18 a 21 de julho de 1992, na Tapagem, Alto Trombetas, no município paraense de Oriximiná,³⁶ os conflitos com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) estavam bastante acirrados. O recente decreto que criava Floresta Nacional Saracá-Taquera, em 1989, e o seu policiamento - a cargo da Polícia Federal - traziam uma sensação de desconforto aos quilombolas, que perderam os espaços no Trombetas - os filhos ficavam novamente sem a "Mãe Floresta" - como lamenta o senhor Rafael Printz, morador da comunidade Abuí, Alto Trombetas:

"Nossa Mãe Floresta, que da floresta nós tiramos pode dizer o tudo. Desde a saúde nós tiramos pela floresta. O pessoal diz, o Roberto [funcionário do IBDF] diz - só pode roçar na capoeira, na mata o negro não tem mais direito de roçar. Eu digo que nós por acaso não matamos um lago, não matamos uma floresta, hectares e hectares de terra ainda não matamos. O que nós tamos fazendo? Tamos conservando a floresta, só tira aquele pedacinho pra nós comer da floresta. Nossa mãe floresta é a vida."³⁷

Ao policiarem as entradas nas áreas protegidas, os agentes do IBDF utilizavam o discurso da proteção ambiental, contestado pelos ribeirinhos, pois estes sempre praticaram a agricultura com manejos de território, mantendo o mí-

³⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas, nunca tive senhor": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., pp. 2-3.

³⁶ As atividades do IV Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, gravadas por Funes, foram cedidas para esse trabalho.

³⁷ Rafael Printz, 71 anos, morador do Abuí, entrevista, Julho de 1992.



Fig. 8
IX Encontro
Plenária

Foto: Funes



Fig. 9
IX Encontro
Plenária

Foto: Funes



Fig. 10
IX Encontro
Aiuê de São
Benedito

Foto: Funes

nimo de degradação nos espaços utilizados. No entanto, a proibição para a extração da castanha-do-pará, mantida na REBIO, agora estava estendida para a FLONA. O sentimento de perda, principalmente dos castanhais, tomou conta dos remanescentes, que expressavam seus lamentos sobre os bons tempos que se foram:

"A castanha é um ato de alegria, é um paraíso a castanha. Quando chega esse tempo todo mundo se diverte, é mesmo que ser um esporte. A castanha, não é só uma questão econômica é também uma diversão. A gente tira a castanha, compra o que tem de comprar, faria, brinca, come bem a vontade, não tem nada de ruim. Faz parte da tradição. Foi por isso que quando o IBAMA veio pra cá e tirou isso de nós, era um choradeira sem fim. Via mesmo negro chorando. E tirando música, tirando chula e denunciando tem muita chula com castanha. Chula é música. A chula que a gente diz assim é uma coisa criativa que a gente cria da gente e compõe."³⁸

Os castanhais, as cachoeiras e a floresta são exaltados nas composições dos mocambeiros como elementos indispensáveis para a sobrevivência. O direito de adentrar esses espaços jamais poderia ser cerceado, inclusive, por serem espaços de memória do passado, como expressa a música Mãe Cachoeira:

*"Mãe Cachoeira é por ti que eu choro, minha terra natal é por isso que eu ti adoro,
Mãe Cachoeira é por ti que eu choro, minha terra natal é por isso que eu ti adoro.
Agora depois de velho, coisa que eu nunca pensei formar uma baragem pra destruir de uma vez...
Eu sou castanheiro minha gente eu preciso trabalha, mas é que a nossa castanha está dentro da reserva ninguém pode tirar
Quando eu era criança a castanha era liberta pra todo mundo tirar, agora tá proibido/ se o pião entra no mato dizem que já vai roubar
Eu sou castanheiro minha gente eu preciso trabalhar, mas é que a nossa castanha está dentro da reserva ninguém pode tirar."³⁹*

Para conseguir castanha, os negros lamentam o fato de terem que entrar na floresta como ladrões, sempre vigilantes, para não serem capturados. Ladrões dentro das suas próprias terras, onde se chegou ao absurdo de proibir a entrada no cemitério do lago Erepecu, no período da capinação, momento de limpeza das sepulturas, antes do dia de finados.

³⁸ Zuleide Santos, 45 anos, Coord.de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

³⁹ Canto quilombola do Trombetas.

Por essas ações, durante os Encontros Raízes Negras, as pessoas começaram a formular idéias de que as motivações da política de preservação ambiental não partiam de interesses somente do governo brasileiro, mas das intenções das transnacionais e dos países do Primeiro Mundo, interessados em salvaguardar as reservas minerais para suas indústrias: "Então veio a grande paranóia do primeiro mundo – temos que preservar a floresta amazônica! Tudo isso em nome da ecologia."⁴⁰ A preocupação dos países ricos volta-se para as ações dos governos do Terceiro Mundo, na tentativa de manter reservas que seriam, na teoria, locais limpos, capazes de proporcionar ao homem um planeta menos poluído.

Para os remanescentes, a ameaça representada pela política de preservação ambiental demonstra seu lado obscuro e perigoso para a sobrevivência quando as áreas protegidas incidem sobre as terras das comunidades e, principalmente, sobre os castanhais:

"Um dia eu conversando com o engenheiro Cantarelli, Superintendente do IBAMA em Trombetas, perguntei porque eles implantaram Reserva Biológica em riba da área de castanha. Ele falou, olha cara é onde tem a castanha graúda e nós vamos precisar, a nação vai precisar dessa castanha graúda, pra plantar, exportar, não sei pra onde, pra reproduzir que tá acabando. Mas acabando como? A gente tira, mas aquilo que tem pra nascer fica lá, quem planta é a cutia. Agora o que você podia privar, era essas grande quantidade de criador que tem no meio do castanhal. Porque tem vários fazendeiros que leva 20, 30 quadras de terra no chão, mata jogada, isso sim era pra ser proibido, mas o cabra tendo dinheiro. Logo aqui, Baixo Trombetas, não tem praticamente terra devoluta. As áreas foi acabada em fazenda."⁴¹

Essas são discussões de ordem prática, sendo críticas diretas ao IBAMA e à sua postura diferenciada na aplicação da lei ambiental. Nos Encontros Raízes Negras, as palavras dos ribeirinhos ganham tons de denúncia e a certeza de serem encaminhadas para órgãos que possam ajudar a solucionar os problemas enfrentados na região.

Nesse caso, a questão ambiental interfere na sobrevivência, aumentando as dificuldades vividas nesses espaços, pois o órgão governamental, até meados da década de 1990, mantinha a postura de não trabalhar em parceria

⁴⁰ Discurso durante o IV Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, realizado na comunidade de Tapagem, Alto Trombetas de 19 a 21-07-91. (Gravado por Eurípedes Funes).

⁴¹ Manoel Raimundo Pereira dos Santos (Tinga), 50 anos, Agricultor, entrevista, abril de 2000.

com as comunidades. Na ânsia de criar sistemas de proteção para o meio ambiente, ou, como dizem os ribeirinhos, em prol do discurso da "ecologia", o governo promoveu desmandos que foram sendo praticados contra os moradores do Trombetas.

Os ribeirinhos reclamam também da falta de entrosamento entre o IBAMA e as comunidades, parceria que seria importante para que o órgão criasse formas de proteger a natureza sem precisar usar a violência, a fim de que a fauna e a flora pudessem continuar sendo utilizadas de maneira racional, sem as agressões que aconteceram no Trombetas.

Como espaço de discussões políticas, o Encontro é o momento para as instituições ligadas aos negros trocarem experiências e discutirem as atitudes a serem tomadas diante dos problemas enfrentados por cada comunidade. Questões ligadas ao embate com o governo pela titulação de terras dominam as discussões políticas, enquanto músicas e danças ilustram o enfoque cultural.

4.5. Associações: passos rumo à titulação.

A ameaça quanto à sobrevivência não está relacionada somente aos grupos humanos que ocupam a Amazônia, mas, em âmbito geral, envolve todos os ecossistemas desse espaço. Nesse contexto, Philippe Hamelin, ao discutir os impactos causados pela construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, afirma que a Amazônia só terá futuro se o poder central passar a considerá-la como uma região viva, e não mais como uma reserva de riquezas naturais; e os amazônidas devem tomar consciência de sua força e entender que a defesa da região não serve para obter esmolas do poder. Assim, faz-se necessária uma gestão equilibrada das riquezas regionais, voltada para os interesses públicos. Portanto, a sindicalização participativa, seria uma das formas de alcançar esses objetivos.⁴²

⁴² HAMELIN, Philippe. Um projeto expulsa o outro. In: HÉBETE, Jean (Org.). *O Cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, FASE; Belém, NAEA/UFPA, 1991, p. 225.

Diante das demandas que estavam colocadas pelos agentes do Governo Federal e pelo grupo minerador que se instalara no Trombetas, foram surgindo, paulatinamente, práticas de resistências. A organização foi a principal arma utilizada pelos quilombolas para enfrentar as “frentes expropriadoras” que subiam o rio. Assim, a organização em entidades sindicais⁴³ e o trabalho das associações consolidaram a trajetória de luta e resistência travada pelas comunidades remanescentes. Dentre as instituições, destaca-se a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO), com uma atuação constante em defesa dos interesses dos negros e participante ativa de discussões para acelerar os processos de titulação em todo o Brasil.

As comunidades buscaram apoio para lançar seus protestos e mostrar às autoridades o descaso a que estavam sendo submetidas. A ajuda veio principalmente de OGN'S, como a ICCO (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento); CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços – Brasil); OXFAM (Associação Recife-Oxford para Cooperação ao Desenvolvimento – Inglaterra/Brasil), e também do G-7, através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O apoio financeiro dessas instituições viabilizou projetos para a manutenção da sobrevivência econômica dos remanescentes.

No Trombetas, são parceiras nesse processo a Igreja Católica, lembrada como a grande incentivadora da resistência e organização das comunidades, e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP).

Atualmente, a ARQMO tem ações efetivas nos lugares onde há conflito de terra, envolvendo quilombolas. Inclusive, a associação elaborou uma cartilha, explicando a trajetória e os mecanismos que devem ser acionados no sentido de conseguir os títulos de terra. Nesse caso, destacam-se a união, organização, delimitação da área e o encaminhamento do documento reivindicatório aos órgão competentes.⁴⁴

⁴³ Sobre a atuação sindical, principalmente no sul do Pará consultar o artigo: “A luta sindical em resposta às agressões dos Grande Projetos” de Jean Hébett. In: *O cerco está se fechando*. Op. Cit.

⁴⁴ Cartilha - *Minha terra, meus direitos, meu passado, meu futuro*. ARQMO/CPI-SP. s.d..

Para Daniel de Souza, se o "*Brasil tem uma dívida histórica com os negros, como um todo no Brasil, principalmente com os quilombos, que essa dívida seja paga em programas sociais que possam estar ajudando os quilombolas a crescer.*"⁴⁵ Todavia, é preciso que haja uma articulação nacional para cobrar dos estados programas de apoio, reconhecimento e compromisso com os afro-descendentes: "*Porque o único estado que tem programa, no Brasil, com os quilombos é o Pará e também é o estado campeão em titulações de terras.*"⁴⁶ Medidas como essas precisam ser expandidas para onde houver comunidades remanescentes. Nesse sentido, a ARQMO reforça e continua a fazer parceria com instituições governamentais e não-governamentais, ampliando as conquistas quilombolas.

O suporte financeiro dessas instituições garante a concretização de uma série de atividades desenvolvidas pelas comunidades: a autodemarcação das terras a serem tituladas e a efetivação de estudos de identificação dos espaços que foram quilombos e nos quais, hoje, moram seus descendentes. A identificação é essencial para os que negros demarquem as terras e solicitem os títulos, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante: "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*"⁴⁷

De acordo com Lúcia Andrade, da CPI-SP, a ancestralidade garante a posse, mas a burocracia, apesar de reconhecer tal direito, mantém as comunidades sem seus títulos definitivos de posse. Ao governo está delegado o dever de emitir os títulos, mas o que deveria ser uma regra geral, marcando a garantia de permanência no espaço de moradia, trabalho e sobrevivência dos quilombolas, ainda aparece como uma exceção - e as comunidades fazem festas quando é apontada a possibilidade de concretização de um novo título. Quais os mecanismos necessários para se chegar à titulação? O que impede a União

⁴⁵ Daniel de Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, Fevereiro de 2004.

⁴⁶ Idem..

⁴⁷ CUSTÓDIO, Antônio Joaquim Ferreira. *Ato das disposições constitucionais transitórias. In: Constituição Federal Interpretada pelo STF. 3^o ed.*, São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998, p. 243.

e Governo Estadual de emitirem os títulos? Como as comunidades se organizam para solicitar esse documento?

4.5.1. ARQMO: os negros do Trombetas como exemplo no processo de titulação.

No município de Oriximiná, aproximadamente 8.000 mil remanescentes de quilombos estão estruturados em 28 comunidades rurais, e organizadas politicamente na Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), entidade sem fins lucrativos, auxiliada financeiramente por ONG'S estrangeiras (ICCO, FASE) e com apoio técnico da CPI-São Paulo. No Baixo Amazonas, existem ainda a Associação Comunitária dos Negros do Quilombo do Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL) e a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB). "Em julho de 1997, foi criada também a Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas."⁴⁸ A entidade tem como objetivo principal estreitar os laços entre as associações para fortalecer o movimento negro na região.

Além das organizações municipais, que agem junto com o Poder Público em âmbito mais geral, cada comunidade tem uma associação para fiscalizar o processo de titulação e receber a posse da terra, pois, no caso das áreas de remanescentes são entidades jurídicas que recebem o documento, pois a posse é de todos coletivamente.

Fundada em julho de 1989, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) representa as 28 comunidades quilombolas desse município paraense. Ela surgiu como resposta às invasões e ameaças contra esses territórios, e ao longo dos anos, foi ampliando seu campo de atuação junto aos órgãos públicos, e às entidades do Movimento Negro, assumindo uma postura de liderança entre as comunidades quilombolas de todo o país.

No início de sua organização, a ARQMO contou com apoio e assessoria do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA, mas essa

⁴⁸ Cartilha - *Minha terra, meus direitos, meu passado, meu futuro*. Op. Cit., p. 13.

entidade *“tem o objetivo de trabalhar com negros da cidade e a ARQMO trabalha especificamente com os quilombolas, a gente queira ou não é uma grande diferença de contexto.”*⁴⁹

A ARQMO, por ter sido gestada a partir da vontade dos próprios remanescentes, nesse sentido se diferenciou da ACONQUIPAL, uma associação:

*“(...) que não surgiu da organização interna de seus moradores, das necessidades de enfrentamentos dos problemas cotidianos, mas, em razão da doação de um caminhão, feita pelo governo do estado do Pará em 1989. Como essa não poderia ser feita a pessoa física, foi necessária a criação de uma entidade jurídica. Assim nasceu a referida associação cujos estatutos foram elaborados e registrados por pessoas da Secretaria de Cultura do Estado do Pará, sem nenhuma discussão com os moradores do Pacoval. A administração deste caminhão motivou desavenças entre eles e até hoje tem gerado algumas animosidades.”*⁵⁰

Nesse aspecto, as entidades vivem situações de interseção, pois “desavenças e animosidades” estão presentes nas associações, inclusive nas comunidades Boa Vista e Moura. No entanto, na ARQMO os coordenadores são unânimes em afirmar que as discussões são para melhorar cada vez mais as condições dos associados, e não por disputa pela diretoria ou bens da entidade, como ocorre na maioria dos casos. Os problemas são resolvidos na própria instituição, sem interferências externas. Em contraposição, na Boa Vista, acusações de uso indevido do dinheiro pelos administradores da COOPERBOA e da ACRQBV são freqüentes e mancham a credibilidade da comunidade.

Na ARQMO, como declara Daniel de Souza, *“existem muitos problemas, internamente, mas nós tentamos resolver e nunca nossa briga aparece pro público,”*⁵¹ fato que poderia enfraquecer a instituição, pois demonstraria falta de unidade nas decisões. Os coordenadores prezam pela credibilidade da instituição diante da MRN, do IBAMA e de seus associados, porque *“antes da gente não existia nada, tinha IBAMA que batia, fazia isso e aquilo, e hoje, isso não acontece mais, porque tudo isso é um resultado do trabalho da ARQMO.”*⁵²

⁴⁹ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

⁵⁰ FUNES, Eurípdes Antônio. *“Nasci nas matas, nunca tive senhor”*: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Op. Cit., p. 7.

⁵¹ Daniel Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, fevereiro de 2004.

⁵² Idem..

Assim, a ARQMO concretiza-se como uma entidade atuante e obstinada em mudar a realidade das comunidades negras de Oriximiná através do aperfeiçoamento da produção, da conscientização ecológica, com atividades de educação ambiental, o estreitamento de parcerias e um melhor entrosamento com o IBAMA em projetos de desenvolvimento viável nas áreas protegidas.

Ainda na década de 1990, a coordenação da ARQMO, diante do intenso processo de desagregação cultural das comunidades negras do Município de Oriximiná, assumiu a responsabilidade de vivificar a memória dos mais velhos, dando uma importância para as histórias contadas pelos anciões como elemento de coesão em torno da identidade quilombola. Contudo, permanece como objetivo primordial barrar as invasões aos territórios quilombolas, que vinham acontecendo muito antes de existir uma entidade preocupada em protegê-los.

As invasões de terras nessas áreas foram intensificadas a partir da década de 1970, quando se tornou visível a tentativa de povoamento da Amazônia, sob a égide do Governo Militar. Nesse período, foi instalada a Mineração Rio do Norte, que ocupou parte das terras da comunidade Boa Vista. Desse momento em diante, o Estado apontou uma série de outras ações para a região, como a criação das Unidades de Conservação, impedindo o acesso aos principais castanhais; a edificação, pela ELETRONORTE, de uma vila de pesquisadores e técnicos, para estudos sobre a possibilidade de implantação da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas; e houve ainda o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros, incentivadas pelas políticas desenvolvimentistas do Governo Federal, que identificava a Amazônia como um grande vazio demográfico, precisando ser ocupado e protegido para a *Segurança Nacional*.

Para barrar as políticas de ocupação, os quilombolas respondem com os pedidos de titulação definitiva, fazendo valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Apesar de o Artigo 68 ter sido aprovado, políticos e pessoas do próprio Movimento Negro o consideravam não aplicável e, a menos que existisse uma Lei Complementar, seria mais uma legislação sem resultados práticos:

“Depois de anos trabalhando, de 89 até 95, a gente conseguiu fazer a primeira titulação. A gente observa que a titulação, ela talvez por ter sido a primeira do Brasil, a gente conseguiu uma repercussão a nível nacional, até a nível internacional. Porque, até então, juristas, deputados, procuradores da República, advogados, uma série de pessoas que mexem com lei eles sempre diziam que o Artigo 68 não era auto aplicável. Não podia ser aplicado sem que se fizesse uma lei complementar ou uma regulamentação da lei. E a gente continuava teimando que podia ser auto aplicável, dependia de vontade política. O pessoal crítica que a gente tinha entrado com processo pelo executivo, nós solicitamos direto do governo. O movimento achava que a gente tinha que cobrar através do judiciário.”⁵³

No que tange ao Movimento Negro, os entraves são de ordem política, pois a todo momento o Governo Federal cria formas para atrasar a expedição dos títulos. Um desses entraves foi colocar sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que entra no processo de titulação por força do Decreto 3.912 de setembro de 2001, a elaboração dos documentos exigidos nos processos. No entanto, reclama-se da incapacidade da entidade para resolver a situação, haja vista a não-disponibilidade de equipamentos, pessoal técnico e, muito menos, recursos financeiros para a realização de trabalhos, como medições das comunidades, levantamento cartorial e outros. O problema maior está no descaso praticado pelo Governo Federal, como foi denunciado em 1996:

“Para se ter uma idéia não existe definição de qual órgão do governo é responsável pela questão dos remanescentes de quilombo. Até agora os encaminhamentos tomados pelo governo, a partir das pressões das comunidades se configuram como ações diferenciadas para atender casos isolados. Segundo os técnicos do INCRA como não existe definição política, na instituição há uma enorme dificuldade para encaminhar de maneira global as demandas das Comunidades Negras Rurais. A Fundação Palmares por sua vez não tem condições estruturais para resolver a questão, tanto que desde 94 vem priorizando a nível de planejamento o trabalho com os negros no meio rural e na prática nada foi efetivado.”⁵⁴

Longe de todo o problema ser completamente resolvido, pelo menos um obstáculo foi derrubado: o laudo antropológico não é mais exigido, pois a Constituição não delimita o conceito de remanescentes de quilombos; portanto, quem estiver ocupando terras onde é reconhecida a presença (no passado) de

⁵³ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

⁵⁴ Relatório: Audiência da Comissão Nacional Provisória dos Quilombos no Ministério da Justiça. Brasília, agosto de 1996.

quilombo fica "reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."⁵⁵

Nesse caso, inclusive o termo 'quilombo' carece de explicações, pois muitas povoações de escravos fugidos se formaram tanto no período da escravidão quanto depois dela, conforme esclarece o jurista Dalmo de Abreu Dallari, com base em recentes pesquisas sobre a ação negra no Brasil:

"Um fato importante, revelado por esses novos estudos e pesquisas, foi a comprovação de que, além dos quilombos remanescentes do período da escravidão, outros quilombos foram formados após a abolição formal da escravatura em 1888, pois, desde que extinto o direito de propriedade sobre os negros, estes foram abandonados à própria sorte e para muitos o quilombo era um imperativo de sobrevivência. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros foram forçados a conviver numa sociedade que os considerava inferiores e nem mesmo os respeitava como seres humanos. A par disso, ainda tiveram que enfrentar as resistências e os preconceitos de uma sociedade que desprezava sua cultura e abominava suas crenças religiosas."⁵⁶

Por conta das dúvidas e com o intuito de orientar a aplicação do artigo 68, estabelecendo as regras para a emissão dos títulos nele previsto, o Governo Federal editou o Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001. Em comentário sobre o referido Decreto, Eurípedes Funes evidencia alguns equívocos, pois além de conceder monopólio à Fundação Cultural Palmares para a resolução dos processos de titulação, o documento, dentre outras mazelas, "reforça uma concepção ultrapassada de quilombo, ao restringi-lo a uma única forma de constituição, a fuga de escravos."⁵⁷ É preciso, portanto, que se corrijam as injustiças de séculos sobre as trajetórias dos escravos no Brasil e que as diversas formas de constituição dos quilombos sejam melhor estudadas e observadas durante o processo de titulação. Até porque muitas dessas áreas, hoje o-

⁵⁵ SARAIVA. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 29ª ed. atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 165.

⁵⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Negros em busca de justiça*. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001, pp. 11-12.

⁵⁷ FUNES, Eurípedes Antônio. *Breves comentários sobre o Decreto n.º 3.912, do Presidente da República, de 10 de setembro de 2001*. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. Op. Cit., p. 25.

cupadas pelos descendentes de escravos, tornaram-se espaços negros depois da abolição da escravatura, em 1888.⁵⁸

Ainda sobre essa questão, Dalmo Dallari apresenta a seguinte explicação:

“(...) o fato de ter havido a abolição da escravatura em 1888 é irrelevante para a aplicação do artigo 68, o que me parece bem inspirado, pois mesmo depois de abolida a escravatura muitos negros precisaram de refúgio numa comunidade negra até mesmo para sobreviver, além do que, para muitos, era a única possibilidade de preservação da cultura. E o quilombo era esse lugar de refúgio, abrigo, apoio recíproco e possibilidade de preservação da dignidade.”⁵⁹

Portanto, o momento de formação do quilombo não está em discussão: nenhuma área, reconhecida como quilombola, pode ser excluída dos benefícios da titulação definitiva.

Em uma situação tão abrangente, com inúmeras brechas para interpretações, pensa-se logo na facilidade de conseguir o título definitivo. Ledo engano. O processo é lento e demorado. A burocracia acaba protelando a expedição da documentação necessária para que os remanescentes sejam donos de direito das terras que ocupam. No caso do Trombetas, até a Fundação Cultural Palmares criou empecilhos:

“Quando o processo já estava bem adiantado, a Fundação Palmares, na época, entrou com um protesto, uma ação contra a nossa titulação. Eles diziam que a gente não podia titular porque não havia laudo antropológico. Pra que fosse comprovado que as comunidades eram realmente remanescente de quilombo precisaria que tivesse livro de História que contasse isso. Precisa de ter laudo antropológico, que esse laudo tinha que ser feito pela Fundação Cultural Palmares. Então foi quando a gente tava praticamente encaminhando, começamos ter esse problema, nós teve que batalhar de novo pra conseguir provar pro Governo Federal que a gente era remanescente de quilombo. Inclusive, os livros de alguns historiadores, inclusive do Eurípedes na época, acabou dando apoio, conseguiu mostrar.”⁶⁰

Os negros sempre viveram constrangimentos quando tentavam discutir com o Governo Federal a questão da terra, como se pode constatar no resumo

⁵⁸ BANDEIRA, Maria de Lurdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵⁹ RUTHENBURG, Wallter Claudius. O processo administrativo relativo às terras de quilombos: análise do Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. Op. Cit., p. 18.

⁶⁰ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, Julho de 2002.

da Comissão Provisória dos Quilombos, que, no dia 20 de novembro de 1995, entregou ao Presidente da República um documento, reivindicando uma política para assegurar os direitos dos quilombolas:

“(...) nenhuma providência foi tomada. Diante da situação foi solicitado uma audiência com o Presidente da República que determinou que o Ministro da Justiça recebesse a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Negras Rurais. Mas sem explicação prévia o grupo, que se deslocou para Brasília de várias partes do Brasil com muito esforço e recursos próprios foi recebido pelo chefe de gabinete do Ministro da Justiça que não tinha autoridade para responder a nenhum dos pedidos. Aliás, sequer conhecia o documento das comunidades negras rurais, que lutam pelo direito de permanecer nas terras que herdaram de seus antepassados.”⁶¹

Titular várias comunidades também foi uma estratégia inovadora dos diretores da ARQMO para fugir da lentidão nos processos realizados individualmente, como aconteceu com a Boa Vista, que esperou sete anos. A ARQMO cada vez mais incentiva e apoia as comunidades que desejam trabalhar coletivamente, pois o mecanismo atende aos seus interesses:

“As terras de quilombo têm sido regularizadas através de títulos coletivos, outorgados em nome de associações das comunidades. Este procedimento dá-se em razão do fato dos remanescentes de quilombos ocuparem suas terras através do sistema de uso comum. Neste sistema, a terra é concebida como uma base física comum, essencial e inalienável, sendo ocupada conforme regras consuetudinárias que incluem laços de solidariedade e ajuda mútua”.⁶²

A partir desse contexto, deve-se visualizar a fundação da ARQMO como a tentativa de organizar e mobilizar os remanescentes, para fazer valer direitos constitucionais garantidos pelo artigo 68 e enfrentar as pressões dos grupos econômicos (públicos e privados) que operam no município de Oriximiná. Inclusive, uma das grandes vitórias da entidade foi contribuir, juntamente com a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, para a paralisação da construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Porteira, já se utilizando do referido artigo constitucional.

A concessão de exploração do potencial energético das cachoeiras do Trombetas (e afluentes) e a liberação para erguer uma barragem haviam sido

⁶¹ *Relatório Audiência da Comissão nacional Provisória dos Quilombos no Ministério da Justiça*. Brasília, agosto de 1996.

⁶² ANDRADE, Lúcia. *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas: zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru*. ARQMO, CPI-SP, EMBRAPA, 2000, p. 10.

concedida à ELETRONORTE, porém, no momento em que foi promulgada a constituição de 1988, o relatório de impacto ambiental não foi aprovado em audiência pública, realizada em Oriximiná. A partir desse fato, a ARQMO começou a utilizar o próprio artigo 68 como bandeira de luta contra a ELETRONORTE e demais empresas que estavam se instalando no Alto Trombetas, na década de 1980.

“Em julho de 1989, havia um movimento do sindicato, igreja, associação de bairros, todo movimento popular daqui de Oriximiná, numa briga acirrada contra a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Estava no auge essa discussão. Então a gente tava metido no meio dessa briga, puxado pela Igreja, o sindicato. Foi em outubro de 88, mesmo ano que aconteceu o primeiro encontro, se promulgou a nova Constituição brasileira com a questão do Artigo 68. Então já se tentou usar o artigo 68 para garantir a não construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. A idéia seria dizer que apesar do artigo não ser ainda aplicado, [...] era uma força pra gente brigar contra a construção da Hidrelétrica. Ainda não se pensava nada com relação a organização de quilombo, a idéia era aproveitar que a gente era quilombola e tinha um Artigo na lei e aproveitar essa lei pra barrar a construção da hidrelétrica.

No Encontro, em julho de 89, já se discutiu muito essa questão da hidrelétrica e já se começou pensar de como mesmo buscar esse título, porque a lei garantia que a terra era propriedade nossa.”⁶³

Como a área que seria inundada pela barragem incidia sobre “terras de pretos”, o artigo 68 passou a fazer parte das ações políticas dos remanescentes, mesmo antes de ser aplicado pelo Poder Público. A partir desse momento, a ARQMO e as comunidades começaram a se preparar para solicitar os títulos definitivos de posse.

A Boa Vista, primeira comunidade a ser titulada, teve o documento entregue somente em 1995, depois de sete anos de muito trabalho e de uma série de avanços e retrocessos vividos pela ARQMO. Ficou evidente a ingerência do Estado com relação ao assunto. Não é interessante para Governo expedir tais documentos, uma vez que esse processo vai de encontro aos projetos dos grupos empresariais que hoje atuam nessa parte da Amazônia.

Para os coordenadores da ARQMO, conseguir resultados positivos, depende do grau de organização e do empenho em fazer valer o direito constitucional. Quando a primeira titulação foi expedida, teve-se a certeza da valida-

⁶³ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

de de sua luta e de que todo o trabalho não havia sido em vão, mas estava só começando. Essa foi, e continua sendo, a grande meta da Associação, pois ainda existem comunidades sem os direitos reconhecidos, como é o caso do Moura e das comunidades do Alto Trombetas. Somente em 1995 aconteceu a primeira titulação definitiva em nome da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, sendo que demais processos avançam por pressão da (ARQMO) e seus colaboradores, como a Comissão Pró-Índio-SP.

Hoje, há outras terras tituladas também no Estado do Pará como a Comunidade Pacoval (município de Alenquer) e Baião. Ainda no município de Oriximiná, a titulação das áreas Trombetas (Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá) e Erepecuru (Acapu, Varre Vento, Boa Vista do Cuminã, Jauari, Espírito Santo, Araçá, Pancada) tornou-se inédita, pois essas localidades receberam, cada uma, um único título, fato motivado pela utilização coletiva desses espaços (vide mapa 3).

Nesse caso em que várias comunidade recebem o título, reaparecem características claras das peculiaridades nos modos de vida dos grupos negros afro-brasileiros na Amazônia, acostumados a utilizar extensas áreas coletivamente, para desenvolver atividades como o extrativismo, a caça e a pesca. A coletividade ainda é um elemento vivo, trazido dos tempos dos mocambeiros, pouco acostumados a delimitar um espaço definido para suas atividades.

O fato das terras não poderem ser loteadas e o documento de titulação ser feito em nome das associações comunitárias tem gerado discussões acirradas. Os conflitos são constantes, inclusive entre as famílias remanescentes. Deve-se esclarecer que há uma miscigenação nas comunidades e que as tensões figuram como mais graves entre as famílias não-remanescentes. Essas pessoas, mesmo vivendo de acordo com as práticas culturais dos quilombolas, pensam em sair da comunidade e, nesse momento desejam fazer dinheiro com a venda da propriedade que consideram sua:

“A opção pela titulação individual foi verificada principalmente entre as famílias não-remanescentes de quilombos que residem na área. Estas são pessoas vindas de outras regiões e que, ao longo dos a-

nos, foram estabelecendo-se nesta área, muitas vezes com o consentimento dos próprios quilombolas.”⁶⁴

Segundo a coordenadoria da CPI-SP: “As regras de uso comum do território quilombolas incluem a proibição de venda da terra e da destruição dos castanhais. Neste sentido, sempre existiu uma resistência à criação de gado.”⁶⁵ A pecuária, além de ser uma atividade estranha às comunidades, acaba trazendo destruição do flora local, pois dependem de pastagens, trazendo invariavelmente o desmatamento.

A preocupação com a natureza, a cultura, os aspectos sociais e com a prática de atividades que não degrada o meio ambiente está inserida no título recebido pelas comunidades:

“O imóvel destina-se as atividades agroextrativistas, agropecuárias e de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a auto-sustentabilidade das comunidades remanescentes beneficiárias objetivando a sua preservação em seus aspectos sociais, cultural e histórico, segundo o disposto nos art. 215 e 216 da Constituição Federal.”⁶⁶

Para tanto, é criado pelo Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da portaria n.º 307, de 22 de novembro de 1995, sob a direção de seu presidente, Francisco Graziano Neto, o Projeto Especial Quilombola, para garantir a manutenção da sobrevivência nas terras tituladas, com o devido respeito e garantia da continuidade de atividades economicamente lucrativas, mas também de acordo com as tradições dos remanescentes, que sempre optaram por atividades sem maiores danos ao espaço natural. O projeto tem o objetivo de atender às comunidades, de acordo com seus modos de viver e utilizar a terra, a floresta e demais recursos da fauna e flora, conforme está exposto na portaria 307:

“O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA;
CONSIDERANDO que as ações de Reforma Agrária conduzidas pelo Estado visam a promoção plena do homem, preservando seus valores sociais e culturais, integrando-o às peculiaridades de cada regi-

⁶⁴ ANDRADE, Lúcia. *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas: zoneamento agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru*. Op. Cit., p. 11.

⁶⁵ Id. *Ibidem*.

⁶⁶ Cláusula Segunda do Título de reconhecimento de Domínio que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) outorgam à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Jarauca e Terra Preta II (Área Trombetas).

ão, propiciando uma relação racional e equilibrada nas suas interações com o meio-ambiente, RESOLVE:

II. Facultar a criação do Projeto Especial Quilombola, em áreas públicas federais, arrecadas ou obtidas por processo de desapropriação para tender aos casos de comunidades remanescentes de quilombos com Títulos de Reconhecimentos expedidos pelo INCRA;

III. Recomendar que os Projetos Especiais sejam estruturados de modo a não transigir em relação *'status quo'* das Comunidades beneficiárias, em respeito às condições suscitadas pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigos 215 e 216 da Constituição Federal.⁶⁷

Pela portaria, as áreas agraciadas com os incentivos precisam ser *reconhecidas e tituladas* pelo INCRA. Ainda que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) atenda especificamente às comunidades remanescentes, os artigos 215⁶⁸ e 216⁶⁹ da Constituição Federal reforçam a inclusão dos afro-brasileiros em programas que estimulem investimentos econômicos, visando a proteção de modos ancestrais de viver e trabalhar.

Por conta de Boa Vista ser a primeira comunidade titulada, atendendo ao disposto no artigo 68 do ADCT (1988), com um título expedido pelo INCRA (20 de Novembro de 1995), foi a primeira beneficiada por programas dirigidos a essas comunidades. Assim, através da Portaria INCRA/P/N.º 314, de 24 de novembro de 1995, criou-se o Projeto Especial Quilombola Boa Vista, com as seguintes atribuições:

“O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria INCRA/P/N.º 307/1995;

CONSIDERANDO que é necessário a concessão de apoio logístico as comunidades remanescentes de quilombos que tenham suas áreas ocupadas, reconhecidas e tituladas pelo INCRA;

RESOLVE:

I. Criar o PROJETO ESPECIAL QUILOMBOLA BOA VISTA, Código Sipra PA - com área de 1.125,0341 há (Hum mil, cento e vinte cinco hectares, três ares e quarenta e um centiares, no Município de Ori-

⁶⁷ PORTARIA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, N.º 307, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995.

⁶⁸ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das cultura populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

⁶⁹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

ximiná, Estado do Pará, tendo em vista atender 112 famílias em regime de exploração comunitária de atividades agrícolas e extrativistas;

II. Determinar que o PROJETO ESPECIAL QUILOMBOLA BOA VISTA seja estruturado e implementado pela Superintendência Regional do Estado do Pará, em articulação com a Diretoria de Assentamento do INCRA, com a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista – ACRQBV e Entidades Governamentais e não Governamentais, envolvidas com a questão dos remanescentes de quilombos.⁷⁰

O projeto visa a auxiliar os remanescentes em atividades produtivas, para estas se tornarem auto-sustentáveis, explorando o potencial econômico das comunidades. A assistência técnica aplicada tem por objetivo aperfeiçoar as atividades desenvolvidas tradicionalmente e busca-se encontrar outras formas de renda nas comunidades, diminuindo a dependência, no caso do Trombetas, em relação à Mineração Rio do Norte.

A verba disponibilizada pelo Projeto Quilombolas é para ser investida em compra de sementes, ferramentas e meios de transporte para o escoamento da produção: “O empréstimo é conseguido para as famílias através da associação da comunidade. Trata-se de um empréstimo que tem condições especiais, pois o juro é bem baixo e ele pode ser pago em muitos anos.”⁷¹ No entanto, é preciso tomar cuidado, pois se os investimentos não derem resultados e a dívida não for paga, a comunidade perde credibilidade, como já é uma preocupação na Boa Vista. A comunidade do Moura, sem a titulação, ainda não foi agraciada com os empréstimos do projeto.

Também na Boa Vista, em 2002, numa parceria do Projeto Especial Quilombola, Mineração Rio do Norte e Prefeitura Municipal de Oriximiná, começou a construção de uma agrovila, que teria rede de esgoto, água e energia. Inicialmente, deveriam ser construídas 120 casas para substituir aquelas construídas ao longo dos anos pelos ribeirinhos. Mas, como todo trabalho dessa natureza, que não leva em consideração os hábitos tradicionais dos ribeirinhos, acostumados a ter sua residência próximo ao rio, essa iniciativa despertou muitas críticas, inclusive, dentro da comunidade. As primeiras 20 casas foram construídas no alto de um barranco, modificando a estrutura tradicional da co-

⁷⁰ PORTARIA INCRA/P/N.º 314, de 24 de novembro de 1995.

⁷¹ Cartilha - *Minha terra, meus direitos, meu passado, meu futuro*. ARQMO e Comissão pró índio de São Paulo, p. 28.

munidade e dificultando a locomoção para os velhos. Todos os moradores fizeram inscrição para ganhar casa, mas muitos afirmam que jamais vão abandonar o antigo local de moradia. Em 2003, o INCRA, responsável pelo empreendimento, fez as vistorias e constatou as irregularidades na obra, paralisando a construção das demais casas.

Entretanto, nem todas as comunidades podem dispor desses benefícios, sendo o caso das comunidades nas áreas da Floresta Nacional (FLONA) e Reserva Biológica (REBIO), que ainda lutam para adquirir seu título. Nesses casos, o Governo Federal não reconhece o direito constitucional e cria uma série de obstáculos, como é o caso da Comunidade do Moura, que fica dentro da FLONA.

De acordo com os analistas ambientais do IBAMA, não existe nenhum projeto para desmembramento das terras reivindicadas pelos remanescentes e que são incidentes em áreas da FLONA e REBIO da região. Algo nesse sentido precisaria passar pelo Congresso Nacional, como a lei que criou as áreas protegidas. Questionados sobre a possibilidade de haver uma mudança da categoria REBIO para Reserva Extrativista, a resposta também foi negativa.⁷² Assim, o discurso permanece inalterado, como se pode verificar na fala de Gilberto Sales, chefe do Departamento de Unidades de Conservação/IBAMA, em mesa redonda durante a reunião técnica "Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental", promovida pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, em conjunto com o Fórum Estadual das Entidades Negras de São Paulo e a Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, no dia 1.º de abril de 1997:

"No caso do Trombetas, a lei não nos permite simplesmente diminuir a reserva por ato unilateral. A lei nos obriga a submeter um projeto de lei ao Congresso e o resultado disso, até pela característica do Congresso, é difícil de prever. Pode haver uma reação de determinados grupos mais conservacionistas. Vai haver uma briga e é natural que aconteça isso, mas o resultado talvez não seja o que deu origem ao projeto de lei."⁷³

⁷² Ana Carolina Bonifácio da Silva e Carlos Augusto de Alencar Pinheiro, Analistas Ambientais do IBAMA, entrevista, fevereiro de 2004.

⁷³ SALES, Gilberto. Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental. In: *Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1997, p. 42.

O Senhor Gilberto Sales deixa claro que a questão é política, portanto, envolve interesses não somente de conservação da natureza, mas de grupos envolvidos com a terra e seus possíveis usos. É nesse sentido político e de interesse no uso racional da terra que a comunidade do Moura, mesmo ainda não tendo sua área titulada, deixa claro as marcas da "legítima" propriedade desse espaço.

Enfim, o alvo dos problemas continua sendo a terra, questão distante de ser resolvida, dado a complexidade de interesses que cercam a Amazônia. São madeireiros, fazendeiros, camponeses, indígenas, negros e o Governo, nas suas três esferas, todos na tentativa de proteger seus espaços e garantir a produção em suas devidas atividades.

Essas questões estão presentes no cotidiano dos quilombolas do Trombetas, preocupados em garantir a propriedade da terra para que possam permanecer em seus locais. Dessa forma, em suas manifestações pela titulação, os quilombolas insistem "que seja reconhecido e respeitado, no processo de titulação, o seu modo específico de explorar as suas terras,"⁷⁴ argumento que a um só tempo rechaça a presença do novo modelo econômico regional, baseado na exploração mineral, e reafirma uma tradição cultural secular de sobrevivência a partir da utilização controlada dos produtos da natureza. É exatamente nesse contexto que as comunidades negras remanescentes de quilombos tentam estabelecer seus domínios e exercer suas atividades e práticas culturais, demarcando as áreas onde são *senhores do Trombetas*. Mas uma pergunta se coloca: nesse novo contexto, com um espaço limitado, é possível a essas comunidades - "coladas" ao complexo minerador - reviver suas práticas econômicas, o seu mundo do trabalho e as formas de se relacionar com o seu meio ambiente?

⁷⁴ ANDRADE, Lúcia. *Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico*. Op. Cit., p. 81.

CAPÍTULO V

“RIBEIRINHOS TÊM NOVO PADRÃO DE VIDA”.

Capítulo V: “RIBEIRINHOS TÊM NOVO PADRÃO DE VIDA”.

O processo de titulação da Boa Vista marcou a participação pioneira da ARQMO no processo de demarcação das terras quilombolas no Brasil. A escolha da comunidade Boa Vista como a primeira a ser titulada não aconteceu de forma aleatória. É a que está mais próxima do Porto Trombetas e a mais representativa das transformações vivenciadas nas últimas quatro décadas. De uma maneira intensa, Boa Vista foi palco de conflitos, mas também de cooptação por parte do grupo minerador ali instalado para explorar bauxita. Segundo Silvano Silva Santos, coordenador da ARQMO, foi constatado, na Boa Vista, perda de território e de autonomia, causada pela mineradora. Havia, portanto, a necessidade imediata de titular suas terras, pois em pouco tempo a comunidade poderia desaparecer:

“A gente encontrou o impacto da Mineração Rio do Norte com a comunidade Boa Vista. A gente viu que a comunidade muito encostada do Projeto. A Mineração tava [...] colocando a comunidade num novo estilo de vida. A gente tava com o cuidado de não transformar Boa Vista em periferia de Porto Trombetas [...]. Depois de avaliarmos todos os problemas, achamos por bem começar o processo por Boa Vista.”¹

O termo ‘encostada’, nesse caso, ultrapassa o significado de proximidade territorial. A Boa Vista durante muito tempo já vivia numa clara postura de periferia de Porto Trombetas, embora com algumas regalias. Tudo o que a comunidade pedia era prontamente atendido pela mineradora, fato que, mesmo com muitas restrições, ainda persiste, através de doações de material para construção, implantação de projetos sociais e prestação de assessoria em empreendimentos financiados por instituições nacionais e internacionais.

De acordo com coordenadores da ARQMO, a área definida para a preservação ambiental favoreceu o processo de titulação da Boa Vista:

“A Flona quando foi criada, ela excluiu a Boa Vista. Foi excluído da FLONA: a mineração e seu quintal. Como a mineração achou que ia precisar expulsar o pessoal da Boa Vista e ficar com aquela área pra vila dela, do canteiro de obra, aquela área da Boa Vista ficou de fora. Então isso facilitou o trabalho. Facilitou porque Boa Vista ficou no entorno da FLONA, não dentro. Então podia ser titulada normalmente.”²

¹ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

² Anarcino Cordeiro – (Naco) – Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

Sem dúvida, o fato de a área titulada, com a extensão que foi definida pela comunidade, ficar fora do espaço destinado à preservação ambiental e à exploração racional, que em nada afetaria os interesses da mineradora, tal fator favoreceu. Não havia razão para que o Governo Federal e as empresas do complexo minerador colocassem obstáculos ao processo de titulação. A posse da terra por aquela comunidade era a garantia, também, da permanência de uma força de trabalho necessária à MRN. Todavia, isso não diminui o sentido e o processo de organização dos afro-amazônidas do Trombetas, frente ao estranho que ali chegou.

Há um sentido claro na análise do senhor Anarcino, pois a comunidade do Moura, um pouco mais afastada da mineradora, teve sua área englobada na Floresta Nacional, e somente agora iniciou o processo pela titulação de suas terras, sendo uma área superior à reivindicada pela Boa Vista.

Na cláusula segunda do Título de Reconhecimento de Domínio outorgado à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV), consta que, seguindo a “declaração prestada pelo representante da OUTORGADA no mencionado processo administrativo, o imóvel objeto do presente Título destina-se, principalmente, às atividades extrativa e agropecuária.”³

A área titulada de Boa Vista está localizada em região de várzea, na margem direita do rio Trombetas, limitando-se, ao norte, com o rio Trombetas e enseadas do Caripé, Bom Princípio e Patauí; a leste, com o Igarapé Água Fria; ao sul, com o Igarapé Água Fria e Floresta Nacional Saracá-Taquera; e a oeste, com o Igarapé Patauí⁴. O *Título de Reconhecimento de Domínio* não menciona, mas no limite norte também fica a Reserva Biológica do Trombetas, e dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera, ou seja, no limite sul, encontra-se instalado o Complexo Industrial administrado pela Mineração Rio do Norte – MRN.

Com uma área limitada de 1.125,0341 (hum mil, cento e vinte e cinco hectares, três ares e quarenta e um centiares), e a “Capacidade de assentamento de 112 famílias” que residiam na comunidade em 1995, problemas não

³ *Título de Reconhecimento de Domínio que a União Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA outorga à Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo Boa Vista – ACRQBV. Brasília – DF, 20 de novembro de 1995.*

⁴ Idem.

iriam tardar a surgir. Hoje, já são 155 famílias - 950 habitantes. Já não há espaço suficiente para as atividades econômicas preconizadas, não há condições de se trabalhar na comunidade.

Mesmo que fossem apenas as 112 famílias, verifica-se que na terra titulada não é possível desenvolver atividades relacionadas ao extrativismo comercial, pois os castanhais estão na Floresta Nacional, onde a MRN tem concessão de exploração de bauxita. Como esse mineral se encontra no subsolo, os castanhais são derrubados, destruindo, assim, uma das fontes de renda dos remanescentes. Nota-se que há um claro entendimento diferenciado sobre o valor e uso da terra. Nesse sentido, a titulação das terras não foi capaz de impedir o contínuo ciclo de destruição e garantir a exploração racional dos castanhais, um cuidado agora freqüente nos processos de titulação em andamento, o que por certo trará, também, maiores obstáculos a serem superados.

A ARQMO lamenta que a ACRQVB tenha solicitado, no processo de titulação, uma área muito reduzida e condiciona tal decisão à dependência da comunidade em relação à mineradora. O fato de seus coordenadores não desejarem se indispor com a direção da MRN acabou refletindo na decisão de não solicitar uma área maior, pois uma extensão mais ampla atingiria os espaços da mineradora. Soma-se a esse fator, a inexperiência dos remanescentes em demarcação de terras. Segundo Anarcino Cordeiro, *“eles tinham muita chance de ter uma terra bem enorme, bem enorme [...] mas só pegaram um pedacinho, 1125 km de pico que nós fizemos quase num dia só esse pico.”*⁵ Sobre os projetos de desenvolvimento econômico, os coordenadores da ARQMO enfatizam que na Boa Vista *“pelo tamanho da área e o número de moradores tem que se trabalhar projeto alternativo,”*⁶ porque atividades tradicionais, utilizando os espaços naturais, não são mais possíveis:

*“(...) na Boa Vista, não dá, por exemplo, pra viver de extrativismo. Não dá de viver de manejo florestal, tem que pensar uma outra idéia como vem se trabalhando com a criação de tartaruga, criação de peixe, sistema agro-florestal.”*⁷

A comunidade começou a investir em ações agroflorestais, a partir de um projeto aprovado pelo Programa de Demonstra Ação (PDA) do Ministério

⁵ Anarcino Cordeiro – (Naco) – Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

do Meio Ambiente. Nesse caso, os ribeirinhos contaram com apoio técnico e incentivo da MRN, principalmente para o reflorestamento de áreas degradadas com plantas frutíferas, que poderão garantir uma fonte de renda no futuro. Contudo, nem sempre os projetos tiveram a participação da população local e alguns acabaram apresentando resultados negativos.

Por sua vez, a comunidade do Moura, diante das experiências e os caminhos trilhados pela Boa Vista, tem pela frente uma longa batalha para superar os trâmites burocráticos, as intransigências do poderio político e econômico local, as artimanhas e armadilhas, urdidas por essas forças capazes de forjar, e acirrar, os ânimos que permeiam as relações internas, nas comunidades, nem sempre consensuais nesses momentos.

Porém, ambas já vivenciaram - e vivenciam, por serem "encostadas" na mineradora - os impactos sócio-culturais e ambientais, mais do que outras comunidades negras do Trombetas. Impactos marcados pela violência e a restrição aos direitos à terra e a atividades econômicas tradicionais. Práticas às quais os quilombolas buscam resistir, revertendo as situações a que foram submetidos, mesmo que atingindo de forma parcial as suas expectativas. Ainda que hoje os grupos negros tenham mudado, um pouco, essa situação, não dá para subestimar o adversário, o seu poder e o alcance de seus tentáculos.

5.1. Mudanças e Novas Estratégias.

Hoje pode ser verificada uma mudança de atitudes do IBAMA, a casca-vel, em relação aos remanescentes. Há parcerias para aplicação de métodos de utilização sustentável dos espaços e a implantação de programas de educação ambiental nas comunidades. As limitações começam a desaparecer. No trabalho dos castanhais, por exemplo, os remanescentes estão se estruturando, no sentido de aproveitar melhor o período de coleta. A atividade está sendo organizada e monitorada em todos os castanhais que foram liberados pelo IBAMA e a produção é previamente negociada com comerciantes, como Casimiro Florenzano Filho, da cidade de Oriximiná.

No entanto, parecem resistir alguns resquícios das ações do passado. Em nota veiculada no jornal *Folha de Trombetas* e na televisão local, o IBAMA

comunicou que passaria a restringir o trânsito de pequenas embarcações ribeirinhas que não estivessem cadastradas:

“Os moradores das comunidades localizadas dentro e no entorno da Reserva Biológica do rio Trombetas e da Floresta Nacional, bem como as demais pessoas que transitam nessas áreas, devem cadastrar suas embarcações no escritório do IBAMA, na feirinha [em Porto Trombetas]. O cadastramento inclui lanchas, barcos, *casco*s e *canoas*. A partir do dia 20 de maio, as embarcações não cadastradas ou não autorizadas, que forem encontradas fora dos ancoradouros das comunidades ou circulando dentro das unidades de conservação, serão recolhidas aos postos de fiscalização e ficarão retidas até o comparecimento dos proprietários.”⁸

Em nome da proteção contra possíveis impactos ambientais nas Unidades de Conservação, os analistas ambientais parecem agir de forma precipitada, pois os “*casco*s e *canoas*” são movidos por forças motrizes humanas, portanto, não utilizando combustíveis poluentes. No entanto, os agentes incluem no cadastramento tais meios de transporte, típicos das comunidades amazônicas, e os colocam sob ameaça de recolhimento ao posto do órgão. Pergunta-se: e a poluição do rio Trombetas pelos navios cargueiros que se abastecem de bauxita? E a poluição do ar pelo complexo industrial da Mineradora? E a poluição dos lagos Batata e Sapucaá pelos rejeitos da bauxita?

A nota aponta, ainda, uma contradição, pois ao solicitar que os moradores das comunidades dentro da Reserva Biológica - um espaço que por lei não poderia estar ocupado - comparecessem ao posto do IBAMA, indica que, mesmo com toda as formas de repressão, famílias quilombolas ainda continuaram a viver nas áreas da RIBIO e da FLONA. Atualmente, diante dessas posturas, os ribeirinhos se posicionam contrários a ação do IBAMA e exigem maiores explicações.

As comunidades também estão trabalhando no sentido de criar formas alternativas de sobrevivência, como produção de mudas de plantas nativas e de jardins para vender à MRN. Atualmente, recebem maior atenção os projetos para produção de hortaliças, pois estas têm um mercado consumidor garantido em Porto Trombetas. De acordo com Evandro Soares da Silva, assistente de Relações Comunitárias da MRN, a feira livre de Porto Trombetas, construída para os ribeirinhos venderem sua produção, é abastecida por produtores de

⁸ Jornal - *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, n.º 144, abril de 2002.

Santarém, os quais recebem subsídios da empresa. Tal situação, segundo o assistente, demonstra que as comunidades ainda não conseguem suprir a demanda do mercado local. Evandro Soares explica que, culturalmente, os remanescentes não estavam acostumados a produzir um excedente para ser vendido, mas as dificuldades pelas quais estão passando demonstram a necessidade deles começarem a trabalhar nesse sentido.

Esse processo começou, em meados da década de 1990, quando as comunidades em torno da mineradora sentiram cada vez mais dificuldade para conseguir emprego e manifestaram suas intenções de diminuir a dependência em relação à empresa. Começaram a investir na plantação de árvores nativas e frutíferas, como cacau e cupuaçu, em espaços degradados das comunidades. Também foi instalado, com ajuda financeira e assistência técnica da Mineração Rio do Norte, um tanque para criação de peixes e quelônios (tartaruga).

Outra mudança de atitude pode ser vista na relação com os comerciantes que compram a produção de farinha, castanha e demais produtos. Diferente do período em que os regatões percorriam o Trombetas, explorando o trabalho dos negros, hoje, eles viajam até a sede do município para negociar melhores preços e as condições para entregar a produção, como acontece na safra da castanha do Erepecuru. Só depois de vendida é que o comprador vai buscar nas comunidades. Nesse contexto, os ribeirinhos buscam financiamentos do governo, e parcerias com órgãos governamentais e ONG's, a fim de otimizar a produção e aumentar rendimentos, como acontece nessa comercialização da castanha.

5.2. Relação MRN – Comunidades Quilombolas – Boa Vista e Moura

Hoje é perceptível, também, a mudança de atitude da mineradora em relação às comunidades, e vice-versa, marcando a trajetória de conquista tanto da ARQMO como de todos os quilombolas envolvidos nos conflitos de interesses que marcaram as relações entre a MRN, o IBAMA, e os negros do Trombetas. São vistos como avanços os vários convites que os diretores da ARQMO recebem para, junto com a diretoria da MRN, discutirem ações que minimizem os impactos negativos da mineradora nas comunidades. A própria diretoria da associação reconhece que a parceria com a mineradora é válida, e que precisa

ser efetivada em todos os momentos que a empresa quiser ajudar. Contudo, ainda há carência de projetos de impactos positivos, pois a maioria dos que foram implantados até o momento teve resultados negativos. Porque esse é *“um empreendimento, rico, [...] que vai crescer mais com certeza, mas nós queremos que também o nosso povo seja um dos beneficiários desse projeto, que na verdade não está sendo”*⁹.

Essa opinião não é compartilhada por alguns moradores da Boa Vista, para os quais, sem o trabalho social da mineradora, as comunidades passariam por problemas ainda maiores, como aponta um remanescente: *“a Boa Vista, o Moura, que ficam pertinho, eles tem acesso com a Mineração e daí pra cima [referência as comunidades do Alto Trombetas] como não, só tem as dificuldades, é complicado.”*¹⁰

As comunidades das adjacências conseguiram beneficiar-se dos serviços básicos trazidos à região pela mineradora. Ainda que seja uma questão problemática, a empresa acabou substituindo o Estado em serviços como saúde e educação, e até mesmo financiando bolsas para alunos que conseguiram chegar à Universidade, como aconteceu com pessoas da Boa Vista:

*“Porque a Boa Vista é um povoado de 112 famílias [quando foi titulada]. Então a Mineração tem compromisso com essas 112 famílias, não sei aonde eles acharam esse direito ou ela quis, eu acho, dar uma ajuda pra essas 112 famílias. Então essas 112 famílias, eles se consideram cadastrados. É mesmo que um funcionário da Mineração, tem os mesmos direitos, se adoecer aqui eles não tem condições de se tratar, a Mineração manda, por conta própria, pra qualquer lugar que ela tenha acesso. E o colégio também quando termina o segundo grau ela manda [estudar fora]. Já teve duas meninas que terminou o segundo grau e tá fazendo Universidade, a filha do Colé e outra da comadre Ana tão estudando, uma tava pro Rio e a Francinele vai pra Manaus.”*¹¹

No entanto, é preciso manter o sentido crítico em relação às ações implementadas pela mineradora, pois de maneira geral há um retorno social para a empresa, como aconteceu em 1999, quando a MRN recebeu o título de Empresa Cidadã, pelos projetos na área de saúde, educação e pelo

⁹ Daniel Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, fevereiro de 2004.

¹⁰ Idem.

¹¹ Admilson dos Santos, 38 anos, Operador de Equipamento Industrial, entrevista, abril de 2000.

presa Cidadã, pelos projetos na área de saúde, educação e pelo desenvolvimento econômico junto às comunidades negras Boa Vista, Moura e Jamary.

Todavia, essas “aberturas”, de alguma forma, revertem-se em benefícios para a mineradora. Quando um projeto torna-se positivo, ganham tanto os ribeirinhos que lucram com a produção vendida para a própria mineradora, como a empresa, que pode usar esses resultados para melhorar sua imagem como empresa cidadã e demonstrar sua preocupação com as populações locais. Nesse contexto, com os trabalhos desenvolvidos nas comunidades a MRN conquistou o Prêmio ECO 99, concedido pela Câmara Americana de Comércio (AmCham), em São Paulo, na categoria Participação Comunitária.

São essas iniciativas sociais que ajudam a diminuir as críticas sobre os impactos do Grande Projeto Trombetas naquele espaço e sobre as comunidades locais.

5.3. Os Projetos Sociais.

No caso da MRN, ressalta Gláriston Miranda Mello, técnico em Meio Ambiente, essa empresa passou por várias fases na relação com as comunidades da sua área de maior influência. Numa primeira fase, não havia nenhum programa sistemático de prestação de auxílio. Na última década, a mineradora começou a desenvolver vários projetos nos municípios de Terra Santa, Oriximiná, Óbidos e até Santarém, iniciando seu Programa de Responsabilidade Social,¹² exigido pelos investidores e compradores internacionais. Afinal, a empresa tem uma função social, um “compromisso” com a comunidade local, ou não? Não eram esses “sentimentos” que estavam postos pelos preceitos que nortearam a políticas de “integração nacional” para a Amazônia, favorecendo a sua inserção no mundo capitalista moderno? Em todos os projetos a MRN arca com suportes materiais, treinamento e acompanhamento.

É justo, portanto, que a MRN se preocupasse com essas ações sociais, principalmente quando pressionada pelo capital, que faz girar as máquinas que rasgam o solo, lavam, secam e exportam a bauxita. O interessante é que os “projetos sociais” desenvolvidos atendem, em seu todo à demanda da minera-

¹² MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Relatório de Responsabilidade Social*. Porto Trombetas, 2002.

dora, seja quanto à mão de obra ou, em especial, ao abastecimento da vila de Porto Trombetas, reforçando a importância destas comunidades “encostadas”, definindo o lugar de duas realidades sociais bastante distintas num mesmo espaço.

Quadro 7: Projetos da MRN na Comunidade Boa Vista.

PROJETO	OBJETIVO
1. Projeto Mel.	Contribuir com o enriquecimento alimentar e propiciar renda com a venda do excedente em PTR.
2. Fomecimento de Sementes.	Orientar os ribeirinhos para a coleta de sementes e produção de mudas compradas pela MRN para reflorestamento.
3. Projeto Galo.	Incentivar a criação de aves para produção de carne e ovos, para o consumo e comercialização.
4. Cooperativas de Trabalho.	Gerar trabalho para a mão-de-obra das comunidades ribeirinhas.
5. Criatório de Peixes e Quelônios.	Criação de peixes e tartarugas para repovoar o igarapé Água Fria, consumo da comunidade Boa Vista e venda em Porto Trombetas.
6. Casa de Farinha.	Incentivo à produção de farinha na Boa Vista para comercialização em PTR

Fonte: Relatório de Responsabilidade Social da Mineração Rio do Norte, Porto Trombetas, 2002.

Um dos projetos de grande repercussão foi a ‘Casa da Farinha’, contando, no ato de sua instalação com a presença do Governador do Estado, Almir Gabriel. A ‘Casa da Farinha’ tinha por meta abastecer o mercado do Porto Trombetas e o consumo da comunidade, necessitando, portanto, de uma produção elevada capaz de garantir a regularidade no abastecimento. Aí começam as dificuldades: primeiro, porque a comunidade não estava acostumada a produzir em escala comercial; segundo, é uma atividade sazonal; e terceiro, a mais significativa, a área disponibilizada para o cultivo é reduzida, por seu tamanho e por parte da terra se encontrar em várzea. Todavia, as críticas da mineradora foram inevitáveis, ressaltando o desinteresse dos moradores da Boa Vista no desenvolvimento do projeto.

Ao que parece, ao pensar esses projetos, os agentes da mineradora não levaram em conta as reais demandas e os interesses das comunidades. O certo é que todos os projetos fracassaram, sobressaindo um pouco melhor aquele de produção de mel.

Contudo, as explicações para o fracasso são contraditórias e motivo de tensão entre a empresa e a comunidade. Ambos se recusam a prestar maiores esclarecimentos. Do seu lado, a empresa se resguarda na documentação que dispõe sobre a compra de material, dos cursos aplicados e também na divulga-

ção desses projetos, como parte de sua responsabilidade social junto às comunidades.

Pode ser que caso existisse uma definição de planos de manejo comunitário da floresta, o aprimoramento das técnicas utilizadas na agricultura de subsistência e o fortalecimento da capacidade administrativa das comunidades, como vêm sendo propugnados pela ARQMO, houvesse uma maior durabilidade dos projetos e os resultados fossem melhores, como no "projeto mel", que, por conta da sua reestruturação tem perspectivas de vendas lucrativas.

5.4. A Cooperativa da Boa Vista - COOPERBOA.

O projeto para a formação de uma cooperativa prestadora de serviço partiu da MRN, sob a alegação de poder, assim, assinar contratos regulares com os moradores da Boa Vista. De acordo com o Estatuto, a COOPERBOA assume os objetivos de:

- a) fornecer serviços para empresas diversas, situadas no Município de Oriximiná implementando a mão-de-obra de seus cooperados em condições e preços convenientes;
- b) fornecer assistência aos cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho;
- c) organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme as aptidões e interesses coletivos;
- d) realizar, em benefício de cooperados interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
- e) proporcionar, através de convênios com sindicatos, prefeituras e órgão estaduais, serviços jurídicos e sociais;
- f) realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social.¹³

Para os coordenadores da ARQMO (vide fig. 11), a formação de uma cooperativa como a COOPERBOA (vide fig. 12), tem sua importância como fonte de emprego, mas com um viés negativo, porque desvia os trabalhadores para atividades na mineradora, em detrimento dos trabalhos na comunidade:

"A Boa Vista tem uma infra-estrutura e projetos implantados super interessantes. Até a comunidade pode se manter tranqüilamente só que nem sempre a comunidade Boa Vista se liga à questão do trabalho dos projetos. Essa questão é porque grande parte dos moradores da comunidade são funcionários da Mineração Rio do Norte, inclusive a parte que não são funcionários a comunidade criou uma coope-

¹³ COOPERBOA. *Estatuto Social da Cooperboa*. Boa Vista, 1996.



Fig. 11 – ARQMO: Reunião de Diretoria

Foto: Aduino



Fig. 12 – COOPERBOA: Assembléia

Foto: Aduino

*rativa prestadora de serviços. Então a gente observa que ultimamente a comunidade tem vivido de emprego da mineradora.*¹⁴

Segundo Marivaldo de Jesus Rocha, vice-coordenador da ACRQBV, a cooperativa, da forma como foi pensada, podia ser muito positiva, pois sua proposta era manter os remanescentes trabalhando, enquanto outros projetos da comunidade estivessem em fase de montagem:

*"(...) nessa fase de desenvolvimento, a Mineração oferecia trabalho para as pessoas através da cooperativa, por contrato temporário de serviço, porque tem muitos que já tão com idade avançada, não dava pra fichar de carteira assinada.*¹⁵

A MRN garante preferência pela cooperativa na maioria dos contratos temporários, em serviços gerais, em Trombetas. Os contratos são anuais, conforme se verifica num documento de 2003, que detalha a maioria dos trabalhos a serem executados:

- a) Apoio de campo aos pesquisadores: monitoramento de reflorestamento;
- b) Apoio aos trabalhos de campo: arqueológico; inventário florestal e pesquisa ambiental;
- c) Plantio, revegetação Lago do Batata e tanque de rejeito;
- d) Beneficiamento de sementes: viveiro de mudas;
- e) Coleta de sementes para produção de mudas;
- f) Pilotar lanchas e barcos.¹⁶

Inicialmente, participavam da cooperativa, como membros fundadores, trinta pessoas que estavam empenhadas na implantação dos primeiros projetos de criação de peixes, tartarugas, galinhas e plantação na Boa Vista. Como os projetos não avançaram esses cooperados começaram a procurar trabalhos fixos em Trombetas, e assim, deixaram os trabalhos da comunidade e se afastaram da cooperativa.

¹⁴ Anarcino Cordeiro, coordenador de projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

¹⁵ Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, vice-coordenador da ACRQBV, entrevista, abril de 2002.

¹⁶ COOPERBOA-MRN. *Contrato de prestação de serviços para a MRN*. Porto Trombetas, 24 de maio de 2003, p. 01.

Quadro 8: Membros fundadores da COOPERBOA.

NOME	IDADE	E/C	PROFISSÃO
1. Adenildo dos Santos	22	S	Operador
2. Alcendino Clemente de Jesus	53	C	Aux. de Serviços
3. Altino dos Santos Sena	29	C	Op. de Carregadeira
4. Antônio César P. de Jesus	26	C	Op. de Est. Trat. de Água
5. César Pereira de Jesus	53	C	Pedreiro
6. Cleone dos Santos Campelo	22	S	Aux. de Limpeza
7. Clodoaldo Gonçalves Barbosa	26	S	Jardineiro
8. Deodório dos Santos	40	C	Cozinheiro
9. Eluizio Barbosa	52	C	Aux. de Amostra
10. Esmelinda dos Santos	51	S	Doméstica
11. Francisco Pereira dos Santos	41	S	Aux. de Serviços
12. Haroldo Martins de Souza	32	S	Aux. de Serviços
13. Humberto Viana de Sena	56	C	Aux. de Serviços
14. Ilson Santos de Jesus	30	S	Aux. de Caixa
15. João Batista de Souza Anerino	32	C	Carpinteiro
16. José dos Santos	54	C	Carpinteiro
17. José Marcelo dos Santos	57	C	Aux. de Serviços
18. Jucilene dos Santos	29	S	Aux. de Professora
19. Jucirene dos Santos	25	S	Doméstica
20. Lauro Teixeira de Souza	58	C	Jardineiro
21. Lucilene dos Santos	25	C	Professora
22. Manoel Areolino dos Santos	54	C	Aux. de Cozinheira
23. Manoel Edilson Santos de Jesus	29	C	Op. Equip. Mineração
24. Maria da Conceição dos Santos	44	C	Doméstica
25. Maria Pereira de Jesus	52	C	Doméstica
26. Maria Zilda dos Santos Dias	51	S	Doméstica
27. Raimundo Dias Barbosa	50	C	Aux. de Mobilidril
28. Raimundo Pereira de Jesus	35	C	Aux. de Operador
29. Thelma Lúcia dos Santos	27	C	Professora
30. Valério Manoel dos Santos	57	C	Aux. de Serviços

Fonte: Ata de constituição da Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade Boa Vista (COOPERBOA).

O valor estimado no contrato com início em 01-01-2003 e término em 31-12-2003, era de R\$ 90.000,00. O valor pago pela diária chegava a R\$ 32,54. No entanto, a empresa não afirma como certo que utilizará os serviços da cooperativa integralmente, ou seja, paga somente pelo serviço executado, mas mantém os cooperados à sua disposição, ficando ainda a COOPERBOA incumbida de organizar, garantir a segurança dos trabalhadores e:

“Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os seus empregados designados para trabalhar sob presente contratação, bem como pelos recolhimentos relativos a todos os Encargos Sociais e Trabalhistas, eximindo a MRN de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.”¹⁷

¹⁷ Idem., p. 03.

Claramente o projeto, como os demais formulados pela MRN, está direcionado para seu canteiro de obras, não revertendo em vantagens para o trabalhador, e isentando a empresa de garantir serviços como assistência médica e de todos os encargos sociais. Não assegura nem um vínculo de emprego.

A COOPERBOA, ao longo dos anos, tornou-se alvo de críticas, denúncias de fraude, e perdeu alguns de seus associados. Atualmente, passa por um período de crise, com dívidas que colocam em risco de paralisação as suas atividades. Os problemas começaram em 2001, quando, sob a coordenação do Sr. Antônio César Pereira de Jesus, houve a primeira denúncia de mau uso do dinheiro da entidade. Numa Assembléia Extraordinária, em 04-09-2001, Sra. Thelma Lúcia dos Santos Leão, à época vice-presidente da COOPERBOA, falou:

“(...) sobre uma pendência de um saque de dinheiro. Depois a mesma passou a palavra para a Secretária Sra. Eliene dos Santos, que comentou sobre a vida da Cooperboa, um balanço em geral, jurídico, estadual, federal e municipal.

III – Item – Somente a secretária comentou as ordens do dia, comentando sobre destaque de cheques não justificados, saque de dinheiro inadequado para nenhum fim da cooperativa, empréstimos irregulares em nome da entidade, saldos não justificados e gastos inadequadamente”.

Durante essa assembléia entregaram os cargos o Presidente e o Coordenador Financeiro, Sr. Adenildo dos Santos, assumindo interinamente a Presidência a Sra. Thelma Lúcia dos Santos Leão, autora da denúncia, irmã do Sr. Adenildo.

Em 2003, a COOPERBOA teve, mais uma vez, problemas com eleição para diretoria, prestação de contas e atualização do estatuto. Nesse momento, os coordenadores deixam evidente a ingerência da MRN na cooperativa. Indagado pela Senhora Thelma Lúcia sobre o motivo pelo qual não fora feita uma assembléia geral para mudança da coordenação,

“O coordenador explicou que não existia uma cooperativa legalmente registrada em cartório, motivo pelo qual não foi feita a assembléia. Em seguida foi lido demonstrativo de prestação de contas, que não foi aceito pelos presentes.

Em seguida o coordenador falou sobre o estatuto que não está em dia, pois não tem além dos senhores Manoel Edilson e Antônio Cesar, ninguém mais como sócio da entidade e foi dado prazo pela

MRN para que a cooperativa se legalize. Prazo este que vai até 28-02-2003.

Em seguida foi feito o questionamento a respeito da legalização. O coordenador falou a respeito da mudança do estatuto, proposta pela MRN. A assembléia decidiu que o estatuto só pode ser mudado em assembléia geral, por metade mais um dos cooperados e com a participação da MRN.¹⁸

Portanto, a Mineração Rio do Norte, além de propor a criação da cooperativa, formula seu estatuto e tem participação nas principais decisões, o que coloca uma séria dúvida quanto à autonomia dessa entidade.

Hoje, dos sócios fundadores, 30% encontram-se regularmente empregados nas empreiteiras da MRN e não participam mais da entidade, a qual ao longo dos anos foi enfraquecendo e acumulando dívidas, inclusive com a Prefeitura de Oriximiná, dispondo, como patrimônio, atualmente, apenas uma Kombi, avaliada em quatro mil reais, que está colocada à venda, na tentativa, da atual diretoria, de amortizar dívidas que ameaçam fechar a cooperativa.

Em setembro de 2003, alegando problemas na administração a diretoria, provavelmente sob a orientação da MRN, convocou assembléia extraordinária e "os sócios presentes afastaram o Sr. Raimundo Dias Barbosa do cargo de presidente."¹⁹ Na ocasião, tentou-se eleger novo presidente, não sendo possível por falta de quorum.

Nesta mesma assembléia, a secretária da cooperativa, Miracélia Santos de Souza, explicou para os sócios presentes a situação financeira, as dívidas e as pendências judiciais junto à Prefeitura e à empresa que fornece alimentação aos cooperados, e:

"(...) continuou explicando a situação crítica da cooperativa que não andava boa, foi então que nós da direção procuramos verificar todas as pendências que existem para chegar até o ponto de tentar resolver com paciência, quando a mesma já estava até na justiça, colocada pela empresa GR do Brasil."²⁰

Após os comentários da secretária, deu-se apreciação dos sócios, havendo a decisão de estudar punições para os futuros presidentes, responsáveis por irregularidades na administração. Na assembléia seguinte, dia 11-10-2003, foi eleita com 35 votos a favor e 15 contra, a diretoria atual:

¹⁸ COOPERBOA. Ata da Assembléia Geral de 11-01-2003. Boa Vista.

¹⁹ COOPERBOA. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 04-10-2003. Boa Vista.

²⁰ Id. Ibidem.

- a) Presidente: Claudinete dos Santos Cole, presidente;
- b) Vice-Presidente: Heraldo Ferreira dos Santos;
- c) Coordenador Financeiro: Mauro Sérgio Araújo
- d) Secretária: Miracélia Santos de Souza.

Conselho Fiscal:

- a) Marivaldo de Jesus Rocha;
- b) Gonçalves dos Santos;
- c) Gilson Gonçalves dos Santos;
- d) Isaltino Pantoja dos Santos;
- e) Ilson Santos de Jesus.²¹

Atualmente, a cooperativa tem 199 sócios e o padrão de idade não mudou muito. No entanto, aumentaram as exigências dos contratantes. Os trabalhos, agora, direcionam-se para ajudar em salvamento arqueológico, fazer inventário florestal, beneficiar sementes e produzir mudas para reflorestamento. Nesse contexto, os contratantes exigem cada vez mais escolaridade e qualificação ao solicitar mão-de-obra da COOPERBOA. Do total de filiados, apenas trinta estão na ativa, gerando desconfiança de favorecimento. Esse novo fator tem gerado conflitos entre cooperados e a coordenação da cooperativa, colocando a atual diretoria sob suspeita, a qual nega, procurando esclarecer que nos contratos são enumeradas os perfis do trabalhador solicitado. Todos devem atender a um padrão imposto pela mineradora.

O que se pode concluir sobre esse projeto fomentado pela MRN é mais uma vez a sua desconsideração para com as formas de organização das comunidades, e o direito de decisão que deve ser de competência de seus moradores. Ao criar a cooperativa, cria-se, também, outra instância de decisão, já que ali existe a ARQBV. Há, portanto, uma sobreposição de poder, que pode levar ao esvaziamento e perda de significado de uma destas instituições ou estabelecer uma disputa interna, acirrando os ânimos e as divergências entre os membros da comunidade. Isso sem dúvida a enfraquece.

Um outro dado a ser considerado é que a cooperativa, como ela foi pensada, implantada, e gerenciada, além da clara ingerência da Mineradora - agência contratadora e financiadora - a COOPERBOA se caracteriza pelo distanciamento das razões que levaram esta comunidade a se organizar, buscar a suas raízes mocambeiras, na luta pela terra. Os cooperados, ao que parece, não estão preocupados com o que fazer com a terra titulada, a não ser garantir

²¹ COOPERBOA. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 11-11-2003. Boa Vista.

o seu espaço de moradia, já que não podem transferir-se para os canteiros da vila Trombetas.

Neste sentido, as divergências entre a ARQMO e alguns moradores da Boa Vista têm se acentuado ultimamente. *"Pra ser sincero a Boa Vista é uma das comunidades diferenciada das outras comunidades no jeito de viver, no jeito de ser, através da empresa que colocou isso na cabeça das pessoas"*,²² afirma Silvano Santos. Um distanciamento que, por certo, dividirá o movimento quilombola local, o que aos olhos de determinados grupos do poder será interessante.

Quando foi criada a ARQMO, em julho de 1989, dentre as preocupações da instituição já estavam os impactos causados MRN na Boa Vista, pois as transformações vivenciadas pela comunidade não foram positivas:

*"(...) acho que quando se discute este assunto o pessoal da Boa Vista fica muito chateado com a gente, porque o que a gente tem em todo e qualquer relatório ou entrevista, que se pergunte com relação ao impacto do projeto pra Boa Vista a gente observa que foi um impacto muito forte. Não há dúvida de que a Mineração realmente mudou a forma de viver, a forma de cultura da comunidade. Hoje, uma grande preocupação que a gente tem é com relação a esse jeito porque não se investe em nada praticamente. Pessoal tem saúde porque o canteiro de obra da Mineração tá funcionando. Tem uma escola acima de 4ª série porque vai pra dentro da Mineração. O que Boa Vista tem de melhor das outras comunidade? Nada. A resposta é essa, nada. Nada com relação a infra-estrutura - água encanada, energia elétrica, transporte - praticamente todas as comunidades tem. Então, a única diferença é que a Boa Vista pode usar telefone celular, por causa da torre que tá lá perto e as outras comunidades não podem. (...) O pessoal da comunidade Boa Vista tem melhor qualidade de vida porque todo mundo vive empregado, ganha bem dinheiro e tal."*²³

Nesse caso, as mudanças positivas estão condicionadas à permanência da empresa naquele espaço. No entanto, as críticas da ARQMO não são bem vistas pelos moradores da comunidade, que ficam *chateados* quando se tenta conversar sobre mudanças nesse processo, no entanto acrescenta Silvano: *"se for ver a Boa Vista tem um investimento, tem dinheiro melhor, mas na questão cultural se a Mineração fechar a porta amanhã a comunidade corre o risco de se uma das piores na questão social."*²⁴

²² Anarcino Cordeiro, Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

²³ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

²⁴ Idem..

Assim, apesar de a ARQMO ser reconhecida como representante legal dos grupos remanescentes, com a Boa Vista o relacionamento é tenso. Os coordenadores da instituição criticam o marasmo da comunidade, que se deixa conduzir pela mineradora, acreditando que os empregos em Porto Trombetas são garantias de independência econômica:

“Então na mente deles é emprego, é trabalha na obra, é fazer serviços de limpeza urbana, nas casas então é isso e pra manter eles lá juntos eles não vão pescar, não pescam mais, não caçam, dificilmente pescam e caçam. Então é só da compra. Então, para manter uma [vida] daquela que e muito alto o custo, eles têm que ficar dependendo da firma pra poder agüentar. É 15 reais, 25, 30 uma diária deles lá dentro do canteiro da mineração por dia. Então aquilo até dá pra eles comerem e comprar alguma coisa.”²⁵

Nessa perspectiva, os coordenadores da Boa Vista acabaram se afastando da ARQMO. Fato lamentável, pois a comunidade ficou politicamente isolada e a cada dia aumenta sua dependência em relação à mineradora.

A maior articulação com a ARQMO poderia ser a solução para resolver as divergências entre os moradores, os quais vivem em constante conflito pela coordenação da comunidade e dos projetos que estão sendo desenvolvidos. A falta de entrosamento entre a ACRQBV, COOPERBOA e ARQMO inviabiliza investimentos econômicos, inclusive da mineradora, pois a ausência de consenso na aplicação dos recursos acaba enfraquecendo suas reivindicações:

“Há uma preocupação nossa com relação a Boa Vista que é uma comunidade que está próxima da mineração e podia se organizar para conseguir muitos recursos pra comunidade, pra ela crescer e na verdade isso não está acontecendo.”²⁶

Visivelmente está acontecendo o contrário. A proximidade com a mineradora tornou os moradores uma força de trabalho sempre disponível para atividades braçais, o que estagnou a comunidade economicamente, preocupando ainda mais a ARQMO:

“(...) porque as outras comunidades conseguem viver com dificuldades, mas tem aquela cultura, aquele modo de viver, para eles tanto faz a Mineração ir embora como não. A única diferença que faz é que o imposto de Oriximiná diminui e a infra-estrutura que a Prefeitura tem apoiado vai deixar de apoiar, mas o pessoal consegue viver tranquilo. Agora na Boa Vista o impacto é muito pesado, muito. Nas outras comunidades o pessoal trabalha em roça, vai pescar, vai ca-

²⁵ Anarcino Cordeiro, Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

²⁶ Daniel Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, fevereiro de 2004.

*çar, tira castanha, viaja - quanto o lugar é perto - de remo. Não põe dificuldade. O pessoal da Boa Vista não gosta de remar, tem que ser de lancha ou no mínimo tem que ser de barco. Ninguém pesca (riscos). Não é exagero é real.*²⁷

Pela falas dos coordenadores da ARQMO percebe-se o nível de tensão estabelecido entre a comunidade e a entidade, no entanto, ressalta-se que essas transformações atingiram uniformemente os moradores da Boa Vista. Pois, com exceção de cinco pessoas que são empregados regulares da Mineração Rio do Norte, a grande maioria encontra-se prestando serviço temporário nas empreiteiras ou como diarista nas casas da vila de Porto Trombetas.

Assim, houve um deslocamento no trabalho das atividades extrativistas tradicionais para a indústria extrativa mineral. As “profecias” dos grandes projetos se cumpriram. O tempo do trabalho agora é o outro – o do capital. Este talvez seja o maior impacto vivenciado pelas comunidades quilombolas do Trombetas, em especial as “encostadas”.

5.5 Tempo e Trabalho – do extrativismo ao capitalismo.

Para as comunidades quilombolas, a terra sempre foi um patrimônio mantido como fonte de sobrevivência, espaço de lazer, sociabilidade e de lembrança dos ancestrais. Os negros não a viam como uma propriedade privada, até porque eram raros os casos de venda de propriedade. As pessoas não sentiam necessidade de sair do local de moradia. A terra era um bem comum, para usufruto durante o tempo em que estivessem naquele lugar. E mais, o valor de uso estava nos frutos fornecidos pela terra - no produto do extrativismo, como da castanha-do-pará, recolhida nos diversos castanhais da região – e nos pescados dos rios e lagos.

Antes da instalação da mineradora, a realidade era de tranquilidade e a produção (seja agrícola ou extrativista) destinava-se para subsistência da família. A preocupação capitalista de produzir para vender em grandes quantidades, a fim de gerar acumulação de recursos, praticamente não existia, *“porque também nós não usava dinheiro todo dia, nós não precisava de gastar dinheiro todo dia, porque nós não comprava farinha, não comprava comida, não com-*

²⁷ Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

*prava nada.*²⁸ A vida tinha o ritmo imposto pelos moradores e não pela ação de agentes externos. O próprio tempo era medido de outra forma: havia o tempo da colheita da castanha, da cheia, da vazante, enfim, trabalho e descanso não estavam ligados ao relógio de uma mineradora e a seus rígidos horários de entrada e saída do local de atividade, como atualmente acontece.

Os quilombolas seguiam uma dinâmica, visualizada na perspectiva do que Thompson conceituou como “*orientação pelas tarefas*”, que mantém três pressupostos básicas:

“Primeiro, há a interpretação de que é a mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum, parece haver pouca separação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contraí segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o ‘passar do dia’. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.”²⁹

Com a mineradora, o sistema de trabalho foi mudando. Assim, nessa nova configuração econômica, as formas de vivência, até então seguidas, sem urgência e rígida marcação de tempo, tais formas de vivência não podiam ser mantidas. Entram em choque o tempo do empregador e o tempo dos ribeirinhos, agora recrutados, pela sociedade capitalista, onde:

“Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.”³⁰

Agora não é mais o solo, ou o que está acima dele que importa e tem seu valor reconhecido. O subsolo e a riqueza mineral nele guardada será o alvo de exploração. As castanheiras não têm importância para a mineradora e são derrubadas, ou seja, tudo sobre o solo perdeu importância em relação ao subsolo. Os lagos, os igarapés e rios da área da FLONA, onde ficam as minas

²⁸ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

²⁹ THOMPSON, E. Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 271-272.

³⁰ Idem., p. 272.

de bauxita, todos estão num processo de degradação ambiental, principalmente pelos rejeitos do minério. O uso da terra, o ritmo e o tempo do trabalho são outros.

Dentre as transformações ocorridas nas comunidades, destacam-se as mudanças nas relações de trabalho e na utilização e marcação do tempo, que passam a ser vivenciados a partir da lógica da mineradora, seguindo o padrão capitalista de produção. Assim, as novas orientações mexem com as dinâmicas das pessoas e o "tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador."³¹

"Olha, nós não produzia muita coisa, nós vivia mesmo era da pesca, da caça, não pra negociar, mas pro nosso alimento. Porque naquele tempo nós não tinha necessidade de vender, mas a gente também não tinha necessidade de comprar como hoje. Então nós paramos de produzir a caça, o peixe pro nosso alimento, hoje, nós tá comprando. Aqui na Boa Vista, todo mundo, se quiser comer ele tem que ir comprar na Mineração. Todo mundo, é amanhecer o dia se ele não for comprar um frango, um peixe na Mineração, uma carne de gado, ele não vive. Não come, porque hoje nós vive, o pessoal da Boa Vista, só comprando comida na Mineração, então isso foi uma coisa que mudou muito e piorou pra nós."³²

Pela fala do senhor José dos Santos, percebe-se a tranqüilidade perdida e as necessidades impostas aos ribeirinhos, os quais passaram a consumir até frango comprado nos comércios instalados em Porto Trombetas, contrariando formas ancestrais de sobrevivência, baseadas na pesca e caça. Pensado como um espaço farto em peixes e quelônios e com uma exuberante floresta, não haveria a necessidade de viver comprando alimentos. Contudo, essa modificação da realidade local pode ser vista claramente na Boa Vista. Pela manhã, é possível ver o trânsito de canoas que descem o rio até Porto Trombetas (P-TR). Lá, as pessoas trabalham como diaristas, compram os produtos necessários para alimentação da família e voltam para casa.

Os negros tiveram o "estilo de vida" modificado assim enfatiza o jornal *Folha de Trombetas*, em sua edição de número 49, em outubro de 1992.

"Além da existência do Complexo, que proporcionou aos ribeirinhos o conhecimento de outras formas de trabalho, mais leves na opinião de alguns deles, o convívio com as pessoas das cidades, e a criação da Floresta Nacional e da Reserva Biológica do Trombetas, foram fato-

³¹ Id. Ibidem.

³² José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

res importantes que influenciaram a mudança no estilo de vida dos moradores ribeirinhos.”³³

A matéria com o sugestivo título de “*Ribeirinhos têm novo padrão de vida*” é ilustrativa das transformações que aconteceram nas comunidades por força da mineradora e dos agentes do Governo Federal, como é o caso do IBAMA. O próprio jornal dimensiona essas mudanças, ao enfatizar que o trabalho na roça, coleta de castanha e pesca são atividades do passado. O trabalho na mineradora passou a ser sinônimo de vida mais “fácil e segura”, de acordo com a matéria:

“Hoje, os tempos são outros. Com o crescimento das cidades da região, a instalação do Complexo industrial da Mineração Rio do Norte e a política ambiental do país – com a criação da Floresta nacional do Saracá-Taquera e da Reserva Biológica do rio Trombetas, limitando a caça e a pesca – esses remanescentes de quilombos começaram a mudar o seu estilo e passam a almejar um outro parâmetro de vida: o das cidades. Os que estão nas proximidades do Complexo, preferem trabalhar em Porto Trombetas: na Mineração, em empresas contratadas ou em casa de família como diaristas.”³⁴

A preferência por trabalhos em PTR está associada à ausência de trabalhos na comunidade e à necessidade de dinheiro para manter o custo de vida que foi completamente alterado. Essa é uma das questões que devem ser enfatizadas em vários momentos, pois, antes das transformações às quais a *Folha de Trombetas* se refere, não havia na Boa Vista a preocupação capitalista de produzir para vender. Esse é um fato interessante, porque costuma-se dizer que os negros em geral são muito preguiçosos. A explicação coerente não existe e será difícil explicar ou fazer as pessoas da própria região entenderem que são modos diferenciados de viver.

Com a chegada da mineradora, vai haver uma inversão nessa ordem e um incremento nas atividades de exploração extrativista. Enquanto os castanhais passam até dois anos sem produzir, na mineradora as atividades são ininterruptas por 24 horas, durante o ano inteiro. Todavia, são nas relações de trabalho e nas atividades econômicas que as transformações são mais sentidas. Agricultores, pescadores e extratores tornam-se diaristas ou empregados com carteira assinada.

³³ Jornal - *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, outubro de 1992, n.º 49, p. 12.

³⁴ Idem.

Sem dúvida, dentre as mudanças verifica-se a relação com a produção. A partir do momento em que começam os trabalhos dentro da mineradora, as pessoas tenderam a abandonar a roça, porque, "por natureza", é uma atividade que exige habilidade e força, e também tem um prolongado tempo de espera. Dessa maneira, deixar "esse serviço" não foi *difícil*, pois no início da instalação da empresa, conseguir trabalhar "fichado" (com carteira assinada) era muito *fácil*. Entretanto, fazer o caminho de volta significa um processo de readaptação que nem sempre os remanescentes estão dispostos a realizar:

"(...) quando o cara se acostuma aqui [na mineradora], ele fica preguiçoso, pra topar um prêmio daquele vai ser difícil. Porque a maioria do pessoal que mora lá [na Boa Vista] já não mexe mais com roça, eles quase todos compram farinha aqui. E lá tem tudo, tem uma fábrica de fazer farinha, tem tudo industrial, mas ninguém faz."³⁵

Com a instalação da MRN muitos moradores do Moura foram trabalhar na empresa. Atualmente, dez pessoas estão empregadas nas empreiteiras e os demais, tal como acontece na Boa Vista, trabalham como jardineiros, faxineiras e domésticas nas residências em Porto Trombetas. Porém, não há um empregado diretamente na Mineração Rio do Norte. A questão do emprego em Porto Trombetas é dúbia, porque se de um lado é a única fonte de renda na região, em virtude das restrições de utilização da floresta e do rio, o trabalho na indústria desencadeia um mecanismo freqüente de abandono das atividades nas comunidades. Tal fato ocorreu com maior intensidade na Boa Vista, mas começa a mostrar sinais também no Moura, como enfatiza seu coordenador, em 2002, durante entrevista na sede da MRN:

"Cada dia que passa as pessoas se tomam mais dependentes do emprego aqui. O emprego é bom? É. Mas em recompensa as pessoas ficam sem cultivar a terra deles, ficam sem plantar uma macaxeira, uma mandioca, isso faz com que ele passe a comprar tudo, o peixe, a farinha, a macaxeira. E quando ele sai daqui, ele já deixou de fazer lá. Quando ele sai daqui, vai ter dificuldade para sustentar a família."³⁶

Os trabalhos em PTR são os mais diversos e sempre de baixa qualificação. Os homens ainda não empregados nas empreiteiras prestadoras de serviços à mineradora fazem trabalhos de jardinagem, enquanto as mulheres

³⁵ Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador de Equipamento Industrial. Funcionários da MRN, entrevista, julho de 2000.

³⁶ Manoel Lucivaldo Siqueira, 26 anos, Professor (Coordenador do Moura), entrevista, agosto de 2002.

lavam e passam roupas ou fazem faxinas. Esse trabalho de diarista nas casas dos funcionários da mineradora tornou-se a fonte de renda mais segura para os ribeirinhos.

A Boa Vista, durante a maior parte do dia, parece uma vila fantasma: casas fechadas e poucas pessoas circulam na comunidade. Somente os idosos e as crianças, quando não estão na escola, podem ser vistos nos quintais e na beira do rio. Por conseguinte, a comunidade perde com a ausência daquelas pessoas que trabalham na mineradora e abandonam as atividades. A entrevista da remanescentes da Boa Vista, Almerinda Jesus dos Santos e Hilda Jesus Rocha, é ilustrativa desse processo:

"Com o Trabalho em PTR elas acabam não participando muito da vida da comunidade, e Hilda afirma que os moradores de lá (Boa Vista) trabalham para cá (Trombetas). Segundo explicam, os ribeirinhos preferem trabalhar em Trombetas, não criando nem galinha por lá (nas comunidades)."³⁷

De forma geral, essa é a realidade presenciada na Boa Vista. As ações do Projeto Trombetas e do Governo Federal demonstraram-se danosas para os grupos negros, pelo fato de ambos não respeitarem formas de viver baseadas na utilização racional da natureza e de um outro relacionamento com o espaço. Diante das proibições do IBAMA, os negros deslocaram-se da comunidade para Porto Trombetas em busca de emprego.

"Olha tem umas especificação, as mulheres geralmente elas passam roupa, a maioria do pessoal trabalha em jardim. Agora tem um quarto da população da área que trabalha fichado [com carteira assinada], mas isso é o mínimo que trabalha fichado. Ela [a mineradora] não abre aquele espaço, por exemplo, surge muito emprego que ela devia dar oportunidade pro pessoal daqui, que tem pessoas competentes aqui. Tem pessoas competentes pros trabalho que às vezes surge a vaga. Ela deixa de pegar um daqui pra pegar de fora, manda chamar, coloca aviso nessas outras cidades, aí a pessoa vem pra trabalhar. E ela não abre espaço pra que o daqui possa trabalhar lá."³⁸

Hoje, de seus 1000 empregados apenas cinco são de Boa Vista. São eles: Amilson Figueiredo Santos, Edson Manuel dos Santos, Lázaro de Jesus dos Santos (operadores de equipamento industrial), Lázaro de Jesus dos Santos (soldador) e Zivaldo Viana (planejador). Este o único a ocupar um cargo de "confiança". Os demais estão em atividades operacionais, onde o tempo de

³⁷ Jornal - *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, outubro de 1992, p. 12.

³⁸ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, setembro de 1999.

serviço e a prática são os critérios básicos para mantê-los nesses postos. Todos os cinco funcionários têm casa em Porto Trombetas e raramente frequentam a comunidade. Nesse caso, a exceção fica com o Admilson, pois *“quase todo fim de semana eu vou lá”* para visitar a mãe e descansar durante as folgas, mas não participa de nenhuma atividade dentro da comunidade.

Enfim, as mudanças para os remanescentes não aconteceram apenas na troca de trabalho, mas, também, na mentalidade. Por exemplo, vivenciando a realidade da mineradora, os filhos dos remanescentes passam a desejar modos de vida não condizentes com a realidade das comunidades. Para tanto, procuram empregos em Trombetas e, se conseguem, vão viver sob o controle da mineradora; quando perdem o posto de trabalho, na maioria dos casos, não voltam a residir na comunidade:

“Olha, eu não voltaria a morar na Boa Vista. Porque eu tenho filhos que foram criados no sistema Mineração Rio do Norte, quer dizer na convivência com estranhos. Então eles criaram uma maneira diferente [...] meus filhos não se adaptavam a morar na Boa Vista. Então eu tinha que procurar um meio de morar uma cidade. Na Boa Vista eu não iria morar porque meus filhos não aceitariam, ia haver divisão.”³⁹

O Sr. Manoel Viana (Mimi) saiu da MRN no final de 2000 e foi para Oriiminá, onde tem residência e um pequeno comércio na orla da cidade. É interessante destacar, nesse caso, o que seria viver *“no sistema Mineração Rio do Norte”*, porque tudo em Porto Trombetas se resume em “controle”. Existe um setor de segurança, especialmente treinado para proteger as dependências industriais e a vila. Os vigias – ou seguranças – fazem ronda ostensiva para que tudo transcorra de acordo com as orientações da empresa. A entrada em PTR é controlada e a permanência de visitantes é permitida por quinze dias. Os moradores da vila são os funcionários da mineradora ou das suas empreiteiras contratadas, juntamente com seus respectivos familiares. A empresa também mantém alojamentos para os funcionários solteiros. Nesse espaço controlado, acidentes com automóveis, brigas, furtos, enfim, qualquer distúrbio causado pelo funcionários ou por seus filhos é motivo para demissão.

Essa rotina, de grande parte dos moradores da Boa Vista, está intimamente ligada à sobrevivência. Na comunidade praticamente não existem alternativas de trabalho e com a criação da Reserva Biológica do rio Trombetas e

³⁹ Manoel Viana (Mimi), 60 anos, Operador de trem da MRN, entrevista, Setembro de 1999.

da Reserva Nacional do Saracá-Taquera as dificuldades só aumentaram, pois ambas desarticularam estratégias de sobrevivência que dependiam da relação direta com a natureza. Em suma, os moradores foram forçados a modificar seus hábitos de trabalho. E essa situação praticamente obrigou os indivíduos a se manterem como exército de reserva para o mercado de trabalho temporário em Porto Trombetas, já que o consumo de quelônios, a pesca e o extrativismo, praticados pelos remanescentes, foi totalmente proibido nas décadas de 1980 e 1990.

"[...] então a gente depende [da mineradora] por causa do emprego. Os meios de ganhar dinheiro por aqui é difícil, não tem mais outro meio. É antes disso não. Só comprava o açúcar, o café, isso era coisa que com pouca coisa a gente ajeitava. Hoje, praticamente aqueles que não fazem a roça pra eles sobreviverem, que aqui nem todos faz. Porque eles já estão acostumado ir lá na Mineração, faz uma diária e compra farinha, compra comida e pronto. Então isso foi um costume que eles já incutiram na cabeça de muita gente daqui."⁴⁰

O trabalho assalariado parecia mais vantajoso para muitos quilombolas, como o Sr. José dos Santos, que trabalhou na função de carpinteiro. No entanto, trabalhar na mineradora significava afastar-se de suas atividades na comunidade e, principalmente, enquadrar-se ao ritmo da empresa, seguindo o "apito da indústria".

Os quilombolas que não se adaptaram - numa atitude de reação contra o trabalho na empresa - ou não conseguiram continuar fichado na mineradora - por não terem a qualificação exigida - voltaram a trabalhar nas comunidades:

"Eu ainda faço meu trabalho. Tenho minha roça, não compro farinha, é muito difícil. Tenho banana, cana, tudo plantado. Aqueles que se acostumou a trabalhar lá, na diária, todo dia, ele não quer mais sabe disso. Eu como não me adaptei com o negócio de trabalhar lá - é que eu tenho. Porque se eu tivesse me acostumado de tá lá todo dia eu também não tinha. Porque desde 1986, quando saí da Mineração eu nunca mais fui empregado, vivo aqui, por minha conta."⁴¹

Atitude reforçada por Manuel Edilson, atribuindo sua independência, em relação ao emprego, à sua escolaridade:

"Eu tenho uma formação, um conhecimento, pra hoje não ser mais mandado. À minha visão é de não ser mandado por ninguém. Hoje,

⁴⁰ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

⁴¹ Idem.

tenho meu trabalho. Chego a hora que acho que devo chegar, não me sinto ser submisso a ninguém."⁴²

Na comunidade o extrativismo da castanha-do-pará ainda é mantido como tradição e fonte de renda, apesar de o IBAMA por longos anos ter restringido a entrada de pessoas nos castanhais mais produtivos, localizados na Reserva Biológica e na Floresta Nacional.

Mesmo diante dessa realidade, em muitos casos, a pesca e agricultura ainda figuram como atividades econômicas essenciais para a sobrevivência na comunidade. E apesar das proibições e fiscalizações dos agentes federais, os moradores conseguem nessas atividades um excedente que é vendido em Trombetas. Todavia reclamam que sobreviver só utilizando os produtos da natureza mostra-se mais difícil. A escassez de caça e pesca é atribuída, além das proibições, à presença de pessoas de fora da comunidade e à mineradora.

Hoje se verifica que cada vez mais os quilombolas estão procurando trabalhar em projetos dentro das comunidades, nas oportunidades que vão surgindo, e não somente na agricultura, mas também em atividades que demandam um certo grau de escolaridade, como Manoel Lucivaldo, do Moura: *"eu estudei aqui em Trombetas e hoje trabalho como professor e também represento a comunidade.*"⁴³

Hoje, para a empresa, a falta de qualificação profissional e baixa escolaridade são entraves para as contratações. Até para trabalhar na Cooperativa da Boa Vista é exigido um nível razoável de escolaridade, pois os trabalhos desenvolvidos devem atender aos padrões de qualidade mantidos pela mineradora. No entanto, a empresa não leva em consideração que houve apenas um deslocamento de espaço de trabalho e não uma qualificação da mão-de-obra, fato que gera defasagem na escolaridade e impossibilidade de concorrer a melhores postos de trabalho na MRN.⁴⁴

⁴² Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

⁴³ Manoel Lucivaldo Siqueira, 26 anos, Professor, entrevista, agosto de 2002.

⁴⁴ Sobre a reestruturação produtiva e as organizações internas das relações de trabalho na Mineração Rio do Norte, numa perspectiva taylorista ver TRINDADE, José Raimundo Barreto. *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

O processo educacional vivenciado pelas comunidades do Moura e da Boa Vista é um outro diferenciador em relação às demais comunidades negras do Trombetas.

5.6. Escola - Mudanças de estilo de vida.

É uma realidade o bom aproveitamento que os moradores da Boa Vista e Moura fizeram da oportunidade de freqüentar a escola mantida pela Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas. Manuel Lucivaldo Siqueira, professor e coordenador da comunidade do Moura, estudou em Trombetas. Como ele, outros tiveram condições de cursar até o ensino médio e puderam conseguir "bons empregos" nas dependências do complexo minerador. O estudo é visto como necessário na formação de lideranças, que se tornam mais capazes para dialogar, fazer contatos, discutir, e debater os temas de interesse social, estar apto para esclarecer seus companheiros e organizar melhor a comunidade.

Nesse aspecto, a comunidade do Moura tem um escola de ensino fundamental com sete professores mantidos pela Prefeitura de Oriximiná. Os alunos, que concluem o ensino fundamental no Moura, podem ingressar nos cursos supletivos do Ensino Médio. Esses alunos freqüentam aulas duas vezes por semana em tempo integral e a MRN fornece alimentação e transporte.

A comunidade Boa Vista tem uma escola que, por sua estrutura educacional, foi considerada modelo no município de Oriximiná. Em 1993, os 255 alunos, divididos em dois turnos, contavam com dez professores no quadro efetivo, um professor de artes e um auxiliar, dois auxiliares de serviços gerais, secretária, supervisora e diretora. A escola recebe, ainda, apoio pedagógico do Sistema Pitágoras de Ensino,⁴⁵ com matriz em Belo Horizonte, e que também presta serviço para a escola de Porto Trombetas.

Isto evidencia o quanto a política educacional, e os projetos didático-pedagógicos implementados nas escolas destas comunidades, têm deixado ao largo as suas experiências, suas histórias e seus valores culturais. O calendário escolar segue o da cidade de Oriximiná, enquanto que em outras comunidades é o da "castanha". Mais uma vez os agentes da mineradora ignoraram as realidades e os desejos dessas comunidades afro-amazônidas.

⁴⁵ Folha de Trombetas. Porto Trombetas, Novembro de 1993, n.º 62, p. 9.

Em outubro de 1993, foi inaugurado um espaço lúdico, a brinquedoteca, onde a *“criança pode pedir emprestado o brinquedo ou o livro que quiser, já que junto com a brinquedoteca, funciona também a biblioteca. Poderá ler e brincar no próprio local.”*⁴⁶ A diretora, daquele momento, Bernadete Quintans destacou que o espaço foi montado na escola porque a associação de moradores não tinha instalações adequadas para abrigar e estimular esse trabalho.

É importante ressaltar que a diretora tem uma concepção de brinquedo e brincadeiras distante da realidade da comunidade. A situação de *“importação”* ficou evidente na entrevista de Bernadete Quintans, à *Folha de Trombetas*, quando a professora se reporta aos Estados Unidos da década de 1930, como berço da idéia de brinquedotecas: a que foi instalada na Boa Vista teve como idealizadores os coordenadores do clube social da MRN, Mineração Esporte Clube (MEC), e os brinquedos foram adquiridos em Porto Trombetas.

São atitudes dessa natureza que cerceiam a espontaneidade das crianças para *enquadrá-las* numa realidade diferente daquelas que estão acostumadas a vivenciar. As crianças dispõem de quintais, da beira do rio e demais espaços para atividades lúdicas. Essas práticas indignam os moradores, que identificam posturas de desvalorização da realidade local:

*“(...) muitas vezes na escola, a gente vê, a criança é posta na escola e na hora a professora faz uma comparação com o carro, o avião. A criança nunca entrou num avião, nunca viu. A criança nunca entrou num carro, nunca viu, não conhece a fundo; e são essas dificuldades que às vezes levam até à nota baixa. Porque as comparações são com coisas que eles não conhecem.”*⁴⁷

A comunidade reivindica que sejam trabalhados na escola elementos com os quais as crianças tenham intimidade, pois tudo nela é de fora, inclusive as professoras. Até o momento, essas reivindicações não foram atendidas.

Como se percebe, a escola configura-se como um espaço de tensão dentro da comunidade, causando a seguinte observação de uma moradora:

*“(...) as professoras que vêm pra cá, elas são muito preconceituosas. Elas estão aqui pra ganhar dinheiro, mas não que elas gostem, principalmente a diretora. Ela não gosta de negro.”*⁴⁸

⁴⁶ Jornal - *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, outubro de 1993, n.º 61, p. 5.

⁴⁷ Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, vice-coordenador da ACRQBV, entrevista, abril de 2002.

⁴⁸ Zuleide Santos, 45 anos, Coord. de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

Essa realidade aponta para duas questões pontuais. Primeira – o compromisso do professor para com a comunidade, suas histórias, memórias, lutas, identidades, demandas sociais e econômicas e os valores culturais. Mesmo quando o professor é da comunidade, o material didático utilizado, e as orientações pedagógicas são totalmente estranhas àquelas realidades. Nesse caso específico, o material vem do curso Pitágoras, de Belo Horizonte. Segunda – o racismo e o preconceito, uma questão que já estava posta antes da chegada do Projeto Trombetas, só que atualmente ela tem se agravado e se constituído em mais um desafio para os afro-amazônidas. A situação é mais crítica quando se verifica que estas práticas, de acordo com lideranças da comunidade, ocorreram dentro da escola, por quem ensinava e dirigia, reforçando ainda mais o distanciamento entre os moradores de Porto Trombetas e os das comunidades negras, quilombolas.

A diretora a qual se referiram os narradores é Deusa Freire, que dirigiu a escola na década de 1990 e protagonizou, junto com dona Zuleide, um episódio ilustrativo dessa relação conflituosa.

5.7. Discriminação racial - olhares externos.

De acordo com dona Zuleide, em maio de 1999, retornando de uma viagem a Santarém, ela desembarcou em Porto Trombetas, destino final do barco. Assim, precisou de “carona” para chegar a Boa Vista. Não estando bem de saúde para aguardar uma condução e incentivada por colegas, foi falar com Deusa Freire. A resposta negativa e arrogante que dona Zuleide recebeu, transformou-se num festival de desrespeito não só com a solicitante da carona, mas com toda a comunidade da Boa Vista:

“Eu sabia que existia preconceito no barco. Quando ele tá fazendo nossa linha não, mas quando ele tá fazendo a linha das professoras tem preconceito lá dentro.

Aí eu fui lá e disse: dona Deusa a senhora me dá uma carona pra lá pra Boa Vista? Ela ficou. Fez que nem ouviu.

Eu disse: dona Deusa eu falei com a senhora.

Ela disse: olha Zuleide, ela me chama dona Zuleide, mas ela não me chamou. Olha Zuleide, uma coisa eu vou te dizer: eu não vou dar carona pra ti, porque se eu der carona pra ti eu tou dando carona pra qualquer um marginal. Juro, ela falou isso.

Eu disse: marginal dona Deusa, a senhora me trata como marginal? Não. Eu tou falando porque a característica de vocês é só uma, não se sabe quem é quem, Manoel, José, vocês tem um só jeito.

*Aí eu disse: isso é uma discriminação dona Deusa. Ela dobrou, não disse mais nada. Eu disse: tá bom dona Deusa, obrigado. Eu vou levar isso a diante. Ela escutou.*⁴⁹

Vale ressaltar que o transporte das professoras de Porto Trombetas até Boa Vista é pago pela Mineração Rio do Norte, realizado pelo barco Cenáculo, de propriedade da comunidade, e alugado para essa finalidade.

O episódio desagradável ocorrido entre Dona Zuleide e a diretora da escola tomou uma grande projeção, chegando inclusive ao conhecimento de José Flávio, gerente de administração da MRN (TAA), setor que também cuida dos assuntos referentes às comunidades negras. Ainda de acordo com a dona Zuleide, apesar da repercussão que o caso teve, não houve nenhuma punição exemplar para a sua agressora:

*(..) quando chegou a época da reprovação, ela foi lá com o Zé Flávio, ela se segurou lá com o Zé Flávio. Ela pegou também os meninos, daqui, que andam dentro do barco, o Francisco e o Reginaldo. Ela comprou os meninos pra negar que ela tinha falado. Chegou na hora os meninos disseram que não, eu tinha entendido mal, não foi assim que ela tinha falado.*⁵⁰

Durante uma reunião na escola, convocada pela própria diretora, para discutir o acontecido, dona Zuleide reafirmou que havia sido ofendida e discriminada e, empunhando uma revista sobre preconceito racial, desabafou:

*"Dona Deusa por que esse medo da senhora? Medo? É medo! Eu nem tava procurando nada. A senhora que mandou me chamar pra cá, não sei nem porque eu vim pra essa reunião. Eu que fui atingida não estou procurando nada. Eu disse: eu ainda não estou procurando. É a senhora que tá procurando, tomando a sua providência. É porque a senhora tá com medo do que a senhora falou. É crime.*⁵¹

Todavia, com o apoio do funcionário da MRN, a diretora permaneceu na escola até a sua aposentadoria. Ainda em sua gestão, aconteceram outros problemas, dessa vez com a merenda escolar, que se mostrava incompatível com a dieta tradicional das crianças da comunidade, como lembra Marivaldo de Jesus:

"Houve discussões aqui pelo lance de merenda. Às vezes, muitas crianças que tá na primeira série aqui não come presunto, não come queijo, não conhece e, às vezes, a diretora daqui, a Deusa, já tentou forçar a criança, o moleque vomitou aí, porque não conseguiu comer

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

*o presunto e o queijo. Então são coisas que deviam olhar um pouquinho, pra cultura do povo.*⁵²

Um outro fato que chamou atenção diz respeito a como a história e a forma de viver desses quilombolas começaram a ser explicadas, numa visão distorcida da realidade, como aconteceu na matéria 'Um pouco sobre a vida dos ribeirinhos e seus sonhos', publicada na *Folha de Trombetas*, em dezembro de 1994. Nenhum negro foi entrevistado. Assumiu a função de detentora da "história" da comunidade a diretora da Escola Municipal Boa Vista, Bernadete Quintans (moradora de Porto Trombetas), demonstrando todo seu desconhecimento numa leitura equivocada da realidade e com uma carga de preconceito em relação aos ribeirinhos, ao responder um dos questionamentos:

"Folha: Como é o relacionamento entre pais e filhos? É difícil?

Bernadete: Não. O ribeirinho tem uma particularidade: eles se unem entre si, ou seja, é comum pai ter filho com a filha, cunhado com cunhada, primo com prima, etc. Isso pra eles é natural. Os filhos quando se casam, geralmente ficam perto da casa da mãe. Morando no mesmo terreno. Portanto, os parentes moram uns ao lado dos outros e se ajudam muito."⁵³

Tendo a família Santos como referência do povoamento daquela comunidade, sabe-se, que é uma família extensa e que casamentos entre primos é comum: contudo, relações incestuosas entre pais e filhas nunca existiram ali. Na época da reportagem, as declarações da diretora tiveram uma repercussão negativa em Trombetas e nas comunidades. Durante esse acontecimento, os remanescentes despertaram para a realidade e exigiram uma retratação por parte do jornal – conseqüentemente da mineradora - o que aconteceu na edição seguinte com a matéria 'Moradores da Boa Vista contam sua história', onde o editor faz a seguinte declaração:

"A Folha de Trombetas se retrata junto à comunidade da Boa Vista pela matéria *Um pouco sobre a vida dos ribeirinhos e seus sonhos*, publicada na última edição da folha. Gostaríamos de nos desculpar e reforçamos com a definição da comunidade dada por José dos Santos, filho da Boa Vista: 'Como todo branco, todo preto é irmão de alma e aqui na Boa Vista somos uma família de negros', o que podemos perceber através da história do surgimento desta comunidade, contada nesta página, por um de seus filhos."⁵⁴

⁵² Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, vice-coordenador da ACRQBV, entrevista, abril de 2002.

⁵³ *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, dezembro de 1993.

⁵⁴ *Folha de Trombetas*. Porto Trombetas, janeiro de 1994.

Essa pode não ter sido a mais significativa das práticas discriminatórias vivenciadas pelos moradores da Boa Vista, mas só o fato de 'um de seus filhos' haver se apresentado para contar a história do seu povo começou a despertar o respeito da mineradora (que veio a público, através de seu jornal, desculpar-se com os negros) e a atenção dos moradores quanto à forma diferenciada que estavam recebendo pelos de fora, e que não era de agora.

"(...) porque logo que eles chegaram pra cá, eles tinham muita suspeita que os negros daqui eram ladrão. A cisma deles era do pessoal entrar lá. É prova tanto que as áreas deles era tudo cercada, tudo cercado pra ninguém entrar pelas ilharga. Tinha que ir ali pelo porto, era uma norma rígida essa. E eles tratavam todo mundo sem confiança."⁵⁵

A Boa Vista seguramente foi a comunidade mais afetada, em sua dinâmica sócio-cultural, com a presença da Mineração Rio do Norte. Alguns narradores lembraram da conturbada adolescência vivida na escola de Porto Trombetas, pois eles chegavam a brigar quando eram chamados de "pretos do beiradão", pelos colegas. A recusa era pelo sentimento de "inferioridade", cultivado na convivência com pessoas de outras regiões do país, moradores de Porto Trombetas. Manoel Edilson de Jesus declara que ficava indignado, pois não tinha orgulho de pertencer à *raça negra* e por desconhecer a trajetória histórica dos seus ancestrais mocambeiros, os quais, mesmo diante dos rigores da escravidão, souberam construir um passado de muitas conquistas:

"Naquela época talvez eu não quisesse aceitar que fosse negro, eu achava que negro era uma discriminação pesada. Eu ficava chateado. Eu achava que não era essa raça. E, não tinha o orgulho de ser (negro). Eu não tinha o conhecimento, basta ser claro, do que eu era. Então achava que era uma discriminação pesada por cor."⁵⁶

A falta de oportunidade para trabalhar na mineradora sempre gerou tensões, e os ribeirinhos identificam o caso como discriminação por parte da empresa, como aconteceu com o Manduca:

"(...) eu como Operador Especializado, ganhava como ajudante. Eu ficava muito chateado. Chegava pessoa, que não sabia nada, eu ensinava. Ele passava pra Operador e eu ficava como ajudante. Com a Mineração, com a administração que eu trabalhava eu me sentia muito oprimido, discriminado. Porque só o meu trabalho. Na época que teve aquela greve, fizeram todo um acordo comigo, de trabalhar

⁵⁵ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

⁵⁶ Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 37 anos, Presidente da COPERBOA, entrevista, abril de 2000.

*12 horas, depois eu senti que fui covarde com os companheiros. Ficava achando, não eu vou ter oportunidade, no fim da greve eu fui demitido. Sabe de uma coisa, agora eu vou pra cima, vou brigar, hoje, eles querem me enquadrar na sociedade deles. Não, eu vou tá na minha sociedade negra. Não na sociedade branca. Eu tou na minha e sinto orgulho de vocês saberem, eu só queria que vocês reconhecessem isso.*⁵⁷

A demissão de trabalhadores da região, ocorrida após uma greve dos funcionários da MRN, em 1992, foi confirmada em relatos de moradores de Porto Trombetas.

Esse é um processo verificado principalmente pelas pessoas que viveram mais intensamente a presença do projeto Trombetas. Porém, os habitantes *mais antigos* sempre mantiveram uma identificação muito forte com os antepassados, memória que foi uma das garantias para permanência nesse espaço, quando a empresa tentou obrigá-los a deixar o local. São eles que hoje sentem mais saudade dos “bons tempos” da Boa Vista antes da mineração. O seu referencial de passado onírico não remete mais para os ‘tempos dos mocambos onde tudo era liberto’ - ele foi deslocado para o seu tempo vivido numa terra onde não existia o “apito da fábrica”.

5.8. Saudade da “boa” Boa Vista.

A Família Santos é o eixo-central do povoamento da Boa Vista. Ao longo dos anos e com a instalação da MRN, outros grupos, provenientes de Oriximiná, Terra Santa e Faro, foram se incorporando à comunidade, em busca de trabalho e melhores condições de vida, aumentando a população local.

Tal processo, em parte, tornou-se danoso, pois contribuiu para perda de valores culturais e a assimilação de outros alheios à tradição histórica. A presença de pessoas não remanescentes e, ainda, as transformações causadas pela mineradora foram responsáveis pela formação de novas mentalidades (hoje tidas como negativas), principalmente em relação à terra e seu uso. Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, apenas os anciões mantiveram práticas tradicionais, como a plantação de roças para a produção de farinha. O trabalho coletivo, os *puxiruns*, praticamente desapareceu.

⁵⁷ Manuel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, abril de 2000.

Entretanto, a dinâmica social e as exigências para a titulação das terras fizeram com que a comunidade procurasse reforçar sua etnicidade e tentasse reestabelecer as tradições culturais, como as festas de santos, “esmolações” (coleta de produtos oferecidos aos santos e consumidos durante as festas), cantos e danças praticadas pelos mocambeiros. Nesse caso, não há uma “invenção de tradição”, pois se recuperam do passado elementos que estão presentes na trajetória da comunidade. Contudo, essas ações “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.”⁵⁸

Pelo relato da coordenadora das mulheres do Alto Trombetas, a primeira festa de “raiz” realizada na Boa Vista foi motivo de piada e alvo de intensas críticas, pois muitos moradores queriam festas com banda de música. Todavia, as lideranças haviam feito uma programação cultural que lembrava a tradição, inclusive com uso de instrumentos musicais feitos nas comunidades negras, a banda de “pau e corda”.

“(...) de uns tempos pra cá a gente falava assim em festa de cultura, todo mundo perguntava, mas o que é festa de cultura? Eles nem sabiam mais. Aqui nós fizemos uma festa de cultura, foi a maior crítica. Nós fizemos a festa aí atrás, num barracão que tem. No chão mesmo, não tem nada de piso. Fizemos aquelas casinhas de palha, pra mostrar um pouco pra juventude como era. Só que não saiu como nós estava esperando. Nós estava esperando que as nossas músicas fossem música da terra, músicas nossas. Porque tem negro que toca muito bem, canta muito bem e a gente ia mostrar o nosso talento e eles não concordaram, foram pegar um som lá na Mineração, colocaram aí e atrapalhou. Não saiu uma coisa como a gente tava esperando, mas só que a parte da cultura mesmo que a gente mostrou eles gostaram muito. O pessoal daqui, da Boa Vista, mesmo não, mas das outras comunidades gostaram muito.”⁵⁹

Os anciões lamentam que essa seja uma questão irreversível na comunidade. Dentre outros motivos, a Boa Vista é uma comunidade diferenciada das demais existentes no rio Trombetas. A proximidade com a Mineração Rio do Norte e a política de “apadrinhamento” acabaram fazendo desse local uma espécie de bairro afastado, uma periferia, que detém certos privilégios desfru-

⁵⁸ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Trad.: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-10.

⁵⁹ Zuleide dos Santos, 45 anos, coordenadora de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

tados pelos moradores de Porto Trombetas, como acesso à escola e ao hospital.

A complexidade da relação entre os negros e seu passado ainda hoje é motivo de preocupação na ARQMO. Para Daniel Souza, coordenador de articulação: *"é triste ver Boa Vista, uma favela, ela não passa de uma favela"*⁶⁰ da mineradora, sem autonomia, em comparação com a postura de outras comunidades que ainda preservam sua identidade cultural. Para o coordenador, a empresa, além de mudar os hábitos tradicionais, também é a culpada pela lixeira na qual se transformou a comunidade:

*"Eles viviam antes diferente. Claro. Mais ruim? Talvez. Eu nem vejo talvez mais ruim, porque hoje você vai lá e vê a lixeira que tem. É a comunidade que tem mais lixo das nossas quilombolas. Plástico é onde tem mais, porque todo dia leva daqui pra lá. Então isso é uma favela da [mineração]."*⁶¹

Essa é mais uma realidade pouco admitida pela comunidade. Agora, o mais grave na Boa Vista, é o abandono dos elementos da tradição cultural negra do Trombetas. Fato que desperta as críticas da ARQMO e gera tensões, pois,

*"(...) é uma comunidade que eu gosto muito do povo, que nós representamos parte do povo, não sei se eles aceitam isso. Vejo que a tradição cultural lá acabou, não existe mais. É uma briga muito grande, porque a gente tem que resgatar essa cultura, não só pra essa comunidade. Por exemplo, as festas na Boa Vista não amanhecem mais como nas outras comunidades. O povo quer viver não mais a tradição deles, mas querem viver uma tradição totalmente diferente. Viver sistema de quem vive numa capital."*⁶²

Para a ARQMO, a conscientização das comunidades quanto à sua riqueza cultural é um elemento essencial para a afirmação de sua identidade e a conquista do respeito da sociedade.

A conservação de valores culturais ligados à tradição de uma comunidade negra, enraizados e praticados cotidianamente em grupos, como no Pacoval, estavam perdendo sentido para os *jovens* da Boa Vista. Entretanto, mesmo que de forma distorcida, incorporavam valores alheios à tradição histórica dos antepassados quilombolas, que deveriam ser vivificadas como elementos de identidade e ligação com o seu passado:

⁶⁰ Daniel Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, Fevereiro de 2004.

⁶¹ Idem..

⁶² Idem..

"Nossa tradição da nossa fala, da nossa língua eu acho que essas coisas nós não devemos deixar, dos nossos trabalhos, do nosso viver, como nós vivia com simplicidade, isso acabou aqui na Boa Vista."⁶³

Todavia, esse é um processo que fugiu ao controle dos membros da comunidade. A perda dos laços culturais acentuou-se pela proximidade com pessoas que não pertenciam à região, vindas para trabalhar na Mineração Rio do Norte.

Na os anciões reclamam do abandono das tradições, como a perda das habilidades na fabricação de cerâmica. As pessoas que dominavam essa arte já morreram, mas quando vivas não houve interesse, principalmente, dos mais jovens para aprender os segredos e manter a produção. Mesmo caminho segue a farinha, tida como uma atividade produtiva da comunidade e que está sendo cada vez menos praticada. O trabalho coletivo, que até os anos 1970 era recorrente, atualmente perdeu sua força. Nem mesmo a roça coletiva é mantida, pois a maioria dos indivíduos com idade para o trabalho agrícola, preferem a ocupação diária em Porto Trombetas. Assim, ficou difícil até mesmo conseguir pessoas para fazer a limpeza da comunidade:

"(...) tinha um mutirão da comunidade, tinha um serviço da comunidade. Olha como tá aqui. Você vê essa mata? Isso aqui nós fizemos um roçado pra instalação [postes de rede elétrica]. Isso foi feito no ano passado, em setembro. O Zé do Melo já conseguiu alimpar isso? Por que? Porque nós não se une pra limpar. Amanheceu o dia, nós pega a canoa vai trabalhar pra lá [nas dependências da Mineração Rio do Norte]."⁶⁴

As lideranças lamentam que a comunidade tenha perdido a união, característica funcional e fundamental para a Boa Vista. Quando as atividades envolviam todos os moradores, ficava mais fácil resolver os problemas cotidianos. Derrubar a mata e fazer um roçado era considerado uma atividade divertida e reunia os grupos numa confraternização:

"A comunidade, teve um tempo que ela se organizou em termo de união. Teve roça comunitária, tinha mutirão todos os sábados, às vezes uma vez no mês, e depois a coisa foi se espalhando, as pessoas não se chegavam muito com o coordenador. Uns já queriam discussão com outros, já queriam intriga. Isso foi se espalhando. Hoje a

⁶³ Zuleide dos Santos, 45 anos, coordenadora de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

⁶⁴ Manoel Raimundo Pereira dos Santos, 50 anos, agricultor, entrevista, fevereiro de 2000.

*comunidade já não tá muito unida nesse termo de fazer mutirão comunitário.*⁶⁵

As festividades tradicionais, como as festas de santos, também foram praticamente extintas, fato que desagradou a maioria dos moradores. Nessas ocasiões, tudo era feito com doações dos ribeirinhos: comida, bebida e música, enfim, a programação era comunitária e *de graça*. Todavia, contando com esforços de lideranças locais e incentivados pela ARQMO, essas festas começam a ser retomadas, revigorando um pouco da rica cultura dos ancestrais quilombolas.

Dessa forma, pode-se observar que as comunidades não são espaços estáticos. Estão em constantes mudanças. A própria ação de igrejas evangélicas - condenando cultos tradicionais, que são elementos de coesão cultural - prejudica a continuação das práticas mocambeiras. Na Boa Vista e no Moura a presença dessas igrejas, consideradas apenas de louvação, atrapalha os trabalhos coletivos, pois seus membros tendem a afastar-se de outras orientações religiosas, e toda a comunidade acaba perdendo indivíduos ativos para a concretização de melhorias.

Hoje a comunidade do Moura encontra-se dividida entre um grupo católico (Nossa senhora do Perpétuo Socorro) e dois evangélicos (Batista e Assembléia de Deus). Os grupos evangélicos vêm criando problemas para a comunidade como explica dona Francisca Santos de Jesus:

*"(...) mesmo sendo remanescentes, eles tem um preconceito muito grande com a gente, eles dizem que são salvos. Eu tenho um casal de irmãos. Desde que eles foram pra outra seita, não dão muita importância em nós. Na nossa casa eles evitaram de ir e só vêm quando querem alguma coisa. Consulta médica, receber cesta básica. Eles não se entrosam aqui com a gente."*⁶⁶

Tal situação dificulta os trabalhos da comunidade, como a limpeza das áreas, pois *"a gente vai lá convidar, eles não vêm."* A explicação apresentada pelos evangélicos é de que comunidade faz festas e adora imagens, portanto, vivem numa *"terra de pecado"*.

Essa questão é comum também na Boa Vista, onde os grupos evangélicos, em geral seguindo a orientação de pastores de fora da comunidade, co-

⁶⁵ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Conselheiro Fiscal da Boa Vista, entrevista, abril de 2000.

⁶⁶ Francisca Santos de Jesus, 46 anos, Agricultora, entrevista, janeiro 2004.

meçaram a identificar nas atividades coletivas momentos de promiscuidade: as pessoas falam palavras de baixo calão, bebem cachaça, xingam-se, criando um ambiente propício às “forças do mal”. Assim, dentro das comunidades, as igrejas vão se constituindo como campos de tensões, como enfatiza dona Zuleide, moradora da Boa Vista, sendo tudo isso também verificado no Moura.

“O que está ameaçando Boa Vista é essa parte da desunião. Porque a gente tá ecumênico. Igreja Católica e Igreja Batista. Então a Igreja Batista ela puxa aquelas pessoas mais ativas na comunidade. Nós temos uma polêmica. Aquelas pessoas que mais trabalham na comunidade se passa pra outra igreja e o trabalho da comunidade pára. Isso sinceramente tá trazendo um problema muito sério dentro da comunidade, muito sério mesmo, ou bem Batista ou bem Católico.”⁶⁷

Questionada sobre a possibilidade de uma convivência pacífica, a resposta foi negativa:

“Porque há uma diferença. A Igreja Católica ela luta, a Igreja Batista ela se acomoda. Só luta pela alma, pelo bem comum não. É isso que acontece. Eu não estou falando da religião, porque cada um segue o que quer, mas eu tou falando das ameaças que estão acontecendo dentro da comunidade. Porque as pessoas mais criativas dentro da comunidade se mudam, já tem outra seita, ele se acomoda. Acham que não deve mais se misturar. Só já luta pela alma, só mesmo orar. Trabalham separado e lutam pela sua própria pessoa. E a igreja católica não, tem uma luta que é pela alma, mas também pelo bem comum da comunidade. Pelas terras, lagos, pesca, caça por tudo que Deus deixou criado pra nós sobreviver. As coisas aqui não estão acontecendo.”⁶⁸

Contudo, a maioria dos moradores acreditam que a articulação e a união, ainda que política, que levou a concretização da titulação definitiva da Boa Vista (vide fig. 13), terá que ser um denominador comum também no Moura, porque mesmo com a apropriação que fazem do artigo 68, ao deixarem marcas de que essa área é quilombolas (vide fig. 14), o documento ainda não foi expedido, por conta da legislação que rege a FLONA, portanto, cabe aos moradores escolherem o inimigo certo e trabalharem juntos para vencerem-no. O que se pergunta é: e depois?

Hoje é esta a realidade que está posta, da qual fazem parte outros problemas de ordem social, bastante preocupantes – a poluição, o uso de drogas e as doenças sexuais transmissíveis.

⁶⁷ Zuleide dos Santos, 45 anos, coordenadora de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

⁶⁸ Idem..



Fig. 13
Boa Vista – Placa de Identificação
das Terras Quilombolas

Foto: Aduino



Fig. 14 - Moura – Placa de Identificação das Terras Quilombolas

Foto: Funes

Entre os problemas advindos com a instalação do Projeto Trombetas, destaca-se a poluição sonora, do ar e da água, algo até então desconhecido para aquela população ribeirinha (vide fig. 15, 16).

Na Boa Vista, o igarapé Água Fria, limite da comunidade com a MRN, foi poluído por rejeito de bauxita:

*"Através da lama da bauxita já aterrou um bocado da parte do igarapé. Até a boca do igarapé já atolaram completamente. Essas são as piores que a gente vê que são umas piores concretas que a gente sabe. Nós já fizemos um pedido pra ajudarem nós com uma vila organizada, com água tratada. Eles tiraram o corpo fora. Não iam fazer uma coisa dessa que já estavam querendo desativar. Enganaram com uns poços no Água Fria, fizeram parece que quatro poços, os poços não funciona direto e assim eles ficam só enganando. E com essa nós vamos nos acalantando e com isso os tempos vão passando e eles vão tirando o minério deles e nós fica só pegando as poluição e vendo os buracos dos minérios que sai."*⁶⁹

Assim, locais que tinham uma função social para as comunidades - como lagos e igarapés, que serviam para consumo d'água e pesca - agora estão ocupados por elementos estranhos a realidade local e poluídos por resíduos de combustíveis, alterando a relação do homem com o espaço de sobrevivência (vide fig. 17).

Em 1999, a MRN iniciou a construção de uma usina termelétrica às margens do Igarapé Água Fria, afastando, as antigas instalações, do seu núcleo urbano para próximo da Boa Vista, aumentando ainda mais a poluição sonora na comunidade:

*"Com certeza vai incomodar. Porque lá onde tá, as vezes, a gente dorme porque é acostumado. A mãe do meu pai, que mora ali pra baixo no Arancuan, quando ela vem pra cá sente dificuldade pra dormir com a zoada. É uma perturbação. Imagina a usina vindo ficar aí no Água Fria, com certeza ainda vai incomodar muito mais e o pessoal que mora lá de frente, mas eles não olham esse lado porque não comunicam nada com a gente."*⁷⁰

Na área compreendida entre Porto Trombetas e o Moura, é visível nos telhados das casas e nas árvores a presença de poeira de bauxita, que sai dos fornos de secagem do minério, "segundo a Mineração, dentro das especifica-

⁶⁹ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

⁷⁰ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, abril de 2000.

Entre os problemas advindos com a instalação do Projeto Trombetas, destaca-se a poluição sonora, do ar e da água, algo até então desconhecido para aquela população ribeirinha (vide fig. 15, 16).

Na Boa Vista, o igarapé Água Fria, limite da comunidade com a MRN, foi poluído por rejeito de bauxita:

"Através da lama da bauxita já aterrou um bocado da parte do igarapé. Até a boca do igarapé já atolaram completamente. Essas são as piores que a gente vê que são umas piores concretas que a gente sabe. Nós já fizemos um pedido pra ajudarem nós com uma vila organizada, com água tratada. Eles tiraram o corpo fora. Não iam fazer uma coisa dessa que já estavam querendo desativar. Enganaram com uns poços no Água Fria, fizeram parece que quatro poços, os poços não funciona direto e assim eles ficam só enganando. E com essa nós vamos nos acalantando e com isso os tempos vão passando e eles vão tirando o minério deles e nós fica só pegando as poluição e vendo os buracos dos minérios que sai."⁶⁹

Assim, locais que tinham uma função social para as comunidades - como lagos e igarapés, que serviam para consumo d'água e pesca - agora estão ocupados por elementos estranhos a realidade local e poluídos por resíduos de combustíveis, alterando a relação do homem com o espaço de sobrevivência (vide fig. 17).

Em 1999, a MRN iniciou a construção de uma usina termelétrica às margens do Igarapé Água Fria, afastando, as antigas instalações, do seu núcleo urbano para próximo da Boa Vista, aumentando ainda mais a poluição sonora na comunidade:

"Com certeza vai incomodar. Porque lá onde tá, as vezes, a gente dorme porque é acostumado. A mãe do meu pai, que mora ali pra baixo no Arancuan, quando ela vem pra cá sente dificuldade pra dormir com a zoada. É uma perturbação. Imagina a usina vindo ficar aí no Água Fria, com certeza ainda vai incomodar, muito mais e o pessoal que mora lá de frente, mas eles não olham esse lado porque não comunicam nada com a gente."⁷⁰

Na área compreendida entre Porto Trombetas e o Moura, é visível nos telhados das casas e nas árvores a presença de poeira de bauxita, que sai dos fornos de secagem do minério, "segundo a Mineração, dentro das especifica-

⁶⁹ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

⁷⁰ Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, entrevista, abril de 2000.



Fig. 15
MRN - Porto

Foto: Funes

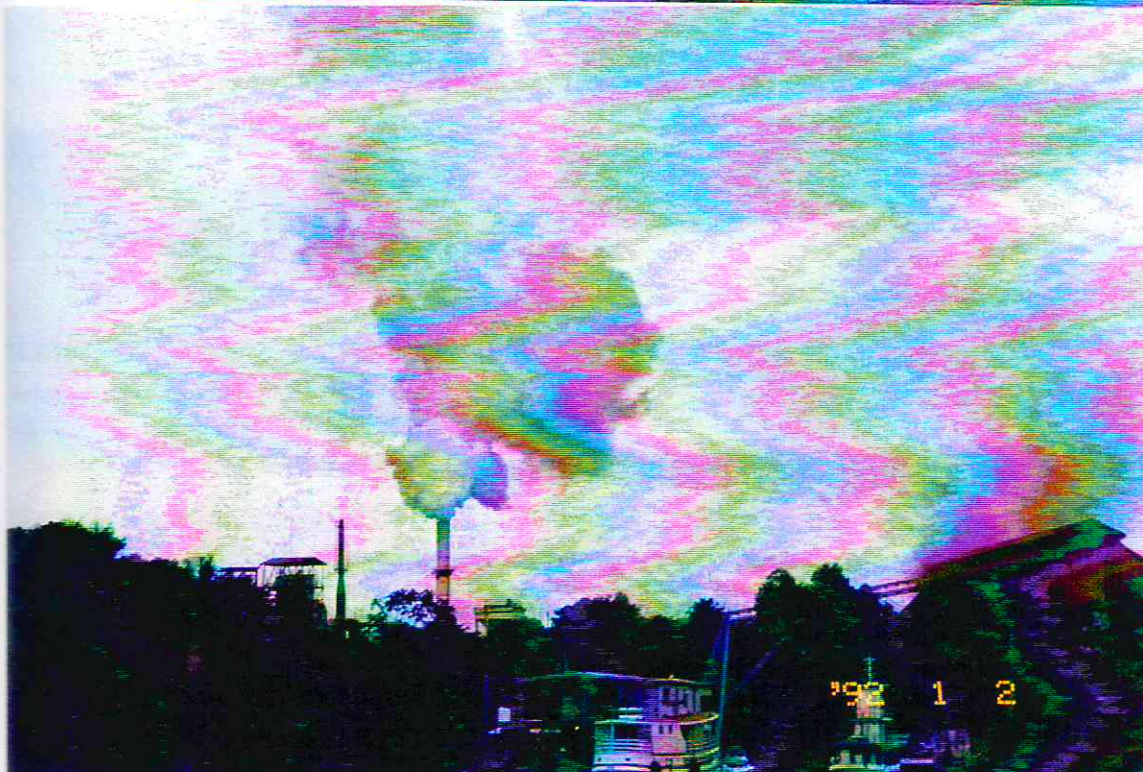


Fig. 16
MRN-Poluição

Foto: Funes



Fig. 17
MRN-Poluição

Foto: Funes

ções permitidas.”⁷¹ Para a população essa poluição do ar pode ser a causa de doenças respiratórias:

“A Mineração mostra assim algumas parte. Só que essa parte da poluição ela não mostra muito bem e pra gente é uma coisa que prejudica nós principalmente nossa saúde. A gente luta muito sobre isso, principalmente na saúde, porque nós não temos um posto médico disponível.”⁷²

Os problemas com drogas (destaque para o álcool) e DST começam a configurar-se como preocupação para os dirigentes dessas comunidades. Consideram-se como fatores agravantes, neste sentido, o fluxo de pessoas de fora, seja para trabalhar no complexo minerador, seja a tripulação dos navios cargueiros, ou, ainda, pelo trânsito da população local, aos centros urbanos como Santarém e Manaus. A menos de uma hora, via barco regional, dessas comunidades fica a Vila Paraíso (vide fig. 18), onde existem prostíbulos (bregas, como são chamados na região), freqüentados pelos trabalhadores do complexo minerador, pelos ribeirinhos e pela tripulação dos navios.

Embora estejam informados dos riscos que correm - através dos trabalhos de prevenção feitos pela ARQMO com palestras que recém apoio da Fundação Esperança, de Santarém, da MRN e do Ministério da Saúde - na tentativa de educar a população para evitar a doença, esse problema vem se agravando. E nos últimos tempos,

“(...) outros desafios que a gente tem tido com os jovens é essa questão das drogas. Até dois anos atrás ninguém se ouvia falar, não tinha nem idéia. Talvez com a chegada do desenvolvimento, o conhecimento da televisão, sei lá mesmo o que foi o culpado. Certo que esses problemas já começou nas comunidades e é um problema que começou a uns dois anos atrás e a gente vem trabalhando isso já algum tempo e ele não conseguiu se alastra. Acho que das 28 comunidades que a gente trabalha ele conseguiu chegar numas 4 que já tem problema de droga (ilícita), porque se falar de droga de modo geral é muito normal. Nas comunidades o pessoal consome muito de preferencia álcool e cigarro, mas essas drogas mais perigosas (não). Ultimamente tem aparecido maconha.”⁷³

A presença de drogas “ilícitas” representa grande preocupação, porque afeta a saúde e a tranqüilidade de toda a comunidade, a qual além de perder sua força-de-trabalho, poderá aumentar os índices de violência.

⁷¹ O Estado de São Paulo. São Paulo, 15 de junho de 2003.

⁷² Zuleide Viana Santos, 45 anos, Coord. Cultural da Boa Vista, entrevista, fevereiro de 2000.

⁷³ Anarcino Cordeiro, Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

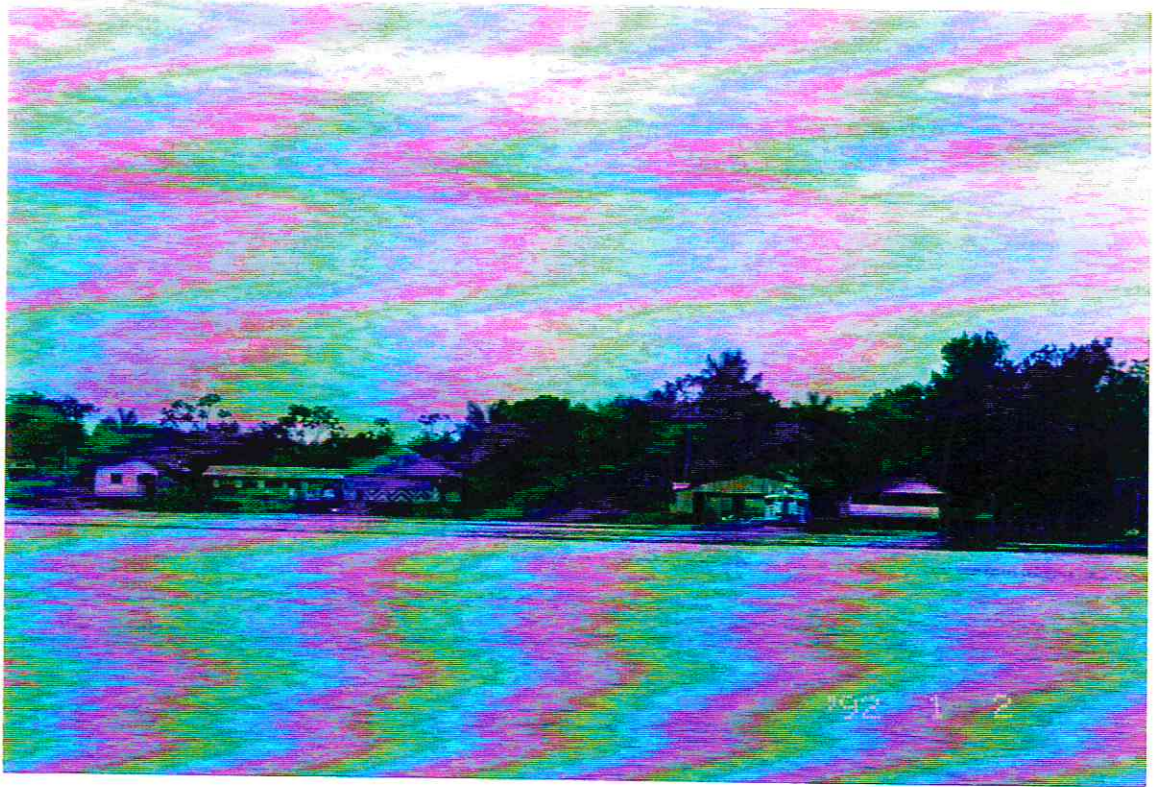


Fig. 18 – O Brega

Foto: Funes

Os remanescentes de mocambos também reclamam da presença de pessoas estranhas, adentrando no Trombetas e trazendo doenças contagiosas:

"(...) os antigos não tinham doença, malária não se falava nesse Trombetas, nem se quer conhecimento de malária ou outro tipos de doenças. Agora minha mãe tá com problema de coração, não existia isso. Negro comia cru, comia assado, comia mal assado, comia cozido vivia dormindo aí pelo gapó não tinha nada dessas doenças. Meu tempo de novo foi dentro do mato, nunca peguei uma malária. Se lixasse de você pegar um golpe, comprimidos você não levava. O negro entrava no meio do mato e se sentia muito feliz, porque aquela água, aquele clima não lhe adoecia. Hoje, o próprio negro tem medo de ir num garapé muito longe, por causa da malária. Agora ficou assim no meu pensamento, será que essa malária veio através desse povo que veio de fora? Veio [...] de pessoas que trouxe de garimpo? Porque aqui não existia garimpo. Trouxe de garimpo? Hoje se fala que os garimpos foi que deu muitas doenças nas pessoas."⁷⁴

O questionamento do Sr. Raimundo dos Santos tem resposta no seu espaço, pois ele demonstra saber que as pessoas vindas para trabalhar na implantação do Projeto Trombetas eram "*piões de trecho*" (conceito pejorativo para trabalhadores ocasionais, mas de fora da região, sendo um termo muito utilizado no Trombetas) e que traziam não só a malária como outras doenças.

Os negros, apesar de trabalharem também de forma ocasional, não se consideram "*piões de trecho*" porque são da região, ao contrário dos maranhenses, baianos (sempre presentes nas expansões da MRN) e outros migrantes que partem novamente para seus estados de origem quando o trabalho termina.

Sem dúvida, essas comunidades, como tantas outras, não estão imunes a essas dinâmicas que marcam as sociedades contemporâneas. O que as diferencia é a rapidez e as formas com as quais elas foram atingidas. É mais um dos reflexos do processo de "modernização" a que sociedades como essas estão submetidas, alterando de forma substancial os seus modos de vida, seus hábitos, seus costumes, suas relações com o espaço e seus territórios, abrindo uma grande incerteza quanto ao futuro.

Uma certeza, no entanto, já começa a se concretizar, a de que este é um momento passageiro, pois essas empresas, instaladas sob a denominação de Grandes Projetos, têm momento certo para fechar suas portas. Esse não é um exercício de 'futurologia', é apenas uma constatação óbvia, pois o minério

⁷⁴ Manoel Raimundo Pereira dos Santos (Tinga), 50 anos, Agricultor, entrevista, abril de 2000.

que extraem não é um bem renovável, ele se esgota. O tempo de produtividade das minas é o que determina a vida dos projetos ali instalados. Atualmente, está em estudo na empresa um programa, provisoriamente denominado de "Fechamento de Mina", mas como ele ainda está em fase preliminar, não foi possível obter maiores esclarecimentos. Quais as saídas? Para o grande capital há inúmeros caminhos e possibilidades. Para as comunidades "encostadas", talvez o medo de nada ficar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, a *desagregação* sócio-cultural é um aspecto visível nas populações tradicionais que presenciaram a implantação de projetos desenvolvimentistas e de ocupação populacional, pós-década de 1960. A entrada do capital nacional e internacional, com o pretense objetivo de desenvolver economicamente a região foi comparada, pelos *Negros do Trombetas*, ao ataque traiçoeiro de animais ferozes como a *onça e cobra cascavel*, e outros desconhecidos na região, mas predadores vorazes, como o *leão e o tigre*. Os impactos, muitos dos quais negativos, começaram a ser sentidos quando a MRN força, em torno de si, uma nova configuração do espaço territorial que culmina com a mudança das relações entre os remanescentes de quilombos e os ecossistemas no qual aquelas estavam vivendo.

A reconfiguração territorial mostra-se como uma marca histórica no Trombetas. Inicialmente, os índios foram obrigados, primeiro pelos colonizadores e, em seguida, pelos negros aquilombados, a se deslocarem pela região, ou compartilharem com os invasores seus territórios, numa relação nem sempre amistosa.

Passadas várias décadas, os descendentes dos mocambeiros se vêem forçados a enfrentar grupos econômicos interessados em explorar a região, agora vista como espaço de riquezas naturais e, portanto, essencial para movimentar a máquina do Capitalismo em expansão na Amazônia. São momentos marcados por práticas de cooptação e por violentos conflitos. Diante das ameaças concretas de perda de seus territórios, os quilombolas iniciam a luta pela terra e fazem de sua *história, memória e da identidade* os elementos que legitimam e reafirmam sua trajetória no Trombetas.

A descendência mocambeira configura-se como um discurso eficiente contra os grupos que ameaçam sua territorialidade e torna-se mais do que um reencontro com o passado, uma arma eficaz na garantia constitucional de posse da terra, conforme proposto pelo Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Portanto, há uma apropriação dos elementos da legalidade nitidamente verificados nos discursos das associações durante os Encontros de Raízes Negras do Baixo Amazonas e em negociações com o governo.

Os narradores reconhecem que a proximidade com a empresa colocou a comunidade em perigo, pois, em muitos momentos, a ancestralidade e o tempo de vivência nesse espaço não foram garantias contra as tensões causadas pela tentativa da mineradora em retirá-los da região. Inicialmente, a empresa promoveu o pagamento de indenizações para os ribeirinhos, na tentativa de desocupar a área onde está instalada a comunidade Boa Vista. A pressão emocional, psicológica e o uso da violência também estão presentes nas falas dos moradores e precisam ser discutidos como prática freqüente na chegada, incentivada pelos militares, do grande capital na Amazônia, materializado nos Grandes Projetos.

Essa "incomoda presença" no Trombetas deve ser discutida com uma ampliação que extrapole o espaço territorial das comunidades, pois a cooptação de algumas pessoas como trabalhadores assalariados, ainda que temporários, acabou dividindo as opiniões sobre os impactos negativos e positivos trazidos pelo Projeto Trombetas. Visível no Moura e Boa Vista é a condição de fornecedoras de mão-de-obra barata para as dependências da mineradora, que enfatiza seus projetos desenvolvidos nas comunidades como forma de amenizar as críticas que lhe são feitas, ao mesmo tempo em alivia as pressões sociais vindas das comunidades mais próximas.

Os projetos da MRN, em geral, têm um cunho assistencialista e não atingem todas as comunidades quilombolas. Como parte do seu programa de *Responsabilidade Social*, a MRN presta ajuda na área de saúde e educação. Para os remanescentes, a empresa substitui o Estado no locais onde sua presença é mínima ou insuficiente para atender às necessidades da população. Por conta disso, é perceptível, nas comunidades, a perda do sentido crítico em relação à mineradora, pois se de um lado sua presença tornou-se danosa, em outro momento é a única garantia de serviços básicos e indispensáveis para as populações negras do seu redor.

Sem dúvida, no Trombetas, os modos tradicionais de convivência e sobrevivência no meio natural foram desestruturados, forçando os remanescentes a viver num ambiente modificado por elementos alheios à realidade regional. Atualmente, a questão gira em torno do racismo brasileiro que segrega negros, índios e outros grupos minoritários. Para os mocambeiros do Trombetas, não basta a propaganda de um país onde impera a democracia racial, a tolerância

e aceitação pacífica das diferenças. Assim, as comunidades incorporam em seus discursos idéias correntes de que “se não houvesse racismo no Brasil não precisava existir uma lei contra o racismo”¹, reforçando as críticas sobre a falta de compromisso das autoridades para fazer valer o sentido pleno de cidadania aos grupos segregados.

Pelo exposto, percebe-se que os espaços, antes considerados quintais das casas dos remanescentes e de livre acesso, agora estão policiados, controlados, assim “é como se o rio tivesse morrido para os filhos do rio, excluídos da nova ordem que se instala no Trombetas, sob a matriz empresarial privada (MRN) e pública (IBAMA) apoiadas pela cumplicidade com a Polícia Federal.”² A atividade econômica é deslocada das comunidades para Porto Trombetas, demonstrando uma nova concepção de uso dos espaços. Quando “explorada” pelos quilombolas, a floresta era “*dádiva de Deus*”, havendo uma relação de respeito e equilíbrio do ecossistema.

“Num segundo momento a *mesa* foi tomada pelos filhos de fora, marcados pelo ávido desejo de lucros [...] agora a natureza tem que ser dominada e domada. A riqueza não está escondida na floresta e rios e sim sob a terra. É o momento marcado pela luta homem versus natureza e, nessa batalha estão perdendo os filhos da terra e o ecossistema.”³

Na Boa Vista, muito de seus moradores identificados como agricultores, pescadores e coletores foram perdendo a condição de “guardiões” do local, ao qual sempre mantiveram extremo respeito e proteção. Atualmente, viver dos frutos da mata e do rio é uma realidade não confirmada, pois a maioria dos moradores emprega-se em atividades temporárias nas empreiteiras da Mineração Rio do Norte. A comunidade do Moura tornou-se um caso particular, pois lá existe uma clara fronteira entre tentar viver das atividades rurais e a constante busca por empregos na mineradora.

Os moradores da Boa Vista admitem o estado de dependência em relação à MRN e poucos conseguiriam sobreviver sem os trabalhos em Porto Trombetas, como declara um remanescente: “*hoje pro pessoal viver, ele tem que depender de um trabalho na Mineração, porque aqui do lado da Mineração*

¹ Marivaldo de Jesus, 26 anos, Apicultor (Vice-coordenador da Boa Vista), entrevista, abril de 2000.

² ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Op. Cit. p. 226.

³ FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades negras do Alto Trombetas; nossa mesa está tomada. Universidade de São Paulo (Monografia). São Paulo, setembro de 1991, p. 20.

se nós não tem um trabalho lá, nós não tem outro meio pra adquirir um dinheiro,⁴ porque os espaços de trabalho foram “diminuídos” e policiados. A agricultura foi abandonada, a pesca, proibida; e a atividade extrativista, controlada com rigor pelo IBAMA. O órgão mantém postos em Porto Trombetas e na entrada dos principais lagos da região com a lista de moradores que podem entrar nos espaços protegidos. Atualmente, é permitida a entrada controlada para coleta da castanha-do-pará, que durante a década de 1990 esteve proibida.

Com efeito, dentro do contexto amazônico dos últimos quarenta anos, a presença dos projetos desenvolvimentistas tem causado grandes impactos sócio-econômicos, culturais e ambientais para as diversas comunidades dos povos da floresta, desestruturando formas seculares de relação entre homens e espaço. Tal situação gera descontentamentos, protestos, mas revigora a tradição de luta e resistência geradoras de uma identidade cultural própria, baseada na ancestralidade desses grupos e na defesa de sua territorialidade. E assim, os ribeirinhos resistem à invasão provocada pelos Grandes Projetos.

As comunidades remanescentes Boa Vista e Moura são nitidamente espaços de contradições, não necessariamente no sentido negativo do termo. Nesses lugares encontramos: anciões preocupados em manter a tradição; quilombolas como elemento mais importante de sua trajetória; jovens interessados em conseguir logo um emprego na mineradora, e dirigentes comunitários politicamente engajados na luta por melhorias para a coletividade. Enfim, todos vivem sob tensões e *impactos* impostos pela presença de uma mineradora num espaço onde a força da tradição mocambeira haverá sempre de *prosperar*.

Conforme foi enfatizado, os Grandes Projetos implementados durante o regime militar instalaram-se como atividades de enclaves em diferentes regiões da Amazônia. Durante as atividades de campo, pude observar o quanto a estrutura física da mineradora no rio Trombetas marca profundamente a paisagem local e o contraste que ela gera com a natureza, apresentando uma configuração “alienígena”. Tal impressão advém da imagem atípica provocada pela presença de navios de grande porte, na margem direita do rio, espaço tradicionalmente ocupado pelas canoas dos ribeirinhos. Também a presença de um porto iluminado e em atividade 24 horas rompe a dinâmica da vida local, pois onde poderia está havendo pesca, o que existe é um incessante trânsito

⁴ José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, setembro de 1999.

onde poderia está havendo pesca, o que existe é um incessante trânsito de lanchas e pequenas embarcações prestadoras de serviços aos navios.

As situações descritas em muitos caso pode ser impactante, mas era prevista como conseqüência dos denominados Grandes Projetos, ainda hoje apresentados como uma ação pensada para atrair o desenvolvimento, aumentar a população no "vazio amazônico", trazendo pessoas de outras regiões para produzir nas terras devolutas, enfim, a visão de progresso era a bandeira empunhada pelo governo, o qual incentivava a vinda de capital e gente para a região.

Um desenho do espaço sem dúvida está configurado no Trombetas. Mas a sua representação cartográfica ressalta as áreas da FLONA e da REBIO, que sobrepõem as terras dos quilombolas. Um território que para o Estado não existe e para o complexo minerador não deve existir. Para os *Negros do Trombetas* é uma terra que tem que ser demarcada, e titulada, por que é nossa. Nesse sentido, a ressignificação do passado mocambeiro enquanto sentido de pertença configura-se como elemento definidor de sua identidade.

No entanto, na Boa Vista o que se percebe, principalmente após a titulação de suas terras, diante da realidade vivenciada, é que há um deslocamento desse passado idílico, o dos Mocambos, para um tempo mais próximo, o dos "bons tempos" antes da chegada da mineradora e do então IBDF. "Nós tínhamos tranqüilidade"; "não precisava de dinheiro", "havia respeito". Esse era o tempo da fartura. Todavia, esse deslocamento não significa a perda de pertença e da identidade - ser descendente de mocambeiros.

Nesse contexto, é necessário não perder de vista que essas comunidades negras representam: "*exemplos pontuais muito significativos de atores sociais que saem do fundo da floresta e revelam processos novos de organização da resistência às mudanças arbitrarias de suas condições de reprodução social.*"⁵ Hoje, quando as comunidades quilombolas falam da importância de se pensar e implementar uma política de desenvolvimento sustentável, elas apontam para a necessidade de se encontrar saídas ao que hoje está posto – o modelo desenvolvimentista de fora, que atropela as populações locais, a forma de

⁵ CASTRO, Edna & HÉBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, (10), 1989.

uso irracional do meio ambiente e as privações a que tais comunidades estão submetidas.

É preciso pensar um processo de desenvolvimento que seja capaz de atender às demandas do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Assim, os quilombolas buscam um processo de mudanças tecnológica, sócio-econômica e mesmo institucional que esteja de acordo com a vocação dessas populações, hoje e no futuro, ainda que utilizem recursos provenientes dos grupos econômicos instalados na região.

Afinal, o movimento da história não pode parar.

FONTES

FONTES

1. ESCRITOS DE ÉPOCA.

- AGUIAR, Braz Dias de. Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites—Primeira Divisão—nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa, de 1930 a 1940. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1942.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relação que escreveu frei Gaspar de Carvajal, em descobrimento do rio Amazonas*. Trad.: C. de Melo Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, vol. 302.
- COUDREAU, Octavie. *Voyage au Trombetas*. Paris: A. Lahure, 1900.
- DERBY, Oliver A. O rio Trombetas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)*. Tomo II, fase 1-4, 1897-1898, pp. 366-382.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Trad.: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: *Exploração e estudo do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

2. DOCUMENTOS ESCRITOS.

2.1. Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO.

ARQMO. Levantamento preliminar [da] situação da assistência de educação e saúde nas comunidades remanescentes de quilombos do município de Oriximiná – Abril de 1997.

_____. *ARQMO protesta contra impunidade*. Documento apresentado durante a IIª Reunião Nacional das Comunidades negras Rurais Quilombolas. São Luís, Agosto de 1996.

_____. *Minha terra, meus direitos, meu passado, meu futuro*. ARQMO/Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP, s/d.

_____. *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas. Zoneamento Agroecológico nas terras quilombolas Trombetas e Erepecuru. ARQMO. CPI-SP. Embrapa-Amazônia Oriental. 2000.*

_____. *Alternativas de manejo sustentado dos territórios quilombolas. ARQMO/CPI-SP. 1997.*

_____. *Relatório técnico na área de educação ambiental para o plano de ação emergencial da reserva biológica do rio Trombetas. ARQMO. CENAQUA/IBAMA. Fundação Pró-Tartaruga, 1993.*

2.2. Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade Boa Vista – COOPERBOA.

COORPEBOA. *Ata da Assembléia Geral de Constituição da Cooperboa. Boa Vista, 04,-07-1996.*

_____. *Atas das Assembléias da Coorpeboa. Dias 29-05-1998; 10-10-2000; 28-10-2000; 16-12-2000; 04-09-2001; 28-11-2001; 20-02-2002; 31-08-2002; 11-01-2003; 04-10-2003; 11-10-2003. Boa Vista.*

_____. *Contrato de prestação de serviços para a MRN. Porto Trombetas, 24 de maio de 2003.*

_____. *Estatuto Social da Cooperboa. Boa Vista, 1996.*

2.3. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP.

IDESP. *Cenários sócio-econômicos da região oeste do Pará (1991-95). Coordenação de Sérgio Roberto Bacury de Lira. Belém: IDESP, 1991.*

_____. *Incentivos fiscais: o que o governo do Pará oferece aos investidores. Belém, 1970.*

_____. *Estudo do emprego e da renda na área paraense da Estrada de Ferro Carajás (1885-1992). Belém: IDESP, 1990.*

2.4. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

INCRA. PORTARIA n.º 307, Brasília, 22 de Novembro de 1995.

_____. PORTARIA n.º 314, Brasília, 24 de Novembro de 1995.

_____. Título de Reconhecimento de Domínio que a União Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA outorga a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista.

2.5. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

SUDAM. *Amazônia modelo de integração*. Belém, 1973.

_____. *Estrutura fundiária na Amazônia*. Belém, 1976.

_____. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)*. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1967.

_____. *Mineração na Amazônia Legal: importância sócio-econômica*. Belém: UFPA/FADESP. Parte 1. Amazônia Ocidental, 1999.

_____. *Operação Amazônia (discursos)*. Belém, 1968.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém, 1971.

_____. *POLAMAZÔNIA: Trombetas*. 2ª ed., Belém, 1976.

_____. *Síntese do Polamazônia*. Belém: Departamento de documentação, 1975.

2.6. DIVERSOS.

ALCAN/VALE DO RIO DOCE. *Projeto Trombetas: estudo de viabilidade*. Valenorte Serviços de Engenharia LTDA, Abril de 1974.

CASA DO ESTUDANTE. *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971.

CUSTÓDIO, Antônio Joaquim Ferreira. Ato das disposições constitucionais transitórias. In: *Constituição Federal Interpretada pelo STF*, 3ª. ed., São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

CÓDIGO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. Decreto-lei n.º 227, de 28 de Fevereiro de 1967.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL-DNPM. *Panorama do setor mineral do Pará*. Belém: DNPM – 5.º Distrito, 1988.

EDITORA SARAIVA. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Colaboradores: Antônio Luiz de

Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 29ª ed., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2002.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE-MRN. *Relatório de Responsabilidade Social*. Porto Trombetas: MRN, 2003.

_____. *Relatório anual 2002*. Porto Trombetas: MRN, 2002.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS-NUER. Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. In: *Boletim Informativo do NUER*. Florianópolis: UFSC, v. 1, n.º 1, 1996.

Relatório da IIª Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Tema: Com organização e luta conquistaremos a vitória do povo negro. São Luís-Maranhão: 17 e 18 de Agosto de 1996.

Relatório do VIII Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas. Tema: Da mãe África à mãe Amazônia: nossa terra, nossa gente, nossa luta. Comunidade Saracura, Santarém-Pará: 18 a 21 de novembro de 1999.

ROCCO, Rogério. *Legislação Brasileira do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Coleção Amazônica. Série Augusto Montenegro. Belém:1966.

3. JORNAIS e PERIÓDICOS.

Diário Oficial da União. Brasília, 11 de Março de 1969, n.º 47.

Folha do Acre. Rio Branco, 19 de Agosto de 1984.

Folha de São Paulo. São Paulo, 15 de Agosto de 1998.

Folha de Trombetas. Porto Trombetas, n.º 16, 47, 49, 50, 59, 61, 62, 114, 138.

Gazeta Mercantil. São Paulo, 14 de Junho de 2002.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 15 de Junho de 2003.

O Liberal. Belém, 07 de Janeiro de 1972.

_____. 15 de Janeiro de 1972.

_____. 08 de Fevereiro de 1972.

_____. 13 de Fevereiro de 1972.

Uruá-Tapera – Gazeta do Oeste. Oriximiná, Janeiro de 2004. Ano XII, n.º 104.

4. Entrevistas com remanescentes.

4.1. Comunidade Boa Vista.

Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador de Equipamento Industrial da MRN, Abril de 2000.

Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Jardineiro, Abril de 2000.

Edmilson dos Santos, 16 anos, Estudante, Abril de 2000.

José dos Santos, Agricultor (Coordenador da ACRQBV), Setembro de 1999.

Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Diretor da COOPERBOA, Abril de 2000.

Manoel Viana (Mimi Viana), 60 anos, Operador de Equipamento Industrial da MRN (Aposentado), Setembro de 1999.

Maria José Santos de Jesus, 58 anos, Aposentada, Setembro de 1999.

Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, Apicultor (Vice-coordenador da ACRQBV), Abril de 2000.

Miracélia Santos de Souza, 32 anos, Secretária da COOPERBOA, Janeiro de 2004.

Zuleide Viana Santos, 45 anos, Boa Vista, Coordenadora Cultural da Boa Vista, Fevereiro de 2000.

4.2. Comunidade do Moura.

Francisca Santos de Jesus, 46 anos, Agricultora, entrevista, Janeiro de 2004.

Manoel Lucivaldo Siqueira, 26 anos, Professor, entrevista, Agosto de 2002.

Maria do Carmo Oliveira de Jesus, 48 anos, Agricultora, entrevista, Janeiro de 2004.

4.3. Outras comunidades.

Ida Carmem dos Santos, 54 anos, Abuí, Agricultora, entrevista, Abril de 2000.

Flora Francisca de Neves, durante o IV Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas, Tapagem – Alto Trombetas, Setembro de 1991.

Manoel Raimundo Pereira dos Santos (Negro Tinga), 50 anos, Abuí, Agricultor, entrevista, Abril de 2000.

Rafael Printz Viana, 71 anos, Arrozal, entrevista concedida à Eurípedes Funes, Julho de 1992.

Raimundo da Silva Cardoso (Donga), Tapagem, entrevista concedida à Eurípedes Funes, Julho de 1993.

4.4. Coordenadores da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO.

Anarcino Cordeiro (Naco), Coordenador de Projetos, entrevista, Julho de 2002.

Daniel Souza, Coordenador de Articulação, entrevista, Janeiro de 2004.

Silvano Silva Santos, Coordenador Financeiro, entrevista, Julho de 2002.

5. ENTREVISTAS DIVERSAS.

Ana Carolina Bonifácio da Silva, Analista Ambiental do IBAMA, Porto Trombetas, Janeiro de 2004.

Carlos Augusto Alencar Pinheiro, Analista Ambiental do IBAMA, Porto Trombetas, Janeiro de 2004.

Carmem Rute Costa Barbosa, 49 anos, Professora Aposentada, Terra Santa, Janeiro de 2004.

Isarina Nascimento Ferreira, 63 anos, Professora Aposentada, Terra Santa, Janeiro de 2004.

Leonarda Bentes Machado, 67 anos, Comerciante, Terra Santa, Janeiro de 2004.

Leopoldo Caldeira Cidade, Técnico em Controle de Qualidade da MRN, Janeiro de 2004.

Luiz Monteiro Barbosa, Mecânico de Manutenção da MRN, Janeiro de 2004.

Manoel Conceição Távora – Diretor da Escola de Porto Trombetas, Agosto de 2002.

Manoel Paes Mendes, Mecânico da MRN, Janeiro de 2004.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'empere – XVII-XIX e siècles*. Paris. École das Hautes Études em S. Sociales, 1985. Tese de Doutorado.
- ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2ª ed. Belém: CEJUP/NAEA/UFGA, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna & HÉBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFGA/NAEA, (10), 1989, pp. 163-196.
- _____. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'Incao, Amaria Angela e Silveira, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld, 1994.
- ALVES, Francisco. Carajás, erros e acertos de 4 bilhões de dólares. In: *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 07, ano II, Julho/Agosto, 1985.
- ANDRADE, Lúcia e TRECCANI, Girolamo. *Terras de Quilombo*. 1999. (Mimeo).
- ANDRADE, Lúcia. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 38, n.º 1, pp. 79-99, 1995.
- _____. *Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1997.
- AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra medo branco*. O negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Terra e territorialidade negra: ideologia e política. Cuiabá, 1990. (Mimeo).
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1990.

- _____. Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia. In: Léna, Philippe e Oliveira, Adélia Engrácia de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Cejup/MPEG, 1992.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia legal nas décadas 70/80: expansão e concentração demográfica*. Manaus: CEDEAM/UA, 1981.
- BRANDÃO DA SILVA, Dedival. Religião e etnicidade na cultura popular: a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança – Pará. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: UFPA, n.º 18, 1988.
- BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2ª ed., Série FEDENE. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento capitalista e Estado: bases e alternativas. In: MARTINS, Carlos Estevam (Coord.). *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Nacional, Col. Brasileira, vol. 302, 1988.
- CARVALHO, José Jorge de; DORIA, Siglia Zambrotti; OLIVEIRA JR., Adolfo Neves. *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Negros em busca de justiça. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001.
- DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2vols., Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FIGUEIREDO, Arthur Napoleão e VIRGOLINO-HENRY, Anaíza. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: SEDUC, 1988.
- FIGUEIREDO, Napoleão. *A diáspora africana na Amazônia e a abolição da escravidão no Pará*. Conferência Pronunciada na Sessão Comemorativa ao Centenário da Abolição Promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 1988. (Mimeo).
- FOUCHER, Michel. La mise valeur de l'amazone brésilienne - les routes trasamazoniennes. In: *Notes et Etudes Documentaires: problèmes d'Amérique Latine*. Paris: La documentataion française, n.º 4110-4111, 15 septembre 1974.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. O significado da liberdade. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 8, n.º 16, 1988.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares—sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Breves comentários sobre o Decreto n.º 3.912, do Presidente da República, de 10 de Setembro de 2001. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001
- _____. Comunidades negras do Alto Trombetas: nossa mesa está tomada pelos outros. 1991. (Mimeo).
- _____. Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas. Relatório sobre as comunidades negras do Alto Trombetas. 2000. (Mimeo)
- _____. Mocambos do Trombetas: memória e etnicidade (séculos XIX e XX). In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- _____. "Nasci nas matas, nunca tive senhor": história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 2v. São Paulo, 1995. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo.

- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GALVÃO, Raul Ximenes. Alcoa, 'a besta-fera', nas terras de São Luís. *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 03, ano I, Novembro/Dezembro, 1984.
- _____. Alcoa, 'The Day After', da Ilha de São Luís. *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 06, ano I, Maio/Junho, 1985.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, 1997. Tese de doutoramento.
- _____. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.
- _____. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro—século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.
- GOMES, Flávio dos Santos & QUEIROZ, Jonas Marçal. Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.
- HALL, Anthony. O programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: HÉBETE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- HAMELIN, Philippe. Um projeto expulsa o outro. In: HÉBETE, Jean (Org.). *O Cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- HÉBETE, Jean (Org.). *O Cerco está se Fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- _____. Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? In: OLIVEIRA, José Aldemir de. & GUIDOTTI, Pe. Humberto (Orgs.). *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A Amazônia em face do capitalismo*. Belém, 1979. (Mimeo).
- _____. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: UFPA, n.º 18, 1988.
- LARA, Sílvia Hunuld. Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo de escravos. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Aluizio Lins. *Grandes Projetos Amazônicos: dois casos precursores*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Tese de Doutorado.
- LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER)/UFSC, 2002.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Ecologia e mineração na Amazônia: história econômica e ambiental do vale do rio Trombetas*. Brasília, 1994. (Mimeo).
- _____. *Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- MAKOWSKI, Jerzy. Impacto medioambiental de la agricultura de los ribeirinhos em la amazonia. In: ARAGÓN VACA, Luis Eduardo. *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991.
- MARTINE, George. Os Impactos Sociais e Ambientais dos Grandes Projetos na Amazônia. In: Aragón, Luis E. (Org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991.
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: FASE. Belém: NAEA-UFPA. 1991.
- _____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: *História da vida privada no Brasil: contraste de intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998.
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 4ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas de identidade coletiva. In: *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n.º 15, 1997.

- O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: *Reforma Agrária, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, n.º 3 (23), Setembro/Dezembro, 1993.
- OLIVEIRA, Leinad Ayer de. *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001.
- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Algumas idéias de como ocupar a selva amazônica. *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 10, Ano II, Janeiro/Fevereiro, 1986.
- PAIXÃO, Alberto Eduardo. *Trabalhadores rurais e garimpeiros no Vale do rio Tapajós*. Belém: Secretária de Estado de Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM, 1994.
- PANDOLFO, Clara Martins. *A Amazônia e seus problemas*. Belém: SUDAM, 1972.
- _____. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.
- PEREIRA, Manoel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n.º 77, 1949.
- _____. Negros escravos na Amazônia. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, n.º 3, 1952.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiros a cabano: notas sobre a presença na Amazônia na primeira metade do século XIX. In: *Terra das Águas*. Brasília, vol. 1, n.º 1, 1999.
- _____. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões da Cabanagem*. São Paulo: PUC, 1998. Tese de doutoramento.
- PINTO, José Armindo. Impactos sócio-econômicos da mineração e da garimpagem na Amazônia Oriental (Estado do Pará). In: Flores, Cláudio e Mitschein, Thomas A. (Orgs.). *Realidades amazônicas no fim do século XX*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1990, pp. 435-459.
- PINTO, Lúcio Flávio. Projeto Jari: crime com grandioso 'Happy end'. In: *Pau-Brasil*. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, n.º 12, ano II, Maio/Junho, 1986.
- _____. *Amazônia: o anteatro da destruição*. Belém: Grafisa, 1977.

- _____. Carajás, ataque ao coração da Amazônia. 2ª ed., Rio de Janeiro: Marco Zero e Studio Alfa Fotoletra, 1982.
- _____. Trombetas: o primeiro dos grandes projetos. In: *Amazônia: o anteatro da destruição*. 2.ª ed., Belém: Grafisa, 1977.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 5, n.º 10, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 3, 1989.
- PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. In: *Afro-Ásia – Dossiê Remanescentes de Quilombos (23)*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, 1999.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. *Frechal - Terra de Preto*: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- _____. *Jamary dos Pretos*: Terra de Mocambeiros. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998.
- QUEIROZ, Sueiy Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: Freitas, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. Rebelião escrava e historiografia. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, vol. 17, n.º especial, 1987.
- RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1994.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Coleção Amazônia. Série Augusto Montenegro. Belém: 1966.
- _____. O negro na Amazônia. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n.º 149, 1959.
- _____. *Transamazônica: a integração brasileira*. Coleção Terra dos Papagaios. Rio de Janeiro: Conquista, s/d..
- REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- ROCHA, Gerônimo Albuquerque. Ai de ti, Amazônia. In: *Estudos Avançados-USP*. São Paulo, vol. 6, n.º 15, 1992.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RUTHENBURG, Wallter Claudius. O processo administrativo relativo às terras de quilombos: análise do Decreto n.º 3.912, de 10 de Setembro de 2001. In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de (org.). *Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob regime de escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.
- SANTOS, Maria Etelvina de Oliveira. *Nas marés do ferro: repercussões sociais do Programa Grande Carajás, pauperização e miséria*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- SCHWARTZ, Stuart. El mocambo: resistência escrava en la Bahía colonial. In: *Sociedades Cimarronas*. México: Siglo XXI, 1981.
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- _____. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.17, 1987.
- SILVA, Marcos. Filtrada a voz, ouvir os resíduos. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n.º 22, junho de 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SILVA, Roberto Gama. *Olho grande na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- SIQUEIRA, Ozair Pereira de. *Mineração Rio do Norte: uma empresa que faz e conta*. Rio de Janeiro: Laborprint, 2002.
- THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre a hist6ria oral e as mem6rias. In: *Projeto Hist6ria: Revista do Programa de Estudos P6s-graduados em Hist6ria e do Departamento de Hist6ria da Pontif6cia Universidade Cat6lica de S6o Paulo*. S6o Paulo: EDUC, n.º 15, Abril de 1997.

TRINDADE, Jos6 Raimundo Barreto. *A metamorfose do trabalho na Amaz6nia: para al6m da Minera76o Rio do Norte*. Bel6m: UFPA/NAEA, 2001.

Dissertação: Boa vista e Moura – terras de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas – uma incômoda presença.

ERRATAS

Capítulo II.

Página 90.

Onde se lê: Tendo em vista que o débito era de 120 bilhões de dólares, **seis anos**

Leia-se: Tendo em vista que o débito era de 120 bilhões de dólares, **doze anos**

Capítulo III.

Página 108.

Onde se lê: ... teve um “lucro líquido de R\$ 270.635 **milhões,**” em 2002.

Leia-se: ... teve um “lucro líquido de R\$ 270.635 **mil,**” em 2002.

Página 115.

Onde se lê: ... atingindo **630 mil hectares** de uma área de 2.100 hectares...

Leia-se: ... atingindo **630 hectares** de uma área de 2.100 hectares...

Capítulo V.

Página 171.

Onde se lê: ... pelos projetos na área de saúde, educação e **pelo presa Cidadã, pelos projetos na área de saúde, educação e pelo** desenvolvimento...

Leia-se: ... pelos projetos na área de saúde, educação e desenvolvimento...

Página 180.

Onde se lê: ... afirma **Silvano Santos.**

Leia-se: ... afirma **Anarcino Cordeiro.**

Página 200.

Onde se lê: **Na os anciões** reclamam do abandono das tradições...

Leia-se: **Na Boa Vista os anciões** reclamam do abandono das tradições...

Página 204.

Onde se lê: ... com palestras que **recém** apoio da Fundação Esperança...

Leia-se: ... com palestras que **recebem** apoio da Fundação Esperança...

Considerações Finais.

Página 210.

Onde se lê: ...um incessante trânsito **onde poderia está havendo pesca, o que existe é um incessante trânsito** de lanchas e pequenas embarcações...

Leia-se: ... um incessante trânsito de lanchas e pequenas embarcações...